



Felipe Bellido Quarti Cruz

**A relação entre o Movimento Negro e os intelectuais da geração
de 1970 e 1980: O caso do Rio de Janeiro**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientadora: Angela Randolpho Paiva

Rio de Janeiro

fevereiro de 2023



Felipe Bellido Quarti Cruz

**A relação entre o Movimento Negro e os intelectuais da geração
de 1970 e 1980: O caso do Rio de Janeiro**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais da
PUC- Rio. Aprovada pela Comissão
Examinadora abaixo:

Prof.^a Angela Randolpho Paiva
Orientadora

Departamento de Ciências Sociais — PUC-Rio

Prof.^a Maria Sarah da Silva Telles
Departamento de Ciências Sociais — PUC-Rio

Prof. Fernando Cardoso Lima Neto
Departamento de Ciências Sociais — PUC-Rio

Prof.^a Andréa Lopes da Costa

UNIRIO

Prof.^a Rosana Heringer
UFRJ

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Felipe Bellido Quarti Cruz

Graduado em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2015). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2016). Especialista em Políticas Públicas pela Clacso (2021). Atualmente é Coordenador da Educafro Rio. Tem interesse na área de Sociologia Política, Políticas Públicas, Relações étnico-raciais e Movimentos Sociais.

Ficha Catalográfica

Cruz, Felipe Bellido Quarti

A relação entre o Movimento Negro e os intelectuais da geração de 1970 e 1980 : o caso do Rio de Janeiro / Felipe Bellido Quarti Cruz ; orientadora: Angela Randolpho Paiva. – 2023.

205 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2023.

Inclui bibliografia 1. Ciências Sociais – Teses. 2. Sociologia Política 3. Sociologia do Conhecimento. 4. Movimentos Sociais. 5. Relações Raciais. . I.Paiva, Angela.

III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências

Sociais. IV. Título.

Agradecimentos

Esta tese é fruto de um trabalho coletivo. A escrita de um trabalho como esse pode parecer muitas vezes solitário, no entanto, ela não existiria se não fossem todas as experiências que passei ao longo da minha vida.

Agradeço a minha família, em especial aos meus pais por sempre acreditarem em mim e serem meus maiores incentivadores. Agradeço a minha companheira e ao meu filho, a primeira pelo suporte e o segundo por ser meu maior motivador.

Agradeço ao companheirismo da minha orientadora Angela Paiva, por sua generosidade e empenho. Agradeço ao corpo técnico, administrativo e docente do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais. Assim como agradeço a meus amigos.

Agradeço ao movimento negro, em especial a Educafro, o Instituto Identidades do Brasil e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras. Assim como a todas as instituições e as pessoas que fizeram parte do processo de construção desse trabalho.

Por fim, agradeço à CCPG da PUC-Rio por fomentar o meu doutorado com uma bolsa e ao programa de internacionalização Capes-Print por ter me propiciado uma bolsa de doutorado sanduíche para realizar a minha pesquisa no Centro Lemann de estudos brasileiros da University of Illinois at Urbana-Champaign, sob supervisão do professor Jerry D'ávila a quem também devo agradecimentos.

Resumo

BELLIDO, Felipe; PAIVA, Angela Randolpho (Orientadora). **A relação entre o Movimento Negro e os intelectuais da geração de 1970 e 1980: O caso do Rio de Janeiro..** Rio de Janeiro, 2022. 205p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Nesta tese trabalho com o campo de estudos das relações raciais, escolhi como escopo desta análise os paradigmas teórico-metodológicos que surgiram nas décadas de 1970 e 1980, particularmente no Rio de Janeiro. Esse período é relevante porque demarca o ressurgimento do movimento negro no estado, ao mesmo tempo em que novas influências teórico-metodológicas entram em cena. Para analisar este período me pautei em levantamento bibliográfico advindo de quatro livros seminais, assim como documentos encontrados nos principais acervos do Rio de Janeiro e em Illinois, nos Estados Unidos. Bem como conversei com intelectuais orgânicos daquele período. A partir de dados preliminares notei que a base epistemológica dos paradigmas teóricos aqui estudados serviram tanto para questionar e tensionar paradigmas anteriores, como para criar uma comunidade epistêmica que serviu de base para uma agenda de igualdade racial.

Palavras-Chave

Relações raciais; Movimento negro; Intelectuais; Desigualdades; Políticas públicas.

Abstract

BELLIDO, Felipe; PAIVA, Angela Randolpho (Advisor). **The relationship between the Black Movement and the intellectuals of the 1970s and 1980s: The case of Rio de Janeiro..** Rio de Janeiro, 2022. 205p. Doctoral Thesis – Department of Social Sciences, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

In this work thesis with the field of race relations studies, I chose as scope of this analysis the theoretical-methodological paradigms that survived in the 1970s and 1980s, particularly in Rio de Janeiro. This period is relevant because it marks the resurgence of the black movement in the state, at the same time that new theoretical-methodological influences are intertwined on the scene. To analyze this period, I based myself on a bibliographic survey from four seminal books, as well as documents found in the main collections of Rio de Janeiro and Illinois, in the United States. As well as talking with organic intellectuals of that period. Based on preliminary data, I noticed that the epistemological basis of the theoretical paradigms studied here served both to question and tension previous paradigms and to create an epistemic community that served as the basis for an agenda of racial equality.

Keywords

Race relations; Black movement; Intellectuals; Inequalities; Public policy.

Sumário

1. Introdução	14
1.1. Objetivos	20
1.2. Metodologia	21
1.3. A chegada aos acervos	23
2. A década de 1970	27
2.1. Contextualização histórico	31
2.1.1. Conjuntura Internacional	31
2.1.2. Conjuntura Nacional	38
2.2. As Ciências Sociais e o campo das relações raciais (1950-1960)	42
2.3. A ditadura e o movimento negro no Rio de Janeiro	47
2.3.1. O movimento negro foi gestacionado em espaços acadêmicos	48
2.4. O Grupo de Trabalho André Rebouças	49
2.5. A Sociedade de Intercâmbio Brasil-África	51
2.6. O Instituto de Pesquisa das Culturas Negras	55
2.7. O baile <i>soul</i> e o movimento <i>Black in Rio</i>	56
3. A década de 1980	59
3.1. A consolidação dos novos movimentos sociais	59
3.1.1. Os novos movimentos sociais na América latina e no Brasil	61
3.2. O grupo Maria Felipa	62
3.3. A consolidação política do MNU na década de 1980	63
3.4. O movimento negro e a transformação da arena política do Rio de Janeiro	65
3.5. O movimento negro e a demanda pelo alargamento da esfera pública	70
3.6. A Marcha Contra a Farsa da Abolição	71
3.7. A Constituinte	72
3.8. O Centenário, a Constituição de 1988 e as portas que se abriram	74
3.9. Injustiça e Reconhecimento	77

4. A mudança no paradigma das relações raciais	79
4.1. Abdias Nascimento - O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado	80
4.2. Carlos Hasenbalg - Discriminação e desigualdades raciais no Brasil	86
5. Carlos Hasenbalg, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento	102
5.1. Lugar de negro	102
5.2. O Feminismo negro e a perspectiva interseccional das políticas públicas	117
5.3. Lélia Gonzalez - Por um feminismo Afro-latino-americano	118
5.4. Beatriz Nascimento - Uma história feita por mãos negras	123
6. A década de 1990 - O embrião das ações afirmativas	130
6.1. As Organizações não governamentais	132
6.2. Os pré-vestibulares populares	133
6.3. PUC-Rio - A primeira a adotar ações afirmativas	136
6.4. A isenção de taxa nos vestibulares	136
6.5. 1995 - A Marcha Zumbi dos Palmares	137
6.6. 1996 PNDH, os Seminários sobre ações afirmativas e o debate público	138
6.7. A Conferência de Durban	138
6.8. As Ações Afirmativas nos anos 2000	141
6.9. Os intelectuais e a questão racial	143
7. Considerações finais	154
7.1. Conclusão	167
8. Referências bibliográficas	170
9. Anexos	179

Preâmbulo

Em 2018 quando fui aprovado para cursar o doutorado na PUC-Rio a pergunta de pesquisa que me guiou ao doutorado foi: Por que eu tive tão pouco acesso a autores negros durante a minha formação acadêmica? Essa pergunta era fruto de dois processos, o primeiro vinha da minha dissertação, eu não entendia o motivo da ausência de atores-chave nas teses e dissertações sobre as ações afirmativas, principalmente, os da geração de 1970 e 1980. Aliás, eu certamente imaginava, só que ao meu ver era um desperdício negligenciar perspectivas teóricas que só tinham o intuito de enriquecer as ciências sociais. O segundo motivo está relacionado ao artigo: *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, escrito e apresentado por Lélia Gonzalez na Anpocs de 1980. Eu tive o primeiro contato com um escrito da autora em 2017 – ainda durante o mestrado – na disciplina de *Marcadores sociais da diferença*, ministrada pelas professoras Alessandra Rinaldi e Luena Pereira. O cartão de visitas do artigo era a seguinte epígrafe:

“Cumé que a gente fica? ...

Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinando um monte de coisa pro crioléu da platéia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava prá abrir um espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega prá cá, chega prá lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava prá ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discurseira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente? Teve um hora que não deu prá agüentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu prá cima de um crioulo que tinha pegado no microfone prá falar contra os brancos. E a festa acabou em briga...

Agora, aqui prá nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora ta queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é a toa que eles vivem dizendo que “preto quando não caga na entrada, caga na saída”...

Desde então passei a procurar intérpretes do Brasil, que como Lélia Gonzalez, não eram tão conhecidos dentro dos currículos acadêmicos.

Por coincidência, ou, acaso do destino, eu fui realizar o meu doutoramento no mesmo departamento em que Gonzalez foi professora e diretora. A escrita da tese intercorre no período entre 2018 e 2022, nesse período, o mundo ficou marcado por eventos históricos. Seja pelo início da crise sanitária do coronavírus no final de 2019, sejam por eventos envolvendo episódios marcantes de discriminação racial.

De fato esses eventos marcaram o imaginário de todos por desnudar as desigualdades persistentes¹ e por mostrar os efeitos perversos da discriminação racial. No entanto, uma situação na qual eu procurei observar com mais profundidade para trazer para esta tese foi a retomada dos estudos sobre gênero e raça, principalmente, o olhar mais atento para a geração aqui estudada. Evidentemente sempre teve gente estudando e se debruçando sobre o assunto, mas, sem dúvida, o processo se intensificou muito de 2020 pra cá.

Os documentos, livros e artigos que, com alguma dificuldade, eu só encontrava em acervos específicos, como do *Afro-asiático*², recentemente foram organizados e publicados em duas coletâneas. O livro *Por um feminismo afro-latino-americano* foi organizado por Márcia Lima e Flávia Rios, e publicado em 2020. A obra reuniu uma série de trabalhos escritos por Lélia Gonzalez. Enquanto em 2021, Alex Ratts organizou a coletânea *Uma história escrita por mãos negras*, em que reuniu uma série de trabalhos de Beatriz Nascimento. O trabalho das autoras faz parte do repertório teórico da geração de 1970 e 1980, tornando-as personagens centrais desta tese.

Por fim, em maio de 2022 o livro *Lugar de negro* foi reeditado pela editora Zahar, agora com apresentação de Marcia Lima. A primeira versão foi escrita em 1982 por Carlos

¹ O relatório *O vírus da desigualdade* produzido pela Oxfam pode ser acessado no seguinte link: <https://www.oxfam.org.br/o-virus-da-desigualdade/>

² A Universidade Candido Mendes se encontrava em recuperação judicial e havia perdido o prédio da Pio XI, onde estava localizado o acervo do Afro. O acervo foi realocado para a biblioteca central da universidade, no entanto, quando tive acesso, estava tudo em caixas. Tive que *garimpar* o acervo para encontrar os documentos que eu precisei.

Hasenbalg e Lélia Gonzalez. Um sinal da mudança dos tempos. Demorou 40 anos, mas o resgate desses autores da geração de 1970 tem sido cada vez mais frequente.

Esse resgate não seria possível sem que tivessem preservado a memória e a história do movimento negro em importantes acervos. A *Cultne TV*, o *Afro-asiático* e a biblioteca da *University of Illinois at Urbana-Champaign* foram alguns dos acervos responsáveis por guardar essa história. Outra fonte muito importante foi proveniente da memória dos militantes/pesquisadores ainda vivos, que tive a honra de conversar. A ideia da presente tese é entender a historicidade desse processo. Com ênfase na dimensão social, política e econômica a presente tese procurou analisar o processo de confluência entre agenda acadêmica e agenda do movimento negro na conquista de políticas de promoção da equidade racial.

Redemption song

Redemption Song

Old pirates, yes, they rob I

Sold I to the merchant ships

Minutes after they took I

From the bottomless pit

But my hand was made strong

By the hand of the Almighty

We forward in this generation

Triumphantly

Won't you help to sing

These songs of freedom?

'Cause all I ever have

Redemption songs

Redemption songs

Emancipate yourselves from mental slavery

None but ourselves can free our minds

Have no fear for atomic energy

'Cause none of them can stop the time

How long shall they kill our prophets

While we stand aside and look?

Oh, some say it's just a part of it

We've got to fulfill the book

Won't you help to sing

These songs of freedom?

'Cause all I ever have

Redemption songs

Redemption songs

Redemption songs

Emancipate yourselves from mental slavery

None but ourselves can free our minds

Woah, have no fear for atomic energy

'Cause none of them, ah, can, ah, stop, ah, the time

How long shall they kill our prophets

While we stand aside and look?

Yes, some say it's just a part of it

We've got to fulfill the Book

Won't you help to sing

These songs of freedom?

'Cause all I ever have

Redemption songs

All I ever have

Redemption songs

These songs of freedom

Songs of freedom

Bob Marley, Rendemption song.

1. Introdução

Início a conversa com o leitor contando um pouco da história que me aproximou do tema desta tese. Em 2011 eu estava cursando graduação em Ciência Política, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e passei a integrar o Programa de Educação Tutorial: *Análise das condicionantes para o acesso e a permanência no Ensino Superior a partir do Gênero e da Raça*. O grupo, coordenado pela professora Dra. Andréa Lopes, abordava de forma transversal o ensino, a pesquisa e a extensão.

Eu fiz parte do grupo de 2011 até 2015 e nessa experiência aprimorei e me qualifiquei em leituras sobre o campo da educação, principalmente do ensino superior. Como também na literatura acerca das relações raciais, de gênero e sobre o tema das ações afirmativas. Ao mesmo tempo em que tive a experiência de aplicar esse conhecimento na produção de um material didático para trabalhar o conteúdo de ações afirmativas com alunos de ensino médio, como também na visita do projeto ao Quilombo de Santana, localizado no município de Quatis, no Rio de Janeiro.

A partir do resultado dessas atividades, eu pude desenvolver trabalhos sobre essas experiências e publicá-los em congressos acadêmicos e em eventos de extensão. Nessas oportunidades, eu enriqueci a minha prática acadêmica em espaços de diálogo com os pares da comunidade científica. Como consequência do amadurecimento dessa prática acadêmica resolvi dar continuidade à tarefa de me tornar pesquisador e professor.

O tema de pesquisa que levei para o mestrado foi o das ações afirmativas no ensino superior. O objeto da minha dissertação foram as teses e dissertações que abrangiam o tema. Nesse sentido, eu realizei um mapeamento desses trabalhos, tendo como base de dados o *Catálogo de teses e dissertações* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Ao analisar as tendências teóricas, metodológicas, bibliográficas das teses e dissertações que versavam sobre o tema das ações afirmativas no ensino superior obtive alguns diagnósticos.

Entre eles, o que me chamou muito a atenção, foi a ausência de pesquisadores que estudaram o tema das desigualdades e das relações de raça e gênero nos anos 1970 e 1980, sobretudo, a ausência de intelectuais negros. Essa escassez, obviamente, não foi combinada previamente em reuniões secretas entre os autores, mas, me parecem sintomas

de um pacto epistemológico³ que excluiu de forma coordenada uma parcela importante de intérpretes do Brasil que poderiam atrair olhares holísticos da realidade social brasileira. Isso me soou paradoxal porque as três principais políticas públicas de ação afirmativa de abrangência nacional, acesso ao ensino superior (educação); mudança curricular na lei de diretrizes e bases (educação); inclusão de negros em vagas de concurso público (mercado de trabalho), foram pensadas e propostas por comunidades epistêmicas⁴, substancialmente, negras.

No que tange a mudança curricular, me refiro à alteração da lei de Diretrizes e Bases alterada pelas leis 10.639 e 11.645, de 2003 e 2005 respectivamente. Essas normas incluem no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Nesse sentido, em 1975, o Grupo de Trabalho André Rebouças (Gtar), liderado por Beatriz Nascimento e formado por alunos dos mais variados cursos da Universidade Federal Fluminense (UFF), tinha como uma de suas propostas introduzir gradualmente créditos na universidade que abordassem as relações raciais no Brasil; reformular o programa da disciplina de Antropologia do Negro Brasileiro; e atualizar a bibliografia dos cursos.

Ainda na década de 1970, Abdias Nascimento, no II Festival Mundial de Artes e Cultura Negra e Africana (Festac 1977) propôs ampliar os objetivos educacionais sobre os valores sociais, culturais e econômicos da África para todos os países com significativa população de descendência africana. A moção foi discutida no grupo de trabalho *Civilização Negra e Pedagogia* e tinha como objetivo incluir nos currículos educativos de todos os níveis – do fundamental ao superior – cursos que incluíssem História Africana, Swahili e História dos povos africanos na Diáspora.

Soma-se a esses episódios históricos a atuação de Abdias Nascimento como deputado federal (1983-1987). Enquanto deputado, Nascimento protocolou as primeiras propostas legislativas acerca de reserva de vagas para negros e negras no mercado de trabalho e na educação. Entre as propostas estavam incluir a história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares e criar cotas raciais no serviço público e nas empresas privadas,

³ Tomo como inspiração o conceito de *pacto narcísico da branquitude*, de Cida Bento. A autora afirma que a branquitude tem um pacto de autopreservação não verbalizado, em que criam as bases de perpetuação no poder de pessoas brancas. Portanto, as formas de exclusão e de manutenção de privilégios são similares e sistematicamente negadas, ou, silenciadas.

⁴ Nas ciências sociais, a comunidade epistêmica é definida como o conjunto de indivíduos disseminado nas agências de governo, nos departamentos e institutos de pesquisa, partidos políticos, organizações não governamentais e grupos de interesse que atuam em uma área específica de política pública (HAAS, 1996).

sendo 20% para homens negros e 20% para mulheres negras, entre outras medidas que visavam garantir ações compensatórias que tivessem como objetivo a implementação do princípio de isonomia social do negro.

Portanto, o escamoteamento do trabalho produzido por intelectuais negros, até mesmo em teses e dissertações em que esses intelectuais são atores-chave, podem ser sintomas da ausência epistemológica substancial para a interpretação de fenômenos importantes da realidade brasileira. A partir da experiência relatada, em que fica evidente a lacuna epistemológica de determinados autores, optei por investigar a riqueza teórica presente no trabalho dos intelectuais da geração de 1970 e 1980, sobretudo aqueles do campo das relações raciais que serviram como base interpretativa das desigualdades da sociedade brasileira, assim como serviram de suporte epistêmico para políticas públicas de promoção da igualdade racial. Dessa forma, essa tese, a partir do viés da historicidade, procura contribuir com o campo de estudos das relações raciais e das políticas públicas de combate à desigualdade, com ênfase nas políticas de ação afirmativa.

O tema a ser desenvolvido nesta tese abrange a discussão teórica e metodológica em torno do campo das relações raciais e a consequente formação de uma agenda de políticas públicas antirracistas. A ideia de *raça* e do *racismo*⁵ como objeto de estudo está na agenda das Ciências Sociais desde seus primeiros momentos (CAMPOS e GOMES, 2016; RIOS, 2009; RATTS, 2011; MOTTA, 1999). O Brasil foi descrito como importante laboratório racial no século XIX (SCHWARCZ, 1993; GUIMARÃES, 2004) e no século XX (MAIO, 1997; RAMOS, 1943)⁶. Além disso, a questão racial era uma preocupação das elites na formação de uma identidade nacional e a construção do Estado-nação brasileiro (MUNANGA, 2020; SEYFERTH, 2015; SKIDMORE, 2012).

Mesmo que tenha um lugar tradicional na agenda de estudos, o tema das relações étnico-raciais passou por um processo longo de disputas e estudos influenciados por diversas escolas e intelectuais. Entre estes, posso destacar a atuação de algumas dessas correntes desde o período pós-abolição, sendo algumas delas: o olhar *positivo* à mestiçagem, ou, o

⁵ Utilizei os termos *raça* e *racismo*, mas até a década de 1970 era comum o uso do termo *preconceito de cor*. Optei pelos conceitos de *raça* e *racismo* por darem conta de uma visão holística do tema das relações raciais.

⁶ Em junho de 1950, a 5ª. Conferência Geral da UNESCO aprovou a realização de um conjunto de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. O país era visto como um laboratório que atestaria cientificamente o alegado caráter singular e harmonioso das interações raciais, em contraponto às experiências dos EUA e África do Sul (MAIO, 1997).

paradigma da morenidade (MOTTA, 1999) de Gilberto Freyre⁷. A visão proposta pela Fundação da Escola Livre de Sociologia, no período que esteve fundamentada pela direção do norte-americano Donald Pierson⁸ da Escola de Chicago. A missão francesa na Universidade de São Paulo (USP); o Projeto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (doravante, projeto Unesco); e os estudos produzidos por Abdias Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos no Teatro Experimental do Negro (TEN). No Rio de Janeiro, a geração⁹ de 1970 e 1980 esteve marcada por pesquisadores importantes como José Maria Nunes Pereira, Jacques d'Adesky, Carlos Hasenbalg, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Helena Theodoro, Nelson do Valle Silva, Joel Rufino, dentre outros (RIOS, 2009).

A contribuição epistemológica deste último grupo de intelectuais da geração de 1970/80 teve grande relevância para a mudança de paradigma nos estudos de raça no Brasil (MOTTA, 1999), porque assim como o movimento negro da época também contestavam a ideia de *democracia racial*, e demonstraram que o racismo e a discriminação se mantiveram persistentes mesmo depois do processo de industrialização no Brasil (CAMPOS; GOMES, 2015). Portanto, para esta tese, a compreensão deste período sócio-político é uma chave interpretativa de extrema relevância para entendermos as últimas décadas em que se deu o debate público sobre políticas públicas antirracistas.

Dito isso, o objetivo desta tese é estudar uma fração deste processo, do qual considero significativo para entendermos o processo histórico que nos levou ao atual momento do debate racial. O que abordo neste trabalho é a relação entre o movimento negro (doravante, MN) e a produção intelectual nas décadas de 1970/1980 no estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, produzo esta análise a partir da produção advinda de livros e

⁷ Gilberto Freyre foi o responsável por criar o conceito de *lusotropicalismo*, de acordo com o autor pernambucano os portugueses possuíam uma maneira especial de viver nos trópicos, caracterizada pela mistura racial e pela afinidade com negros. “O brasileiro seria o melhor exemplo desse ideal lusotropical” (DÁVILA, 2011, p.12).

⁸ Donald Pierson foi o principal divulgador da sociologia moderna naquele tempo, sobretudo àquela vinculada à Escola de Chicago.

⁹ A ideia de *geração* usada nesta tese parte do princípio mannheimiano. De acordo com Karl Mannheim geração pode ser traduzida como: “*Los individuos que crecen como contemporáneos experimentan tanto en los años de gran receptividad las mismas influencias directrices de la cultura intelectual que les moldea y de la situación político-social. Constituyen una generación, una contemporaneidad, porque esas influencias son unitarias. Se produce así un vuelco: se pasa a considerar que, en lugar de ser un simple dato cronológico, la contemporaneidad significa, en la historia del espíritu, la existencia de influencias similares*” (MANNHEIM, 1993, p. 199).

documentos seminais que abrangiam o campo de estudo das relações raciais, assim como os registros sobre o movimento negro.

Ao tomar como base o paradigma teórico e os movimentos negros das décadas de 1970 e 1980, esta tese também estará pautada em associações políticas e acadêmicas que surgiram nesse período. Para tanto, ao longo desta análise destaco a importância de centros aglutinadores de intelectuais e militantes – o que hoje poderíamos chamar de *Think Tanks* –, como o Instituto de Pesquisa em Culturas Negras (IPCN); o Centro de Estudo Afro-asiáticos (CEAA) do então Conjunto Universitário Candido Mendes, atual Universidade Candido Mendes (UCAM); o Grupo de Trabalho André Rebouças (Gtar) da Universidade Federal Fluminense (UFF); a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA); do Movimento Negro Unificado (MNU), entre outros.

A década de 1970 é particularmente interessante, pois ficou marcada pela emergência do Movimento Negro Contemporâneo (doravante, MNC) (PEREIRA, 2013; RIOS, 2012). O MNC teve como um dos marcos iniciais a criação do Grupo Palmares, em 1971, no Rio Grande do Sul (MEDEIROS, 2021). Como consolidação de associação política, a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação racial (doravante, MNUCDR), posteriormente conhecido como Movimento Negro Unificado (doravante, MNU). O ato fundador do MNU foi realizado nas escadarias do teatro municipal de São Paulo, em 1978. Outro aspecto muito interessante que marca o movimento negro do período é o surgimento de associações e coletivos de mulheres negras, fato que será abordado com a sua devida importância ao longo da tese.

No que tange à conjuntura internacional do período, esta ficou notada pelo avanço do nacionalismo negro, sobretudo os movimentos pela libertação nacional dos países africanos e do movimento feminista. Essas mobilizações deram nova dinâmica à percepção antirracista, “o primeiro, pela luta contra a destruição e a inferiorização do legado cultural africano [...], o segundo, pela ênfase com que denunciou o processo de naturalização das hierarquias culturais” (GUIMARÃES, 1999). A confluência desses movimentos colocou em xeque pela primeira vez o ideal de democracia racial disseminado como dogma e ideologia de Estado.

Também nos anos 1970 e 1980 houve o surgimento de obras intelectuais importantes para os estudos sobre estratificação social e o campo das relações étnico-raciais, como os

trabalhos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, que “problematizaram o fenômeno das crescentes desigualdades sociais entre brancos e negros” (Ibidem). Outros intelectuais importantes foram Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento, responsáveis por munir epistemologicamente a crítica à democracia racial, os estudos sobre o feminismo negro e por mobilizar política e culturalmente uma agenda pública antirracista.

O movimento negro contemporâneo teve uma atuação destacada e diferente de movimentos anteriores como a Frente Negra Brasileira (FNB) e o Teatro Experimental do Negro, por apresentar mobilizações populares e a condenar as políticas assimilacionistas (COSTA, 2006). A título de organização pode-se entender a diferença do Movimento Negro Contemporâneo para os demais estruturada em quatro pontos chave.

O primeiro está relacionado a denúncia ao *mito da democracia racial*: ponto fundamental para a constituição do movimento, e desde a fundação do MNU podemos encontrar em todos os seus documentos, frases como: *por uma verdadeira democracia racial* ou *por uma autêntica democracia racial*. O segundo ponto é o da aproximação do movimento com as organizações de esquerda, característica que marcou o movimento ainda no período da ditadura militar (PEREIRA, 2007).

O terceiro item está relacionado à característica transnacional do movimento, principalmente devido à influência das lutas de libertação em países africanos, a luta pelos direitos civis e um pouco depois a atuação dos Panteras Negras durante as décadas de 1950 e 1960 nos EUA. Essas atividades de trocas políticas e culturais ficaram conhecidas como *Transatlanticidade* (Beatriz Nascimento); *Amefricanidade* (Lélia Gonzalez); *Atlântico negro* (Paul Gilroy). O quarto ponto se refere a troca do dia 13 de maio (abolição da escravatura) como data comemorativa da população negra pelo dia 20 de novembro (data da morte de Zumbi dos Palmares), essa luta englobava a valorização da identidade negra e despertou uma revisão sobre o papel das populações negras na formação da sociedade brasileira, como aponta Amílcar Pereira (2007).

A análise proposta aqui torna-se relevante porque o período estudado marca a inauguração de novas pautas e demandas do movimento negro na luta contra a desigualdade e a discriminação, que vão orientar uma agenda de políticas por igualdade na transição do período autoritário (1964-1985) para a esfera pública democrática. De

acordo com Angela Paiva (2013a), o MNU propõe duas questões específicas: a denúncia do racismo na esfera legislativa, no intuito de transformá-lo em uma questão judicial; e a reivindicação de acesso à educação formal para a população negra. Outras pautas de disputa na criação da nova constituinte foram os direitos quilombolas e a lei 10.639/2003, que reivindicam a revisão da historiografia com o objetivo de corrigir o papel dos negros na formação social brasileira.

Portanto, para entender o contexto das políticas públicas de inclusão, como as políticas de ação afirmativa, precisamos perceber como se deu o processo histórico da construção dessas demandas. Os estudos de mobilidade social feito por autores como Hasenbalg e Nelson do Valle, entre outras produções intelectuais de valorização da *negritude* e do *feminismo negro*, como as de Gonzalez e Nascimento, aliadas à atuação política dos movimentos negros são de suma importância para compreendermos como as novas epistemologias tiveram consequências históricas na esfera pública.

1.2. Objetivos

Este trabalho tem como objetivo compreender a insurgência de um novo paradigma teórico-metodológico e os seus desdobramentos na esfera pública. A ideia aqui é entender as implicações dessas novas epistemologias na formação de uma identidade coletiva e seus movimentos políticos. Para tanto, foram observadas as obras clássicas do período, e quais foram os seus efeitos nos intelectuais orgânicos do movimento negro, em particular, e na esfera pública, em geral.

Para realizar esta proposta procurei entender a partir da produção bibliográfica, ou seja, dos livros seminais, a proposta teórico-metodológica pretendidas pelos intelectuais daquele período. Dessa forma, produzo aqui uma análise em cima das obras que marcaram a mudança do paradigma racial nos anos 1980. Entre as produções, selecionei os livros: *O genocídio do negro brasileiro* (1978), obra escrita por Abdias Nascimento; *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (1979), fruto da tese de doutorado de Carlos Hasenbalg; e, *Lugar de negro* (1982), escrito por Lélia Gonzalez e Hasenbalg. Além destas obras, escolhi duas coletâneas, *Por um feminismo afro-latino americano* e *Uma história escrita por mãos negras*, essas duas obras reúnem os trabalhos de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, além dos livros, tive acesso e analisei os principais documentos produzidos pelos movimentos negros da época.

Somo a esta análise as narrativas produzidas por intelectuais orgânicos e tradicionais do movimento negro. Esses relatos advêm de materiais videográficos, biográficos, e conversas com atores chave deste processo epistemológico e político na década de 1970/80. Portanto, procurei fazer uma análise das trajetórias de importantes personagens que vivenciaram este período no Rio de Janeiro, como Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Carlos Hasenbalg, Beatriz Nascimento, Amauri Mendes, Jacques d'Adesky, Carlos Alberto Medeiros, entre outros.

A possibilidade de compreender este momento histórico, assim como conversar com alguns desses atores permitiu que eu pudesse entender o início do processo de descentramento de corpos negros do lugar de objeto para o ocupar o de sujeito pesquisador e fomentador de epistemologias, análises e diagnósticos da sociedade brasileira. Um processo relevante e que cada vez mais vem ganhando importância no processo de combate às desigualdades estruturais e estruturantes que buscam constantemente relegar a importância da história do negro para a história da formação do Brasil como sociedade e como Estado.

1.3. Metodologia

Para alcançar tais objetivos busco empregar esta análise a partir de uma *sociologia histórica* e para complementar este arcabouço teórico faço uso do método de *história oral*, para tanto, foram realizadas conversas com acadêmicos em geral, e intelectuais membros do movimento negro, em específico. Além deste método, procuro a partir de uma visão sociológica pautada na *dupla hermenêutica*¹⁰ (GIDDENS, 2013), entender a contribuição epistemológica da biografia e da bibliografia produzida por esses intelectuais. Dessa forma, procuro compreender como a produção intelectual e o engajamento político do movimento negro possibilitou a confluência entre os dados e a teoria sobre estratificação e mobilidade social nas décadas de 1970 e 1980 e como esses materiais produziram crescente impacto na esfera pública ao produzirem políticas públicas antirracistas que vigoram até hoje.

A perspectiva da *sociologia histórica* é fundamental para a compreensão de processos de mudança social, especialmente o grupo deste campo teórico que passou a estudar os

¹⁰ As teorias e descobertas nas ciências sociais, afirma Giddens, são suscetíveis de ter consequências práticas (e políticas) independentemente de o observador sociológico ou o estrategista político decidir que elas podem ou não ser aplicadas a uma dada questão prática (GIDDENS, 2013, p. 60).

movimentos sociais emergentes na década de 1970 (MONSMA et al, 2017). Ao utilizar o subcampo da sociologia histórica, procuro trabalhar para além de algumas dualidades sociológicas, como especificidade e generalidade, teoria e pesquisa empírica. Na verdade, busco compreender os eventos processuais e a formação de atores que fomentaram o campo das relações raciais daquele período e construíram uma agenda de promoção de igualdade racial que reverbera nos fenômenos sociais mais importantes da nossa época. Para complementar esta perspectiva teórica, também realizei conversas com lideranças e intelectuais desse processo nos anos 1970 e 1980, embasadas no método da *história oral*.

O campo de estudos denominado *história oral* é feito por meio de entrevistas (PEREIRA; MAIA; LIMA, 2020) e tem duas linhas de trabalho, como analisa Ferreira (2002). A primeira trabalha os depoimentos orais como ferramentas que visam preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas. A segunda abordagem se refere ao estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado (FERREIRA, 2002, p.328). Nessa vertente, há ênfase na subjetividade dos atores, e na reincorporação do papel do indivíduo no processo social. Ambas as abordagens têm sido adotadas para o estudo das elites políticas, das políticas públicas e para a recuperação da trajetória de grupos excluídos, cujas fontes são especialmente precárias.

Essa metodologia nos abre caminhos e possibilidades de análises pluridimensionais. Ao “ouvir alguém narrar sua interpretação a respeito de processos históricos, sociais e políticos nos permite acompanhar os caminhos e as formas como cada sujeito constrói sua síntese sobre os processos, baseado em suas vivências” (PEREIRA; MAIA; LIMA, 2020, p.168).

Além do mais, o documento produzido a partir da história oral nos traz especificidades que documentos de outra natureza não podem dar conta. Para uma melhor definição do método, Verena Alberti (2004, p.14) afirma que: “Uma entrevista de história oral não é exceção nesse conjunto [de registros]. Mas há nela uma vivacidade, um tom especial, característico de documentos pessoais. É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro.”

Portanto, o campo e as entrevistas nos trazem a possibilidade de entrar em contato com eventos e situações fundamentais na vida dos entrevistados. Podemos perceber como foi

tanto a construção de suas trajetórias no movimento negro, como na formação de uma agenda de políticas públicas voltadas para a população negra no Brasil.

Outra metodologia importante é o resgate das experiências vividas nas suas histórias de vida: a pesquisa biográfica. Para esta tese, a importância da análise biográfica, está em entender o passado e como este influenciou no presente e como pode influenciar no futuro de uma agenda de políticas públicas voltadas para a população negra. Nesse sentido, a interdependência entre passado, presente e futuro foi descrita por George Hebert Mead ao tratar da irrevogabilidade do passado e da revogabilidade do passado, o autor diz que não faz sentido recorrer a um passado real, pois esse passado tem que ser contraposto a um presente em que aparece o emergente, e o passado, que precisa, então, ser visto do ponto de vista do novo, torna-se um outro passado (MEAD, 1932, p.230)¹¹. Dessa forma, a análise e o diagnóstico traçado aqui estará embasado na narrativa dos principais atores da temática racial nas décadas de 1970 e 1980.

Outro aspecto importante desta tese foi a pesquisa documental derivada da minha imersão em acervos, sendo os principais acervos o Afro-asiático da Universidade Cândido Mendes (UCAM); a biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ; a biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e o acervo digital do Cultne TV. Entre estes, destaco o Afro-asiático por me deixar em contato com artigos, folhetos, *clippings* e livros. Esses materiais que foram fundamentais para que eu pudesse entender o que estava em torno do campo acadêmico e do movimento negro do Rio de Janeiro naquela época. Nesse sentido, o papel dos bibliotecários foi muito importante, sobretudo, o gestor da biblioteca da UCAM, Paulo Cesar do Prado que ofereceu todo o suporte, mesmo em tempo de crise sanitária.

Em suma, nesta tese trabalho com o campo de estudos das relações raciais, escolhi como escopo deste trabalho o estudo dos paradigmas teórico-metodológicos que surgem nas décadas de 1970 e 1980, particularmente no Rio de Janeiro. Parto da hipótese que esse período é relevante porque demarcou o ressurgimento do movimento negro no estado, ao mesmo tempo em que novas influências epistemológicas entram em cena.

Em comum, tanto *intelectuais orgânicos*, como *intelectuais tradicionais* são influenciados pelo movimento da *Diáspora africana*. Para analisar este período me pautei

¹¹ Em “*The philosophy of the present*” (1932).

em levantamento bibliográfico advindo de quatro livros seminais, assim como me debrucei em documentos e arquivos do acervo do Centro de Estudos Afro-asiáticos e na coleção bibliográfica das bibliotecas do IFCS/UFRJ e PUC-Rio. Bem como realizei conversas com intelectuais orgânicos daquele período¹². A partir de dados preliminares notei que a base epistemológica dos paradigmas teóricos aqui estudados serviu tanto para questionar e tensionar modelos teóricos anteriores, como para criar uma *comunidade epistêmica* que serviu de base para uma agenda de igualdade racial na Constituinte de 1987 e em leis posteriores.

1.4. A chegada aos acervos

A escrita desta tese teve como principal fomento de pesquisa os acervos das bibliotecas da Universidade Cândido Mendes e da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o material admirável sobre Brasil e relações raciais da *University of Illinois at Urbana-Champaign* (UIUC)¹³. O acervo referência na UFRJ foi o da biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, enquanto na Ucam o acervo referente ao Centro de Estudos Afro-Asiático.

No entanto, a minha chegada a essas bibliotecas foi atravessada pela pandemia de coronavírus, a covid-19. Tendo iniciado em 2019, em meados de março, as autoridades sanitárias brasileiras decretaram estado de calamidade pública. Tal condição não permitiu que eu pudesse iniciar as pesquisas nessas bibliotecas, nem mesmo realizar o período sanduíche na UIUC, planejado inicialmente para março de 2021¹⁴.

Portanto, a pesquisa ficou comprometida até a segunda dose da vacina de *covid*. Evento que foi concretizado apenas no segundo semestre de 2021. Nesse período, a biblioteca da UFRJ estava funcionando em dias e horários limitados e com a obrigatoriedade de apresentar o comprovante da vacina. Nesse acervo, tive acesso especialmente e

¹² As conversas com os membros do movimento negro não foram estruturadas como entrevistas formais. Eu tive acesso a alguns contatos ao participar de reuniões do IPCN e nas conversas os entrevistados indicavam outras pessoas que seriam relevantes para a construção da minha tese, o que acabou desencadeando um movimento em bola de neve. Em que fui absorvendo cada vez mais depoimentos dos intelectuais orgânicos do movimento negro.

¹³ A UIUC conta com a terceira maior biblioteca dos Estados Unidos e com uma coleção que ultrapassa 103 mil volumes sobre o Brasil. A Biblioteca teve um forte foco no Brasil por mais de um século e foi responsável por coletar materiais para o Brasil sob o *Plano Farmington* nas décadas de 1940 e 1950.

¹⁴ A reabertura parcial das fronteiras dos Estados Unidos para países em situação crítica durante a pandemia, como foi o caso do Brasil, permitiu que eu realizasse o período sanduíche na Universidade de Illinois durante o segundo semestre de 2021.

dissertações que tinham como mote o movimento negro dos anos 1970 e o investimento da Fundação Ford.

Na UCAM, eu tive a experiência mais interessante. Para ter acesso à biblioteca da instituição tive de pedir autorização ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iuperj) que me concedeu a possibilidade de mexer no acervo do Afro-Asiático. O primeiro fato curioso é que as únicas pessoas que tiveram acesso à biblioteca nesse período fomos eu e o neto de Golbery do Couto e Silva¹⁵, seu avô foi general e um dos principais teóricos da doutrina de segurança nacional, elaborada nos anos 1950 pelos militares brasileiros da Escola Superior de Guerra (ESG), sendo um dos criadores do Serviço Nacional de Informações (SNI).

O interessante desse acaso é que, justamente, um dos motivos do *Afro* funcionar em pleno período da ditadura militar foi a posição e as relações sociais que o reitor, Candido José Mendes de Almeida tinha com a Igreja Católica e com membros do alto escalão dos militares, como era o caso de Golbery do Couto e Silva. Pois bem, eu não tive a oportunidade de conversar com ele porque devido às condições sanitárias impostas pela *covid-19* nós íamos em dias alternados fazer a pesquisa na biblioteca, mas, foi uma coincidência inusitada que fez parte do meu trabalho de campo.

Ainda sobre a experiência no acervo do Afro, acho importante detalhar os desafios da pesquisa. O acervo estava concentrado na biblioteca do prédio da universidade na rua Pio XI, no entanto, com a perda do prédio, todo o material teve que se mudar para a biblioteca central no prédio da Rua da Assembléia. Nessa mudança todo o material do Afro-asiático se manteve em caixas. Portanto, também destaco o esforço de ter que garimpar todos os materiais de pesquisa. Apesar do percalço, contei com a ajuda dos bibliotecários, sobretudo, do coordenador da biblioteca Paulo Cesar do Prado, a quem devo muitos créditos. Essa, sem sombra de dúvidas, foi a experiência que revelou as histórias mais interessantes da tese.

Outra história sobre o acervo aconteceu durante a minha prática profissional. Eu sou coordenador de um núcleo da Educafro Rio e nesse mesmo núcleo auto como professor da disciplina de cidadania. Por coincidência, em 2022, o professor de sociologia –

¹⁵ O neto de Golbery Silva estava usando o acervo do avô guardado na biblioteca central da Candido Mendes.

Gabriel de Souza – do núcleo que estou vinculado veio conversar comigo no período entre aulas. Descobri que ele faz parte de um projeto da Faperj¹⁶ de digitalização da Revista de Estudos Afro-Asiáticos¹⁷. Essa iniciativa, sem dúvida, vai fomentar pesquisas e pesquisadores do campo das relações raciais com um material tão rico como o encontrado nas revistas do Afro. Claro que ainda é necessário um esforço de recuperar os *clippings*, artigos, folhetos, teses e dissertações que fazem parte do acervo. As conversas com o professor de sociologia foram muito profícuas e me deixaram animado em relação ao uso e a publicização de um acervo tão importante.

Durante o doutorado eu pude entrar em contato com acervos de fora do Rio de Janeiro. A principal experiência foi a partir do período de internacionalização, financiado pelo programa *Capes-Print*, que realizei no Centro Lemann de Estudos Brasileiros da *University of Illinois at Urbana-Champaign*. Na biblioteca da universidade, a terceira maior dos Estados Unidos, me deparei com uma coleção que ultrapassa 103 mil volumes sobre o Brasil. Além da coleção sobre Brasil, a experiência me permitiu entrar em contato com obras que tratam do tema das relações raciais no mundo inteiro, além da troca com pesquisadores de diversas partes do mundo. Nesse período encontrei obras que eu nunca tinha visto no Brasil, destaco de forma inédita os trabalhos apresentados por Lélia Gonzalez, Carlos Hasenbalg, Nelson do Valle e Abdias Nascimento no período que participaram de congressos em universidades norte-americanas, assim como livros e artigos de Paulina Alberto, James Baldwin, C.R.L James, Christopher Dunn, Thomas Skidmores, Anani Dzidzienyo, Michael Turner, entre tantos outros.

Por fim, mas não menos importante, não posso deixar de falar sobre o uso do material videográfico da *Cultne TV*, o maior acervo da cultura negra na América latina. Talvez não tão divulgado em meios acadêmicos o acervo de culturas negras – *Cultne* – ganhou a versão *stream*. A *Cultne TV* oferece conteúdos videográficos de forma gratuita, uma coleção de extrema relevância, pois, acumula materiais exclusivos do movimento negro desde os anos 1970. Durante a escrita da tese, em uma reunião no Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN), eu tive a oportunidade de conversar com Dom Filó, um dos fundadores do *Cultne* e figura importante para o cenário dos bailes *Soul* do Rio de Janeiro.

¹⁶ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁷ O nome do projeto é: A contribuição do Centro de Estudos Afro-asiáticos para as ciências sociais brasileiras.

A partir desse cenário faço a indagação: qual é o motivo de fazer tremendo esforço no resgate dessas epistemologias e desses acervos? Bem, durante a minha estadia nos EUA entrei em contato com algumas literaturas que abordam a emergência de um nicho acadêmico, *Black Studies*. Esse campo de estudos surgiu naquele país no final dos anos 1960, de acordo com os especialistas, o tema surgiu para cobrir uma lacuna teórica nos estudos que abrangem a disciplina das relações raciais. O campo de estudos sobre o negro foi uma provocação dos movimentos negros norte-americanos – *From Black Power to Black Studies* – e como desdobramento dessa articulação, diversas universidades dos EUA criaram departamentos de estudos sobre o negro, ou, sobre África e Diáspora.

No Brasil, eu noto que iniciativas semelhantes já tinham aparecido nas décadas de 1940 e 1980, destaco o Teatro Experimental do Negro, liderado por Abdias Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos, ou, mesmo o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), também criado por Nascimento em parceria com sua esposa Elisa Larkin Nascimento. Centros de pesquisas que tinham como cerne a resolução e a discussão da questão racial. No entanto, nesta tese eu entendo que a agenda de estudos sobre as relações raciais tem um papel central na constituição das ciências sociais, sobretudo, são parte fundamental dos estudos sobre formação nacional, portanto, as obras e os intelectuais analisados aqui são materiais ricos e sofisticados que devem ser leitura obrigatória em disciplinas sobre a interpretação do Brasil. Sobretudo, quando o tema de estudo é o da desigualdade no Brasil, assim como Mário Theodoro (2022), entendo que o critério racial foi elemento organizador da desigualdade no Brasil, o racismo foi a base da construção de um país e segue como seu motor e a sua espinha dorsal. Portanto, a tese apresentada aqui procura através de uma sociologia histórica tratar dos desdobramentos e das influências de intelectuais orgânicos e tradicionais do movimento negro de implementar uma agenda de pesquisa e de políticas públicas. Nas próximas páginas o leitor vai encontrar a partir de livros e outros materiais um panorama histórico do campo das relações raciais nas ciências sociais, com recorte na geração dos anos 1970 e 1980.

2. A década de 1970

“A lição que os africanos aprenderam com os nazistas – a rigor, com a Segunda Guerra Mundial como um todo – não foi o perigo do racismo, mas a falsidade da oposição entre uma ‘modernidade’ européia humana e o ‘barbarismo’ do mundo não-branco.” (APPIAH, 1997,p.24)

Este capítulo tem como objetivo traçar as características específicas da articulação do movimento negro no Rio de Janeiro, nas décadas de 1970 e 1980. Para tanto, produzi uma análise do processo histórico que antecedeu e que contextualiza o ressurgimento do movimento negro e o campo de estudo das relações raciais. Aqui também busco abordar como se deu a relação entre intelectuais *orgânicos* e *tradicionais* do campo das relações raciais, no processo que ficou conhecido como *movimento negro de base acadêmica* (RATTS, 2011). Destaco que no Rio de Janeiro as associações negras que surgem no período analisado, nascem a partir de encontros e diálogos desenvolvidos em espaços culturais e acadêmicos¹⁸.

Entender esse período histórico é importante porque ele se diferencia de experiências passadas, ao mesmo tempo em que se tornou um marco teórico-metodológico que ajudou a tirar o campo do isolacionismo e ampliar a interação da agenda dos estudos sobre relações raciais com outros campos de estudo (BARRETO et al., 2017). Foram quatro as principais particularidades do período: a) a aproximação do movimento negro com os partidos de esquerda; b) as trocas de ideias e experiências entre intelectuais e militantes de outros países do atlântico; c) a dura contestação à ideia de *democracia racial*; e d) a valorização da história e da cultura negra e africana. Destacaram-se deste período sujeitos negros relevantes no fomento de pesquisa e produção acadêmica, assim como políticos e formuladores de políticas públicas.

Essas novas relações renderam novos sentidos às dimensões social, racial e de gênero na esfera pública. Estes intelectuais passaram a fomentar as epistemologias e as políticas que envolveram a agenda de *desigualdades e estratificação social; política externa e diáspora africana*; e a *instersecção* entre classe, gênero e raça a partir do *feminsmo negro*.

¹⁸ Essa relação dialógica entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais será melhor abordada no capítulo 3 desta tese.

Para entender melhor essa dinâmica, eu vou trabalhar adiante com os conceitos de *véu* e *dupla consciência*, de W.E.B. Du Bois (2021). Uso esses conceitos porque nos ajudam a compreender como foi o processo de combate às desigualdades raciais vigentes no pós-abolição. Esse descentramento dos corpos negros de objetos de pesquisa para sujeitos foi o impulso necessário para que os indivíduos negros se organizassem politicamente em torno de uma identidade coletiva. E para materializar essa perspectiva foi necessário dar um tom positivo às ideias de consciência racial, e ao conceito de *negritude*¹⁹ (SENGHOR, 2020; CESÁIRE, 2020) fato que serviu como promotor desta transição.

Sendo assim, o conceito de *véu* nos ajuda a compreender como a ideologia do branqueamento e da democracia racial nos dificultaram visualizar como é a realidade na esfera pública brasileira. Para Du Bois, negros e brancos vivem ao mesmo tempo no mesmo mundo e em mundos distintos, sendo a raça uma condição existencial das *almas*. Nesse sentido, quais eram as ferramentas que poderiam ser usadas para desvendar esse véu?

Entendo que três correntes teórico-metodológicas foram responsáveis por nos ajudar a desvendar esse véu, as duas primeiras um pouco mais estudadas, enquanto a terceira parece ter ganhado maior relevância e atenção, mais recentemente. A primeira advém do resultado de estudos estratificados e de mobilidade que nos mostraram o abismo social que é a diferença entre brancos e negros no Brasil. As profundas desigualdades vinham tanto do campo econômico, do mercado de trabalho formal, como da diferenciação de negros e brancos ao acesso de direitos básicos, como a educação.

A segunda base epistemológica está ligada ao capital cultural produzido por intelectuais da África, do Caribe e dos Estados Unidos, sobretudo, os que experienciaram a descolonização dos países africanos, o movimento dos direitos civis e o movimento dos

¹⁹ O termo *negritude* apareceu provavelmente pela primeira vez no poema de Aimé Césaire *Cahier d'un retour au pays natal* (1939). Os primeiros proponentes da Negritude enfatizavam, como pontos capitais no movimento: a reivindicação, por parte do negro, da cultura africana tradicional, visando à afirmação e definição da própria identidade; o combate ao eurocentrismo advindo do colonialismo europeu e da educação ocidental prevalecente; a valorização da cultura negra no mundo, em razão de suas contribuições específicas do ponto de vista cultural e emocional as quais o Ocidente, materialista e racionalista, nunca apreciou devidamente. O ano de 1933, com a publicação do jornal *L'étudiant noir*, tem sido em geral considerado o do nascimento oficial do movimento. Seus editores foram Aimé Césaire (Martinica), Léon-Gontran Damas (Guiana Francesa) e Léopold Sédar Senghor (Senegal), então estudantes em Paris. Além de criticarem a arrogância do Ocidente e de proporem soluções socialistas para o problema dos povos explorados, esses jovens escritores formulavam uma nova visão do mundo para os negros.

panteras negras. Sendo estes movimentos responsáveis por instituir conceitos como *black power*, *black is beautiful* e *negritude*. Enquanto a terceira está ligada a trabalhos realizados a partir de movimentos importantes feitos por mulheres negras, quando estas interseccionam os marcadores sociais de classe, raça e sexo²⁰, e que podem ter inaugurado o que chamamos hoje de *feminismo negro*.

Um ponto interessante de interconexão entre essas vertentes teóricas é a ideia das trocas transatlânticas. No primeiro caso, referente aos estudos sobre estratificação e mobilidade social, os dois principais expoentes dessa vertente, Carlos Hasenbalg²¹ e Nelson do Valle Silva escreveram as suas teses de doutorado nos Estados Unidos e foram influenciados pela base epistemológica norte-americana no que tange ao tema da raça e da escravidão.

Por outro lado, em conversas com membros do MN, notei que figuras como Aimé Césaire, Léopold Senghor, Frantz Fanon, James Baldwin, Angela Davis e Samora Machel, contribuíram substancialmente com a formação dos intelectuais orgânicos do movimento negro brasileiro. Por fim, Beatriz Nascimento (*transatlanticidade*) e Lélia Gonzalez (*amefricanidade*) nos ajudam a entender como foi importante a correlação entre conceitos fundamentais das ciências humanas e sociais na compreensão do problema das desigualdades de classe, gênero e raça.

Essas vertentes teóricas que chegaram ou nasceram no Brasil a partir do que chamo de *Diáspora epistemológica*, ajudaram a desvendar a *dupla consciência* de ser negro aqui. A dupla consciência é definida por W.E.B. Du Bois como uma sensação peculiar, essa experiência de se enxergar sempre pelos olhos dos outros, de medir a própria alma pela régua de um mundo que se diverte ao encará-lo com desprezo e pena. Para Du Bois: “o indivíduo sente sua dualidade é um norte-americano e um negro; duas almas, dois pensamentos, duas lutas inconciliáveis; dois ideais em disputa em um corpo escuro, que dispõe apenas de sua força” (p. 13).

E no Brasil eu entendo que tanto os estudos estatísticos sobre desigualdades, como a valorização da consciência negra foram ferramentas epistemológicas que permitiram com que os movimentos negros se fortalecessem como identidade coletiva afim de quebrar

²⁰ Na época eram utilizados os termos *sexo* e *sexismo*. O que entendemos hoje como relação de gênero.

²¹ Nos anos 1970, Hasenbalg foi para os EUA para realizar o seu doutorado na universidade da Califórnia, em Berkeley. Em 1971 fez um curso sobre relações raciais com Robert Blauner, seu futuro orientador. De acordo com Carlos Hasenbalg (1999), foi a partir desse curso e pelo clima político dos Estados Unidos, que surgiu o seu interesse sobre as relações raciais.

essa dissonância entre ser cidadão e ser negro. De forma que, ao fortalecer o seu grupo politicamente, o movimento negro consegue retirar o *véu* que o impede de ver a si mesmo e a tomar consciência de si mesmo, da consciência negra. E no Brasil, o *véu* que nos divide enquanto sociedade é a democracia racial, e a nossa dupla consciência está em ser brasileiro e ser negro (ALMEIDA, 2021).

Eu acho importante traçar esse paralelo entre os conceitos de Du Bois e o Brasil, porque o contexto que o autor norte-americano escreve é o do pós-abolição e da Guerra Civil (1861-1865), e ele revela como a sociedade estadunidense se reorganizou para manter o negro na posição de subalternidade. Du Bois faz tal afirmação depois de observar que mesmo após o processo de industrialização, a violência da escravidão foi substituída pela violência do racismo. Nesse sentido, a comparação com o Brasil pode ser feita porque uma das principais contribuições do paradigma teórico-metodológico aqui estudado é que as desigualdades raciais no pós-abolição persistiram como mecanismos limitantes da mobilidade social, do acesso à direitos e do aproveitamento de uma cidadania plena desse grupo, como será analisado ao longo desta tese.

Dito isso, entendo que para desenvolvermos o tema aqui proposto, nós devemos olhar para as condições específicas deste momento histórico. Para tanto, apresento na próxima seção deste capítulo o contexto político nacional e internacional, fatores que nos ajudam a entender o cenário político e socioeconômico do Rio de Janeiro nas décadas de 1970 e 80.

2.1. Contextualização histórica

Estabelecer a contextualização histórica é importante porque é a partir dela que vamos compreender como as novas formas e práticas de contestação do movimento negro trouxeram novas dinâmicas e significados à agenda de políticas para a igualdade racial. Dessa forma, entender as práticas e os discursos do período proposto torna-se vital para analisarmos os *frames*, ou, enquadramentos teóricos apoiados pelas visões de mundo e ideologias específicas das décadas de 1970 e 1980 no Rio de Janeiro.

2.1.1. Conjuntura Internacional

Para interpretarmos o que estava acontecendo neste período é fundamental traçarmos um esboço da conjuntura nacional e internacional. Para tanto, entendo que o intervalo pós

Segunda Guerra Mundial e a década de 1980 seja o escopo desta seção. A análise do pós-guerra é imprescindível porque as consequências trágicas do fascismo e do nazismo obrigaram o mundo a observar o colonialismo e a ação europeia a partir do viés racial das relações de poder. Como consequência desta virada histórica e epistemológica, percebemos que a concepção de que haveria uma oposição entre a *modernidade* europeia e a *barbaridade* não-branca era falsa (APPIAH, 1996). A partir dessa virada epistemológica, a história do mundo que foi predominantemente escrita por europeus até meados do século XX, perdeu espaço e a partir dos anos 1950 o Sul global passou a contar a sua própria história no *sistema-mundo* (WALLERSTEIN, 2004; DOS SANTOS, 2004), tendo como início desse processo de construção de um projeto de democracia cultural por parte da Unesco (SILVÉRIO, 2022).

O pós-guerra foi marcado pelo início de uma nova ordem global, a da *Guerra Fria*. No que tange à América latina no tabuleiro global, 1959 foi um marco, quando houve a tomada de poder por parte do povo cubano e em 1961 a instauração do socialismo (VALLA, 1986). Como reação a este fenômeno, os Estados Unidos, entre os anos 1961 e 1970 efetuaram o programa denominado *Aliança pelo Progresso* no Brasil e em outros países da América latina. Nesse programa foram estimuladas reformas que visavam a participação da sociedade civil no processo de industrialização e urbanização, de modo a ampliar o mercado consumidor e obstruir soluções revolucionárias como ocorreu em Cuba (GOHN, 2019).

Vale notar que o cenário interno dos EUA nos anos 1950 era o de surgimento do movimento pelos direitos civis (1952-1983), esse foi um marco da luta por igualdade racial. O ápice do movimento aconteceu em 1955, quando Rosa Parks foi presa ao se negar a ceder seu lugar no ônibus para uma pessoa branca. Após pagar fiança Parks se juntou a Martin Luther King Jr²² na luta pelos direitos civis. Como consequência dessa ação, houve o boicote contra o sistema de ônibus, que durou mais de um ano e fez com que a Suprema Corte norte-americana declarasse a inconstitucionalidade da segregação racial em transportes públicos. O movimento garantiu a aprovação de leis que garantiram direitos à população negra nos EUA. A luta pelos direitos civis nos EUA serviu de embasamento para as lutas por igualdade racial ao redor do mundo e não foi diferente no Brasil.

²² No movimento pelos direitos civis Luther King defendia como estratégia a desobediência civil e os protestos pacíficos.

Na década seguinte surgiu nos EUA o Partido dos Panteras Negras²³ (1966-1982). Inicialmente o partido era um grupo voltado para o combate a violência policial sofrida pelos negros norte-americanos. O grupo publicou em 1967 o *Programa de dez pontos* que deu as diretrizes do partido, o documento direcionava as suas exigências para que os negros norte-americanos tivessem os direitos constitucionais garantidos. Entre os principais teóricos que influenciaram o grupo estão Karl Marx e Frantz Fanon.

Nesse sentido, é importante notar que no contexto da Guerra Fria (1947-1991) a retomada de poder do povo cubano, assim como a implementação do socialismo no país forjaram reações imediatas na política externa norte-americana, influenciando diretamente no contexto político do restante da América latina. E ainda nessa mesma perspectiva, o ambiente interno norte-americano passava por uma profunda discussão e conflito acerca do tema da igualdade racial. Este debate feito tanto a partir do movimento dos direitos civis, como pelos Panteras Negras, exportou modelos de resistência política para os movimentos negros espalhados pelo mundo.

Outra movimentação importante para os processos de promoção da igualdade racial foram as lutas pela libertação dos países africanos. Para o Brasil, especialmente, foram as lutas pela libertação da África lusófona (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde). Os movimentos nacionais pela independência desses países trouxeram um sentimento de vitória nunca antes presenciado pelo movimento negro brasileiro, o que aglutinou milhares de pessoas para estudar e entender o que estava acontecendo, sendo material imprescindível para o ressurgimento do movimento negro brasileiro em um ambiente autoritário e de supressão de direitos como foi a ditadura militar.

Na perspectiva dos movimentos pela libertação da África lusófona compete tratarmos da influência dos intelectuais da Casa dos Estudantes do Império (CEI), esta criada em 1944 durante o governo de António Salazar (1889-1970), na cidade de Lisboa. A CEI acolheu estudantes advindos das suas terras em África para poder cursar a universidade. Nesta casa foram realizados debates políticos, ciclos de estudos e discussão sobre a invasão portuguesa na África e lutas de independência dos outros países no continente africano e asiático (MATOS, 2018). Em 1957 surgiu o Movimento Anticolonialista (MAC) em

²³ Originalmente denominado Partido Pantera Negra para Auto-defesa.

Lisboa²⁴, e a CEI foi uma das responsáveis por compartilhar pensamentos anticoloniais e uma formação marxista para o movimento. Entre os fundadores do movimento estavam intelectuais e ativistas que vão influenciar diretamente no ressurgimento do movimento negro brasileiro, sendo estes Amílcar Cabral; Lucio Lara; Marcelino dos Santos; Agostinho Neto; ainda compuseram a diretoria do CEI dois brasileiros com notória participação no início dos estudos africanos do Brasil, Fernando Mourão, que foi o fundador operacional do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo e José Maria Nunes Pereira, fundador e vice-diretor do Centro de Estudos Afro-asiáticos do, então, Conjunto Universitário Candido Mendes no Rio de Janeiro.

Concomitante a estes acontecimentos, o movimento mundial de intelectuais negros foi inaugurado em setembro de 1956, no I Congresso de Escritores e Artistas Negros. O evento, realizado na Sorbonne, em Paris, reuniu intelectuais africanos e das Américas. O encontro era desdobramento da Conferência Afro-Asiática, realizada em 1955, na cidade de Bandung, na Indonésia. A Conferência de Bandung traçou ações estratégicas por parte de povos dos dois continentes e as ações voltadas ao âmbito acadêmico e intelectual tinham como objetivo colocar as nações envolvidas no processo dentro do jogo político internacional. A ideia era que esses intelectuais atuassem como fomentadores de soluções políticas e sociais para países asiáticos e africanos no sistema mundo.

Os registros do encontro podem ser encontrados na revista *Présence Africaine*²⁵, o periódico tinha como intuito fortalecer uma rede intelectual transnacional. E tanto o encontro de intelectuais, como a revista, ambicionavam se apropriar de “novas linguagens e possibilidades políticas disponíveis e legitimadas no pós-Segunda Guerra Mundial, conciliando-as, não sem dificuldades, com discursos internacionalistas de movimentos anteriores à Segunda Guerra Mundial, como a *Négritude* e o *pan-africanismo*²⁶” (REIS, 2020, p.224). Portanto, durante as décadas de 1950 e 1960 nasceu

²⁴ Na junção dos integrantes do MPLA, PAIGC e nacionalistas de Moçambique e São Tomé e Príncipe. O MAC teve sua criação na França, por estudantes que viviam na Casa dos Estudantes do Império, local que permitiu aos integrantes dos territórios africanos, sob o jugo português, trocas de experiências sobre sua localidade e a união em prol da luta anticolonial.

²⁵ Este periódico foi fundado por Alioune Diop em 1947, em Paris, congregando, em um só veículo e em um projeto de “mundo negro”, África e Diásporas, que mais tarde seriam unidas também a outras partes do planeta por meio da ideia de Terceiro Mundo. A *Présence Africaine* tornou-se também uma editora a partir de 1949, foi considerada como revista da *Société Africaine de Culture*, criada em 1956, e permanece em exercício enquanto publicação e editora até os dias de hoje.

²⁶ O Pan-africanismo surge em meados do século XIX, entre intelectuais e políticos negros norte-americanos e caribenhos, como Alexander Crummell e W.E.B Du Bois. O movimento ganhou mais força

uma iniciativa por parte dos intelectuais negros de divulgar e construir uma política transnacional do Terceiro Mundo.

De acordo com Jerry Dávila (2011), a aproximação do Brasil com os países africanos começou em 1951, quando Gilberto Freyre viajou para Angola a convite de autoridades coloniais portuguesas, com o intuito de exportar a ideia de *lusotropicalismo* que estaria sendo exportado do Brasil para as colônias africanas. Anos depois, em 1975, quando Angola venceu a luta por libertação e independência, enquanto os colonialistas portugueses fugiam de Angola, o Brasil enviava representantes do Itamaraty para intermediar as suas relações com o país africano. O Brasil foi o primeiro Estado a reconhecer a independência de Angola, um ato paradoxal do ponto de vista da política externa, tendo em vista que o país era governado por uma ditadura militar de direita e o Movimento Popular para a Libertação da Angola (MPLA) estava embasada por convicções marxistas.

A principal contradição que percebo não é só a percepção de que um governo de direita se alinha a um de esquerda, mas o fato de que a ideologia de democracia racial imposta pelo Estado brasileiro serviu como bandeira diplomática do Itamaraty na política externa com os países africanos. Foi a ideia de um processo de harmoniosa miscigenação, de um processo positivo de colonização portuguesa no Brasil que estaria servindo como propulsor das relações exteriores entre o Brasil e os recentes Estados nação independentes na África. Um dado relevante na pesquisa de Dávila (2011) é que a grande maioria dos diplomatas eram brancos, o que era a prova da enorme dificuldade da integração dos brasileiros negros nos primeiros escalões governamentais no decorrer do século XX. A ideia de democracia racial era tanto ou mais contraditória na política externa do que na interna. Pois demonstrava a incapacidade do Brasil em promover políticas de igualdade racial, mesmo quando vão se relacionar com países africanos. Esses representantes do Estado vendiam a ideia de que no Brasil a mistura de culturas, assim como a penetração da cultura africana fazia do país melhor do que os outros.

A ideia desse grupo de intelectuais e representantes do Estado era transformar o Brasil em uma potência mundial, e a missão desses diplomatas era promover a imagem do Brasil como ambiente acolhedor das questões raciais no estabelecimento de relações

na primeira metade do século XX, em sua versão ligada aos congressos internacionais, sobretudo, em questões que englobam o colonialismo europeu na África.

políticas e econômicas com os países do Terceiro Mundo. Os diplomatas brancos eram capazes de afirmar as suas raízes africanas para atingir tal objetivo. E essa estratégia foi adotada porque com o processo de descolonização, o tabuleiro global passou a mudar os contornos econômicos. A diáspora africana passou a ter impacto visível no pensamento racial brasileiro e em suas conexões com o projeto de desenvolvimento nacional. Os líderes de Estado do Brasil passaram a ter essa postura para sair do eixo URSS e EUA da Guerra Fria e reivindicar o papel de potência mundial emergente.

Nesse sentido, um ator fundamental para entendermos o processo de trânsito de epistemologias *transatlânticas* para o Brasil, foi Abdias Nascimento. O intelectual vivenciou tanto o contexto das mobilizações por igualdade racial nos Estados Unidos, como residiu na Nigéria. E toda essa experiência foi importante para trazer novas epistemologias e práticas para o movimento negro brasileiro. Em 1968, Abdias Nascimento foi para os Estados Unidos usufruindo de uma bolsa da *FairField Foundation*. A bolsa duraria dois meses, no entanto, com o acirramento da ditadura após o AI-5, ele estendeu a sua permanência.

No início o seu objetivo era conhecer organizações e lideranças negras nos EUA, no entanto, a sua permanência por 13 anos (1968-1981) o tornou um importante militante do movimento pan-africanista. No país, Nascimento atuou como professor visitante nas universidades de Yale e Wesleyan, e depois se tornou professor, em dedicação exclusiva, na Universidade do Estado de Nova Iorque, na cidade de Buffalo. As influências epistemológicas do *pan-africanismo*, e a ideia de fazer o debate racial em escala transatlântica, sobretudo, o pan-africanismo com o viés nacionalista com influências de Steve Biko; Aimé Cesáire e Malcom X, o levaram a participar da Conferência Pan-africana preparatória em Kingston, no ano de 1973. Ainda antes de voltar para o Brasil, Abdias passou os anos de 1976 e 1977 na Nigéria, como professor visitante da Universidade de Ifé.

Em 1981 ele voltou ao Brasil e criou o Ipeafro, em São Paulo. O mais interessante nessa volta é que Abdias Nascimento traz inovações epistemológicas e práticas que vão ajudar a liderar o movimento negro, mas também a contrapor a ideia de democracia racial como aparelho ideológico a partir do fim da década de 1970. Esse arcabouço teórico metodológico adquirido em seu período no exílio o torna peça fundamental na articulação da agenda de igualdade racial dos anos 1980. O intelectual se tornou um dos principais

artífices do *Quilombismo*: com o conceito Abdias Nascimento (1982, p.26) centralizou a importância da diáspora africana, segundo ele: “Trouxemos conosco, desde a África, a força do nosso espírito, das nossas instituições socioeconômicas e políticas, de nossa religião, arte e cultura. É essa a essência do nosso conceito de quilombo”

Como demonstrado aqui, as influências internacionais advindas de todos os lados do Atlântico chegaram ao Brasil de forma substantiva nos anos 1970, quando o país ao mesmo tempo em que vivia uma conjuntura de suspensão das liberdades civis e direitos políticos, paradoxalmente também vivia um processo de modernização a partir do desenvolvimento da indústria nacional. Dessa forma, a estratégia de substituição de importações²⁷ junto às novas relações com o Terceiro Mundo, a relação Sul-Sul, eram imprescindíveis ao desenvolvimento nacional (SANTANA, 2003). Nesse período houve aproximação na política externa do Brasil com os países africanos²⁸, um exemplo disso foi o aumento das trocas comerciais entre Brasil e Nigéria que era de US \$25 milhões em 1972, passando para US \$600 milhões, em 1978 (Ibidem). Fato que evidencia esse movimento foi a visita do jogador Pelé a cidade de Lagos, o Rei do futebol fez uma excursão pelo país com o Fluminense Football Club, na época ele era representante da marca *Tama* que tinha como objetivo vender produtos eletrodomésticos no mercado africano, como podemos ver na figura 1. Esse ambiente internacional junto com as movimentações internas foram combustíveis para que fossem lançadas as bases de todas as formas de mobilização dos novos movimentos sociais que viriam a se concretizar nos anos 80 (PAIVA, 2021).

²⁷ A industrialização por substituição das importações, é um procedimento que eleva a produção interna de um país, ao passo que diminui as suas importações. Em geral essas medidas são tomadas por fatores protecionistas, para proteger ou desenvolver algum setor econômico do país. Disponível em: <<https://firstsa.com.br/politicas-de-industrializacao-por-substituicao-das-importacoes/>>.

²⁸“Após a Segunda Guerra Mundial, o país procurou modificar essa situação e, apoiado nas recomendações da Cepal, deu início ao processo de desenvolvimento da indústria nacional. Mediante a intervenção estatal (políticas industrial, comercial e macroeconômica), adotou-se um modelo de desenvolvimento cuja estratégia principal consistia em promover a industrialização, visando substituir grande parte dos produtos importados por produtos fabricados no País” (SANTANA, 2003).

Figura 1 - Pelé em anúncio para os produtos da marca Tama.

I'm Pelé, from Brasil. My country is very much like yours. We have much in common: the love of music rhythm. We enjoy soccer. We are building our two great nations. Two great tropical nations. This is where I come in to tell you something very important. Brasil has developed a complete technology to meet the requirements of the tropical climate.

It stands out in each one of the many TAMA products and models, the most complete international line of home appliances. Fashioned to work efficiently, no matter the conditions of heat, humidity and voltage fluctuations, in Nigeria or in Brasil. TAMA offers you yet another great asset: guaranteed local service. Try these good friends. Choose TAMA.

Let me introduce you to some good friends.

The advertisement features a central portrait of Pelé smiling. Below the text, there is a grid of eight images showing various TAMA home appliances: a refrigerator, a double oven, a freezer, a microwave, a portable stove, a sewing machine, and a fan. At the bottom, the TAMA logo is prominently displayed with the slogan 'made for the tropics'. In the bottom right corner, there is a small box with the text 'Prices from N 40 to N 960' and 'JOBRAS NIGERIA LTD.' along with some smaller, less legible text.

Prices from N 40 to N 960
JOBRAS NIGERIA LTD.

Fonte: Foto retirada do livro *Hotel Trópico - O Brasil e o desafio da descolonização africana*, 1950-1980, de Jerry Dávila.

2.1.2. Conjuntura nacional

No âmbito político doméstico, os anos 1960 foram marcados por três momentos distintos, como nos mostra Maria da Glória Gohn (2019): o primeiro é de intensa participação de

estudantes, trabalhadores e outros grupos em manifestações que antecederam o golpe de 1964. O segundo é do pós-golpe, quando setores específicos da sociedade civil participaram das lutas de resistência; e o terceiro é assinalado pelo AI-5 e a consequente supressão de todas as formas de participação e direitos após dezembro de 1968 (pp. 67-68).

Em relação ao campo econômico interno, o Brasil, entre 1940 e 1980, cresceu o PIB em taxas que se aproximavam dos 7% ao ano, uma média de 4% per capita (SAAD FILHO e MORAIS, 2018). Números que eram notáveis, mesmo durante a *era de ouro* do capitalismo pós-guerra. Esse crescimento econômico acelerado poderia ter acarretado em transformações no âmbito interno e externo. No plano interno era a oportunidade de satisfazer as necessidades básicas da sociedade; e no externo poderia ter dado suporte ao reequilíbrio da economia política internacional (Ibidem). No entanto, o *boom* econômico não mitigou os padrões estruturais da desigualdade social brasileira, mas, pelo contrário, o forte crescimento econômico chegou junto com um abissal desequilíbrio social, que colocava o Brasil no posto dos países mais desiguais do mundo, com maior concentração de renda e ausência de políticas públicas estruturais na saúde, educação e moradia (PAIVA, 2021, p.16; GONZALEZ, 1982).

O Brasil, então, vivia um cenário em que a sua pobreza era totalmente evitável e que consequentemente essas circunstâncias reduziam tanto a expectativa de vida, como a qualidade de vida da maior parte da população. Ao mesmo tempo em que uma minoria se empenhou em “devorar os ganhos do crescimento, luxuriando-se em níveis de consumo moralmente injustificáveis e de impossível generalização, quando se considera a capacidade produtiva nacional, e incompatíveis com uma cidadania comum” (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, pp. 19-20).

Essa conjuntura de tragédia social e de desigualdades persistentes, impediu que milhões de pessoas tivessem acesso a condições básicas. Essa festa não chegou à população negra, pois a maior parte da população teve acesso negado aos direitos mais fundamentais, como saúde, saneamento e moradia. Portanto, a exclusão social continuava firme e a maior parte da população brasileira não havia alcançado o pacto social das sociedades modernas, a ideia de igualdade para todos (TAYLOR, 1994). O país era formado por uma maioria de cidadãos excluídos do projeto modernizante em curso naquele momento (PAIVA, 2021).

O projeto político autoritário da ditadura militar visava criar uma *nova ordem* que *objetivava o fim da corrupção e da ameaça comunista*. Para isso, os militares impuseram um processo de *pacificação da sociedade civil*. O termo vislumbra a ideia de silenciamento a ferro e fogo de setores populares e sua representação, em suma, quando se lê “*pacificação, entende-se repressão*” (GONZALEZ, 1982).

O pano de fundo desse projeto foi a supressão dos partidos políticos, a cassação de mandatos de numerosos representantes, a dispersão das ligas camponesas, as prisões e a tortura. Essa era a base estatal do *milagre econômico brasileiro*, o milagre foi constituído pela *Tríplice Aliança*, ou seja, no casamento entre Estado militar, as multinacionais e o empresariado nacional (Ibidem).

Dessa forma, o empresariado local através do processo de desenvolvimento econômico fortaleceu o seu controle sobre os recursos naturais e as instituições políticas do país (SAAD FILHO e MORAIS, 2018). Esse processo saiu muito caro para o trabalhador brasileiro, pois viu crescer a dívida externa ao mesmo tempo que estava excluída da partilha do bolo, ou melhor, da distribuição de renda e do desrespeito a direitos básicos. A classe trabalhadora teve que engolir o seu empobrecimento determinado pela política de arrocho salarial.

E no Brasil quando falamos de massa e de classe trabalhadora, estamos nos referindo principalmente ao contingente negro (RAMOS, 1952; HASENBALG, 1979; NASCIMENTO, 1978; GONZALEZ, 1982). Considerando que a entrada do capital estrangeiro ampliou o seu parque industrial, que à primeira vista poderia ter causado impacto positivo na sociedade, porém, a agressividade do processo, na verdade, acabou levando à desnacionalização ou ao desaparecimento das pequenas empresas. Estas que justamente tinham maior participação da mão-de-obra negra. Ao mesmo tempo em que no campo desaparecia a pequena propriedade rural dava o seu lugar aos latifúndios, por parte das corporações multinacionais, amparadas pelo governo militar (GONZALEZ, 1982).

Nesse sentido, a indústria automobilística e a construção civil foram os principais setores que afetaram a economia brasileira no *moinho satânico*, tal qual descrito por Karl Polanyi (2000), do imperialismo multinacional. E foi a construção civil o principal escoadouro da mão-de-obra negra, tendo como seu principal exemplo a ponte Rio-Niterói, que também

ficou conhecida como túmulo do trabalhador-desconhecido, devido ao imensurável número de vidas ceifadas durante a sua construção (GONZALEZ, 1982).

Outro setor que serviu de canal de despejo dos trabalhadores, sobretudo negros, foi na área de serviço, os setores com menor remuneração, como o doméstico, segurança e transporte urbano. Em resumo, o trabalhador negro foi obrigado a se deslocar tanto do campo para a cidade, como do nordeste para o sudeste, e foi destinado a trabalhar em serviços de baixa qualificação e remuneração, dessa forma, o trabalhador negro desconheceu qualquer benefício do milagre econômico brasileiro (Ibidem).

Para além da desigual distribuição material, as condições de existência da população negra também são sintomas graves da desigualdade que assolava o país. Os espaços *naturalmente (sic)* pensados para os corpos negros eram a senzala, o cortiço, a favela²⁹, e nessa divisão racial do espaço, coincidentemente (sic) esses eram os territórios que a presença policial tinha a função de reprimir, violentar e amedrontar (figura 2 abaixo)³⁰.

Figura 2 - Polícia prende e leva moradores da favela pelo pescoço

²⁹ De acordo com Sarah Telles (2009), os territórios em que os negros foram submetidos, desde à senzala até a favela, são territórios que corporificam todos os “desvios temidos: a violência, a promiscuidade sexual e a droga, ainda que os moradores do bairro declarem repetidamente que [...] ‘não quer dizer que na favela não tem pessoas direitas’ (TELLES, 2009).

³⁰ Capa do Jornal do Brasil de 30 de setembro de 1982. Na premiada fotografia de Luiz Morier, intitulada “Todos Negros”, e comparada pelo periódico a gravuras de Debret do Brasil Colônia, um policial escolta um grupo de homens negros amarrados por uma corda pelo pescoço, durante blitz realizada no Engenho Novo, alegando não ter algemas para todos.

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Quinta-feira, 30 de setembro de 1982 Ano XXII — Nº 175 Preço: Cr\$ 70,00

Tempo
 1982 — Tempo Público
 Temperaturas: máxima,
 27,5; mínima, 18,5; média,
 23,0 em Santos e em
 São Paulo. A 3 em Santa Ce-
 cilia. O Ministério Adu-
 anas em 14 de setembro
 do mês após a 2ª na-
 ção de São Paulo. 2ª
 Temperaturas e mapas
 no página 18.

Índice
 PDS não vota
 em eleições no
 RJ (Pag. 2)
 PDS lança
 cartilha de
 abertura (Pag. 3)
 Procurador
 denuncia
 Comissão (Pag. 4)
 "Caligula"
 e liberais em
 cortejo (Pag. 5)
 Carregador vai
 ao STF contra
 Presidente (Pag. 6)
 Análise fiscal
 se encerra
 hoje (Pag. 8)
 Villas-Boas
 critica
 "Machucagem para
 fim de 'slapem'"
 (Pag. 11)
 Mamonar
 Chulista
 "A atuação na
 política" (Pag. 12)
 Loteria Federal
 sai para o
 ar lá fora (Pag. 16)
 Produtor ganha
 mais ao exportar
 e no mercado (Pag. 22)
 Banco do Brasil
 tem 1ª mulher
 gerente (Pag. 23)
 Desemprego
 sobe
 em S. Paulo e
 cai no RJ (Pag. 24)
 Informe
 Econômico
 (Pag. 26)
 A missão de Paz e
 segurança de Sotelo-
 na (24 páginas), Pa-
 pelaria (3 páginas), Ca-
 lendas (3 páginas), Cometa (2

Militares em Israel exigem saída do Líbano

Integrantes do movimento Yesh Gahal (Existe um Líbano), reunidos em frente ao Ministério da Defesa de Israel, apresentaram ontem um abaixo-assinado firmado por 1 mil militares de reserva, pedindo que o Governo retire as tropas israelenses do Líbano. Os signatários incluem 149 oficiais, entre eles dois tenentes-coronéis e seis majors.

Os fuzileiros navais americanos desembarcaram ontem em Beirut e assumiram posições no porto e no aeroporto da Cidade Libanesa, unindo-se às forças francesas e Italianas numa missão de paz que deve se estender até que todas as tropas estrangeiras estejam fora do Líbano. O aeroporto será reaberto hoje ao tráfego aéreo internacional, depois de paralisação de quase quatro meses. (Pag. 14)

Bolsa em alta marca com 8,2% recorde do ano

O mercado de ações da Bolsa de Valores do Rio registrou ontem a maior alta do ano, 8,2%, com o Ibov de 5 mil 132 pontos, superando a tendência do pregão anterior, com uma valorização de 4,3% nos preços médios das papéis. No entanto, a lista não se recuperou da queda iniciada no dia 14, quando o Ibov alcançou o recorde de 4 mil 366 pontos. Nos dois últimos pregões de alta a desvalorização em relação ao recorde caiu para 13,80%, depois de ter atingido 23,88% segunda-feira, 27. (Páginas 18 e 19)

Governo adia pagamento a empreiteiros

O Secretário Especial de Controle das Empresas Estatais, Nelson Motta, afirmou que a primeira parcela da dívida de Cr\$ 217 bilhões do Governo não será paga



Todos negros, em fila, corda no pescoço, os detidos caminham para a caçapa. Como escravos

Delfim traz 1 bilhão de dólares e tenta mais 3

O Ministro do Planejamento, Delfim Netto, sustentou ontem, em Nova Iorque, que o Brasil fechará este mês com mais de 1 bilhão de dólares em empréstimos

PM prende e leva favelados pelo pescoco

Um bilhão de dólares em empréstimos, com o Brasil 1,5 bilhão; e de 75 a 80 milhões, com o México. Ueki não quis confirmar nem desmentir a intenção do

Um bilhão de dólares em empréstimos, com o Brasil 1,5 bilhão; e de 75 a 80 milhões, com o México. Ueki não quis confirmar nem desmentir a intenção do

Fonte: Biblioteca Nacional

Portanto, o Brasil dos anos 1970 vivia duas realidades, uma dominada pelos setores de classe média, dava o suporte ideológico ao milagre. Dentre os motivos para enaltecer tal ideologia estavam: a chegada da tevê a cores, a copa de 70 e o nacionalismo ufanista do *ame-o ou deixe-o*. Enquanto isso, a Baixada Fluminense e as demais regiões periféricas passaram a ocupar as manchetes policiais, e ainda se tornaram território dos esquadrões da morte, que tinham como principal alvo os corpos negros – 70% das vítimas eram pessoas negras (Ibidem).

Soma-se a essa conjuntura o fato do regime militar ter adotado a ideia de *democracia racial* como mecanismo ideológico do Estado (HANCHARD, 2001; ALTHUSSER, 1987). Consequentemente, a Lei de Segurança Nacional (LSN) e a Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça tinham os movimentos de resistência, como o movimento negro como alvo de investigação, espionagem e cerceamento de direitos e liberdades (PIRES, 2018). Para justificar essa perseguição, o Estado adotava as ideias de ordem e segurança sociais (GONZALEZ, 1982)

Dada tal conjuntura, qual foi a resposta societária para o fato de que o grande crescimento econômico durante o regime militar não ter significado um projeto de redistribuição econômica e de direitos? A intensificação dos movimentos de resistência se inicia a partir da metade da década de 1970, os movimentos pela Anistia; as Comunidades Eclesiais de Base; os movimentos de bairro das mulheres; entre outros, constituem as bases do que ficou conhecido como *Segundo ciclo de participação e lutas na sociedade brasileira* (GOHN, 2019, p.69), movimentos que procuraram encontrar as brechas para a restauração da democracia.

Foi nesse segundo ciclo que houve maior protagonismo popular, as associações de bairro e regiões da periferia tinham como objetivo a busca por condições mínimas de sobrevivência nas cidades. Essas novas associações quando entenderam que a soma das contradições internas com a crise do petróleo³¹ desmascararam o suposto milagre econômico, desencadearam no acirramento do combate à ditadura militar, já durante o governo Ernesto Geisel (GONZALEZ, 1982)

2.2. As Ciências Sociais e o campo das relações raciais (1950-1960)

E qual foi a inserção das ciências sociais neste contexto? Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o campo de estudo das relações raciais foi ferramenta fundamental para a agenda das ciências sociais e o Brasil serviu como importante laboratório de pesquisas a percepção e análise dos desafios da transição do tradicional para o moderno, do cenário de significativas desigualdades sociais e raciais e da busca em conformar, em definitivo, uma identidade nacional (MAIO, 1999).

No Brasil, essa agenda foi sintetizada por Arthur Ramos (1948), ao trazer o desafio de transformar o Brasil em *laboratório de civilização* para parte de um corpo intelectual de antropólogos e sociólogos, no que ficou conhecido como Projeto Unesco. Para a agência, o país seria um modelo anti-nazista por subentender que aqui não existiram conflito raciais e, portanto, cientistas sociais brasileiros e estrangeiros tiveram o desafio de tornar inteligível o cenário racial brasileiro e responder à recorrente questão da incorporação de toda a população à modernidade (MAIO, 1999).

³¹ A crise do petróleo foi desencadeada num contexto de déficit de oferta, com o início do processo de nacionalizações e de uma série de conflitos envolvendo os produtores árabes da OPEP, como a guerra dos Seis Dias (1967), a guerra do Yom Kipur (1973), a revolução islâmica no Irã (1979) e a guerra Irã-Iraque (a partir de 1980)

E no Rio de Janeiro, qual era o cenário? De acordo com Lélia Gonzalez (1982), o período entre 1945 e 1948 ficou marcado pela intensificação das agitações intelectuais e políticas das entidades negras. E o Teatro Experimental do Negro³² foi a mais alta expressão desse cenário, a sua atuação prática e epistemológica significou um grande avanço na organização de ações coletivas. Foi nesse mesmo período que houve uma tentativa de aproximação entre entidades brancas progressistas e o movimento negro, sendo os eventos culturais como o teatro e a poesia os principais propulsores desta aliança que permeia até as relações contemporâneas. Nesse sentido, em âmbito nacional destacam-se os papéis de Solano Trindade, Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos. Em âmbito internacional, o grupo foi um dos primeiros a trazer o conceito de *negritude* ao país, naquele tempo, o conceito “mobilizava a atenção do movimento negro internacional e que, posteriormente, serviu de base ideológica para a luta de libertação nacional dos países africanos” (DOMINGUES, 2007).

E qual era a relação entre o Projeto Unesco, o TEN, e o campo de estudos racial no Rio de Janeiro? Bem, se o projeto pensado por Arthur Ramos visava fomentar um projeto modelo de relações raciais e a sua integração ao mundo moderno, o TEN tinha como objetivo criar um projeto de que desse o embasamento fundamental para desenvolvimento nacional, tratando o *problema do negro*³³ como uma questão universal e não apenas de um segmento do povo³⁴. Dessa maneira, se o Projeto Unesco entendia as questões raciais como tema de estudo fundamental para superar problemas como o antissemitismo, Abdias e Guerreiro propuseram um projeto em que os negros, os indígenas, ou seja, o povo fosse sujeito propositivo do nacional desenvolvimentismo³⁵. A ideia do TEN era de fomentar um fórum de debates e propostas que visassem a

³² De acordo com Petronio Domingues (2007), a proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas progressivamente o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública.

³³ Guerreiro Ramos (1957), em sua obra *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, inaugurou no Brasil e talvez no mundo, os estudos sobre branquidade. O autor de forma inovadora ao retirar a centralidade da questão do negro, passou a entender a construção social do branco como objeto de estudo das relações raciais.

³⁴ Nesse sentido, vale notar que “o jornal Quilombo, veiculado entre 1948 e 1950 pelo TEN foi um dos pioneiros a adotar medidas reparatórias, ou de ações afirmativas, como forma de mitigar desigualdades raciais verificadas no Brasil” (HIPOLITO; VIEIRA & VIEIRA).

³⁵ Assim como descrito por Guerreiro Ramos no capítulo “A patologia social do branco brasileiro”, ao comentar sobre a ideia de negro tema e negro vida, em seu livro *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1954).

transformação das estruturas de dominação e exploração racial implícitas na sociedade, sendo este um dos principais propulsores da promoção à igualdade racial do período (HIPOLITO; VIEIRA; VIEIRA, 2020).

Portanto, desde a década de 1950, pelo menos, a ideia de que o território e a nação foram regidos por uma harmonia de raças, sob a égide do *lusotropicalismo*, foi refutada com base em análises sociais e empíricas. Sendo que no Rio de Janeiro o exemplo mais difundido pelo *mainstream intelectual* foi proveniente dos estudos realizados por Luiz Aguiar da Costa Pinto, em que culminaram na publicação de *O negro no Rio de Janeiro* (1953). O autor reuniu dados do Censo de 1940 e dados provenientes de um *survey*, e a partir desse material notou que houve um aumento das tensões raciais, esse tensionamento crescia à medida que o negro mudava a sua posição social na sociedade.

Ainda no Rio de Janeiro, quem também abordou o campo de estudos das relações raciais foram duas lideranças do *Teatro Experimental do Negro*, Abdias Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos. Os dois intelectuais organizaram em 1945 e 1946 a I e a II *Convenção Nacional do Negro*, em 1949 a *Conferência Nacional do Negro*, e em 1950 o I *Congresso do Negro Brasileiro*. Esses congressos foram responsáveis por estabelecer o campo intelectual e prático da discussão sobre o negro na formação nacional e seus registros se encontram na primeira e segunda edição de *O negro revoltado*³⁶ (1968 e 1982).

Nos anais do I *Congresso do Negro Brasileiro* podemos observar a disputa³⁷ entre os dois grupos pelo financiamento do Projeto Unesco: uma das teses defendidas foi a de Guerreiro Ramos se intitulou *A Unesco e as relações raciais*. A tese foi aceita a partir do parecer de Darcy Ribeiro que afirmou que a mesma deveria ser encaminhada ao governo brasileiro e à Unesco. No documento, Ramos relatava que a solução proposta pela Unesco sobre os problemas raciais deveria conter conteúdo prático e deveria se evitar os estudos acadêmicos com mero caráter descritivo que levariam a uma falsa consciência de si mesmo (RAMOS, 1982).

³⁶ As tensões em torno da disputa hegemônica do campo das relações raciais será melhor abordada no capítulo 3 desta tese.

³⁷ As disputas e tensões entre os intelectuais das relações raciais serão alvo de análise no capítulo 3 desta tese.

A disputa entre o TEN e os intelectuais vinculados ao *establishment* acadêmico pelo financiamento da Unesco tinha de um lado Guerreiro Ramos, que estava propondo a realização de um encontro que visasse a elaboração de medidas de combate ao racismo . Esta seria a oportunidade de inserir a intelectualidade negra no debate internacional sobre enfrentamento da discriminação racial (MAIO, 2015, p.77). E do outro lado, Arthur Ramos, que em 1949 havia assumido a cadeira de diretor do Departamento de Ciências Sociais da Unesco. Arthur Ramos havia desenhado um projeto de estudos para o Brasil que estava em consonância com a agência internacional, a ideia de enfrentar o racismo e os demais problemas enfrentados por países subdesenvolvidos. O projeto de Arthur Ramos, perpassou pela necessidade de *integrar* negros e indígenas ao mundo moderno (MAIO, 1998).

Enquanto o projeto de Guerreiro Ramos (1982), por outro lado, esteve pautado no TEN que já trabalhava com a interface entre a sociologia e a psicologia social, tendo como objetivo, a valorização da subjetividade dos negros. O objetivo de Alberto Guerreiro Ramos era que a Unesco patrocinasse o *Congresso Internacional de Relações de Raça* para que se pudesse formar uma agenda política pautada na experiência do TEN ao invés de se limitar apenas a resolução da agência a investigações acadêmicas (MAIO, 2015, p.78). Guerreiro Ramos inspirado por uma concepção mannheimiana, entendia que o Estado tinha que exercer o controle racional da economia capitalista e que essa intervenção deveria ser proposta por um grupo - *intelligentsia* - com condições de definir os modelos de intervenção social apropriados (Ibidem). E foi seguindo esta linha de raciocínio que o 1º Congresso do Negro Brasileiro, organizado pelo TEN, mesmo sem o patrocínio da Unesco, seria o primeiro passo na tarefa de liderar a *intelligentsia* negra em direção a elevação social e sem conflitos da massa negra. Sendo o congresso responsável por formar uma frente ampla antirracista que privilegiaria soluções práticas para a ascensão da população negra.

Ao mesmo tempo em que as lideranças do TEN organizaram a Conferência Nacional do Negro em 1949, Arthur Ramos se reuniu com os professores do departamento de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia, entre eles Costa Pinto. O objetivo da reunião era de coletar sugestões para a sua gestão na Unesco. Ficou decidido que a Unesco deveria transformar o Brasil em um laboratório de pesquisas sobre as relações

humanas, que segundo Costa Pinto (1953, p.20) “a singularidade de suas estruturas sociais era repleta de situações e problemas de interesse científico universal”.

Em junho de 1950, a V Conferência Geral da Unesco aprovou a realização de uma pesquisa sobre as relações raciais no Brasil. No entanto, a pesquisa não foi conduzida nem por Guerreiro, nem por Arthur Ramos. Apesar do projeto do segundo ter sido aprovado, o mesmo veio a falecer antes do início do projeto. Quem conduziu o projeto Unesco foi Alfred Métraux, e a reunião de 1950 em Florença definiu que o "exame das atitudes dos vários grupos étnicos na América do Sul" (COSTA PINTO, 1950, p. 20), sugerido na reunião dos especialistas em 1949, passou a fazer parte do plano de trabalho do Comitê Executivo da Unesco em janeiro de 1950. O texto da proposta inserida no programa da entidade para 1951 sugeria a realização de uma pesquisa na América Latina com o intuito de examinar os fatores que levam a relações harmoniosas entre as raças (MAIO, 2015).

Apesar das disputas entre o grupo de Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento com o de Costa Pinto, o que marca o período no Rio de Janeiro é tanto a busca por superar o paradigma eugênico da II Guerra, como a ideia de harmonia entre raças no Brasil, difundido, sobretudo, pela obra de Gilberto Freyre. O projeto vencedor liderado por Costa Pinto apresentou um processo de inovação metodológica ao adotar o uso de um grande *survey* para estudar as tensões sociais no Brasil, na transição de um país agrícola para uma sociedade urbana e industrializada. O projeto norteou os estudos sobre desenvolvimentismo e modernidade no Brasil durante as décadas de 1950 e 1960. Por outro lado, o projeto de Guerreiro Ramos, mesmo que não tendo recebido o financiamento da Unesco, fundou uma nova ontologia política para o negro no Brasil, ao dizer que o povo brasileiro não é apenas mestiço, mas negro, não no sentido de uma raça, mas de um lugar, como aponta Joel Rufino (1995, p. 28). Esse importante deslocamento de sentido é tributário, de uma longa tradição do pensamento social brasileiro negro, que tem como principais características: denunciar o isolamento moral e social dos negros, induzido pela estética e pela ciência europeias; entender o país como produto do trabalho negro; ver a classe trabalhadora brasileira como originária dos escravos africanos, dos artesãos e artistas negros e mestiços; entender a cultura e os costumes dos africanos como base de nossa cultura popular (GUIMARÃES, 2004).

2.3 A ditadura e o movimento negro no Rio de Janeiro

Apesar dessa mobilização que envolveu o movimento negro e academia em torno do tema das relações raciais, ou como mencionado à época, de solucionar o *problema do negro*. A ditadura militar iniciada com o golpe de 1964, fez com que o movimento negro fosse desmobilizado e no caso do Rio de Janeiro, duas das suas principais lideranças – Abdias Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos – foram para o exílio nos Estados Unidos.

Essa desarticulação do movimento negro estava em consonância com a ideia de que o movimento trazia ao Brasil um problema que não existia ali, o racismo. De acordo com Thomas Skidmore (1994, p.134), “a elite brasileira defendia tenazmente a imagem do Brasil como uma democracia racial. Assim agia, de inúmeras maneiras. Uma dessas maneiras era rotular de ‘não brasileiros’ quem quer que levantasse sérias questões sobre relações raciais no Brasil”.

Portanto, a ideia de que não existia racismo no Brasil, mas na verdade havia uma democracia racial, era a ideologia de Estado na ditadura militar e mesmo que não correspondesse com a realidade observável, até a década de 1970, era entendida como uma realidade social pela sociedade (D’ADESKY, 2021). E qualquer retomada da luta contra a discriminação racial foi permeada pela vigilância do aparelho repressivo de Estado (MONTEIRO, 1991). Prova disso foram as investigações da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça e pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações às entidades negras e aos bailes *soul* no Rio de Janeiro, no evento que as agências regionais denominaram como *racismo negro* (sic).

A partir desse cenário, foi só na década de 1970 que o movimento negro voltou a se organizar e pautar uma agenda teórica e prática. E no Rio de Janeiro, o ressurgimento do movimento negro está embasado, principalmente, por duas conjunturas externas, a luta por independência dos países africanos e dos afro-americanos na luta pelos direitos civis e a posterior militância dos panteras negras. Essa conjuntura foi propícia para dar ênfase na valorização da história e cultura da África e da diáspora, assim como para a valorização do fenótipo negro (MEDEIROS, 2021).

2.3.1 O movimento negro foi gestacionado em espaços acadêmicos

Um aspecto importante do ressurgimento do movimento negro no Rio de Janeiro é o fato de ter sido gestacionado em espaços culturais acadêmicos como a universidade e também

em atividades culturais recreativas como os bailes *soul*, ou *black Rio* como o evento ficou conhecido na cidade durante a década de 1970. E a explicação para este movimento começou com relação à política externa adotada pelo Brasil a partir de 1950. Como já mencionamos neste capítulo, a aproximação do Brasil com os países do Terceiro Mundo foi uma estratégia voltada ao desenvolvimento nacional. E o embasamento desta nova estratégia foi muito pautado pela materialização do Instituto de Estudos afro-asiático (Ibeaa), órgão criado em 1961 e que cooperou com o Estado brasileiro na aproximação com países da África e da Ásia.

De acordo com Candido Mendes de Almeida (1998), em 1973, o Ibeaa foi incorporado à UCAM e se tornou Centro de Estudos Afro-asiático. Quando acoplado à universidade, o afro-asiático ocupava duas salas no prédio da Candido Mendes em Ipanema, e teve como principais personagens³⁸ o reitor Candido Mendes de Almeida e o vice-diretor do centro, José Maria Nunes Pereira. Este era um espaço universitário singular porque em plena ditadura militar o reitor contava com o suporte da Igreja Católica, seu avô tinha relações estreitas com o Vaticano e por sua amizade com o general Golbery do Couto e Silva, um dos criadores do Serviço Nacional de Informações (SNI).

As fortes relações políticas de Cândido Mendes tornaram o espaço de Ipanema o local ideal para as reuniões de um grupo de jovens negros acadêmicos que buscavam formar grupos de estudo e discussão da questão racial. Foi devido à confluência da política externa brasileira, a consolidação dos estudos africanos e a necessidade de resistência organizada ao autoritarismo nacional, que surgiram os núcleos do movimento negro fluminense. No âmbito universitário, além do CEAA, o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR)³⁹ compreendido por alunos da Universidade Federal Fluminense (UFF) e inaugurado em 1975 foi imprescindível para o ressurgimento do movimento negro no estado.

³⁸ A relação dos dois começa com um *acaso*, quando Candido Mendes de Almeida vai à PUC-Rio para ministrar um curso sobre África e os organizadores não dispunham de um mapa da África, acabou que Jose Maria Nunes Pereira estava no curso e ele tinha um mapa, que acabou emprestando ao professor. Ao terminar a palestra o professor Candido Mendes procurou saber quem era a pessoa dona do mapa da África e que demonstrava interessar-se pelo estudo da África, principalmente por estar entre participantes na palestra que não sabiam praticamente nada sobre África.

³⁹ O GTAR também agregou estudantes brancos. Com ele colaboraram os sociólogos Eduardo Oliveira e Oliveira e Carlos Alfredo Hasenbalg, os/as antropólogos/as Manuel Nunes Pereira, Juana Elbein e Ivone (Maggie) Velho, os historiadores Vicente Salles, Décio Freitas e Michael Turner, entre outros.

Outro ponto aglutinador, na década de 1970, eram os bailes *soul*, que reuniam milhares de pessoas em festas nas zonas norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro. Tanto o sentimento de vitória compartilhado pelas lutas de independência nacional na África, como a cultura negra norte-americana no contexto dos direitos civis e dos panteras negras, foram fundamentais para desenvolver o capital cultural dos negros e a curiosidade por saber mais desse tema amalgamou esse grupo em espaços acadêmicos e políticos.

2.4. O Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR)

O GTAR era a soma do esforço de alunos da UFF que por incentivo da diretora do ICHF passaram a frequentar as reuniões de sábado no *Afro-asiático* e sob a liderança de Beatriz Nascimento criaram esse grupo de trabalho que reunia alunos dos mais diversos cursos da universidade para discutir temas sobre África e raça, com o objetivo de agir politicamente, inclusive com ações direcionadas à comunidade situada no entorno da universidade.

Fundado em 1975, o grupo era formado por estudantes de química, física, história, ciências sociais e geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Os estudantes antes de fundar o GTAR já haviam participado dos encontros do *Afro* na Candido Mendes, e o seu evento inaugural foi a I Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira, realizado no ICHF da UFF. Para esse encontro o grupo convidou autoridades e especialistas do campo de estudos das relações raciais.

No ano seguinte, o grupo liderado por Beatriz Nascimento organizou a II Semana de estudos, que contou com a presença de pesquisadores do eixo Rio-São Paulo, frequentaram esses congressos intelectuais importantes como Maria Berriel, Eduardo Oliveira e Carlos Hasenbalg. As palestras foram publicadas em um Caderno de Estudos e o intuito do GTAR era de apresentar uma proposta de estudo das relações raciais que objetivava dar um novo viés aos estudos sobre o negro no Brasil (GTAR, 1982).

Os propósitos eram de introduzir gradualmente créditos na universidade que abordassem as relações raciais no Brasil; reformular o programa da disciplina de Antropologia do Negro Brasileiro; e atualizar a bibliografia dos cursos. O evento da Semana teve sequência nos anos de 1977 e 1978, tendo trocado a data para novembro para coincidir com a data de Zumbi dos Palmares, sendo que no ano de 1978 o GTAR conseguiu aprovar o evento pelo Ministério da Educação e Cultura, através da Portaria 741, de 4 de

setembro de 1978. E a partir desse reconhecimento, o grupo decidiu se organizar juridicamente com o nome de Grupo de Trabalho André Rebouças, reunindo intelectuais, ex-alunos e alunos negros universitários em torno do projeto.

Nesse processo de reconhecimento jurídico o GTAR optou por seguir duas linhas, a primeira era fomentar a linha de estudos acadêmicos e científicos sobre as relações raciais no Brasil e a outra era de preparar uma ação voltada para atender às demandas locais. Na sétima edição do Congresso sobre a importância do negro na formação da sociedade brasileira, os projetos foram direcionados para atender comunidades de Minas Gerais, Niterói e Baixada Fluminense no Rio de Janeiro.

Além do GTAR, outras entidades foram germinadas dos encontros aos sábados em Ipanema, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN)⁴⁰.

2.5. A Sociedade de Intercâmbio Brasil-África

De acordo com o relato⁴¹ de Yedo Ferreira⁴², um dos principais intelectuais orgânicos do movimento no Rio de Janeiro, o *Afro* contribuiu com o movimento negro moderno por ter sido em seu primeiro ano (1972)⁴³, o principal ponto aglutinador “dos dispersos grupos de negros na cidade do Rio de Janeiro. Quem deu a base da relação entre o CEAA e militantes foram, Jose Maria Nunes Pereira por ter concebido o centro e Beatriz Nascimento por ter levado os militantes”.

⁴⁰ O capítulo 2 desta tese se propõe a descrever a atuação dessas entidades no Rio de Janeiro.

⁴¹ Este material advém de um testemunho produzido pelo autor para uma edição especial, em razão dos 40 anos da Revista de Estudos Afro-asiática, que na época (2012) não foi publicada por falta de verba da Universidade Cândido Mendes. O testemunho foi cedido a mim por Jacques d'Adesky.

⁴² Formado em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi membro do Partido Comunista Brasileiro de 1955 até pouco depois do golpe de 1964, sua experiência política foi importante para a estruturação da Sinba (Sociedade de Intercâmbio Brasil-África) e do MNU (Movimento Negro Unificado), ambos na década de 1970, além de ter atuado em diversas entidades do Movimento Negro durante toda sua trajetória de militante.

⁴³ De acordo com Yedo Ferreira, antes da formalização em 1973 do CEAA, o espaço já era ocupado informalmente em 1972. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/yedo-ferreira>>

A primeira reunião do *Afro* foi coordenada por Beatriz Nascimento e contou com a presença de oito pessoas, todas negras. Com o tempo as reuniões chegaram a reunir 140 pessoas, a maioria dos componentes do grupo era de jovens que estavam iniciando sua formação política. A primeira cisão deste grupo foi proveniente da criação da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA), em 1974.

A formação da SINBA veio a partir das discussões do grupo no CEAA, que viu a necessidade de se formar uma entidade negra. E a divisão aconteceu porque esse grupo entendia como fundamental uma organização negra que não ficasse apenas discutindo aos sábados, mas que fosse uma entidade propositiva e autônoma. Nas palavras de Yedo Ferreira⁴⁴:

“Nós vamos sair, porque estamos vendo que aqui as pessoas preferem ficar se reunindo aos sábados, pura e simplesmente, e não partir para uma organização, só que esse espaço aqui não é nosso. Daqui a pouco, provavelmente o Cândido Mendes vai se aborrecer, vai tomar esse espaço e nós vamos ficar na rua, não vamos ter coisa nenhuma.”

E de fato, o que acabou acontecendo é que na época as discussões estavam terminando muito tarde e começavam a dar muita pinta aquele pessoal todo saindo tarde de Ipanema. A solução do Cândido Mendes para acalmar um pouco as coisas foi dar uma viagem para Zé Maria e a esposa⁴⁵ para visitar a família em Angola. Quando contou aos demais membros do grupo de que iria viajar e as reuniões teriam de parar durante esse tempo, as pessoas ficaram desesperadas e deram razão ao Yedo Ferreira, Amauri Mendes e outros que queriam criar a SINBA. A solução encontrada foi reunir os membros da SINBA com os demais participantes da jornada de sábado para discutir o que fazer, antes do Afro fechar enquanto o Jose Maria viajava.

Durante essa preparação, Jose Maria conversou com Yedo sobre os riscos de criar uma entidade em período de repressão. Foi então que sugeriu que o SINBA procurasse apoio diplomático com o consulado do Senegal⁴⁶. Então foram três membros - Joel Rufino, Yedo Ferreira e José Ricardo - para pedir apoio diplomático, e no encontro foram orientados a criar a entidade, mas que deveriam tomar cuidado para tratar de temas que

⁴⁴ Em entrevista para Verena Alberti e Amílcar Pereira na escola de ciências sociais (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

⁴⁵ Sua esposa era angolana e eles tinham filhos que estavam lá.

⁴⁶ Jose Maria já havia sido ajudado pelo consulado do Senegal em 1964, quando estava preso e precisava tirar sua esposa do Brasil.

envolvessem Brasil e África, já que teria o apoio do consulado senegalês. E a primeira questão era qual o nome que deveria ser usado. Dentro do grupo já se debatia a ideia de intercâmbio com a África, e foi aí que Yedo Ferreira sugeriu que fosse Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. O passo seguinte era conseguir dinheiro para viabilizar a entidade.

Então o grupo contou com a ajuda de Célio de Oliveira, que era serventuário da justiça e com o Almir, que trabalhava com registro de pessoa jurídica para resolver as questões burocráticas. Para arrecadar dinheiro foram organizados alguns eventos como: desfile de roupas africanas para venda e apresentações como o balé afro. E em março de 1974 o grupo já tinha conseguido o suficiente para iniciar o SINBA. No entanto, nesse período o Jose Maria Nunes Pereira já tinha voltado e uma boa parte do grupo também voltou a se reunir no CEAA deixando de lado a ideia de entidade própria. Para os que ficaram, restava dar o terceiro passo, encontrar uma sede.

Para a realização da terceira etapa, uma das coincidências foi de que quando o SINBA organizou a apresentação do *Olorun Baba* - grupo de dança afro - no teatro João Caetano, houve a presença da imprensa, e entre eles estava Meire Alves, filha de Rodrigues Alves uma pessoa importante do Teatro Experimental do Negro. Foi então que Rodrigues Alves resolveu ceder uma casa que ele tinha no bairro de Guadalupe, zona norte do Rio de Janeiro, para que a SINBA usasse como sede. E esse também foi o primeiro problema da entidade, alguns membros moravam na zona sul - Carlos Alberto Medeiros; Lincoln; Veramara, por exemplo - e acabaram se desligando por preferirem frequentar as reuniões do CEAA, em Ipanema.

No fim, efetivamente, só ficaram oito pessoas no SINBA, essa que foi a primeira entidade política no ressurgimento do movimento negro do Rio de Janeiro. Entre os feitos importantes da entidade menciono o jornal SINBA (1977-1980). Como podemos ver um trecho na figura 3, assim como os protestos contra o caso Robson⁴⁷ e dos jovens barrados no clube Tietê. Portanto, além do jornal, o grupo teve atuação ativa nos eventos que unificaram diversos movimentos negros em São Paulo e acabaram fundado o MNU. Sobre a fundação do movimento negro unificado, este foi um fator de nova divisão do

⁴⁷ Robson Silveira da Luz foi torturado e morto em 1978 na 44ª delegacia de polícia de Guaianases, em São Paulo

grupo, porque apenas Yedo Ferreira e Amauri Mendes ficaram no SINBA para dar prosseguimento a este processo, os outros acabaram saindo⁴⁸.

Figura 3- Capa da primeira edição da revista Sinba em Julho de 1977

⁴⁸ De acordo com Amauri Mendes, o Yedo Ferreira por ser um ex-quadro do Partido Comunista do Brasil, sabia trabalhar bem como fazer estatuto, como registrar uma organização, sabia lidar com o processo institucional e esse foi um diferencial para a estruturação da SINBA; do IPCN e do MNU.

SINBA

ORGÃO DE DIVULGAÇÃO DA SOCIEDADE DE INTERCÂMBIO BRASIL-ÁFRICA

ANO I

RIO DE JANEIRO, JULHO DE 1977

N.º 1

Depoimento de um líder estudantil de Soweto

(NASHININI)

— A POPULAÇÃO negra sul-africana é constantemente submetida a uma repressão tão grande, que bastam poucas iniciativas para que se alcance certa prática política, passando à luta organizada. Ideologia política seguida pelos negros é na verdade traçada pelas atrocidades a que os brancos nos submeteram. Somos capazes de identificar com facilidade todos os elementos da opressão que sofremos, e de escolher os meios de combatê-la. Não temos a necessidade de que nos ditem nossa conduta. Sabemos muito bem o que quer dizer "educação bantú": um conceito e uma prática introduzidas pelo regime com a finalidade de ensinar as crianças negras a servirem ao homem branco, assim que elas se tornem membros ativos da força de trabalho. Além disso, nossas escolas foram divididas segundo critérios puramente étnicos, coisa que os estudantes jamais aceitaram. Recentemente, os departamentos de administração e educação bantú decidiram que os estudantes negros deveriam aprender a "viver" em duas línguas, inglês e africâna, idioma inventado pelo branco e meio privilegiado de submissão do estudante negro, medida que nos levou a desencadear greves, especialmente nas escolas secundárias, onde essas normas foram aplicadas primeiro. As greves foram de maio a junho. Depois resolvemos partir para uma ação mais concreta e eficiente para denunciar mais essa medida repressiva. Depois de contactarmos várias

escolas secundárias, decidimos organizar uma manifestação pacífica, a 15 de junho, no curso de um dia inteiramente dedicado à revolta contra os africânos: "Não somos Boers", foi o nosso slogan. Havíamos combinado nos encontrar, no fim, em uma escola para um comício, a que se se-

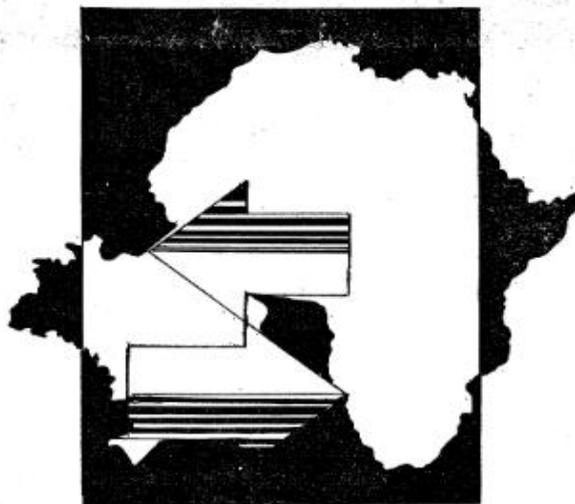
guiria a publicação de um manifesto às autoridades, rejeitando o novo idioma e manifestando nossa intenção de só voltar às aulas quando essa lei fosse revogada. Depois de percorrermos as ruas de Soweto durante a tarde, fomos para o encontro marcado. A polícia havia chegado primeiro

e tentamos parlamentar — mas como única resposta, obtivemos bombas de gás lacrimogêneo. Quando começamos a fugir, a polícia abriu fogo, indistintamente. Muitos de nós morreram. O balanço oficial foi de 177 mortos nos três primeiros dias de rebelião, mas sabemos que só em Soweto e

nos arredores morreram 262. Mais de mil foram presos, enquanto muitos eram dados como "desaparecidos".

As "forças da ordem" não esperavam essa revolta: ficaram visivelmente surpreendidos com essa primeira grande manifestação estudantil, fenômeno desconhecido na África do Sul. Compreendemos imediatamente que a polícia e o regime nos haviam declarado guerra, e que não recuaríamos diante de nada. Também nós ficamos muito chocados com o morticínio do primeiro dia — mas esse choque transformou-se rapidamente em raiva, um ódio profundo que rapidamente se comunicou a toda a população africana de Soweto. A partir desse momento, tudo o que simbolizava o branco e sua repressão foi destruído: sedes de órgãos municipais, bibliotecas, etc. O regime racista declarou, depois que entre os estudantes haviam agitadores comunistas cuja intenção era derrubar o governo. Então nós, estudantes, gritamos em resposta que as leis contra os comunistas são na verdade leis discriminatórias que permitem ao regime dedicar uma soma mínima à educação das crianças negras, enquanto quantias colossais são reservadas aos serviços de segurança ou da defesa.

Diante dessa atitude do governo, depois dos três primeiros dias de protesto, resolvemos continuar nossas manifestações, não só contra a imposição dos africânos, mas também a fim de conseguir a libertação dos companheiros presos.



SOWETO — 16 DE JUNHO DE 1976 — MAIS DE 600 MORTOS

Segundo a UNESCO:

— "São poucos na história os exemplos de uma polícia que dispara sobre escolares sem armas e os mata em tal quantidade que o número exato de mortos não pode nunca ser estabelecido."

— Este ano continua a repressão cada vez mais brutal. E a luta vai continuar até que o racismo seja completamente vencido pelos negros na África do Sul.

Fonte: imagem da internet
Disponível em: <<http://negritos.com.br/wp-content/plugins/pdfjs-viewer-shortcode/pdfjs/web/viewer.php?file=http%3A%2F%2Fnegritos.com.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2020%2F04%2FJornal-Sinba-L.pdf&download=true&print=true&openfile=false>>

2.6. Instituto de Pesquisa em Culturas Negras

Alguns meses após a formação do SINBA, em julho de 1975, outra entidade negra com caráter político foi fundada, o Instituto de Pesquisa em Culturas Negras (IPCN) do Rio de Janeiro. O IPCN nasceu a partir de três grupos fundantes, o primeiro e mais numeroso era o proveniente dos membros das reuniões de sábado no *Afro-asiático*; o segundo era de um corpo de atores negros da *TV Globo*, com Milton Gonçalves, Haroldo de Oliveira, Antonio Pitanga, entre outros. Em conversa com Carlos Alberto Medeiros, fui informado que esse grupo de atores estava incomodado com os papéis secundários que recebiam em séries e novelas, tendo como estopim a escolha por Sônia Braga para viver a personagem principal, em *Gabriela*, ao invés da escolha de Vera Magalhães. E, por fim, o terceiro grupo era composto por funcionários negros do judiciário, justamente os membros do corpo fundador do SINBA.

Inicialmente os encontros da diretoria eram realizados na casa dos próprios membros, e as reuniões gerais e abertas ao público aconteciam em espaços maiores, como os teatros *Opinião* e *Tereza Raquel*. Espaços que eram cedidos graças à intervenção do grupo de atores que compunha o IPCN e depois o Instituto Cultural Brasil-Alemanha cedeu uma sala pelo período de um ano. As reuniões abertas do IPCN davam continuidade à prática iniciada pelas jornadas de sábado no CEAA. Entre essas reuniões houve algumas com presenças estrangeiras ilustres como o historiador Roy Arthur Glasgow e o ativista norte-americano Stokeley Carmichael (MEDEIROS, 2021).

Depois desse período, era posta a necessidade de uma sede própria para as reuniões da entidade. Nesse caminho, houve a aproximação com um interlocutor norte-americano, o então jogador de basquete do Flamengo, James Samuel Lee. Em relato de Carlos Alberto Medeiros, ele disse que o jogador o levou para conversar com a Fundação Ford. No entanto, a fundação respondeu que não atuava dessa forma no Brasil e indicou que ele procurasse a Fundação Interamericana (IAF), ligada ao partido Democrata. A IAF doou 82 mil dólares, e o dinheiro foi usado para comprar a sede, um imóvel na Avenida Mem de Sá, no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro.

Esse passo foi fundamental, porque deu as bases para que o IPCN tenha sido a principal entidade negra do Rio de Janeiro na década de 1970, o Instituto tornou-se o centro das discussões sobre a questão racial no estado. O IPCN tornou-se espaço de palestras, debates, local para apresentações culturais, sessões de cinema com debate ao fim,

portanto um espaço de sociabilidade negra durante a ditadura militar. Na sede se reuniam intelectuais, militantes e uma juventude interessada em se aproximar da temática racial.

Nas décadas de 1970 e 80 o IPCN chegou a ter milhares de filiados e foi ponto central nos principais debates públicos como o *Apartheid* na África do Sul e a *Marcha contra a Farsa da Abolição*, em 1988. A entidade teve tamanha relevância política, a ponto de ser alvo de espionagem. De acordo com o trabalho de Paulina Alberto (2008) e com Carlos Alberto Medeiros (2021), o último por meio de conversa e de um artigo, para os órgãos de informação da ditadura o IPCN esteve sob vigilância constante dos órgãos, que o definiam como “o órgão coordenador da resistência negra no estado do Rio de Janeiro”.

No entanto, as informações encontradas pelos pesquisadores nos arquivos da cidade evocam algumas insinuações falsas e até fantasiosas. Neste mesmo período, outra ação importante de organização e aglutinação de massa dos jovens negros foram os bailes *soul*, que no Rio de Janeiro ficou conhecido como movimento *Black in Rio*.

2.7. O baile Soul e o movimento Black in Rio

O movimento dos bailes *soul* no Rio de Janeiro teve grande importância na reconfiguração da ocupação do espaço urbano na cidade, os jovens negros das favelas se deslocaram entre as zonas norte e sul. A partir desse deslocamento promovido pelos jovens do movimento negro, há uma alteração da segregação espacial em termos de realização de eventos culturais na zona sul (MONTEIRO, 1991). A principal referência do movimento advinha do contexto norte-americano, pois dos Estados Unidos vieram os principais materiais, como as revistas, livros, jornais e principalmente o cinema e a música.

Em conversas com Dom Filó e Carlos Alberto Medeiros, pude entender um pouco mais de como chegaram essas informações e como eram organizados os eventos que reuniam milhares de jovens negros durante a ditadura. Na década de 1960 o ritmo *Soul* - que misturava gêneros como o *jazz*; o *blues* e o *gospel* - havia se tornado um dos principais divulgadores da atuação do movimento negro norte-americano, tendo como marca características gestuais, indumentárias e penteados que lançaram moda no período.

Uma das perguntas que fiz a Dom Filó era referente a como chegavam essas informações ao Brasil e aos jovens negros. Tanto ele como Carlos Alberto Medeiros foram enfáticos em dizer que os artistas como Tony Tornado, Tim Maia, entre outros, quando voltavam

de viagens aos EUA traziam revistas e discos de vinil. Outra influência importante era a dos livros, ambos citaram as obras escritas por James Baldwin e Eldridge Cleaver, livros que tiveram traduções para o português.

O cinema foi outra ferramenta que conectou os jovens negros em torno do movimento *black in Rio*, os filmes americanos, os *blaxploitation movies* em que os protagonistas eram heróis negros eram expostos nos bailes *blacks* (MEDEIROS, 2021). Por fim, o principal movimento agregador era a música, o ritmo *Soul* passou a atrair milhões de jovens negros em muitas cidades do país, e nos bailes esses jovens passavam a ter contato com a identidade negra de forma positiva, ali tinham contato com os slogans *Black Power* e *Black is Beautiful*. Dessa forma o *Soul* se tornou um dos motores propulsores do movimento negro, pois trabalhava com a autoestima dos negros, que passaram a ver a sua identidade de forma positiva, seja pela indumentária, ou pelo penteado usado por estrelas internacionais da música e do cinema. Ao mesmo tempo que os espaços em que ocorriam os bailes também passaram a ser ponto de encontro dos militantes na década de 1970.

O movimento *Soul* foi importante porque ao construir uma ideia de identidade negra positiva, o movimento passou a questionar conceitos alicerçados pelas elites intelectuais, o *establishment* intelectual brasileiro. O abalo ao *status quo* racial brasileiro foi tão grande, que figuras como Gilberto Freyre vieram a se posicionar frente ao fenômeno. Portanto, a ideia de *democracia racial* propagada pelos aparelhos de Estado (ALTHUSSER, 1970) passou a ser questionada e os militantes disseram que essa foi uma pedra fundamental na consciência racial deles e de outros milhares de jovens que vieram a compor o movimento negro na década de 1970.

Como consequência, a maturidade e o rumo político desses movimentos foi consolidado na década de 1980. A semente que foi plantada a partir de estratégias de fomento ao capital cultural dos militantes propiciado tanto em espaços acadêmicos, como em espaços lúdicos, e, passou a municiar o movimento negro para que pudesse retirar o véu, tal qual apresentado por Du Bois no início deste capítulo. Dessa forma, o movimento negro passou a consolidar suas pautas na esfera da representação política institucional e foram nas primeiras eleições diretas em 1982 e posteriormente na Constituição de 1988, eventos que serão abordados no próximo capítulo, que foi firmada uma agenda pública de igualdade racial.

3. A década de 1980

“Porque existe uma história do negro sem o Brasil
O que não existe é uma história do Brasil sem o negro”

(Januário Garcia)

No capítulo anterior produzi uma análise histórica do processo de ressurgimento do movimento negro no Rio de Janeiro durante os anos 1970. Escrevi essa primeira etapa para auxiliar o leitor a entender quais foram os elementos formadores de uma agenda em defesa da igualdade racial e dos direitos humanos. Essa agenda foi consolidada institucionalmente pelo movimento negro nos anos 1980. Portanto, neste capítulo vamos abordar as estratégias de ação política que foram fundamentadas durante a década de 1980. Estas estratégias políticas tinham o intuito de confrontar a ideia de que critérios referentes às linhas de cor serviriam como justificativa para a exploração de pessoas não-brancas. As ações políticas que serão apresentadas ao longo do capítulo serviram como instrumentos de ação que objetivavam o reconhecimento de direitos iguais, assim como buscavam o acesso à cidadania a pessoas negras durante o processo de modernização do Brasil.

O intuito deste capítulo é entender o amadurecimento político e estratégico do movimento negro e dos partidos políticos no que tange o compromisso com a justiça social, os direitos humanos, o acesso à cidadania e o antirracismo. Se nos anos 1970 estava emergindo uma agenda propositiva de dentro da academia e do movimento negro, neste capítulo vamos observar como essa importante agenda se estabeleceu nos anos 1980 com a abertura democrática e o acesso de alguns atores-chave na arena política. Este é o desafio que proponho abordar neste capítulo.

3.1. A consolidação dos novos movimentos sociais

Em linhas gerais, um movimento social é um fenômeno coletivo que se apresenta com certa unidade externa, mas que, no interior contém formas de ação e significados muito diferenciados, e que frequentemente investe suas energias para manter unidas as diferenças (MELUCCI, 2001). O movimento social também é constituído por ações do ator que se baseiam em densas redes sociais que recorrem a quadros culturais consensuais e orientados para a ação (TARROW, 2009).

Os movimentos sociais, até a década de 1960, quando analisados pela teoria sociológica, sempre estiveram em uma perspectiva marxista, ou, do *collective behavior*

(comportamento coletivo). O paradigma marxista e do comportamento coletivo tornaram-se apostas insuficientes tanto para a compreensão das sociedades complexas, como dos movimentos sociais que surgiram após a década de 1960 (PAIVA, 2013b).

A década de 1960 trouxe novas perspectivas para o estudo dos movimentos sociais, tanto nos Estados Unidos, como na Europa. Uma nova geração de estudiosos, muitos oriundos dos movimentos que surgiram nesta década, deram aos movimentos sociais uma imagem nova e mais positiva (TARROW, 2009).

Nas correntes que representam o pós-1960, ou, nos *novos movimentos sociais* (GOHN, 1997) observamos dois aspectos importantes a serem abordados na categorização de um movimento social, a *solidariedade* e o *conflito*. Pode-se definir que um movimento social é uma ação coletiva em que sua orientação condensa a solidariedade como traço marcante, junto a manifestação de um conflito e ainda implica a ruptura de certos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere (MELUCCI, 2001). Portanto, um movimento social é categorizado como tal, quando apresenta ruptura com o sistema; pela manifestação de conflito; e, por comportar a solidariedade como elemento fundamental (Ibidem).

Outra corrente que surge nas décadas de 1970/80 é a das culturas de confronto. Um de seus inspiradores foi Edward Thompson (1924-1993). Thompson alia tanto o paradigma marxista, quanto ressoa a dimensão cultural ao conceito de hegemonia de classe produzido por Antonio Gramsci. O autor britânico procurou substituir o marxismo produtivista de seus antecessores pelo foco na autoconstrução de classe (THOMPSON, 1979). Um outro expoente foi Erwing Goffman (1974), cujo trabalho possibilitou que os estudiosos dos movimentos sociais começassem a observar os *quadros interpretativos* que eram capazes de convencer os participantes de que a causa era justa e importante.

3.1.1. Os novos movimentos sociais na América latina e no Brasil

Na América latina, em especial, no Brasil, a manifestação dos novos movimentos sociais foi constituída para além dos elementos teóricos abordados acima, por alguns elementos *sui generis*. De acordo com Ruth Cardoso (1987), nessa região, os estudos sobre

movimentos sociais são consequência de uma conjuntura intelectual e política específica. Desenvolvidos na década de 1970, coincidiram com o avanço do autoritarismo sobre vários países da América latina e sucedem os temas característicos dos anos 1960, a marginalidade e a dependência. Nesse período, a região sofria as consequências políticas da industrialização excludente. Além disso, as periferias urbanas lutavam para serem reconhecidas pelo Estado.

No campo teórico, a desilusão com os esquemas globalizantes passou a alimentar a busca por explicações aos novos problemas. A rigidez da teoria marxista deixou de dar conta das especificidades da região e abriu caminho para novas formas de investigação. Ao mesmo tempo, as revisões do marxismo despertavam grande interesse no campo intelectual. Consumiam-se cada vez mais autores como Althusser e as releituras de Gramsci, literaturas estas que buscaram compatibilizar o marxismo com as ilusões e desilusões de 1968 (CARDOSO, 1987). O cenário da América latina começava a apresentar o descontentamento das periferias pelo acesso a direitos iguais e pela cidadania plena.

No Brasil, as décadas de 1970 e 1980 ficaram marcadas pelo surgimento dos movimentos sociais. Nesse período também formou-se uma gama de intelectuais que buscou associar o tema do surgimento dos movimentos sociais com a teoria sobre cidadania. Como vimos no capítulo anterior, o Brasil estava em plena ditadura militar, e os movimentos sociais deste período – como MNU e Movimento dos Sem Terra (MST) – buscavam a ampliação do acesso ao espaço político e aos benefícios do desenvolvimento econômico (DURHAM, 1984).

O surgimento desses novos movimentos no Brasil esteve intimamente ligado ao crescimento das cidades e a consequente mudança no estilo de vida e da cultura. Eunice Durham (1984) apontou que havia novas necessidades que não se enquadravam unicamente na chave analítica de classe social. O movimento feminista e o movimento ecológico são retratos dessa nova estrutura societária. Portanto, é a partir desta nova perspectiva que se pode reexaminar a base de classes dos movimentos sociais no Brasil.

As entidades do movimento negro que surgiram na década de 1970 apresentaram essas mesmas características e ainda somam à interpretação da sociedade brasileira uma perspectiva interseccional, ou seja, observaram a sociedade a partir de um ponto de vista

mais abrangente da realidade social. Nesse sentido, as próximas seções vão dissertar sobre as características particulares das associações negras, tais como diálogo com o conceito de cidadania, a garantia de direitos fundamentais, o combate à discriminação e a demanda pela ampliação da esfera pública.

3.2. O grupo Maria Felipa

Um desdobramento que pode ilustrar a soma das características citadas anteriormente é o surgimento do grupo Maria Felipa⁴⁹ no Rio de Janeiro. O grupo surgiu de dentro do IPCN. Era um movimento de mulheres negras que juntas perceberam a necessidade de debater a perspectiva das mulheres dentro do movimento negro e da questão racial dentro do movimento feminista. O nome é uma homenagem à Maria Felipa de Oliveira, mulher negra que viveu na Bahia no início do século XIX. Ela ficou conhecida por sua performance no combate ao assalto coordenado por tropas portuguesas na ilha de Itaparica, no recôncavo baiano. O sucesso da defesa do território ficou marcado pela valentia de Maria Felipa e a imagem da capoeirista esteve fixada no imaginário popular do território como exemplo de luta e resistência.

A ideia de colocar um nome feminino com atuação histórica na luta por resistência, foi um movimento articulado do coletivo de mulheres com o objetivo de resgate do papel da mulher negra na história do Brasil. O grupo emergiu em reação a um artigo publicado no terceiro volume da revista Sinba, em que se questionava o papel da mulher negra dentro do movimento negro. Segundo uma de suas fundadoras, Suzete dos Santos, foram organizados debates entre os meses de setembro e novembro de 1979. Esses debates tinham como tarefa central a mobilização das mulheres negras.

As três principais líderes desse processo foram: Suzete dos Santos, Léa Garcia e Pedrina de Deus. As duas últimas foram responsáveis por articular o trabalho de pesquisa e produção teórica, tendo cada uma publicado um artigo no quarto volume da revista Sinba. A associação tinha reuniões todas às quintas-feiras à noite, na sede do IPCN. As líderes do projeto eram mulheres que haviam ascendido socialmente, a partir de suas oportunidades no ensino e na entrada no mercado de trabalho – eram advogadas,

⁴⁹ De acordo com Suzete Paiva dos Santos, uma das fundadoras do grupo, vários nomes foram sugeridos, como Luiza Mahin, Zeferina, dentre tantos outros nomes de mulheres que tiveram histórias de resistência a escravidão, na liderança de insurreição de escravos. Maria Felipa foi escolhida por ser uma das líderes da resistência malê na Bahia.

professoras e engenheiras. Portanto, dessa experiência surgiu a vanguarda de um movimento feminista negro no Rio de Janeiro.

De acordo com Suzete dos Santos, o principal objetivo do grupo era conscientizar a comunidade negra dos problemas que enfrentavam. Dentre eles estavam: a ideologia do branqueamento; a opressão social, econômica e racial; e a discussão sobre o machismo no movimento negro, assim como o racismo no movimento feminista.

O principal objetivo do grupo era expandir a esfera pública a partir da ideia de cidadania. As mulheres do grupo estavam articuladas em função de uma, ou, várias reivindicações coletivas que são definidas a partir da percepção de carências comuns. Essas mulheres procuraram criar um espaço onde fosse possível a vivência da igualdade, e elaboraram os direitos que definem uma nova cidadania.

Na década de 1980 ao mesmo tempo em que se formaram os novos movimentos sociais, também emergiu uma nova noção de cidadania. Esta nova concepção era a de *cidadania como estratégia política*, como define Evelina Dagnino (1994), e respondia a um conjunto de interesses e aspirações de uma parcela significativa da sociedade.

3.3. A consolidação política do MNU na década de 1980

Se na década de 1970 o movimento negro consolidou a sua identidade coletiva, na década de 1980 o movimento amadureceu e passou a executar ações direcionadas à esfera política. Portanto, o movimento negro formalizou a sua institucionalização pública não estatal e o próximo passo foi instaurar a sua institucionalização na esfera do Estado por meio da construção de encaixes institucionais e seus resultados em termos de incorporação da agenda societal. A emergência do Movimento Negro Unificado, foi responsável por moldar o atual formato de articulação do Movimento Negro do Brasil, como ressalta Nilma Lino Gomes (2017). O fator imprescindível para essa mudança foi o início da abertura política, em 1982, marcada pela retomada das eleições pluripartidárias no Brasil.

Nesse período, o MNU passou a adotar estratégias de ação que demandaram por políticas de *Reconhecimento* (FANON, 2008; HONNETH, 2009), *Redistribuição* (FRASER, 2001) e *Cidadania*. De acordo com mapeamento realizado por Flávia Rios (2015), com base no manifesto do MNU de 1978, no plano econômico, a demanda era por

oportunidades de emprego; entre as estratégias de reconhecimento estavam a reabilitação do papel do negro na história do Brasil e na valorização da cultura negra na educação. Por fim, as demandas por direitos de cidadania figuravam na aquisição de direitos civis, políticos e sociais, pautadas no acesso a serviços básicos como saúde, habitação e educação. Também apareciam na agenda temas como a liberdade de expressão, de organização política e o fim da perseguição e da violência, além da garantia ao direito à vida.

A organização do MNU esteve pautada pela luta por direitos, seja o direito à igualdade, ou, à diferença, e esta era uma base fundamental. As ações do movimento negro passaram a dar ênfase na construção da democracia. Na verdade, mais do que isso, no aprofundamento da democracia. Portanto, a nova noção de cidadania, como definido por Dagnino (1994, p.104), expressa o novo estamento teórico e político que assumiu a questão da democracia em todo o mundo, especialmente a partir da crise do socialismo.

É interessante notar como o movimento negro conseguiu organizar uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que apresenta um nexos constitutivo entre as dimensões da política e da cultura. Ao assumir como demanda central essa nova noção de cidadania, o MNU passou a levar em consideração o papel das subjetividades e a ampliação do espaço da política, assim, a construção da cidadania passava a apontar para a difusão de uma cultura democrática.

A fundação do MNU fez com que o movimento negro deixasse de ser organizado por ações de grupos individuais e se tornou uma articulação coletiva a nível nacional, na qual se juntam diversas entidades, coletivos, partidos e indivíduos (DOMINGUES, 2007, p. 114-115). Além dessa reestruturação interna, o movimento negro buscou incorporar as suas demandas a novas agendas políticas a partir da construção de *encaixes institucionais* com a redemocratização (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014).

No início dos anos 1980, os encaixes institucionais foram construídos, principalmente, na esfera estadual. Nesse âmbito, por ser objeto desta tese, vou falar mais da experiência do Rio de Janeiro, no entanto, não posso deixar de fazer uma menção especial ao caso de São Paulo. A implementação das agendas de igualdade racial em São Paulo e Rio de Janeiro, ilustra bem as novas formas de interação com o Estado em processo de redemocratização. Em São Paulo, a ligação entre ativistas do movimento negro e a ala

democrática do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ganhou voz no governo André Franco Montoro. A materialização dessa aliança foi a criação do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, assinado em 1984. O conselho incorporou boa parte da militância negra paulista e funcionou como suporte para o treinamento dos ativistas e suas lideranças no que se refere à dinâmica política da gestão pública (RIOS, 2019; PAIVA, 2021).

No Rio de Janeiro, quem condensou as pautas dos ativistas do MN foram os partidos trabalhistas, com ênfase no Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Diferentemente de São Paulo, no Rio de Janeiro, intelectuais e ativistas negros conseguiram alcançar a representação na esfera legislativa. Foram os casos de Benedita da Silva (PT) na câmara municipal; Carlos Alberto Oliveira, o Caó (PDT) na câmara federal que em seguida se licenciou do cargo para ocupar a cadeira de Secretário Estadual de Trabalho e Habitação, no governo Leonel Brizola, cedendo a sua vaga de deputado federal para o seu suplente Abdias do Nascimento (PDT).

3.4. O movimento negro e a transformação da arena política do Rio de Janeiro

Os enfrentamentos políticos do movimento negro na esfera pública almejavam incorporar setores excluídos. A nova concepção de cidadania usada pelo movimento negro precisou da constituição de sujeitos ativos, para construir uma cidadania *de baixo para cima*. Essa perspectiva propôs o alargamento de direitos, buscou um desenho societário mais igualitário e não procurou apenas a incorporação ao sistema político. Portanto, esforçou-se para transformar a arena política do Rio de Janeiro.

O esforço do movimento negro em se articular com o Estado e outras instituições – Fundação Ford, a Igreja católica, os partidos e os sindicatos –, além de outros movimentos sociais, em especial o feminista, durante o processo de transição democrática tiveram a presença da mobilização negra (RIOS, 2018). Prova disso é a participação-chave de intelectuais negros na consolidação dos partidos trabalhistas no Rio de Janeiro.

Lélia Gonzalez esteve presente na formação do Partido Trabalhista no Rio de Janeiro (doravante, PT-RJ). O PT fluminense possuía mais quadros partidários ligados aos setores da classe média do que propriamente de base popular, muito embora buscasse ampliar seu raio de atuação para os movimentos sociais populares e de base (RIOS,

2014). Nesse tempo, Gonzalez já era professora universitária e frequentava grupos marxistas ligados à UERJ e também chegou a frequentar a *Convergência Socialista*⁵⁰.

Mesmo tendo participado desses movimentos, Lélia Gonzalez deixava evidente as suas ressalvas com a tradição marxista, se posicionando a favor do alargamento da esfera pública. Podemos conferir o seu posicionamento no seguinte trecho de sua entrevista:

“Bom, eu gostaria de colocar aqui que eu pertencço ao movimento negro unificado, que estamos numa batalha violenta no sentido de conquista de um espaço para o negro na realidade brasileira, e o que eu tenho percebido é uma tentativa por parte das esquerdas em geral de reduzir a questão do negro a uma questão meramente econômico-social. Na medida em que liquida o problema de classe, na medida em que entramos numa sociedade socialista, o problema da discriminação está resolvido. A meu ver esse problema é muito mais antigo que o próprio sistema capitalista e está de tal modo entranhado na cuca das pessoas, que não é a mudança de um sistema para o outro que vai determinar o desaparecimento da discriminação racial” (PEREIRA e HOLLANDA, 1980, p.204-205).

Lélia Gonzalez fez parte da direção nacional do PT entre 1980 e 1984. De acordo com Flávia Rios (2014), em outubro de 1982, Gonzalez foi a única representante do movimento negro eleita para compor o primeiro diretório nacional do partido, e entre os 92 nomes era uma das seis mulheres. Como diretora do PT nacional, Lélia Gonzalez viria a ter contato com Benedita da Silva, a Bené, que à época ainda era enfermeira do Hospital Miguel Couto, sendo relevante no movimento de favelas e na Associação Chapéu Mangueira.

Benedita da Silva já tinha atuação de longa data nos movimentos de favela, sendo presidente do Comitê de favela do Chapéu Mangueira em 1978 e por quatro vezes participou da direção da Federação das Favelas do Rio de Janeiro (Faferj). No entanto, a sua entrada na arena política institucional ocorreu por intermédio de seu marido da época – Agnaldo Bezerra dos Santos que era ligado ao PCB. Foi então que Benedita da Silva ingressou no PT.

Quando entrou no PT-RJ, Benedita da Silva foi aconselhada a procurar os setores do movimento negro da organização. Apesar de frequentar desde muito cedo o movimento de favelas, Benedita ainda não tinha contato com o movimento negro organizado. Foi então que procurou por dois militantes, Hermógenes e Lélia Gonzalez. A partir desse

⁵⁰ A *Convergência Socialista* era um dos braços da Liga Operária, uma organização clandestina de inspiração trotskista.

encontro Benedita da Silva passou a participar de alguns encontros do IPCN (Figura 4). A relação com Lélia Gonzalez abriu portas para ela entrar em círculos políticos mais intelectualizados e de classe média, do Rio de Janeiro (RIOS, 2014).

Figura 4 - Benedita da Silva em ato público do movimento negro.

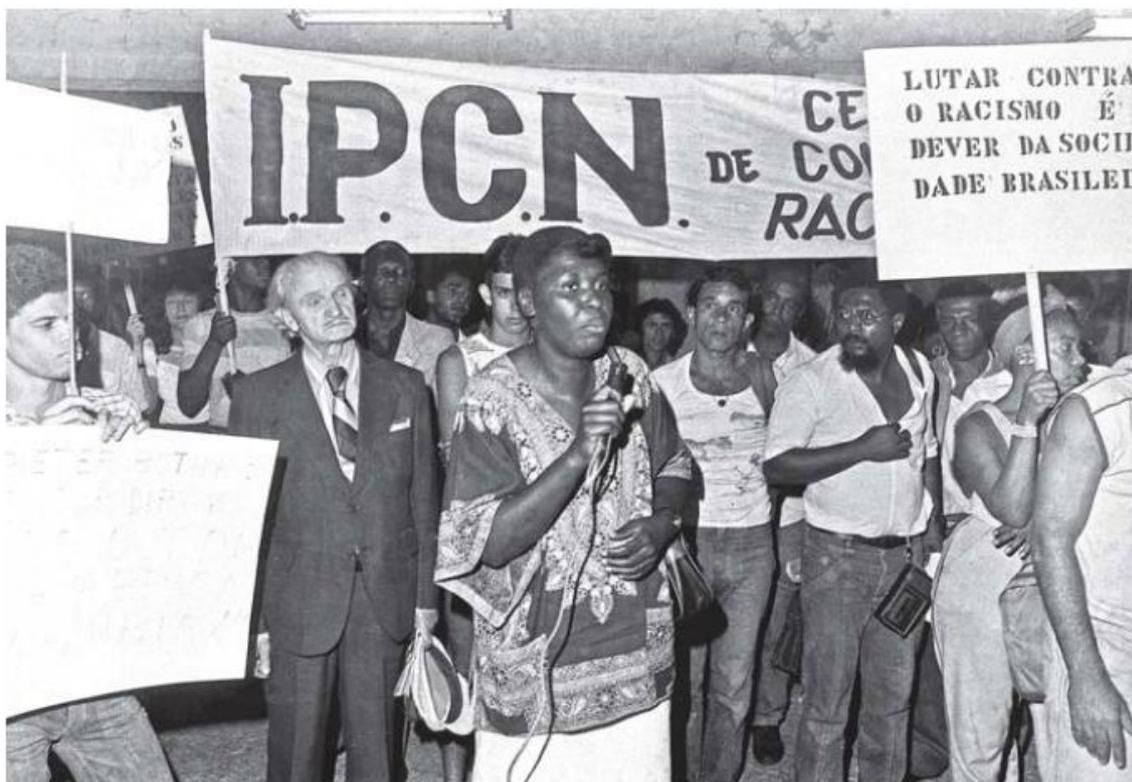


Foto: Januário Garcia

Disponível em: Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 242 - 268. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A importante participação em conjunto de Benedita da Silva e Gonzalez foi mediar a aproximação dos movimentos negro e feminista das associações de favela. Retrato desse encontro foi o *Nzinga*, coletivo de mulheres negras que foi à associação Chapéu Mangueira para debater sobre controle de natalidade e uso de métodos contraceptivos, além de oficinas de estética que objetivavam fortalecer a autoestima das mulheres. Portanto, se por um lado as feministas apresentavam suas ideias de emancipação feminina, as mulheres da favela exibiam seu materialismo desnudado (Ibidem).

Na esfera política, Bené e Gonzalez disputaram as eleições de 1982, a primeira como candidata à vereança e a segunda como deputada federal. O mote da campanha das duas era que suas campanhas estavam direcionadas para as maiorias silenciadas. O resultado

foi a primeira suplência do partido para Lélia Gonzalez, enquanto Benedita da Silva foi eleita para o cargo de vereadora na câmara municipal do Rio de Janeiro.

No mesmo período, outro partido de suma e até maior importância para o movimento negro do Rio de Janeiro foi o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Entre os partidos que surgiram na abertura do regime democrático, o PDT foi um dos que apresentaram em seus documentos iniciais as referências mais substantivas no que se refere à questão racial. Nesse caso, o fator determinante foi a presença de Abdias Nascimento, outro ator-chave dessa tese.

Abdias Nascimento fez parte da cúpula dirigente do PDT, travou relações com lideranças políticas trabalhistas no exterior, participando assim da confecção da proposta original do partido. Diferente de outras experiências como a do próprio PT, o PDT nasceu fora do Brasil. Tendo em vista que Leonel Brizola, seu principal líder, estava exilado nos Estados Unidos⁵¹. Nos EUA ocorreram as primeiras reuniões de articulação do partido e em Portugal houve o primeiro encontro oficial da sigla.

As principais resoluções do encontro ficaram registradas na Carta de Lisboa⁵². O documento foi produzido em 1979 e a segunda prioridade do documento era referente a grupos que sofrem não apenas a exploração de classe, mas também discriminações de caráter racial, étnico ou gênero, como podemos observar no trecho a seguir:

“Segundo, o de buscar as formas mais eficazes de fazer justiça aos negros e aos índios que, além da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e étnica, tanto mais injusta e dolorosa, porque sabemos que foi com suas energias e com seus corpos que se construiu a nacionalidade brasileira. Terceiro, o de dar a mais séria atenção às reivindicações da mulher brasileira, que jamais viu reconhecidos e equiparados seus direitos de pessoa humana, de cidadã e de trabalhadora; e que, além de ser vítima da exploração representada pela dupla jornada de trabalho, se vê submetida a toda sorte de vexames sempre que procura fazer valer seus direitos” (CARTA DE LISBOA, 1979).

A relação entre Leonel Brizola e Abdias Nascimento começou por intermédio de Clóvis Brigadão⁵³. O encontro dos dois aconteceu na casa de Nascimento, também estavam presentes Lélia Gonzalez e Zé Almino (RIOS, 2014). Foi nesse primeiro encontro que

⁵¹ Durante os 15 anos de exílio de Brizola, ele passou por três países: Uruguai, Estados Unidos e Portugal.

⁵² Disponível em: <http://www.pdt.org.br/index.php/post_documentos/carta-de-lisboa>.

⁵³ Estudante de Ciência Política nos Estados Unidos.

Brizola pode ter maior familiaridade com a situação do negro e a importância da mão-de-obra negra na construção nacional. Desde então, Abdias Nascimento passou a ser figura central do partido ao lado de Brizola.

Outro nome de peso que fez parte da composição do PDT foi o advogado Carlos Alberto de Oliveira Santos, o Caó. Enquanto estudante de Direito na Universidade Federal da Bahia, Caó já havia se filiado à União Nacional dos Estudantes (UNE) e ao PCB. Durante os anos de repressão da ditadura militar, Carlos Alberto Santos foi para o Rio de Janeiro. No processo de redemocratização, Caó se desvinculou do PCB e passou a frequentar os círculos dos movimentos negros do Rio de Janeiro.

Em 1982, Caó se candidatou à vaga de deputado federal e foi eleito. Nessa época o PDT contou com a terceira maior bancada do estado do Rio de Janeiro, atrás apenas de PMDB e PDS (antigo Arena). O maior trunfo para a sigla trabalhista foi a popularidade da figura de Leonel Brizola, a candidatura majoritária conseguiu puxar muitas cadeiras para acompanhá-lo em seu exercício de governador.

A relação do movimento negro com Brizola foi muito profícua, e Abdias Nascimento fazia questão de exaltar o importante papel do governador eleito. Brizola convocou dois deputados para comporem o secretariado da administração estadual, como também tratou de ocupar outros cargos do primeiro escalão do governo com pessoas negras. Nessa época, o PDT-RJ teve grande impacto nas associações negras do estado, e passou a ser centro das atenções dos agentes diretamente interessados na questão racial brasileira.

Em 1986, Lélia Gonzalez se desfilou do PT e foi mais uma a reforçar a atuação do movimento negro no PDT. Gonzalez justificou a sua saída do PT-RJ por encontrar dificuldades em tratar de problemas sociais referentes aos moradores de favelas e aos negros no conteúdo programático da sigla. Sem dúvida a presença desses quadros do movimento negro na arena política foi fundamental para o alargamento da esfera pública que alcance os anseios de uma sociedade plural.

3.5. O movimento negro e a demanda pelo alargamento da esfera pública

A ideia de esfera pública remete à possibilidade de formação das relações de associação na sociedade civil para a ação concertada (PAIVA, 2014). De acordo com Jürgen Habermas, para que ela funcione é fundamental a garantia institucional do Estado, assim como é essencial um espírito solidário. Os novos movimentos sociais, assim como o movimento negro, refletem o anseio por um alargamento desse espírito solidário, lutam por uma prática que efetivamente abranja uma esfera pública cidadã.

As novas relações de associação ressignificam tanto a personalidade quanto a cultura e a própria sociedade sobre a luta pela democratização das relações sociais (PAIVA, 2014). O conceito de sociedade civil passa a ser, portanto, local privilegiado para o surgimento de novas formas de ação coletiva. Fruto dessa movimentação, o *Programa de Ação*, documento escrito pelo MNU em 1982, defendia as seguintes reivindicações: desmistificação da democracia racial brasileira; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007, p. 114).

Nesse sentido, o movimento negro dos anos 1980, a partir de suas redes e laços de solidariedade, potencializou não só o seu grupo, mas toda a sociedade. Como consequência desse capital social, o movimento negro lutou pela garantia de bem-estar, fortaleceu sua presença nas instituições políticas, não no sentido de apenas ocupar o Estado, mas, sobretudo, de creditar a plenitude de uma sociedade à capacidade de organização e interação de seus membros (VIEIRA, 2005).

A atuação do movimento negro na esfera institucional política tomou abrangência nacional, com importantes conquistas para a população negra. Nesse sentido, a Carta Magna de 1988 (doravante, CF 88), materializou a retomada da democracia, a partir de uma perspectiva cidadã, vale dizer, da conquista de direitos. Coincidentemente, o ano de 1988 marcou os 100 anos da abolição da escravatura no Brasil. No dia 11 de maio foi organizada a Marcha Contra a Farsa da Abolição.

3.6. A Marcha Contra a Farsa da Abolição

A manifestação reuniu milhares de pessoas no centro do Rio de Janeiro e originalmente foi pensada para percorrer o trajeto da Candelária até o monumento de Zumbi dos

Palmares. No entanto, foram impedidos pelo Exército, em frente ao Comando Militar do Leste, na altura do Panteão de Caxias (figura 5). No local, encontraram mais de 600 soldados do Exército que impediram a passagem dos manifestantes (ABREU, 2014).

Figura 5 - Foto tirada por Januário Garcia a Marcha Contra a Farsa da Abolição



Marcha Farsa da Abolição - maio de 1988

Foto: Januário Garcia

Disponível em: Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 242 - 268. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A Marcha foi interrompida pelo Exército brasileiro, pois foi considerada uma ameaça ao patrimônio público. A desconfiança dos militares era oriunda de uma entrevista de Frei David em que ele defendia uma revisão da história brasileira no sentido de derrubar os “falsos heróis” (Caxias) e substituí-los pelos “verdadeiros” (Zumbi). Apesar desse contratempo, a Marcha figurou entre os grandes eventos programados pelo Movimento

Negro para aquele ano. O poder simbólico do ato foi muito significativo para o país e para todos os atores envolvidos na redemocratização.

Nesse momento (1987-88) a sociedade brasileira acompanhava o fim dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, que havia marcado para outubro a promulgação da nova Constituição. O acúmulo de capital social, que presenciamos entre as décadas de 1970 e 1980, permitiram que o movimento negro, assim como outros movimentos sociais, provocasse uma mudança cultural e política brasileira, sendo fundamental na construção de políticas sociais.

3.7. A Constituinte

Prova disso é que os progressos alcançados pela redemocratização, materializados na CF 88 não foram protagonizados apenas pelos sindicatos, partidos e grupos religiosos. Os movimentos sociais tiveram atuação intensa na luta contra a ditadura e pela retomada democrática (GOMES e RODRIGUES, 2018). E o movimento negro teve papel crucial na ANC, os negros e negras que lutaram contra o racismo sempre reconheceram que a luta contra o racismo não poderia acontecer separada da luta pela democracia (Ibidem).

Entre os 11 parlamentares negros eleitos, Carlos Alberto de Oliveira (PDT); Benedita da Silva (PT); Paulo Paim (PT) e Edmilson Valentim (PCdoB) tiveram importância crucial. Eles foram fundamentais na construção de alianças que pudessem transformar demandas históricas do movimento negro em políticas públicas (Ibidem). Conquistas como o reconhecimento de terras quilombolas e a posterior criminalização do racismo foram indicadores importantes do papel do movimento negro e dos parlamentares.

Com o intuito de pautar a questão racial na ANC de 1987-88, o movimento negro organizou encontros municipais e estaduais para discutir estratégias de participação na constituinte. Entre os encontros pode-se destacar o primeiro encontro estadual, chamado *O negro e a constituinte*, realizado em 1985 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (Ibidem). Desse encontro saiu um documento entregue ao então presidente, José Sarney e posteriormente entregue ao presidente da ANC, Ulysses Guimarães. Ações como essa se deram por todo o ano de 1986, culminando na realização da Convenção nacional “O

negro e a Constituinte”, em Brasília. O documento sintetizou todos os encontros feitos em várias unidades da Federação⁵⁴.

Sob o aspecto institucional, a organização da ANC procurou limitar a temática racial à *Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias*. O movimento negro tinha ressalvas quanto à organização estrutural da constituinte, tendo em vista que limitar o debate da questão racial a esta subcomissão poderia comprometer o resultado final. Eram temas de grande amplitude o que acabaria por restringir a discussão racial a apenas dois encontros. Apesar das dificuldades, “foi no escopo dessa subcomissão que o movimento negro apresentou suas propostas e acompanhou o desenvolvimento dos trabalhos na ANC” (GOMES e RODRIGUES, 2018, p.6).

O movimento negro contou com o apoio de importantes interlocutores no cenário político, entre estes estavam Benedita da Silva, Carlos Alberto Caó, Paulo Paim e Edmilson Valentim. Entre outros membros de suma importância para o movimento negro também participaram Lélia Gonzalez, Januário Garcia e Gilberto Gil.

As propostas do movimento negro na ANC se pautaram na denúncia do mito da democracia racial e seus efeitos desmobilizadores na sociedade. Como prática de correção o movimento pleiteava duas medidas, políticas voltadas para integração da população ex-escravizada ao sistema produtivo; e políticas que possibilitassem aos negros a reconstrução da identidade racial que lhes foi historicamente negada por meio de políticas de branqueamento (GOMES e RODRIGUES, 2018).

As principais propostas⁵⁵ foram o reconhecimento por parte do Estado das comunidades quilombolas e o título de propriedade definitiva de suas terras; a criminalização do racismo e qualquer discriminação contra os direitos humanos; e uma educação comprometida com o combate ao racismo, garantindo a obrigatoriedade do ensino de história das populações negras do Brasil. Essas propostas foram “permeadas pela denúncia da insuficiência do discurso de igualdade perante a lei em vigência desde a CF 1934, apresentando para a CF/88 a reivindicação por medidas compensatórias voltadas à

⁵⁴ Em uma das audiências para formulação da Constituição brasileira, a deputada Benedita da Silva (PT) entou as seguintes palavras: “Queremos proclamar a nossa abolição. Não é ódio, nem rancor, apenas um grito de liberdade.”

⁵⁵ Além das propostas que envolviam diretamente a questão racial, outras mais gerais também fizeram parte das demandas do movimento, tais como, a necessidade de estatização do sistema de saúde, descriminalização do aborto, estabelecimento de atividades produtivas e remuneradas aos presos, unificação das polícias civil e militar.

implantação do princípio constitucional de isonomia” (GOMES e RODRIGUES, 2018, p.8).

No texto da CF/88 só permaneceu de forma integral as propostas sobre os quilombos e a criminalização do racismo. Esta última só foi aprovada por intensa mobilização do movimento negro e de articulações políticas realizadas por Carlos Alberto Caó (GOMES e RODRIGUES, 2018). A CF 88 foi responsável por constituir um leque de direitos, como reconsiderar a África na nacionalidade brasileira, conscientização de que o currículo escolar deve refletir a pluralidade racial. Essas conquistas do movimento negro seriam retomadas e expandidas em legislações posteriores.

3.8. O Centenário, a Constituição de 1988 e as portas que se abriam

Como foi observado até aqui, a década de 1980 foi marcada como *momento de oportunidades políticas* (TARROW, 2008), instante em que as mudanças podem provocar constrangimentos que incentivem a participação popular a aderir a novos ciclos de reivindicação. De acordo com Alain Touraine, o questionamento das condições sociais e políticas de cada época são essenciais para o entendimento dos movimentos. É na historicidade que está a discussão fundamental da fruição de direitos humanos e o reconhecimento das demandas de diversas orientações (PAIVA, 2014).

Devido a maior intensidade do ativismo gerada pela mobilização em prol da Constituinte, que como já observamos anteriormente, o movimento negro se envolveu diretamente, somou-se o contexto dos preparativos para o centenário da Abolição. A coincidente fusão dos dois acontecimentos históricos permitiu a nacionalização do ativismo. O Centenário da Abolição marcou uma divergência de posicionamentos e consolidou o diálogo entre o campo governamental e aquele consolidado pela prática militante e construído através das lutas pelo reconhecimento (VIEIRA, 2003).

Nesse sentido, o 13 de Maio é uma data carregada de significado para as esferas governamentais por simbolizar o compromisso do Estado Brasileiro, com a igualdade entre todos os indivíduos, por outro lado a Abolição não é considerada por grande parte da militância negra como uma data festiva. Pelo contrário, representou a corroboração do mito da superioridade branca sobre os negros, o mito da benevolência branca, tendo em vista que a ascensão de uma heroína branca altruísta a salvar o povo negro não deixa claro que a luta pela abolição já estava, havia muito, desenvolvida, com amplo grau de

organização e mobilização tanto no que se refere aos movimentos de negros e quilombolas (Ibidem).

Por esse motivo, estava na agenda do movimento negro utilizar como marco comemorativo o dia de Zumbi de Palmares, líder do Quilombo de Palmares. Zumbi aparece no imaginário militante como símbolo de resistência e bravura, ao mesmo tempo em que atua como conexão com o passado africano.

O casamento de datas entre Constituição e Abolição fez do ano de 1988 um marco para vários manifestos e eventos de conscientização e de obtenção de espaço na mídia. Com o ganho de campo político, as reivindicações por medidas reparatórias e compensatórias ganharam concretude. E, de modo geral, reivindicava-se que o Estado brasileiro adotasse políticas ação afirmativa para minimizar o efeito das práticas sistematicamente discriminatórias e garantir a ruptura com um sistema que promove a exclusão social seletiva de negros.

Fruto dessas demandas, em 1988, foi estabelecido o primeiro órgão executivo de cunho federal que passou a funcionar como estrutura de intermediação entre os agentes civis e os governamentais. Tratava-se da criação da Fundação Cultural Palmares (FCP), sediada no Ministério da Cultura. A FCP foi a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. O órgão tem como objetivo o comprometimento com o combate ao racismo, a promoção da igualdade, a valorização, difusão e preservação da cultura negra no Brasil (SILVA, 2022). A Fundação Palmares cristalizou-se como um espaço institucionalizado, de interação socioestatal, em que atores coletivos civis e estatais negociam interesses relativos à população negra, seja urbana ou rural (RIOS, 2018).

Outro marco do período foram as estratégias de luta pela patrimonialização como garantia de preservação de símbolos da cultura negra, como o Terreiro da Casa Branca, o primeiro terreiro de candomblé do Brasil, e a Serra da Barriga, localização do Quilombo de Palmares. O marco do tombamento desses espaços históricos de afirmação e valorização étnico-racial confirmou que a arena preferencial para as lutas e reivindicações dos movimentos negros seria no campo das políticas públicas (COSTA, 2022).

Os desdobramentos da CF 88, portanto, criaram um marco na aquisição de direitos sociais. Se antes as instituições brasileiras, sob o manto da neutralidade produziram a naturalização da subcidadania e a persistente utilização de características étnico-raciais como instrumento de exclusão, a constituição de 1988 procurou romper com essa realidade a partir da promoção de igualdade racial, cidadania e respeito aos estratos tradicionalmente não reconhecidos (PIRES, 2013).

O Brasil ainda passou muito tempo sob o manto de neutralidade do Estado. Aqui a eficiência da crença na neutralidade e universalidade do direito iluminista se misturou com a ampla disseminação da democracia racial (PIRES, 2013). Alguns exemplos da exclusão proporcionada pelas instituições podem ser demonstrados a partir de um olhar mais cuidadoso sobre as normas jurídicas brasileiras. Em 1854, a lei 1.331-A regulamentava o acesso à educação estabelecendo como dignos apenas meninos e vacinados, excluindo da matrícula escravos, meninas e pessoas não vacinadas. A constituição de 1934, em seu artigo 138 instituiu que a União, os estados e os municípios estimulassem a educação eugênica⁵⁶.

O processo de redemocratização dos anos 1980 possibilitou uma intensa mobilização social e política. A reorganização partidária, junto à emergência de vários movimentos sociais trouxe uma nova agenda com demandas reprimidas pelos anos de ditadura no Brasil. A Constituição de 1988 afirmou o reconhecimento de direitos até então não observados (PAIVA, 2013a). Dessa forma, vieram à tona novas questões para esfera pública, como os direitos quilombolas e indígenas de ter acesso à terra.

A garantia constitucional pelo reconhecimento dos povos originários e quilombolas foi uma ação inédita assegurada pela Constituição cidadã. A ação concedeu direitos territoriais e culturais aos quilombolas, cuja demanda inicial tinha vindo de municípios do Maranhão e do Pará, mas quem encaminhou a demanda para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) foi o mandato de Benedita da Silva por ter representação negra na Constituinte.

⁵⁶ Os parlamentares da União pretendiam fomentar o estímulo a uma “educação eugênica” pela adoção de medidas legislativas e administrativas a higiene social buscando o “melhoramento” racial através de medidas sócio/educativas. Para os eugenistas o fator “educação” teria apenas o objetivo de estimular as boas estirpes dos “bem nascidos”; o projeto de lei 138 da Constituição de 1934 pretendia atuar diante de uma população constituída em sua maioria de negros e mulatos, dificultando que estes contraíssem casamento com pessoas brancas de nível social elevado (ROCHA, 2014).

O desempenho do movimento negro, assim como de outros movimentos sociais fez com que o Estado fosse obrigado a reconhecer que determinados grupos sociais estiveram sistematicamente proibidos de usufruir dos direitos fundamentais. Dessa forma, a história da formação do Estado brasileiro negou direitos básicos à maior parte do seu contingente populacional durante toda a formação do Estado brasileiro, mesmo em seus períodos republicanos.

Foram abordados acima alguns fatos marcantes da consolidação do movimento negro na década de 1980, quando nova interação entre instituições do Estado e sociedade civil resultou em um conjunto de demandas assimiladas por esse Estado mais atento às demandas, decisivo para constituir o movimento negro como sujeito político legítimo na esfera pública. O tema da injustiça racial finalmente entrou como parte da agenda pública e a questão racial se materializou como uma questão nacional durante o processo de redemocratização.

3.9. Injustiça e Reconhecimento

O sentimento de injustiça ocupa uma posição importante nesse processo. Cada forma de desrespeito ocupa uma forma de patologia e essas formas provocam o sentimento de injustiça que pode funcionar como estopim da luta por reconhecimento. O argumento do sociólogo Axel Honneth é de que todo indivíduo está ligado a uma complexa rede de intersubjetividades e depende estruturalmente do reconhecimento de outros. As formas de desrespeito seriam a base motivacional da luta por reconhecimento, “porque essa tensão afetiva só pode ser superada quando o ator social estiver em condições de voltar a ter uma participação ativa e sadia na sociedade” (SOBOTKA, 2015, p.29).

De acordo com Axel Honneth, os sentimentos de injustiça indicam os problemas da sociedade, mas não as soluções. Portanto, ainda é necessária a participação dos movimentos sociais na articulação política desses grupos. É essa mobilização que constrói significado político para o sentimento de injustiça de cada sujeito.

Observamos até aqui que a partir da década de 1970 o movimento negro ressurgiu no contexto autoritário de supressão de direitos. Foi nesse período que foram identificadas algumas das formas de desrespeito ao sujeito negro, assim como foi retomado uma ideia positiva da identidade negra. Nos anos 1980, notamos a combinação coerente entre políticas culturais da diferença e políticas sociais de igualdade. Nesse sentido, a institucionalização do movimento negro passou a adotar estratégias que Nancy Fraser viria

a chamar de *remédios*, e esses remédios seriam as políticas de reconhecimento e de redistribuição.

A falta de reconhecimento dos sujeitos subalternizados, de acordo com Frantz Fanon (2008), é um dos desafios do mundo moderno. Segundo Fanon, o racismo e o colonialismo fizeram com que certos grupos fossem afastados da relação dialética do *Eu e do outro*, ou seja, os negros eram considerados subcidadãos e em contextos coloniais, eram desumanizados. Como consequência, acreditam que quase tudo seja permitido contra tais pessoas. Dessa forma, o antirracismo é uma ferramenta fundamental para que estes corpos se tornem sujeitos, se tornem cidadãos. Essa é a situação do negro no mundo moderno, e ele defende que os negros e os brancos devem questionar esta ordem vigente para que ela seja derrubada.

As ferramentas epistemológicas que são fruto desses períodos, mas, sobretudo, serviram de fomento para essas conquistas são as obras e documentos com validade histórica. A mudança de paradigma nos estudos sobre as relações raciais advém do trabalho de intelectuais orgânicos e tradicionais da geração de 1970 e 1980. Nos próximos capítulos vou abordar quatro livros seminais, obras que foram fundamentais para alicerçar o movimento negro e as suas conquistas.

4. A mudança de paradigma teórico para a questão racial

Há comumente, exemplos suficientes de brilhantes vitórias sobre as barreiras de cor para garantir ilusões otimistas de que elas não existem. Casos exemplares de pessoas de cor em posição de dignidade invejável estão sempre à disposição.

Oliver C. Cox, Caste, Class and Race.

Neste e no próximo capítulo faço uma análise acerca do conteúdo bibliográfico produzido por intelectuais e também proveniente dos documentos oficiais do movimento negro nas décadas de 1970 e 1980. Para tanto, os livros selecionados foram: *Genocídio do negro brasileiro* (1978) de Abdias Nascimento; *Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil* (1979) escrito por Carlos Hasenbalg, esses dois serão apresentados neste capítulo. Enquanto o livro *Lugar de negro* (1982) redigido por Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg; assim como alguns trabalhos produzidos por Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez que estão disponíveis em dois livros: *Por um feminismo afro-latino-americano*⁵⁷ e *Uma história feita por mãos negras*⁵⁸ ficaram para o capítulo cinco.

Este capítulo é importante porque nos ajuda a compreender como se deu o casamento entre a agenda teórica/científica e a agenda política no tema do antirracismo e das políticas de Estado para a igualdade racial, materializadas em políticas públicas nas décadas seguintes. Aqui discuto os dados estatísticos, os ensaios e as discussões que colocaram em cheque a ideia do país como uma *democracia racial*⁵⁹. Portanto, aqui busco mais do que uma simples descrição dos livros, eu procuro desenhar um estudo hermenêutico dessas obras, que nos permita entender quais foram as inovações teóricas e metodológicas trazidas pelas obras e quais foram as consequências e reflexos destes trabalhos na esfera pública.

Proponho, portanto, fazer essa *genealogia bibliográfica*⁶⁰, que na prática é ler essas obras como peças etnográficas que funcionaram como importantes descrições da sociedade.

⁵⁷ O livro, organizado por Flávia Rios e Márcia Lima, foi publicado pela editora Zahar em 2020. A obra reúne ensaios, intervenções e diálogos de Lélia Gonzalez..

⁵⁸ O livro, organizado por Alex Ratts, foi publicado pela editora Zahar, em 2021. O trabalho é uma coletânea dos principais trabalhos publicados por Beatriz Nascimento.

⁵⁹ Desde o Estado-novo de Vargas e ainda mais forte na política interna e externa do Estado brasileiro, a ideia de que o país vivia uma democracia racial, o *lustralismo* freyriano, estava enraizado nos aparelhos ideológicos do Estado. Foi nos anos 1970 e 1980 que o movimento negro embasado em um novo paradigma teórico-metodológico das relações raciais, passou a contestar e a propor um outro posicionamento do Estado, um Estado que colocasse em prática políticas públicas que combatessem as desigualdades e que garantissem a igualdade racial no Brasil. Para que de fato existisse uma verdadeira democracia racial no país.

⁶⁰ O método de genealogia literária a que me refiro tem como base o conceito utilizado por Roberto DaMatta (1988) no texto *A obra literária como Etnografia: Reflexões sobre as relações entre Literatura e Sociologia*. O autor afirma que a genealogia literária consiste em usar textos literários como peças etnográficas, portanto, funcionam como importantes descrições da sociedade.

Pauto essa estratégia a partir de uma análise cronológica do lançamento das obras para entendermos as causas e efeitos dos mesmos no contexto político e cultural em que foram lançados. Dessa forma, começo o capítulo com a análise dos livros publicados no final da década de 1970 – *Genocídio do negro brasileiro* e *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. E finalizo com o livro publicado nos anos 1980 – *Lugar de negro* – e com o conjunto de obras publicadas por Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez condensadas em dois livros: *Uma história feita por mãos negras* e *Por um feminismo afro latinoamericano*.

4.1. Abdias Nascimento - O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado

A obra, *O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, foi originalmente publicada em 1978, pelo intelectual, artista e ativista Abdias Nascimento⁶¹. O livro que será o objeto desta tese é a edição de 2016, publicada pela editora *Perspectiva*. Nesta edição, o livro conta com os prefácios de Florestan Fernandes e Wole Soyinka⁶², e posfácio de Elisa Larkin Nascimento. O livro ainda possui três anexos⁶³ e outros 15 capítulos dedicados a inaugurar a denúncia da visão oficial do Brasil como um modelo de democracia racial.

Este livro reuniu os argumentos que embasaram a participação e a tese a ser defendida por Abdias Nascimento no Segundo Festival de Artes e Culturas Negras, na cidade de Lagos (1977), o *Festac '77*⁶⁴. A atividade ocorreu em meio a ditadura militar no Brasil, e Nascimento desempenhou um papel combativo à visão oficial apresentada pelo Estado brasileiro, de que o Brasil viveria de fato em uma democracia racial, ou mesmo a redução do problema do negro a ideia de pobreza (SOARES, 2016). Em sua obra, Abdias Nascimento demonstrou que o Estado-nação do Brasil foi fundado a partir de uma

⁶¹ Abdias Nascimento (1914-2011) nasceu em Franca, no estado de São Paulo e foi um dos pioneiros do moderno teatro brasileiro ao criar o Teatro Experimental do Negro (1944). Fundou o Ipeafro (1981), foi deputado federal entre 1983 e 1987, e senador entre 1997 e 1999, ambos os cargos ocupados pelo Rio de Janeiro. Foi duas vezes indicado ao Nobel da paz (1978 e 2010) e recebeu os prêmios Unesco de Direitos Humanos e Cultura de paz (2001) e Toussaint-Louverture (2004), pelo conjunto de sua obra intelectual, artística e política.

⁶² Wole Soyinka é um escritor nigeriano. Em 1986 foi premiado com o Nobel de Literatura.

⁶³ I: Colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas: Relatório das minorias; II: Teatro negro-brasileiro: Uma ausência conspícua; Arte Afro-brasileira: Um espírito libertador.

⁶⁴ Foi um grande festival internacional realizado em Lagos, Nigéria, de 15 de janeiro de 1977 a 12 de fevereiro de 1977. O evento de um mês celebrou a cultura africana e apresentou ao mundo música, belas-artes, literatura, teatro, dança e religião africanas. Cerca de 16.000 participantes, representando 56 nações africanas e países da Diáspora Africana, apresentaram-se no evento.

perspectiva racializada e a partir de uma política que sempre foi direcionada ao genocídio do povo negro.

Logo no início dessa edição, o autor faz uma homenagem – *In Memoriam* – a Prio Zirimu, diretor do segundo Festac, que acabou falecendo antes da realização do evento. Nascimento destaca um trecho de uma carta escrita por Zirimu e endereçada a ele, com os seguintes dizeres: “Lamento não ter lhe dado notícias antes [...]. Não fui capaz de conseguir que seu trabalho fosse aceito pelos poderes constituídos [...] Estou convencido que o seu trabalho deve ser publicado [...] espero que as forças da história ainda trabalhem para trazer à luz o que você tão claramente disse em seu trabalho”. O início do livro já nos aponta o valor etnográfico e histórico do material analisado, esta obra foi a primeira manifestação intelectual e política em denúncia ao mito brasileiro da democracia racial, com reverberação internacional, em evento de significado histórico para a África e para o mundo. E não foi atoa que Abdias Nascimento conseguiu demonstrar tanto nessa obra, como em *Sitiado em Lagos: autodefesa de um negro açoitado pelo racismo (1981)*, todo o esforço do autoritário Estado brasileiro para silenciá-lo.

Nas páginas seguintes o autor já demonstra o impacto político que a obra tem, Abdias Nascimento traz duas definições de *genocídio*: a primeira referente a um dicionário da língua inglesa⁶⁵, que define o termo como *o uso de medidas deliberadas e sistemáticas, calculadas para o extermínio de um grupo racial, político ou cultural [...]*; e continua com a definição de um dicionário brasileiro⁶⁶, que estabelece que *Genocídio* é a recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, seja pela exterminação de seus indivíduos, seja pela desintegração de suas instituições políticas, sociais e culturais. E quando o autor evidencia a identidade do conceito de genocídio, ele deixa visível que há um projeto de morticínio ao povo negro e que o seu objetivo é desmascarar o processo de racismo adotado pelo Estado brasileiro. Ele desmascara porque a ideia de que o Brasil vivia em harmonia racial era difundida pelos cânones do pensamento brasileiro, assim como era ideologia oficial do aparelho estatal brasileiro.

Antes de me aprofundar no objetivo central, não posso deixar de mencionar a preocupação do autor em dialogar com o continente africano, e não só propor como uma questão local, ideia que acompanha toda a obra, e entendo que o fato do livro ter um prefácio à edição brasileira e outro à edição nigeriana é um indicativo desta afirmação.

⁶⁵ Webster's third new international dictionary of the English language, 1967.

⁶⁶ Dicionário Escolar do Professor, Ministério da Educação e Cultura, 1963.

No prefácio à edição africana, escrito por Wole Soyinka⁶⁷, o autor nos passa o registro do que aconteceu com Nascimento no Festac de 1977. Para além da perspectiva etnográfica, na qual Soyinka denuncia a estratégia de silenciamento do Estado brasileiro ao optar por excluir Abdias Nascimento como delegado, o autor do prefácio traz à luz a afirmação de que o livro longe das acusações de ser um exercício acadêmico imparcial e descomprometido, ela tem como compromisso central se tornar o “*background* da formulação intelectual do Brasil branco para explicar uma realidade negra atual, que ele estabelece como sua preocupação principal e urgente” (SOYINKA, 2016). E que, dessa forma, a denúncia do genocídio negro é embasada por elementos factuais, como dados estatísticos, e um determinado segmento de políticas públicas estatais como as políticas imigratórias de seleção racial. E ao fim questiona o motivo dessa tese ser excluída do debate por manipulação dos representantes do governo brasileiro.

No que tange o prefácio à edição brasileira, este foi escrito por Florestan Fernandes, a quem Abdias Nascimento dedicou o livro e afirmou ser um “exemplo de integridade científica e coragem humana”. Florestan Fernandes começa o prefácio enaltecendo o papel revolucionário do Teatro Experimental do Negro, ao destruir a ideia de uma autoimagem negativa do negro, o TEN teria exposto a hipocrisia racial do branco a uma crise irreversível. Quando Fernandes expõe esse sentimento, ele está corroborando com a ideia de que Abdias Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos de que o Brasil trata a identidade negra de forma negativa, por entender que o padrão estético e cultural aceito é o europeu. Nesse sentido, Guerreiro Ramos chamou esse pensamento de *Patologia social do branco*, e o trabalho do TEN serviu como remédio para o povo negro ao demonstrar uma ideia positiva de ser negro. Essa característica trabalhada por Nascimento já apontava que o argumento de paraíso racial, ou, mesmo harmonia de raças, não era observado na realidade social brasileira.

Outro ponto relevante e inovador do livro é nos demonstrar que em comparação com o protesto negro dos anos 1930/40, a versão de 1978 aponta que o cerne da atuação do movimento negro era a necessidade de uma revolução democrática. Portanto, o grupo não se contenta mais com a integração do negro, mas trata de uma ação direta, estratégica que visa atuar a partir das raízes *quilombolas* e que tem como objetivo libertar o negro dos instrumentos de exploração e dominação criados pelo grupo dominante. Nesse sentido, o

⁶⁷ Wole Soyinka (1934) é um escritor nigeriano. Em 1986 foi agraciado com o Nobel de Literatura, sendo considerado o dramaturgo mais notável da África.

livro somado ao debate histórico abordado nesta tese são evidências que em um país que até pouco tempo era predominantemente rural⁶⁸, não tem como entender exploração capitalista, tratando apenas de uma praticamente inexistente classe operária. No caso brasileiro, as oligarquias dominantes utilizaram das linhas de cor e do racismo como principal instrumento de exploração e manutenção de sua hegemonia⁶⁹.

Portanto, o livro trata pela primeira vez, de operar o Brasil como uma sociedade plurirracial, que tem como dever democrático responsabilizar os brancos pela herança desigual, excludente e autoritária que nos distancia de um modelo de Estado nação moderno que busque dignidade, liberdade e justiça equânime ao seu povo. E quando Abdias Nascimento traz à tona a ideia de genocídio, ele trata de denunciar o processo institucional e sistemático de exclusão da maior parcela da população brasileira, adotando o critério da herança cultural e das linhas de cor como fundante desse movimento. São as religiões de matrizes africanas as mais perseguidas; são as pessoas negras as principais vítimas da violência policial. E é por trás desse cenário anti-humanitário que se consolidaram as bases do poder das oligarquias políticas e econômicas.

Inicialmente, o conteúdo do livro seria apresentado como um trabalho no colóquio do II Festac, teria como título: *Racial Democracy in Brazil: Myth or Reality?*, e seria apresentado em formato de conferência pública. No entanto, foi negado pelo evento. O cerne da obra era a denúncia à base de especulações intelectuais das ciências sociais e históricas que deram luz ao conceito de democracia racial. Essa era uma resposta tanto ao *establishment intelectual*, quanto ao *mainstream* político. O Brasil de fato foi vendido como país da igualdade racial ao mundo por muito tempo, a mídia e trabalhos de intelectuais como Gilberto Freyre e Thales de Azevedo enalteceram o Brasil dentro de uma perspectiva de um suposto convívio harmonioso entre raças, e esta característica era vista como orgulho nacional.

Abdias Nascimento enaltece que o rol de intelectuais vinculados ao *establishment* criaram todo tipo de eufemismo para tratar da ideia de raça. Para ele, a busca pelos eufemismos e por desprezar a linha de cor como marcador de diferença tinham, na verdade, como

⁶⁸ De acordo com dados do IBGE, nas décadas de 1970 e 1980 o Brasil sofreu um intenso processo de êxodo rural. A mecanização da produção agrícola expulsou trabalhadores do campo que se deslocaram para as cidades em busca de oportunidades de trabalho. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>>.

⁶⁹ Essa ideia de centralizar a raça no sistema capitalista brasileiro está brilhantemente fundamentada na tese de doutorado escrita por Carlos Hasenbalg.

proposta radical, o embranquecimento genético e cultural do negro, que era nada mais, nada menos que reivindicar o fim do descendente africano, tanto fisicamente, quanto espiritualmente (NASCIMENTO, 2016).

A crítica direta ao trabalho de Gilberto Freyre é embasada por Abdias Nascimento a partir de muitos repertórios teóricos, mas, em especial, de Florestan Fernandes; Anani Dzidzienyo; e Thomas Skidmore. Segundo Nascimento (2016), este último teria dito que a ideia de *morenidade metarracial* defendida por Freyre nada teria contribuído com o igualitarismo, mas, na verdade, o seu valor prático era reforçar o ideal de branqueamento. E Abdias Nascimento (2016, p.52) ilustra esse ponto quando destaca o seguinte trecho da obra de Gilberto Freyre: “a mestiçagem etnocultural ocorre entre brasileiros sem que signifique repúdio à predominância de valores culturais europeus na formação brasileira”. Em contraponto a essa ideia, Nascimento afirma em sua obra que a presença da cultura africana na dinâmica sociocultural brasileira deve ser vista de forma positiva e não suprimida pelos valores europeus.

O papel deste livro, e, principalmente, de Abdias Nascimento foi fomentar epistemologias tanto para a academia, como para a esfera pública. A ideia de *negritude* já vinha sendo trabalhada por ele e Guerreiro Ramos no TEN, antes mesmo do exílio nos EUA. No entanto, o contato com o *pan-africanismo* veio durante sua estadia na Nigéria e nos Estados Unidos. Nascimento passou a liderar o ressurgimento da nova militância negra, sobretudo, nos anos 1980. Ele não só enfatizou o legado africano que formou o Brasil, mas também denunciou as mazelas e discriminações que os negros estavam condicionados.

Ainda neste livro podemos encontrar a primeira manifestação em ambiente internacional pela mudança curricular no Brasil. Uma das contribuições de Abdias Nascimento no Festac foi no Grupo de Trabalho que abordou tema da Civilização Negra e Pedagogia, nesse grupo foi discutida a ampliação dos objetivos educacionais sobre os valores sociais, culturais e econômicos da África para todos os países com “significativa população de descendência africana, para que incluam nos currículos educativos de todos os níveis (elementar, secundário e superior) cursos que incluam História Africana, Swahili e História dos povos africanos na Diáspora” (NASCIMENTO, 2016, p.39). Após alguns anos essa demanda viria a se consolidar como uma das políticas públicas mais importantes conquistada pelo movimento negro brasileiro. Em 1978 Nascimento tratava

de uma política que foi debatida ainda por ele enquanto deputado federal e depois na constituinte em 1987-88, mas que só veio a se consolidar em 2003, com a lei federal 10.639⁷⁰.

Sobre o processo acadêmico e pedagógico nos *estudos sobre o negro*, Abdias Nascimento adota uma postura depreciativa a alguns dos estudos sobre o caso brasileiro. No livro, o autor denuncia que o *mainstream* intelectual usou o “afro-brasileiro como mero material de pesquisa, dissociado de sua humanidade, omitindo a sua dinâmica histórica, e as aspirações de sentido político e cultural do negro brasileiro” (NASCIMENTO, 2016, p.40). A denúncia deste caso estava vinculada à forma como uma escola de psiquiatras estudou as religiões afro-brasileiras, tratando-as de forma depreciativa. Aqui Nascimento está se referindo a uma escola que começa com Nina Rodrigues, mas ganha eco em Arthur Ramos e, por fim, em George Alakija⁷¹. O contraponto feito por Abdias Nascimento se encontra nos trabalhos de Roger Bastide, segundo Nascimento, Bastide se opõe à tese patológica destes intelectuais e traz uma tese sociológica para traçar a análise das religiões de matriz africana.

Mais uma vez, o que observo em *O genocídio do negro brasileiro - o processo de um racismo mascarado* é a inauguração de um novo paradigma teórico acerca do tema das relações raciais, essa declaração é um choque evidente com os estudos sobre relações raciais produzidos por gerações anteriores. Nota-se aqui uma mudança ontológica nos estudos sobre raça: a mensagem de Abdias Nascimento é de que o negro deixou de ser apenas objeto de estudo e passou a se tornar sujeito pesquisador e provedor de epistemologias. De acordo com as palavras do autor, uma epistemologia feita por vozes negras vitais e não domesticadas pelo *establishment*.

Portanto, *O genocídio do negro brasileiro - o processo de um racismo mascarado* é a primeira obra de alcance global a inaugurar este novo paradigma das relações raciais. Este livro consegue aglutinar epistemologias pan-africanistas; do feminismo negro⁷²; da

⁷⁰ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Alterar%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.>

⁷¹ Delegado que o substituiu como representante brasileiro no Festac de 1977.

⁷² Em especial o capítulo III, denominado: “Exploração sexual da mulher africana”.

branquitude⁷³e, ainda associa esse embasamento teórico com indicadores estatísticos da realidade social. O objetivo político do livro é denunciar a ideia de democracia racial, amplamente divulgada pelos aparelhos ideológicos do Estado e corroborada pelo *establishment* intelectual da época. Ao retirar o véu da consciência racial, como proposto por Du Bois, o livro de Abdias Nascimento se tornou motor propulsor de um novo *modus operandi* do movimento negro, que de fato alcançou grandes ganhos para a agenda de igualdade racial brasileira. Se Abdias Nascimento abriu o caminho para essa geração, os seus livros foram as ferramentas que possibilitaram essa transformação. Assim como Nascimento, outra obra fundamental para dar embasamento teórico e metodológico ao movimento negro foi a tese de doutorado de Carlos Hasenbalg, traduzida como *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, trataremos dela na próxima seção.

4.2. Carlos Hasenbalg - Discriminação e desigualdades raciais no Brasil

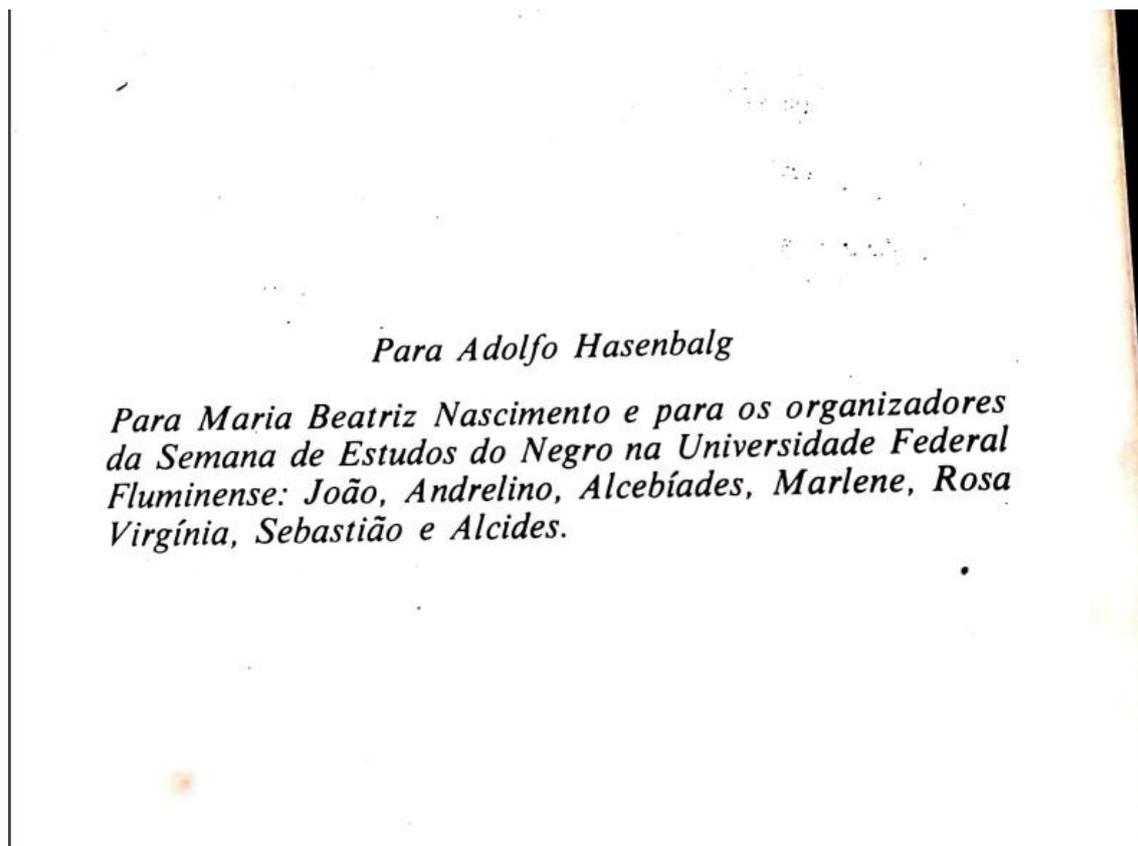
Um ano após a publicação original da obra de Abdias Nascimento, o livro *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (1979) foi publicado pela *edições Graal*⁷⁴, no Rio de Janeiro, sendo esta obra, a tradução da tese de doutoramento – *Race Relations in Post-Abolition Brazil: The Smooth Preservation of Racial Inequalities* (1978) – escrita por Carlos Hasenbalg na universidade de Berkeley, nos EUA. O livro, dividido em oito capítulos, fez parte de uma coleção que abrange o tema da sociologia, coordenado por Braz José de Araujo e Eurico de Lima Figueiredo, com o conselho editorial composto por Charles Pessanha; Evaristo Filho; Luiz Antonio Machado; e Ruben Oliveira.

No início da obra, há um fato que nos ajuda a compreender a aproximação entre o movimento negro e a academia no Rio de Janeiro dos anos 1970. O autor, traz em seus agradecimentos o nome de Maria Beatriz Nascimento e dos organizadores da *Semana de Estudos do Negro* na UFF (figura 6). Esse ato é um importante indicador da troca de saberes disponível a partir dos encontros entre o intelectual e as lideranças negras, seja no Grupo de Trabalho André Rebouças, ou, em outros espaços.

⁷³ Principalmente nos capítulos V e IX, respectivamente: “O branqueamento da raça: uma estratégia de genocídio” e “O embranquecimento cultural: outra estratégia de genocídio”.

⁷⁴ Em 1976 a *Edições Graal* foi adquirida pela editora *Paz e Terra*.

Figura 6 - Agradecimentos do livro Discriminação e desigualdades raciais no Brasil



Fonte: Edição impressa do livro, foto minha.

A apresentação do livro é escrita por Fernando Henrique Cardoso (doravante, FHC), que foi seu professor na Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO)⁷⁵ no Chile. Nela, FHC aponta que o tema do negro e das relações raciais é rico no Brasil,

⁷⁵ Em 1966, o golpe militar argentino cerceou as possibilidades de carreira acadêmica de Carlos Hasenbalg em Buenos Aires. Foi nesse mesmo momento que o brasileiro Gláucio Ary Dillon Soares (1934-2021), que dirigia a *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO) [3], recrutou-o como estudante de pós-graduação em Santiago do Chile (PINHO, 2021).

sobretudo, após os estudos patrocinados pela UNESCO na década de 1950, quando a bibliografia sobre o tema ganhou solidez. A partir desse contexto, ele se dispõe a responder a seguinte pergunta: Qual é a contribuição do livro *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*?

A resposta de FHC é de que a obra acrescenta duas dimensões importantes para a tradição dos estudos raciais: o primeiro ponto é que traz notoriedade ao debate racial brasileiro na discussão acadêmica internacional e o segundo ponto é que a obra enfatiza como é necessário um olhar sobre a análise dos movimentos sociais negros, que à época davam luz ao debate racial, e a luta contra as desigualdades dentro da conjuntura de uma sociedade corroída pelo autoritarismo da ditadura militar no Brasil. Portanto, aqui observamos mais uma vez que o paradigma da teoria racial inaugurado pelas obras de Abdias Nascimento e Carlos Hasenbalg no final dos anos 1970 tem como traço norteador a aproximação com o movimento negro e o diálogo transatlântico entre instituições de pesquisa, intelectuais e militantes de diferentes países e contextos políticos.

Uma das inovações desse paradigma é a recusa pela explicação que seja integralmente historicista e culturalista, em que se pese o argumento de que o racismo seria obra exclusiva da origem escravocrata na sociedade moderna. Na verdade, Hasenbalg analisa com muita solidez teórico-metodológica o fenômeno do racismo no pós-abolição, sendo este fenômeno parte do projeto de urbanização e industrialização do Brasil. O autor nos demonstra que na dimensão política o critério racial quando analisado a partir da estratificação social, depende mais de fatores como o clima político internacional, do nível de mobilização das associações negras do que alguma relação íntima com o processo de industrialização.

E como isso é comprovado em *Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil*? No prefácio do livro, Carlos Hasenbalg explica que o objetivo do livro é contribuir com o campo de estudos das relações raciais do pós-abolição. Dessa forma, o autor aponta que apesar de haver uma considerável contribuição sociológica nos estudos sobre raça, ainda existia um grande desconforto no que concerne às conclusões amplamente divergentes que os trabalhos anteriores chegaram⁷⁶.

⁷⁶ De acordo com Carlos Hasenbalg, os trabalhos anteriores apresentavam resultados amplamente distintos por terem analisado diferentes realidades locais e regionais, deixando certo desconforto, motivo pelo qual o fez se aprofundar no tema.

Segundo o próprio Hasenbalg (1979), o discurso hegemônico desses estudos estava direcionado a ideia de que as relações raciais eram *sui generis* e harmoniosas no Brasil. E, portanto, se comparado a outras realidades multirraciais, o país seria uma grande *democracia racial*. Entretanto, essa visão otimista e deslocada, não representava a realidade brasileira. Na verdade, apresentava uma meia verdade, pois, de fato o Brasil apresenta um processo característico próprio das relações inter-raciais, porém, a ideologia do *branqueamento* permitiu a camuflagem das tensões raciais, só que apresentando o mesmo resultado excludente e discriminatório de outros países que adotaram legislações abertamente racistas⁷⁷.

Nesse sentido, as ideias de harmonia de raças e da democracia racial foram instrumentos ideológicos poderosos na legitimação de uma estrutura permeada e construída em cima de desigualdades raciais. Tal ideologia permitia a reprodução dessas desigualdades, sem que fossem questionadas na esfera pública. Essa ideia começa a ser descortinada no período da ditadura militar, quando o desenvolvimento da indústria nacional se une ao crescimento econômico, e mesmo assim o Estado não conseguiu solucionar o problema das desigualdades, muito pelo contrário, elas foram exacerbadas.

Mesmo os setores progressistas acreditavam que o desenvolvimento nacional resultaria na integração social e econômica das massas e que o problema do negro seria o mesmo da classe operária, tendo em vista que a maioria dos componentes do grupo constituem as classes subordinadas como o campesinato e o proletariado urbano. Fato que é contestado pela obra de Hasenbalg, pois o sociólogo argentino demonstra que a dinâmica do capitalismo dependente⁷⁸ coloca obstáculos severos à integração da população excluída, tendo como consequência do desenvolvimentismo dependente o crescimento econômico aliado à exclusão de grupos marginalizados.

E como Carlos Hasenbalg contribui com uma nova matriz teórica e metodológica nesse cenário? Hasenbalg ao notar que a maioria dos trabalhos sobre relações raciais versava sobre o período histórico da escravidão e poucos se debruçaram sobre a questão racial

⁷⁷ Até a ideia de que no nordeste as relações raciais seriam mais brandas do que no sudeste é desmistificado nessa obra inaugural de Carlos Hasenbalg. O imaginário de que o nordeste produziria relações mais igualitárias, na verdade, apresentou-se o quadro inverso quando analisados os dados do IBGE, e a leitura do autor é que pelo fato da ordem social do nordeste ter sido permeada pelo paternalismo e patriarcalismo tradicionais, esses fatores produziram desigualdades raciais superiores ao do sudeste (HASENBALG, 1979, p.21).

⁷⁸ De acordo com Florestan Fernandes, capitalismo dependente é a forma periférica e dependente do capitalismo monopolista (o que associa inexorável e inextricavelmente as formas 'nacionais' e 'estrangeiras' do capital financeiro)

contemporânea, tratou de pesquisar quais eram os fatores determinantes que propiciavam a desigualdade racial no Brasil. Portanto, o foco de sua pesquisa estava centrado na estratificação racial e nos mecanismos societários que reproduziam essas desigualdades.

O primeiro passo foi deslocar a ênfase do legado do escravismo como única explicação para as relações do seu tempo. Ao invés disso, optou por entender o *modus operandi* do racismo no pós-abolição. Dessa forma, o autor demonstrou que a raça como atributo socialmente adquirido se torna um critério eficaz para a compreensão da desigual distribuição de posições na estrutura de classes e na estratificação social.

Nos três primeiros capítulos, Hasenbalg se dedica a examinar as principais perspectivas teóricas sobre escravidão, industrialização e relações raciais. Nesses capítulos, o autor procurou demonstrar que as sociedades do pós-abolição ainda funcionam sob a mesma estrutura racial do período da escravatura, e tal estrutura é definida com base no interesse material e simbólico do grupo branco (HASENBALG; 1979; p.73). A raça, mesmo como atributo um pouco menos significativo em contextos industriais, do que nos pré-industriais, ainda era critério basilar na estrutura de relações sociais da sociedade brasileira.

Enquanto a primeira parte foi dedicada ao debate teórico, a segunda parte do livro – capítulos quatro, cinco e sete – tinha como objetivo apresentar como foi a constituição histórica das desigualdades raciais no Brasil. Portanto, foram utilizados os dados do IBGE para entender o padrão de distribuição geográfica da população, dividida em critérios de raça. Nesse ponto, o autor notou que a grande maioria dos negros estava concentrada nas regiões estagnadas ou subdesenvolvidas, enquanto os brancos estavam super representados na região sudeste⁷⁹. De acordo com Hasenbalg, a política de estímulo de imigração europeia implementada até 1930 foi fator crucial para reforçar o padrão de segregação geográfica (figuras 7 e 8).

⁷⁹ Neste trabalho, Carlos Hasenbalg define a região Sudeste com uma configuração diferente dos dias de hoje, ele inclui os seguintes estados: Rio de Janeiro; Distrito Federal; São Paulo; Paraná; Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Figura 7 - Tabela de distribuição dos grupos raciais por região (1890-1950)

A tendência para a polarização geográfica ou segregação dos dois grupos raciais – que junto com os mecanismos de discriminação está na base da estrutura das desigualdades raciais existentes – relacionava-se às características dos movimentos de migração internacional e interna que tiveram lugar a partir do século passado. Tais processos demográficos, longe de serem puramente espontâneos, foram condicionados por políticas públicas específicas. A esse respeito a promoção oficial da migração europeia para atender à falta de mão-de-obra no Sudeste (e especificamente em São Paulo) é de particular importância.⁵¹

TABELA IV-6
Distribuição dos Grupos Raciais por Regiões, 1890-1950

	1890 %		1940 %		1950 %	
	Branco	Não-Branco	Branco	Não-Branco	Branco	Não-Branco
Sudeste	41,4	20,0	51,9	18,2	5,8	17,6
Resto do País	58,6	80,0	48,1	81,8	44,2	82,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1950.

Obs: Não-branco inclui as categorias do Censo de negros e mulatos e exclui, em 1940 e 1950, os orientais.

51. Convém, neste ponto, comparar a população não-branca do Brasil com a dos Estados Unidos. Enquanto no Brasil a maior parte dessa população permanece concentrada nas regiões mais pobres do país, um dos aspectos mais notáveis da história social dos negros americanos neste século é a rápida urbanização e a maciça emigração dos antigos estados escravistas do Sul. Assim, as desigualdades raciais encontradas em ambos os países são o produto de combinações diferentes de discriminação racial e dos efeitos da distribuição geográfica das raças em regiões desigualmente desenvolvidas.

Figura 8 - Tabela de distribuição estrangeira (1872-1920)

TABELA V-1
Distribuição da População Estrangeira por Estados
do Sudeste e Regiões do País
1872-1920

	1872		1890		1900		1920	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Rio de Janeiro	94.646	24,7	16.140	4,6	50.578	4,7	50.381	3,2
Distrito Federal	84.730	22,1	135.202	44,2	195.894	18,2	239.129	15,3
São Paulo	29.622	7,7	75.030	21,4	478.417	44,5	829.851	53,0
Paraná	3.688	1,0	5.153	3,7	39.796	3,7	62.753	4,0
Santa Catarina	16.163	4,2	6.198	1,8	29.550	2,8	31.243	2,0
Rio G. do Sul	41.624	10,9	34.765	9,8	135.099	12,6	151.025	9,6
Sudeste	270.473	70,6	292.488	83,3	929.324	86,5	1.364.382	87,1
Resto do País	112.856	29,4	58.824	16,7	145.187	13,5	201.579	12,9
Total	383.329	100,0	351.312	100,0	1.074.511	100,0	1.565.961	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1950.

Fonte: Foto do livro, imagem minha.

Especificamente o capítulo cinco trata das *consequências sociais da abolição* para os ex-escravos e as pessoas de cor livres. Uma das estratégias do autor para mensurar o acesso às oportunidades foi traçar uma análise por regiões e cruzar com os indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, ele aponta que no Nordeste, onde se concentrava a parte subdesenvolvida do Brasil, a maioria dos ex-escravos foi assimilada nas relações de trabalho, enquanto no Sudeste a abolição coincidiu com a entrada massiva de imigrantes europeus, e nesse caso, os homens de cor foram excluídos da economia da região. Esse panorama só começou a mudar a partir de 1930, quando os indivíduos negros passaram a fazer parte do proletariado local e de forma tímida entrar na classe média.

O fundamento empregado por Hasenbalg para explicar esse fenômeno foi de que no Nordeste, o fato de já haver indivíduos negros livres muito antes da abolição ajudou a

atenuar a dicotomia do negro como escravo e do branco como livre, o que facilitou a percepção dos ex-escravos como indivíduos livres na estrutura social dessa região. Outros fatores que agregam a sua argumentação estavam pautados pelo fato de que, à época, os complexos rurais nordestinos contratavam mais trabalhadores livres do que as fazendas cafeeiras no Rio de Janeiro e em São Paulo. Por outro lado, no nordeste os trabalhadores livres, em sua maioria, não eram assalariados e eram costumeiramente contratados em relações servis de dependência. Portanto, a transição para o pós-abolição no nordeste reproduziu relações de trabalho dependentes, não houve grandes mudanças e os ex-escravos continuaram condicionados pela imobilidade econômica e social da região.

Por outro lado, no sudeste a escravidão urbana perdia força desde 1850, quando os negros escravizados passaram a ser direcionados a se concentrarem na região cafeeira do Rio de Janeiro. Isso aconteceu por dois motivos: pela transferência dos escravos para as áreas agrícolas e pela campanha abolicionista. Nesse sentido, os negros da região escravizados, ou, não, sofreram um processo de segregação socioespacial e passaram a ocupar as regiões mais subdesenvolvidas como o nordeste e a parte agrícola do sudeste, enquanto quem passou a ocupar os trabalhos assalariados urbanos foram os imigrantes europeus. Essa era a estratégia de branqueamento usada pelo Estado brasileiro.

A contribuição de Carlos Hasenbalg nos ajuda a entender a centralidade do racismo no que tange ao processo de modernização capitalista do Brasil. A consequência do processo abolicionista concomitante ao aumento do fluxo migratório, foi a exclusão socioespacial dos negros, que tanto eram excluídos da mão-de-obra assalariada, como também foram alijados dos centros urbanos desenvolvidos. Na verdade, a ideia central é que o critério de exclusão e da dominação capitalista brasileira, explorou a ideia das linhas de cor como principal marcador social de exclusão. Para ilustrar esse argumento, no capítulo seis, Hasenbalg estudou a evolução das desigualdades raciais no século XX e a relaciona ao processo de industrialização e urbanização. O processo de modernização do Brasil não solucionou as desigualdades até os anos 1950, mesmo que os índices de desenvolvimento tenham diminuído a distância entre esses grupos, o acesso a indicadores como educação e trabalho ainda eram muito desiguais.

Além de notar a desigualdade persistente entre negros e brancos no Brasil, nos capítulos sete e oito, o autor nos ajuda a perceber que o processo de mobilidade social também era afetado pelas linhas de cor. Portanto, a discriminação racial era uma importante

ferramenta de permissão ou não da mobilidade social. Hasenbalg nos aponta que os indivíduos negros acumulam desvantagens competitivas, ao nos mostrar que os negros não só nasciam em famílias de baixo status social, como desfrutavam de menores possibilidades de ascensão social, se comparados com pessoas brancas da mesma origem social.

De acordo com Hasenbalg (1979):

“devido aos efeitos de práticas discriminatórias sutis e de mecanismos racistas mais gerais, os não-brancos têm oportunidades educacionais mais limitadas que os brancos de mesma origem social. Por sua vez, as realizações educacionais dos negros são traduzidas em ganhos ocupacionais e de renda proporcionalmente menores que a de brancos.”

Notado tal contraste nos processos de competição social, calcados no mecanismo de mercado, indicadores como educação (figura 9), trabalho (figura 10) e renda (figura 10), nos permitem observar que mesmo no pós-abolição o marcador de raça se tornou critério fundamental na exclusão social. Para Carlos Hasenbalg, essa análise deveria embasar as formas de mobilização dos negros e levar ao conflito inter-racial. Dessa forma, o autor conclui que o efeito da raça sobre as estruturas de classe é persistente mesmo no pós-abolição e só pode vir a ter outros contornos na sociedade quando os movimentos raciais, aliados a outros movimentos sociais se impuserem politicamente nessa luta.

Figura 9 - Os efeitos da raça, ocupação dos pais, Instrução dos pais e Sexo na instrução.

TABELA VII-6
Análise de Classificação Múltipla: Os Efeitos da Raça, Ocupação dos Pais, Instrução dos Pais e Sexo na Instrução.

Preditores		Anos de Instrução			Eta ^b	Beta ^c
		%	Média não-ajustada	Média ajustada ^a		
Raça	Branços	79,7	5,3	5,0	0,22	0,10
	Não-Branços	20,3	2,8	3,9		
Ocupação do Pai ^d					0,50	0,21
	1	4,3	11,0	10,4		
	2	2,9	10,3	9,7		
	3	5,2	10,3	9,8		
	4	1,6	8,3	7,8		
	5	3,4	6,7	6,3		
	6	2,6	7,3	6,9		
	7	22,7	5,3	5,1		
	8	57,3	3,0	3,3		
Instrução do Pai					0,33	0,15
	Analfabeto	30,1	2,5	3,7		
	Alfabetizado	69,9	5,6	5,2		
Sexo	Homens	50,1	5,2	5,1	-	-
	Mulheres	49,9	4,4	4,5		

R² = .36

^a As médias ajustadas são estimativas de qual seria a média se o grupo se classificasse como na população total, no que se refere à sua distribuição em todas as outras classificações dos preditores.

^b Eta indica a capacidade do preditor, usando as categorias dadas, para explicar a variação na variável dependente.

^c Beta oferece uma medida da capacidade do preditor para explicar a variação na variável dependente, após ajustar pelos efeitos de todos os outros preditores.

^d 1 - Profissional, gerencial e administrativa alta; 2 - Gerencial e administrativa baixa; 3 - Não-manual alta; 4 - Não-manual baixa; 5 - Não-manual de rotina; 6 - Supervisão manual; 7 - Manual qualificada; 8 - Manual não-qualificada.

Fonte: Foto do livro, imagem minha.

Figura 10: Os efeitos da raça no status ocupacional e na renda doméstica.

TABELA VII-7
Análise de Classificação Múltipla: Os efeitos da Raça, Instrução, Sexo e Ocupação dos Pais no Status Ocupacional.

Preditores	Índice Ocupacional da Amostra			Eta ^b	Beta ^c
	%	Média não-ajustada	Média ajustada ^a		
Raça				0,25	0,11
Branços	80,3	13,6	12,8		
Não-Branços	19,7	6,9	10,0		
Grupo de Instrução				0,58	0,34
Analfabeto	22,6	7,3	9,4		
Primário Incompleto	19,1	7,8	9,6		
Primário Completo	24,8	10,2	11,3		
Ginasial	15,2	15,6	14,1		
Colegial	10,4	19,7	15,8		
Universidade	7,9	27,8	22,0		
Sexo				0,15	0,13
Homens	70,0	13,3	13,1		
Mulheres	30,0	9,8	10,2		
Ocupação do Pai ^d				0,60	0,37
1	3,9	31,6	25,2		
2	2,6	26,0	18,3		
3	5,3	25,0	20,4		
4	1,6	18,0	15,8		
5	3,4	16,5	14,6		
6	2,6	19,3	17,1		
7	22,7	12,4	12,0		
8	57,9	8,5	10,1		

R² = ,46

^a As médias ajustadas são estimativas de qual seria a média se o grupo se classificasse como na população total, no que se refere à sua distribuição em todas as outras classificações dos preditores.

^b Eta indica a capacidade do preditor, usando as categorias dadas, para explicar a variação na variável dependente.

^c Beta oferece uma medida da capacidade do preditor para explicar a variação na variável dependente, após ajustar pelos efeitos de todos os outros preditores.

^d 1 - Profissional, gerencial e administrativa alta; 2 - Gerencial e administrativa baixa;

3 - Não-manual alta; 4 - Não-manual baixa; 5 - Não-manual de rotina; 6 - Supervisão manual; 7 - Manual qualificada; 8 - Manual não-qualificada.

218

TABELA VII-8
Análise de Classificação Múltipla: Os efeitos da Raça, Instrução, Sexo e Ocupação dos Pais na Renda Doméstica.

Preditores	Renda Familiar			Eta ^b	Beta ^c
	%	Média não-ajustada	Média ajustada		
Raça				0,21	0,11
Branços	80,3	1.237	1.159		
Não-Branços	19,7	411	730		
Grupo de Instrução				0,40	0,24
Analfabeto	22,6	620	860		
Primário Incompleto	19,1	529	712		
Primário Completo	24,8	838	974		
Ginasial	15,2	1.496	1.318		
Colegial	10,4	1.761	1.319		
Universidade	7,9	2.722	2.086		
Sexo				0,21	0,19
Homem	70,0	1.293	1.267		
Mulher	30,0	562	622		
Ocupação do Pai ^d				0,46	0,33
1	3,9	3.762	3.053		
2	2,6	2.035	1.181		
3	5,3	2.460	2.001		
4	1,6	1.501	1.356		
5	3,4	1.380	1.168		
6	2,6	2.284	2.004		
7	22,7	886	856		
8	57,9	715	883		

R² = ,30

^a As médias ajustadas são estimativas de qual seria a média se o grupo se classificasse como na população total, no que se refere à sua distribuição em todas as outras classificações dos preditores.

^b Eta indica a capacidade do preditor, usando as categorias dadas, para explicar a variação na variável dependente.

^c Beta oferece uma medida da capacidade do preditor para explicar a variação na variável dependente, após ajustar pelos efeitos de todos os outros preditores.

^d 1 - Profissional, gerencial e administrativa alta; 2 - Gerencial e administrativa baixa;

3 - Não-manual alta; 4 - Não-manual baixa; 5 - Não-manual de rotina; 6 - Supervisão manual; 7 - Manual qualificada; 8 - Manual não-qualificada.

219

Fonte: Foto do livro, imagem minha

Os índices estatísticos apresentados por Carlos Hasenbalg no fim dos anos 1970 estavam em consonância com a pauta do movimento negro da época. Os capítulos sete e oito deste livro trazem perspectivas metodológicas e políticas que ajudaram a fundamentar algumas das principais políticas públicas de promoção da igualdade racial.

A persistente iniquidade racial, mesmo após o fim do escravismo, se manteve durante muito tempo sem passar por nenhuma forma de repressão estatal. A primeira legislação de combate à discriminação racial foi a lei Afonso Arinos, de 1951, coincidentemente o fato político que alavancou essa mudança na legislação foi advindo de um caso de racismo com uma bailarina norte-americana. Portanto, se passaram mais de 60 anos da abolição até que o Estado pudesse criar um mecanismo de repressão à discriminação racial.

Esse resultado é consequência de uma das principais armas ideológicas do aparelho estatal, a democracia racial. Essa estratégia foi usada como mecanismo de extinção de qualquer indício de antagonismo racial, ou, qualquer forma coletiva de ação dos grupos subordinados. Carlos Hasenbalg afirma que a dificuldade em mobilizar o grupo a uma ação política organizada enfrenta duas barreiras principais: o fato da posição social da maioria dos negros estar alocada nos estratos mais pobres da sociedade, ao mesmo tempo em que as classe dirigente branca apelou para uma série de mecanismos que visavam manter os seus privilégios simbólicos e materiais. O primeiro mecanismo é a cooptação social a partir da mobilidade ascendente controlada de parte da população negra; a negação da divisão racial através de instrumentos simbólicos de integração; e as formas violentas de repressão. Todos esses mecanismos de desmobilização operam dentro de um sistema político cuja característica mais persistente é o compromisso e o padrão de resolução dos conflitos entre as elites dominantes, tendendo a suprimir a organização autônoma dos grupos subordinados (HASENBALG, 1979, p.225).

No campo econômico os trabalhadores negros foram deslocados por imigrantes não só nas plantações de café, mas também no centros urbanos que viveram um processo rápido de desenvolvimento industrial. Dessa forma, o grupo social dominante excluiu o negro de todas as vantagens econômicas do desenvolvimento nacional, deixando-os segmentados ao desemprego ou ao serviço precarizado. Mesmo após 1930, quando a migração

internacional para o Brasil diminuiu, as práticas discriminatórias ainda serviram como forma de inviabilizar que a classe trabalhadora negra chegasse à classe média.

A estratégia utilizada pelo grupo hegemônico foi permitir que uma pequena parte dos membros da população negra fossem absorvidos nos níveis médios e eventualmente nos superiores do sistema de poder e prestígio da classe dominante. Esse método foi usado como forma de enfraquecimento dos negros – dividir para conquistar – as aspirações da base racial foram transformadas em projetos individuais de mobilidade social, em outras palavras, era propiciada uma recompensa aos indivíduos que passassem por um processo de branqueamento em relação às pessoas de cor.

Nesse sentido, Carlos Hasenbalg (1979, p.238) aponta que a ideia de branqueamento e o mito da democracia racial foram “produtos intelectuais das elites dominantes brancas”. Como efeito esse produto também dominou o aparelho ideológico do Estado em períodos autoritários como o Estado Novo de Vargas e o período da ditadura militar (1964-1985), cujo objetivo era evitar potenciais conflitos sociais em torno da raça. Portanto, uma das consequências foi adotar um *continuum* de cor como forma de fragmentar a identidade racial dos negros e transformar o potencial da ação coletiva em expectativas individuais.

As suposições racistas do branqueamento eram de que a superioridade branca e o desaparecimento gradual dos negros resolveriam o problema racial brasileiro (HASENBALG, 1979). Uma implicação adicional da ideologia do branqueamento era a crença na homogeneização racial da nação brasileira, uma crença que desejo e realidade se fundiram. No entanto, essa perspectiva buscava somente desenfatar a percepção de divisões raciais. Na década de 1950 as mudanças do cenário internacional, principalmente pós Segunda Guerra, a ideia do branqueamento deixou de ser uma ideia aceitável, porém no Brasil, mesmo que esse ideal tivesse deixado de ser um objetivo nacional legítimo, o processo de branqueamento ainda tinha ampla aceitação popular e seguia condicionando o comportamento dos negros no país. O *branqueamento social*, ou mesmo a ideia de *raça social*⁸⁰ ativaram um mecanismo de compensação parcial de status, onde as pessoas de cor bem sucedidas seriam percebidas e tratadas como mais claras do que pessoas de aparência semelhante, mas de classe social inferior.

⁸⁰ Expressão usada por Nelson do Valle Silva para entender a relação econômica e cultural dos indivíduos que possibilita a atribuição da cor atribuída e a cor autopercebida.

Uma consequência do processo de branqueamento social⁸¹ é que esse grupo de negros em ascensão teria que adotar valores e normas do estrato branco da sociedade para garantirem a sua aceitação social. Portanto, a estratégia de branqueamento social utilizada pelo grupo hegemônico além de promover a divisão e desmobilização interna dos negros, também dá base para ideia de que não existe uma barreira social, na condição que estes negros adotem a cultura e a norma repressora do grupo hegemônica. Em suma, Hasenbalg (1979, p.240) define o ideal de branqueamento como:

“O ideal de branqueamento funcionou como reforço simbólico do mecanismo pelo qual a existência de oportunidades de mobilidade social individual induz um cálculo racional ao negro segundo o qual suas oportunidades de ascensão são estimadas como estando em proporção inversa à sua solidariedade étnica. Uma cultura racista que estimula uma exibição narcisista de brancura e condena o segmento mais escuro da população ao desaparecimento gradual, dificilmente pode constituir um terreno fértil para a negritude e o orgulho racial entre os não-brancos.”

Se o ideal de branqueamento foi a sanção ideológica do *continuum* de cor, o mito da democracia racial brasileira funcionou como símbolo mais poderoso da demobilização política dos negros, serviu como arma ideológica do *establishment* intelectual e do Estado para legitimar as desigualdades raciais desde o fim do período da escravidão. O Brasil sob a estrutura do clientelismo transformou a mobilidade social em um mecanismo condicionado pelo patronato da elite branca, ao invés de ter o controle do mercado. Portanto, a estrutura clientelista sobreviveu após a abolição da escravidão, o que limitou a necessidade de um sistema de segregação racial, como visto nos Estados Unidos, por exemplo.

Dito isso, a ideia de democracia racial tratou de sustentar a marca do passado clientelista, sustentando essa prática mesmo nas realidades sociais do período republicano. Soma-se a isso alguns elementos como a falta de um mecanismo de discriminação legal, a seleção de alguns negros para participarem das classes altas e a ausência de um conflito racial declarado, como o presente em sociedades segregacionistas. Nesse sentido, a reunião desses elementos passava uma falsa imagem de harmonia de raças entre os brasileiros, tornando o país como um referencial das relações raciais.

O argumento da *democracia racial* se pautava em dois princípios, a ausência de discriminação racial e a existência de oportunidades econômicas iguais para brancos e

⁸¹ Ver anexo 1 para uma explicação das implicações do processo de branqueamento no Brasil.

negros. De acordo com Florestan Fernandes (1965), esses princípios assumiram papel de mandamentos, portanto, oficialmente não se deveria admitir que existia racismo no Brasil e qualquer expressão de discriminação racial deveria ser mencionada como alheia à realidade brasileira.

A perversidade dessa estratégia situa-se em responsabilizar o próprio grupo subordinado por sua baixa posição nas camadas sociais, de forma que a ideologia da democracia racial, enquanto estratégia de negação do preconceito de cor, tenta explicar a falta de oportunidades dos negros como uma questão individual e não como motivada pela estrutura social organizada pelas classes altas brancas.

As consequências práticas da aceitação do mito da democracia racial foram a consolidação do imaginário nacional de inexistência da discriminação racial e a redução do problema das desigualdades como um problema exclusivamente de classe. Esses fatores são entraves consolidados pelo Estado e pelo *establishment* intelectual até a década de 1970, no entanto, era difícil explicar como depois de 100 anos da abolição os negros ainda estivessem super representados na base da hierarquia social e mesmo os que ascenderam à classe média, segundo o próprio Hasenbalg, continuavam como alvo de discriminação racial. Dessa forma, os brancos podem se isentar de qualquer responsabilidade pelos problemas sociais dos negros.

O consenso generalizado entre os brancos no sentido de não haver discriminação racial no país, impediu, pelo menos até a década de 1970, a formação de coalizões entre brancos e negros. Nesse sentido, Roger Bastide e Florestan Fernandes (2008)⁸², apontaram que a falta de receptividade dos grupos brancos às demandas dos movimentos sociais negros resultou no isolamento político do segundo grupo. Mesmo que o mito da democracia racial tenha sido produzido pelas classes conservadoras e liberais que ocuparam o poder, o pensamento social e político da esquerda teve sua responsabilidade na desmobilização política dos negros, à medida que negligenciou ou reduziu a condição do negro à do proletário.

Notamos com isso que até a década de 1970, os paradigmas teóricos da questão racial estavam em consonância com as ideologias de Estado, na verdade, alicerçaram a estrutura nacional baseada na exploração da mão de obra negra e nas desigualdades raciais. Dessa

⁸² Em *Negros e Brancos em São Paulo*, Roger Bastide e Florestan Fernandes notaram que a falta de apoio dos brancos ao protesto negro de São Paulo durante a Primeira República e o início da década de 1930 ilustra essa afirmação.

forma, o aparelho ideológico do Estado esteve guiado primeiro pelo racismo científico e o processo de branqueamento da nação; e, depois, na ideia de democracia racial. Nesse sentido, as obras de Abdias Nascimento e Carlos Hasenbalg aqui analisadas foram fundamentais para descortinar a estrutura do privilégio branco e municiar a mobilização política dos negros. Foram essenciais, portanto, para enfrentar o problema das desigualdades raciais no Brasil.

O paradigma teórico inaugurado por Nascimento e Hasenbalg estava em consonância com o ambiente político da época, em que havia a contestação às restrições de direitos, portanto, a busca por cidadania e o conflito com a ordem política tradicionalista e coronelista. A ausência de um rompimento revolucionário com o passado é a base do Brasil autoritário, e a obra de ambos é uma contribuição cultural e histórica rumo à justiça de transição. Se no campo os grandes proprietários não deixaram emergir um campesinato ou uma classe média rural independentes, o processo de industrialização tampouco tirou negros e pobres da exclusão econômicas e social.

Percebemos até aqui, que esses livros foram centrais na inauguração de um novo paradigma teórico do campo de estudos das relações raciais. A contribuição epistemológica desses autores serviu como base de mobilizações e ações políticas na década de 1980. Exemplo dessa colaboração foi a parceria entre Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, em 1982 os dois escrevem o livro *Lugar de negro*, um manifesto político contra a ideia de democracia racial, que conta como essas epistemologias ajudaram na construção de uma agenda antirracista na década de 1980, como também mostram a importância dos movimentos negros em pautar essas questões na arena política e na esfera pública. A análise desse e de outros dois livros que representam o advento do *feminismo negro* serão abordados no próximo capítulo.

5. Carlos Hasenbalg, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento

*“A história da raça negra ainda está por fazer,
dentro de uma história do Brasil ainda a ser feita”*

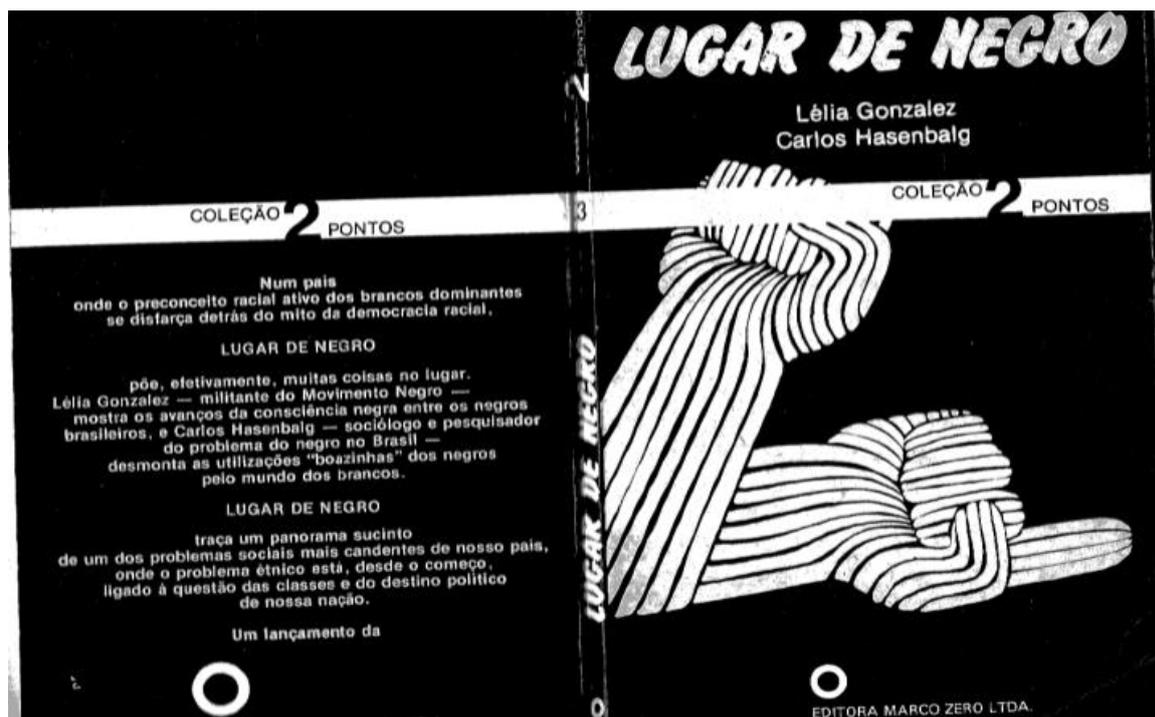
Beatriz do Nascimento

Neste capítulo dou sequência a análise de livros seminais produzidos pela geração de intelectuais dos anos 1970 e 1980. Começo pela análise do livro *Lugar de negro* e em seguida fecho com a perspectiva inovadora sobre a interpretação do Brasil e a formação das desigualdades sociais, presente nos trabalhos de Lélia Gonzalez em *Por um feminismo afro-latino-americano* e Beatriz Nascimento em *Uma história escrita por mãos negras*.

5.1 Lugar de negro

O livro, *Lugar de negro* (figura 11), publicado em 1982 é importante para a nossa análise porque é uma síntese ilustrativa da ligação entre a academia e o movimento negro. Os autores trazem uma importante contribuição ao tema das relações raciais, além de uma ressignificação da interpretação sociológica sobre classe e raça. Ao tratar o tema de forma inovadora e propositiva, Lélia Gonzalez – importante liderança política e intelectual teve enorme contribuição ao tema do feminismo negro – traz uma importante colaboração para o pensamento social brasileiro. Portanto, *Lugar de negro* é um divisor de águas, pois chama a atenção para a realidade social, e traz à tona a história da resistência política do movimento negro. A obra foi lançamento da editora *Marco Zero LTDA* e contém 115 páginas em que os autores explicitam a discriminação racial como mecanismo central de produção e reprodução de desigualdades no Brasil.

Figura 11 - Capa do livro Lugar de negro (1982)



Fonte: Imagem encontrada na internet.

Disponível em:
<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbXN1bWFsZWl0b3JhbmVncmF8Z3g6NDliYTgzMmNmYjNkOGNjZA>>

Logo em sua capa, o livro demonstra o seu caráter de manifesto político ao apresentar o Brasil a partir da conjuntura de um país em que o preconceito racial dos brancos dominantes se encontra disfarçado pelo mecanismo da democracia racial. Ainda na capa fica evidenciado que a ideia de *Lugar de negro* é descortinar as inverdades por trás do mito de que a sociedade brasileira vivenciava uma *democracia racial*. Para tanto, o livro procura demonstrar como é importante que se crie uma consciência negra entre os negros, assim como é fundamental tirar os brancos do lugar de privilégio para que assumam a sua responsabilidade. Ao traçar um panorama sucinto da desigualdade racial, os autores

mostram que este problema está intrinsecamente imbricado às questões de classe e o destino político da sociedade brasileira.

O livro é dividido em quatro partes, a primeira é destinada à apresentação dos autores. Lélia Gonzalez é apresentada como conhecida militante do movimento negro e movimento das mulheres, professora de Antropologia, formada em filosofia e história, com mestrado em comunicação. Enquanto Carlos Hasenbalg é descrito como professor do Instituto universitário de pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj), na descrição do livro ainda se ressalta que ambos os autores têm vasta produção acerca da temática racial.

A segunda parte do livro é o capítulo escrito por Lélia Gonzalez, intitulado: *O movimento negro na última década*. Neste capítulo a autora apresenta tanto um histórico das diversas formas de manifestação do movimento negro, sendo estas políticas ou culturais. A autora sinaliza que desde os quilombos até manifestações mais recentes, como o carnaval, são representações do movimento negro. Além do aspecto histórico, Gonzalez também faz uma importante análise de conjuntura, traçando o panorama político e econômico da ditadura.

No início do texto, a autora situa o leitor no contexto social em que foi escrito o livro, a ditadura militar iniciada em 1964. Gonzalez pontua que o golpe militar inaugurou uma nova ordem social no Brasil, sob o pretexto de acabar com a *corrupção* e o *comunismo*. Como efeito desse processo, emergiu uma nova ordem econômica, que custou ao povo brasileiro a repressão e a intensificação da exclusão social dos setores populares. Para garantir esse feito, houve a supressão dos partidos políticos, a cassação de inúmeros parlamentares e de qualquer outro resquício de mobilização democrática, sobretudo, as mais populares.

Portanto, em seu capítulo, Lélia Gonzalez, nos apresenta o panorama político e social da ditadura militar. Uma importante reflexão da autora, é que ela aponta o AI-5 como marco de maior expressão do período, de acordo com ela, foi a supressão de direitos que fundamentou o *milagre econômico* brasileiro. Essa análise é muito interessante porque Gonzalez nos demonstra que no Brasil houve uma relação direta da ascensão de determinadas oligarquias econômicas – dividida por ela entre multinacionais e empresariado nacional – com o declínio da República e o surgimento do autoritarismo ditatorial. A junção do estado militar, com o empresariado nacional e estrangeiro, ficou conhecida como *Tríplice Aliança*. Dessa forma, ao escrever o livro em 1982, a autora nos

aponta que o pacto entre essas elites deu forma a um Estado repressor e antidemocrático que centralizou o poder político e econômico na mão desses grupos e alijou os trabalhadores de uma vida digna.

A leitura de Gonzalez sobre o fracasso dessa estratégia revela as razões do grau da inconformidade dos movimentos sociais da época. Como duras consequências desse processo, tivemos o aumento substancial da dívida externa, o arrocho salarial, e o empobrecimento da sociedade. A reação a esse fracasso do ponto de vista do movimento negro é contado por Lélia Gonzalez nesse livro, quando a autora nos apresenta a associação de duas categorias sociológicas para pensar o momento, as ideias de classe e raça. Esse é um movimento muito sofisticado, porque ela está deixando claro que a classe trabalhadora, a base da pirâmide societária, tem cor no Brasil. Ela argumenta que é indissociável a condição de cor e de classe no país.

O casamento entre grandes empresas nacionais e internacionais deu fim às poucas pequenas empresas nacionais, que coincidentemente eram as empresas que empregavam os trabalhadores negros (GONZALEZ, 1982). Enquanto no campo, a pequena propriedade rural perdia território para os grandes latifúndios, foi assim que o moinho satânico do capitalismo invadiu todos os setores da economia brasileira. A consequência desse movimento foi o desemprego no campo, soma-se a isso a política de diferenciação do salário mínimo, onde o sudeste tinha o maior salário. A partir deste cenário, os trabalhadores rurais tiveram de fugir da miséria e se deslocaram para os grandes centros urbanos. Se na década de 1970 foi a primeira vez que a população urbana era maior que a rural, nos anos 1980, a população das cidades já representava 67,57% do total.

Esse movimento obrigou as pessoas em vulnerabilidade social a ocuparem as cidades em busca de emprego, e foi na construção civil que os negros foram incorporados, pois eram uma mão de obra barata e de alto risco. Nesse tempo, a ponte Rio-Niterói ficou conhecida como *túmulo do trabalhador-desconhecido*, tamanho foi o número de vidas ceifadas durante a sua construção (GONZALEZ, 1982). Portanto, os negros ficaram com os piores empregos como visto na indústria da construção civil e no plano dos serviços ocupava a limpeza urbana, serviços domésticos e segurança. Agregada a essa condição de trabalho precarizado, estavam as condições insalubres de moradia encontradas nas favelas e nos cortiços, e a constante violência física e psicológica a que eram submetidos. Lélia

Gonzalez nos demonstra que evidentemente o negro desconheceu os benefícios do *milagre econômico*.

Nesse sentido, uma grande contribuição da autora no livro foi denunciar e desmascarar a *naturalidade*⁸³ do *continuum* histórico do lugar do negro como figura explorada e subalternizada. Desde a época colonial, e mesmo no pós-abolição, há a reprodução do critério para a divisão social e espacial definida de forma persistente pelo marcador da raça. E por que deveria ser denunciado e desmascarado o lugar do negro? A resposta da autora se refere à política ideológica do Estado, uma vez que a Lei de Segurança Nacional entendia como crime de subversão, qualquer incitação à ideia de existência de discriminação racial. Esse sistema foi corroborado pela classe média, parte da sociedade que teve acesso real aos benefícios do chamado *milagre econômico*, essa parcela passou a ter acesso a bens materiais como eletrodomésticos e o carro do ano.

Se por um lado os setores beneficiados estavam orgulhosos de si, por outro lado, os setores abandonados pelo regime militar observavam seus componentes serem pressionados pelas péssimas condições de trabalho e de vida, eram vítimas constantes da violência policial, como nos exemplifica Gonzalez ao falar da Baixada Fluminense. O território da Baixada havia se tornado um aglomerado de *idades dormitório*, que em pouco tempo ficou notado por ocupar as manchetes das páginas policiais. Ocupava esse noticiário porque concentravam a área de atuação dos esquadrões da morte, que tinham em 70% das vítimas, os corpos negros (GONZALEZ, 1982).

Ao notar esse panorama perverso, Lélia Gonzalez optou por nos demonstrar uma linha histórica das formas de resistência do povo negro, ao nos apresentar o histórico de mobilizações do movimento negro. Ao iniciar opta por deixar evidente que há complexidade e multiplicidade da cultura negra, e que o primeiro movimento do colonizador foi unificar essas potências na chave interpretativa da escravidão, portanto, mesmo que o grupo escravizado seja unitário, a sua composição cultural é diversa. Os diferentes povos africanos que vieram ao Brasil – iorubás, ganeses, angolanos, etc – adotaram diferentes formas de contrapor à dominação escravocrata, seja por meio dos quilombos, do movimento revolucionário dos malês, das irmandades, do candomblé. Essas foram algumas das muitas manifestações de resposta ao sistema escravista.

⁸³ Lélia Gonzalez procura reinterpretar a teoria de lugar natural de Aristóteles, ao tratar dos diferentes modos de dominação nas diferentes fases de produção econômica no Brasil. O ponto de confluência segundo a autora é o critério racial na distribuição de oportunidades socioeconômicas.

Nesse texto, a autora procura sintetizar as experiências históricas do movimento negro até a criação do Movimento Negro Unificado, em 1978. Lélia Gonzalez optou por apresentar as formas de organização do movimento negro no pós-abolição, ela também denomina essas organizações como *entidades*, que segundo Hamilton Cardoso (1982), têm como papel legitimar a existência do negro dentro da sociedade, pois elas reúnem os negros para praticar o lazer e suas culturas específicas. Portanto, atuam como veículo de acolhimento e emancipação, ao tratar do pertencimento e da autonomia dos negros na construção social e histórica da sociedade brasileira.

Ao tratar das entidades negras, Gonzalez divide-as em dois tipos: as *recreativas* e as *culturais de massa*. A primeira se refere às entidades com perspectivas e anseios ideológicos elitistas, e a segunda por mobilizar as massas eram constantemente controladas pelas autoridades (GONZALEZ, 1982). De acordo com a autora, a primeira se referia ao assimilacionismo e a segunda à prática cultural. E o primeiro movimento capaz de veicular essas duas práticas foi a Frente Negra Brasileira (1931-1938). Precedida pela Imprensa Negra, a FNB ao adotar a fusão dessas duas práticas, obteve sucesso em mobilizar milhares de quadros negros para a organização.

A FNB, ganhou tremenda relevância por ter se estabelecido em São Paulo, o grande centro econômico do Brasil, portanto, era um movimento de caráter urbano. De acordo com a autora, a entidade obteve maior relevância porque ao se estabelecer no motor industrial e da modernização do país, o negro ali estava mais exposto às pressões do sistema dominante e, por isso, foi capaz de aprofundar a sua consciência racial. Essa consciência possibilitou e obrigou o grupo a se organizar politicamente para alcançar resultados mais expressivos. Foi na década de 1930, em São Paulo que o negro iniciou o processo de integração à sociedade capitalista, até ali, o Brasil havia praticado uma política de embranquecimento da população, ao trazer imigrantes europeus para trabalhar. Nos anos 1930, o governo de Getúlio Vargas interrompeu a política de imigração.

Esse quadro retratado pela autora é de suma importância, a leitura do texto nos apresenta uma troca do paradigma teórico e político das relações raciais aplicado pelo Estado brasileiro. Até 1930, vigoraram as teses do racismo científico, baseadas em conceitos eugenistas, a política de embranquecimento da população foi uma política pública imigracionista do Estado, que tinha como objetivo pôr fim à raça negra, extirpando-a da sociedade. Na fase seguinte, ao adotar uma perspectiva culturalista Boasiana, a estratégia

lusotropicalista adotada pelo Estado brasileiro passou a entender a miscigenação como uma característica positiva da sociedade brasileira. Para além dessa percepção política, Gonzalez nos mostra como funcionou a estratégia de formação da sociedade moderna capitalista no Brasil, ao nos mostrar que o processo de industrialização de São Paulo mesmo que tivesse um projeto de integração do negro à sociedade, o relegou aos quadros mais atrasados e desvalorizados do operariado urbano. A FNB ainda sofreu forte oposição da Frente Negra Socialista (FNS), e em 1938 um ano após o partido da FNB entrar na clandestinidade, fez com que fossem acentuados os rachas internos e a organização tivesse seu fim declarado.

A perspectiva histórica adotada pela autora toma sequência ao apontar que o período pós Estado-Novo foi o mais frutífero para as organizações políticas negras, o grupo remanescente da Frente Negra Socialista era o criador do veículo de imprensa negra mais relevante da época, o Clarim da Alvorada. Esse grupo reestruturou as suas atividades a partir do Clube Negro de Cultura Social. Na mesma década de 1940 se estruturou no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro, a principal expressão política do movimento negro na época. Também foi nesse período que houve uma maior aproximação entre os setores brancos progressistas e o movimento negro (GONZALEZ, 1982). Manifestações intelectuais e culturais relevantes como o teatro negro e a poesia marcaram essa geração a partir de nomes como Solano Trindade e Abdias Nascimento. A contribuição desses intelectuais ao tratar da afirmação cultural, da denúncia da exploração e a perspectiva de que racismo e exploração socioeconômica estão muito bem articulados, obrigaram os pesquisadores da época, como Florestan Fernandes, a estudar esse fenômeno.

Nessa época também ecoavam influências transatlânticas nas mobilizações negras, principalmente o movimento de independência dos países africanos, tal como pode ser visto na edição de lançamento da Cadernos Negros, em 25 de novembro de 1978 (GONZALEZ, 1982). Vozes como as de Frantz Fanon; Agostinho Neto; Amílcar Cabral; Malcolm X; Solano Trindade e Abdias Nascimento foram basilares para articular a ideia de que a Diáspora Africana sobreviveu e sobreviverá. Ao criar uma forte consciência negra, essas vozes eram as sementes da resistência e da luta por uma verdadeira democracia racial. Esta foi uma perceptível inspiração do pensamento pan-africanista, sobretudo, o absorvido por Abdias Nascimento, na agenda política do movimento negro da década de 1980.

Estas passagens apresentadas por Lélia Gonzalez nos permitem fazer uma viagem no tempo e entender a linha histórica do movimento negro no Brasil. O papel sociológico da obra nos traz até o contexto da ditadura militar, em 1964, que mesmo tentando desarticular as mobilizações negras, mesmo com o exílio das principais lideranças, não conseguiu impedir a principal articulação das entidades negras da época, o Movimento Negro Unificado. O regime militar ao retomar a ideia de uma identidade nacional desracializada presente no governo Vargas, não foi capaz de impedir a interpretação de que a sociedade capitalista no Brasil foi fundada a partir da histórica e persistente exploração econômica do negro.

Essa contribuição da autora é ímpar porque dá um passo à frente em relação à leitura de Carlos Hasenbalg apresentada anteriormente. O autor argentino acreditava que o modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro impossibilitava a organização política dos negros para o combate à desigualdade racial, e aqui a autora mostra que historicamente os negros sempre deram respostas a todas as formas de dominação e exploração. No entanto, o Estado brasileiro sempre fez uso ideológico do *establishment* intelectual para pautar as suas políticas públicas, seja o branqueamento, seja a miscigenação, todas as respostas do Estado foram duras, violentas, tanto nas políticas de superestrutura, como na infraestrutura. E a novidade da década de 1970 e 1980 é que a resposta não foi só na mobilização política, mas também no contraponto intelectual, na elaboração de uma intelectualidade negra que entendeu a importância da interseção de classe, raça e gênero em perspectiva transnacional para responder politicamente a um projeto de Estado racista.

E qual foi o processo político ideológico que passou o movimento negro para contestar o *establishment* intelectual? O contexto internacional dos Direitos Civis e a libertação dos povos africanos, principalmente os de língua portuguesa passaram a fomentar um material importante para os militantes brasileiros. Os jornais, revistas e filmes da época passavam uma ideia positiva da identidade negra e auxiliavam a comunidade negra a responder aos mecanismos de exclusão social. Um importante movimento de importação dessa cultura foi o baile *soul*, no Rio de Janeiro, que ficou conhecido como *Black Rio*. Sobre o movimento Black Rio, ele já foi bem elucidado no capítulo um desta tese, no entanto, vale ressaltar que esse movimento aglutinava um número expressivo de negros que a partir daí podiam criar um entrelaçamento entre trabalhadores e estudantes universitários em um mesmo espaço, criando então uma agenda positiva e unitária.

Ao pautar a questão intelectual no Rio de Janeiro, Gonzalez relembra a importância do Centro de Estudos Afro-asiáticos. De acordo com a autora, o centro possibilitou que essa iniciativa acadêmica não fosse nas palavras dela: “Oropa, França e Bahia, mas, ao contrário, via Bahia, África e Oropa e com muito axé em cima” (GONZALEZ, 1982, p.34). Os encontros aconteciam duas vezes durante a semana, um para preparar os textos referentes ao noticiário a respeito dos atos de discriminação e no outro com textos relativos ao contexto pré-colonial na África, por fim, os textos eram discutidos na reunião geral de sábado e no domingo todos se encontravam no baile *Shaft* do Renascença.

Um adendo relevante feito pela autora foi que com o crescimento do grupo, as mulheres passaram a fazer reuniões separadas dos homens. O intuito era discutir o caráter sectário masculino por parte de alguns membros do grupo, sobretudo, os mais velhos. Esse movimento de mulheres negras cariocas passou a ganhar maior notoriedade e foi repassado para outras experiências. Até que em 2 de julho de 1975, em um encontro das mulheres negras realizado na Associação Brasileira de Imprensa, foi registrado um importante documento, em que era denunciado o papel da mulher negra na sociedade. Como podemos visualizar no trecho a seguir:

“O destino da mulher negra no continente americano, assim como o de todas as suas irmãs da mesma raça, tem sido, desde a sua chegada, a ser um objeto de produção ou reprodução sexual. Assim, a mulher negra brasileira recebeu uma herança cruel: ser não apenas o objeto de produção, mas, ainda, ser um objeto de prazer dos colonizadores. O fruto dessa covarde procriação é o que agora é aclamado como o único produto nacional que não pode ser exportado: a mulher mulata brasileira. Mas se a qualidade deste ‘produto’ é tida como alta, o tratamento que ela recebe é extremamente degradante, sujo e desrespeitoso.” (GONZALEZ, 1982, pp. 35-36)

O relato de Lélia Gonzalez é muito importante porque nos ajuda a entender como começou a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro da década de 1970. A autora conta que foi a partir do convívio e das trocas de experiências com as mulheres do MNU, que passou a tomar nota da importância de abordar a especificidade da pauta das mulheres negras. Nesse trabalho de reflexão, Gonzalez teve a percepção de que a mulher negra por ser preparada para o trabalho, ao invés de entender o casamento como forma de ascensão social, não cumpre o papel de submissa. E na prática cotidiana, que a mulher negra entende que precisa trabalhar para garantir a alimentação das crianças, até porque tem ciência de que o homem negro está vulnerável ao desemprego e à violência policial. Portanto, o racismo e o sexismo obrigam a mulher negra a ocupar o

posto de chefe da família, e essa autonomia nesse tempo já assustava os homens do movimento negro e as mulheres do movimento feminista.

O que a autora está nos revelando são algumas indicações de como surgiu a participação das mulheres negras na cena política do Rio de Janeiro. Portanto, Lélia Gonzalez nos dá as pistas para entendermos a emergência do movimento de mulheres dentro do movimento negro, o que vamos conhecer posteriormente como feminismo negro. Como também aborda a aproximação dos espaços artísticos e culturais da cidade com a erudição afrodiáspórica.

No que tange ao movimento político, o MNU, desde a sua primeira convocatória (figura 12) tratava de dar um basta à exclusão social a que estava submetido. O documento apresentado no texto de Gonzalez entendia o combate ao desemprego, ao subemprego, à moradia precária e à perseguição policial como as bandeiras fundantes da ação política do movimento negro. Gonzalez nos explica que o MNU foi criado com o objetivo de tornar-se instrumento de luta da comunidade negra e mantinha como compromisso a denúncia permanente de todo ato de discriminação racial.

Figura 12 - Carta de convocação para ato contra o racismo em 1978

Vejamos, através de seu primeiro documento, como se deu a criação do então denominado Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Trata-se da carta convocatória para o ato público contra o racismo:

Nós, Entidades Negras, reunidas no Centro de Cultura e Arte Negra no dia 18 de junho, resolvemos criar um Movimento no sentido de defender a Comunidade Afro-Brasileira contra a secular exploração racial e desrespeito humano a que a Comunidade é submetida.

Não podemos mais calar. A discriminação racial é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento da Comunidade Afro-Brasileira, destrói a alma do homem negro e sua capacidade de realização como ser humano.

O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado para que os direitos dos homens negros sejam respeitados. Como primeira atividade, este Movimento realizará um Ato Público contra o Racismo, no dia 7 de julho às 18,30 horas, no Viaduto do Chá. Seu objetivo será protestar contra os últimos acontecimentos discriminatórios contra negros, amplamente divulgados pela Imprensa.

No dia 28 de abril, numa delegacia de Guai-nazes, mais um negro foi morto por causa das torturas policiais. Este negro era Robson Silveira da Silva, trabalhador, casado e pai de filhos. No Clube

O diretor do Clube deu entrevistas nas quais afirma as suas atitudes racistas, tal a confiança de que não será punido por seu ato.

Nós também sabemos que os processos desses casos não darão em nada. Como todos os outros casos de discriminação racial, serão apenas mais dois processos abafados e arquivados pelas autoridades deste país, embora um dos casos tenha a agravante da tortura e conseqüente morte de um cidadão.

Mas o Ato Público Contra o Racismo marcará fundo nosso repúdio e convidamos a todos os setores democráticos que lutam contra o desrespeito e as injustiças aos direitos humanos, a engrossarem fileiras com a Comunidade Afro-Brasileira nesse ato contra o racismo.

Fazemos um convite especial a todas as entidades negras do país, a ampliarem nosso movimento. As entidades negras devem desempenhar o seu papel histórico em defesa da Comunidade Afro-Brasileira; e, lembramos, quem silencia consente.

Não podemos mais aceitar as condições em que vive o homem negro, sendo discriminado da vida social do país, vivendo no desemprego, subemprego e nas favelas. Não podemos mais consentir que o negro sofra as perseguições constantes da polícia, sem dar uma resposta.

**TODOS AO ATO PÚBLICO CONTRA O RACISMO
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL
CONTRA A OPRESSÃO POLICIAL
PELO FORTALECIMENTO E UNIÃO DAS ENTIDADES AFRO-BRASILEIRAS**

Fonte: Imagem encontrada na internet. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmVhbnx1bWFsZWl0b3JhbmVncmF8Z3g6NDliYTgzMmNmYjNkOGNjZA>>

Essa ideia de Gonzalez de tratar o MNU como instrumento da comunidade negra é significativa, porque foi a partir do envolvimento coletivo em associações que o movimento negro conseguiu contestar a ideologia do *branqueamento* e o mito da *democracia racial*. O MNU instrumentalizou os seus militantes, pois descortinou a ação dos aparelhos ideológicos do Estado. O movimento passou a entender que essas estratégias foram usadas como justificativa de políticas públicas que por muito tempo estiveram pautadas em pressupostos eugenistas. O Estado brasileiro ao tentar institucionalizar essas ideologias, criou o racismo à brasileira em que o grupo que detinha o poder optou por internalizar valores culturais eurocêntricos, em detrimento da construção da pluralidade existente na sociedade. O que Guerreiro Ramos chamou de *patologia social do branco brasileiro* e o que a análise psicanalítica de Neusa Santos Souza identificou como o branco sendo o ideal de ego.

O símbolo do combate à patologia social do branco, ou, ao racismo à brasileira, escolhido pelo movimento negro contemporâneo, foi o Quilombo de Palmares, e a adoção da data de 20 de novembro como dia nacional da Consciência Negra⁸⁴, porque o local materializava a afirmação histórica do negro, o que sob a perspectiva de Gonzalez foi o berço da nação brasileira, ao se constituir como a autêntica democracia racial, seu líder Zumbi seria o símbolo da luta contra todas as formas de exploração.

Outro ponto importante que a autora toca é a comparação entre a violência aplicada na ditadura e a violência policial a que o negro era submetido. O MNU levou ao Comitê Brasileiro pela Anistia, nos congressos de 1978 e 1979 a denúncia dos casos de tortura praticados por policiais em corpos negros, assim como a situação de prisioneiro político, na medida em que os negros são colocados como *naturalmente* suspeitos pela polícia. No primeiro caso, foi importante a atuação do MN para que a imprensa notasse que o negro era torturado antes mesmo de a prática ser usada pela ditadura. No entanto, a opinião pública só passou a tomar nota da tortura como prática de Estado, quando a violência passou a ter como alvo os jovens estudantes de classe média. Nesse sentido, a provocação de Lélia Gonzalez é muito pertinente: “Se a gente se interessa mais pelo o que se passa

⁸⁴ Como já vimos anteriormente nesta tese, a troca do dia da Consciência Negra pra 20 de novembro foi uma iniciativa do Grupo Palmares, em 1971. No entanto, o MNU tratou de ampliar a proposta, tornando a data em uma afirmação da história do negro no Brasil.

efetivamente no cotidiano da grande massa negra, desde a escravidão, a gente saberia que a tortura sempre existiu em nosso belo país tropical” (GONZALEZ, 1982, p.60).

Para concluirmos a análise desta etapa do livro, entendo que ao trazer a perspectiva histórica da atuação e da formação do Movimento Negro, principalmente, no Rio de Janeiro, assim como a introdução da perspectiva das mulheres negras no movimento, a autora nos apresentou no que consistiu a experiência mais exitosa do movimento negro nos anos 1970, o Movimento Negro Unificado. De acordo com Gonzalez, o MNU adotou como fundamento a perspectiva intelectual e culturalista aliada à uma ideia de política voltada para as massas negras, ou seja, de participação e mudança efetiva na esfera pública. O movimento trabalhou com a perspectiva de raça e classe dentro de um panorama que visava a ação política programática. Dessa forma, o MNU era um movimento pensado para as massas e foi o primeiro movimento social no Brasil a ter caráter nacional, por envolver delegações na maioria das unidades federativas e por ter uma pauta nacional contra a discriminação e a exclusão social do negro, como definido em sua Carta de Princípios (figura 13).

Figura 13 - Carta de Princípios MNU

Carta de Princípios, inspirou a criação de diversas entidades e grupos negros em vários pontos do país. Finalizemos, então, com o texto de nossa Carta de Princípios:

NOS, membros da população negra brasileira — entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça —, reunidos em Assembléia Nacional, CONVENCIDOS da existência de:

- discriminação racial
- marginalização racial, política, econômica, social e cultural do povo negro
- péssimas condições de vida
- desemprego
- subemprego
- discriminação na admissão de empregos e perseguição racial no trabalho
- condições sub-humanas de vida dos presidiários
- permanente repressão, perseguição e violência policial
- exploração sexual, econômica e social da mulher negra
- abandono e mal tratamento dos menores, negros em sua maioria
- colonização, descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura
- mito da democracia racial

RESOLVEMOS juntar nossas forças e lutar por:

- defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais através da conquista de:
- maiores oportunidades de emprego
- melhor assistência à saúde, à educação e à habitação
- reavaliação do papel do negro na História do Brasil

- valorização da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção
- extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos
- liberdade de organização e de expressão do povo negro

E CONSIDERANDO ENFIM QUE:

- nossa luta de libertação deve ser somente dirigida por nós
- queremos uma *nova* sociedade onde *todos* realmente participem
- como não estamos isolados do restante da sociedade brasileira

NOS SOLIDARIZAMOS:

- a) com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira que vise a real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais;
 - b) com a luta internacional contra o racismo.
- POR UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL!
PELA LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO!**

Axé...

Fonte: Imagem encontrada na internet. Disponível em:
<<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmNlYjNkOGNjZA>>

A continuidade do livro nos apresenta o capítulo *Raça, Classe e Mobilidade*. Escrito por Carlos Hasenbalg, esse capítulo procura revisitar e aprofundar alguns dos trabalhos do autor, sobretudo, reúne os argumentos presentes em sua tese de doutorado já analisada aqui. A última seção do livro destaca um estudo de caso, sobre a presença do negro em peças publicitárias e se chama: *O negro na publicidade*. No terceiro capítulo o autor apresenta o panorama comparativo dos estudos sobre raça nos EUA e no Brasil. O interessante deste capítulo é observar as aplicações metodológicas, ao utilizar amplamente dados quantitativos advindos do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). Hasenbalg utiliza os dados para exemplificar a distância dos grupos denominados por ele como *brancos* e *não brancos*, no que tange o acesso à educação, ao

mercado de trabalho e à divisão geográfica, qual espaço da cidade é ocupado por brancos e não brancos.

No capítulo três, ao tratar do tema das relações entre raça, classe e desigualdades sociais no Brasil, Hasenbalg afirmou que o paradigma vigente à época era o formulado por Gilberto Freyre na década de 1930. Carlos Hasenbalg dá crédito a Freyre por ter criado a mais formidável arma ideológica contra o negro, a democracia racial.

De acordo com o sociólogo argentino, a ideia de democracia racial trazia como consequência um ideal de ausência de discriminação e preconceito racial e a suposta existência de oportunidades econômicas iguais. Outros autores procuraram abordar o tema da discriminação racial na formação do Estado brasileiro, na formação da identidade nacional, entre os autores destacou: Charles Wagley; Florestan Fernandes; Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Em discordância com esses intelectuais, Hasenbalg, indica que esses autores trataram o tema da raça desvinculado das desigualdades raciais, como também reduziram o problema a um fenômeno de classe, e, até mesmo argumentaram que a discriminação racial seria um resíduo já distante do passado escravista. Para Hasenbalg a falha dessas perspectivas supracitadas, foi que as obras desses intelectuais não levaram em consideração a possibilidade da coexistência entre racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista.

Entendo que neste capítulo, Carlos Hasenbalg, nos apresenta dois pontos fundamentais para a compreensão das relações raciais no pós-abolição. O primeiro ponto é que o preconceito e a discriminação racial não se mantiveram intactos desde o pós-abolição, mas houveram novas funções e significados na nova estrutura social; enquanto o segundo ponto se refere ao fato de que as práticas racistas estão longe de serem fatos históricos, elas são instrumentos que permitem a manutenção de benefícios materiais e simbólicos por parte dos brancos, frente ao grupo dos negros. O que leva o autor a afirmar que a categoria de raça como atributo social e historicamente elaborado segue funcionando como um dos principais critérios na distribuição de pessoas na hierarquia social (HASENBALG, 1982).

Para comprovar tais pontos, o autor fez uso do método quantitativo em que mensura os indicadores referentes à estratificação e à mobilidade social. Hasenbalg usou como base os dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1976. A partir desses dados foi notado que há segregação racial no que tange a

distribuição geográfica de brancos, pretos e pardos. Sendo destinado a pretos e pardos ao ambiente agrário, ou localidades com menor desenvolvimento econômico. Os mesmos dados foram usados para confirmar que há grande disparidade social entre brancos e não brancos no que tange ao mercado de trabalho e o acesso à educação. Ainda ressalto que o autor analisa o aspecto geracional entre pais e filhos, com o intuito de mensurar o grau de mobilidade racial entre as raças. Por fim, o autor corrobora os dados apresentados por ele com outro artigo realizado por Nelson do Valle Silva, no qual ambos chegam a conclusão de que o negro enfrenta uma estrutura de oportunidades sociais desfavorável quando comparado ao grupo dos brancos (HASENBALG, 1982).

A conclusão indicada pelo autor é de que a desigualdade racial não pode ser explicada somente como um legado do passado, ela se perpetua na estrutura desigual de oportunidades a que brancos e negros estão expostos no presente. Nesse sentido, entendo que o autor contribui com o campo de pesquisa ao notar que os dados sobre desigualdades são reificados não se limitando ao período pré-abolição, mas são condições persistentes no sistema capitalista industrializado. Portanto, o grupo dos negros sofre uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social, o autor afirma a partir de dados estatísticos que as possibilidades do negro escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que a dos brancos de mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas. A partir desse cenário o autor nos leva a concluir que parece muito pouco provável que o ideal da igualdade racial seja atingido através de um mecanismo calcado no sistema de Mercado, vinculado ao modelo societário em vigência (HASENBALG, 1982, pp. 98-99).

O capítulo final do livro é destinado a debater um estudo de caso, referente à presença do negro em peças publicitárias. Apesar de parecer um problema micro, Hasenbalg usa esse instrumento para ilustrar um problema da sociedade brasileira, a condição de invisibilidade do negro na história do Brasil. Até a época em que Carlos Hasenbalg escreveu o livro, poucos eram os registros da contribuição do negro para a formação da sociedade brasileira. Exemplos como a queima relativa aos documentos sobre o tráfico e o regime escravista, a retirada dos índices referentes à cor nos Censos demográficos de 1900, 1920 e 1970, e a negação sobre a discussão de qualquer problema que envolva o tema racial confirmam a tentativa de silenciamento do racismo como problema social.

Esses exemplos foram tentativas de manter obsessivamente o ideal de branqueamento da população. Foram movimentos de apagamento da história e da cultura negra no país, e estão em total consonância tanto com a política de imigração até os anos 1930, como com o processo de miscigenação, ambos os processos tinham como objetivo o fim da raça negra no Brasil. Portanto, alguns dos cânones do pensamento social brasileiro, em conjunto com o aparelho estatal, procuraram legitimar e manter a dominação simbólica e material dos brancos, tratando esse processo como uma forma natural e *sui generis*, o chamado racismo à brasileira.

O papel da publicidade, no caso analisado pro Hasenbalg, era demonstrar o negro sempre estave em papeis de exploração e desvalorizados. Os anúncios analisados pelo autor demonstram que as peças publicitárias agiam como instrumento de perpetuação de uma estética branca, carregada de implicações racistas, onde o negro sempre ficou relegado ao trabalho desqualificado, de entretenimento, ou, de objeto de consumo. E para combater, ou, mesmo trazer à luz uma perspectiva positiva da autoimagem do negro, do negro entendido como sujeito, a presente tese traz uma perspectiva epistemológica, que assim como toda a história do negro foi silenciada e obstruída por parte do *establishment* intelectual.

Para trazer uma concepção contra-hegemônica, procurei apresentar as contribuições epistemológicas advindas de Alberto Guerreiro Ramos, Abdias Nascimento, como muitos outros. Na próxima seção vou focar no aporte teórico de duas mulheres negras, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, que nos contam a história da formação nacional a partir da inauguração do que podemos chamar hoje de feminismo negro.

5.2 O Feminismo negro e a perspectiva interseccional das políticas públicas

Nas próximas seções vou tratar das obras de duas intelectuais negras que, infelizmente, nos deixaram muito cedo, mas que a cada ano que passa o volume de estudos e pesquisas vem revelando que o seu legado intelectual serviu como base do feminismo negro e como relevante contribuição ao debate das relações raciais. Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez foram intelectuais que ultrapassaram as fronteiras nacionais e dão sentido heurístico às suas epistemologias. Dessas autoras, selecionei duas obras publicadas recentemente e que agrupam seus principais trabalhos, *Por um feminismo afrolatinoamericano* e *Uma história feita por mãos negras - Relações raciais, quilombos e movimentos*. O primeiro foi organizado por Flávia Rios e Márcia Lima, livro que reúne

os trabalhos mais importantes de Lélia Gonzalez, e o segundo, organizado por Alex Ratts, compreende as principais publicações de Beatriz Nascimento, ambos foram publicados pela editora Zahar e publicados em 2020 e 2021, respectivamente.

As duas coletâneas são obras póstumas, organizadas por importantes pesquisadores que estudaram as trajetórias de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. Ao ler o trabalho das autoras comecei a suspeitar que, de fato, elas contribuíram para dar o embasamento teórico de uma perspectiva que fundamenta o que hoje chamamos de *feminismo negro*, a partir de uma perspectiva inovadora, de intersecção entre raça, gênero e classe. Essas inovações teóricas e metodológicas também envolviam o debate dentro de uma perspectiva transnacional, ou seja, rompem com as barreiras nacionais. Os conceitos de *amefricanidade* e *transatlanticidade* dialogavam com questões referentes à nação e ao mundo. Essas inovações teóricas passaram a ter maior destaque e cruzar a diáspora epistemológica para ganhar corações e mentes no mundo em um movimento recente.

Em trabalhos e conferências recentes, Patricia Hill Collins e Angela Davis, duas das principais expoentes do *feminismo negro* contemporâneo, passaram a citar Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. Como consequência de provocações como as feitas por Collins e Davis, aliadas com a demanda histórica de estudantes universitários negros, o ambiente acadêmico institucional passou a ter um outro olhar para a produção delas dentro das universidades brasileiras. Essas autoras passaram a ter cada vez mais notoriedade, sobretudo, depois da consolidação de políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras. O novo público que passou a frequentar o ensino superior, se tornou o principal consumidor e disseminador dessas epistemologias, que por tanto tempo foram negligenciadas.

5.3. Lélia Gonzalez - Por um feminismo afro-latino-americano

As autoras foram responsáveis por desenvolver um método inovador no que tange a percepção das desigualdades sociais, elas trabalham a partir de uma perspectiva de intersecção entre os marcadores de raça, classe e gênero. Essa visão apresentada pelas autoras teve a intenção de transformar e ampliar a esfera pública. Para entendermos como funcionam essas ferramentas teóricas, nesta seção vou abordar o legado epistemológico dos trabalhos de Lélia Gonzalez, tomando como ponto de partida a coletânea *Por um feminismo afro-latino-americano*.

No capítulo *Homenagem a Luiz Gama e Abdias do Nascimento*, Lélia Gonzalez consegue costurar neste trabalho tanto as ideias do feminismo⁸⁵ negro, como a conexão com todos os autores-chave citados neste capítulo. De forma sofisticada, nesse discurso, a autora consegue desmistificar os estereótipos a respeito do homem negro intelectual, ela ressalta que a diferença entre o barroco europeu e o brasileiro é que o segundo é negro. E, de fato, o principal expoente do estilo artístico foi Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, é um homem negro que a historiografia fez questão de não citar a sua cor, portanto silenciar a sua negritude frente à sua brilhante contribuição cultural e histórica. Assim como um dos principais personagens do movimento abolicionista, Luiz Gama, não se limitou a participar dos conchavos com os abolicionistas, mas ia do diálogo na senzala até as negociações com ministros de Estado.

A grande perspicácia do capítulo foi aproveitar o título em homenagem à Abdias Nascimento e Luiz Gama, para, na verdade, homenagear as mulheres negras, representadas por duas mulheres, Luísa Mahin e Dona Georgina. Lélia Gonzalez constrói coletivamente o texto, junto de suas colegas do Nzinga – Coletivo de mulheres negras. Ela aproveita Luiz Gama para contar a história de sua mãe, Luísa Mahin, mulher que participou da maior revolução escrava urbana, a *revolta dos malês* (1835). Após a revolução ela foi exilada do Brasil e teve que ficar longe de seu filho, e depois disso o que mais sabemos dela, pergunta Gonzalez. Essa provocação é direcionada à historiografia que optou por silenciar a história de Mahin, assim como a participação das mulheres negras nos acontecimentos históricos do país. A autora afirma que Luiz Gama só alcançou o patamar que chegou porque era filho de uma mulher guerreira. Assim como ela usa Abdias Nascimento, para homenagear outra mulher anônima, Dona Georgina Ferreira do Nascimento, mãe de Abdias.

Ainda neste capítulo, outro trecho marcante é a homenagem dedicada à Beatriz Nascimento, Gonzalez diz que o silenciamento histórico de mulheres negras é a regra. Portanto, quando nos debruçarmos sobre o movimento negro fluminense dos anos 1970, não podemos deixar de ressaltar Beatriz Nascimento, segundo ela, a principal responsável pelo renascimento do movimento negro no Rio de Janeiro. Mais abaixo, na mesma

⁸⁵ Em alguns trechos de sua obra, Gonzalez opta por chamar o movimento de mulheres negras de: *Mulherismo*, ou, *Mulheridade*. Entendo a importância dessa caracterização conceitual, no entanto, optei por usar o termo feminismo negro por estar em consonância com os usos atuais dessa epistemologia.

página, Lélia Gonzalez pega os trabalhos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva para corroborar as demandas do movimento negro, ela diz:

“Trata-se de trabalhos e pesquisas realizados por companheiros e aliados brancos. O nosso movimento não é um movimento epidérmico; é um movimento político [...], faz questão de trazer para junto de nós aqueles que realmente escolheram o nosso lado. [...] Valle e Silva demonstrou que ser preto ou pardo no Brasil dá no mesmo, ou seja, demonstrou a tese do movimento negro, quando chamamos pretos, pardos, mulatos, todos, de negros.”

Enquanto na página seguinte ela vai falar da importância da parceria Silva e Hasenbalg, ao citar o trabalho *Industrialização, emprego e estratificação social no Brasil*, quando os autores comprovam que o *milagre brasileiro*, capitaneado pelos militares, como um modelo de modernização, na verdade, foi um modelo de subdesenvolvimento dos pobres, que está principalmente concentrado nos estratos negros da sociedade, tendo a mulher negra como a base da pirâmide social. Portanto, os indicadores sociais de desemprego, fome e miséria estavam altamente concentrados nas camadas negras da sociedade. E ao fim ela chama brancos e negros compromissados com a justiça, da democracia, para lutar contra as forças colonialistas, sem reproduzir o *modus operandi* exploratório do capitalismo, mas juntos construirmos uma efetiva democracia e uma sociedade igualitária, “porque no dia que este país for uma democracia, lógico que ele será uma democracia racial” (GONZALEZ, 2020, p.227).

Ao longo da coletânea, a autora nos evidencia que apesar do clima de *milagre econômico* propagandeado pela ditadura militar, a desigualdade no país só aumentava e se tomássemos como medida os estratos de raça, classe e gênero, iríamos encontrar onde mais se aprofundaram as desigualdades. Para ilustrar esse argumento, Gonzalez nos evidencia que apesar da força de trabalho feminina ter quase dobrado de 1970 até 1976, assim como o número de mulheres que frequentam a universidade ter se equiparado ao dos homens, na realidade, as mulheres negras ficaram muito aquém desses avanços. Em relação à inclusão de mulheres negras no mercado de trabalho, as mulheres negras (83%), assim como os homens da mesma raça (92,4%) estavam concentradas em atividades manuais de baixa remuneração. As mulheres negras ocupavam atividades manuais da agricultura, da indústria e nos serviços. Em comparação, apenas 61,5% das mulheres brancas ocupavam cargos em trabalhos manuais.

No que tange às ocupações de colarinho-branco, com maior remuneração e escolarização, trabalhadores negros representavam 16,8% dos cargos, enquanto os brancos 38,5%. E

mesmo nas instâncias de nível médio – serviço administrativo, professora de escola primária e enfermagem – em que as mulheres tinham maior representatividade, apenas 14,4% eram negras, enquanto 29,7% eram brancas. A maior barreira para as mulheres negras, segundo Gonzalez (2020), é de que essas atividades requerem contato com o público e requerem *boa aparência*. O que em termos concretos, significa que a candidata pertence ao grupo racial dominante.

Em termos gerais, a autora expõe que os indicadores sociais do Censo de 1980 demonstram que as desigualdades de ocupação, e, de salário, quando discriminados pelos estratos de raça e sexo, designam para as mulheres negras os piores indicadores. Portanto, as mulheres negras fazem parte do grupo mais explorado da sociedade brasileira, com baixa possibilidade de ascensão social.

Mesmo com esse quadro desfavorável à mulher negra, Gonzalez (2020) afirma que esse grupo social é o grande perpetuador dos valores culturais afro-brasileiros, pois essas mulheres são as principais responsáveis pela transmissão para a próxima geração. Nessa perspectiva é importante frisar que esses valores culturais foram fundamentais para embasar o movimento negro e o movimento de favelas que surgiram na década de 1970. O movimento negro desse período entendeu que esses princípios são fundamentais e atuam como chave analítica para a interpretação da formação histórico-cultural do Brasil. Nesse sentido, a autora nos agracia com a categoria de *Amefricanidade*⁸⁶.

O refinado conceito de *Amefricanidade* c Tratada como *patologia social* por Alberto Guerreiro Ramos (1957), a sociedade brasileira ao pensar que é uma sociedade de valores europeus, o que González (2020) denominou como *neurose cultural*: no Brasil o racismo assume o papel de principal problema da formação de uma identidade nacional, de uma Estado-nação. Essa *neurose*, e, essa *patologia*, advém da ideia de que a sociedade brasileira se entende como branca e européia, sendo que na verdade somos, consubstancialmente, indígenas e africanos. A *denegação*⁸⁷ da realidade racial brasileira criou o racismo à brasileira.

⁸⁶ Para criar o conceito de *Amefricanidade*, Gonzalez retomou a ideia inicial de Betty Milan, que foi desenvolvida por M.D. Magno, *América Ladina*. A ideia proposta por Lélia Gonzalez é de afirmar que a interpretação sociológica do Brasil deve ter um olhar inovador e criativo, portanto, deve entender que as suas raízes não são europeias, pelo contrário, o país está inserido dentro da *América Ladina*, e todos os brasileiros são *ladinos-amefricanos*.

⁸⁷ Categoria freudiana que identifica que o indivíduo, embora, tenha um desejo, pensamento ou sentimento recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença.

A negação e a criminalização dos valores culturais africanos à sociedade brasileira foram encobertas pelo véu ideológico do branqueamento. A contribuição dos valores africanos é costumeiramente relegada à categorias folclóricas ou populares, que visam diminuir a importância da história e cultura negra na formação nacional. Ao entrar em contato com outras manifestações culturais negras de outros países do continente americano, a autora notou que era necessário criar uma categoria que não se restringisse apenas ao caso brasileiro. Para tanto, Gonzalez criou o conceito de *amefricanidade*.

Usar o conceito de *amefricanidade*, seria, portanto, uma ferramenta anticolonial. Se as oligarquias dominantes desses países construíram o Estado-nação a partir dos pilares do racismo, patriarcado e do colonialismo, a reestruturação dessas desigualdades deveria vir a partir de uma visão positiva da herança indígena e africana que construiu esses países. Lélia Gonzalez (2020) nos explica que a estratégia do colonizador foi usar o racismo como pedra fundamental na manutenção e internalização de hierarquias entre colonizador e colonizado.

Gonzalez (2020), nos ajuda a observar que o modelo de formação histórica das sociedades ibéricas, tinha uma base rigidamente hierárquica. Os grupos étnicos dominados como os judeus e os mouros eram sujeitos a um violento controle social e político. E nas sociedades que foram colonizadas e vieram a constituir a América latina, a dominação portuguesa e espanhola relegou a herança histórica das ideologias de “classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas” (GONZALES, 2020, p.131). Desse modo, por serem sociedades racialmente estratificadas, não precisaram fazer uso de mecanismos abertos de segregação, “uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante” (Ibidem).

A inovação e a contribuição teórica da autora para as ciências sociais foi dar um passo à frente e entender que o modelo de racismo brasileiro, assim como o latino-americano é sofisticado, porque mantém negros e indígenas na condição de classe subordinada sem precisar formalizar nenhuma legislação. A estratégia adotada foi reproduzir a ideologia de branqueamento, reprodução da dominação histórica de Portugal e Espanha a outros povos e etnias que estivessem presentes em seus territórios nacionais. A ideologia do branqueamento obteve tanto sucesso no século XX, porque foi massivamente veiculada nos meios de comunicação e pelos aparelhos estatais. Essa ideologia trazia a ideia de que somente as classificações e valores do Ocidente branco são verdadeiros e universais.

Dessa forma, “uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos do estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura.

A interpretação sociológica proposta por Lélia González é inovadora e criativa, ao ponto de nos fazer enxergar como foi construída a histórica desigualdade do país, assim como entender o racismo e o patriarcado como estratégias basilares na formação da sociedade. Até a publicação dos trabalhos de Lélia não se encontravam estudos e pesquisas que conseguissem tratar tanto das intersecções de classe, raça e gênero, quanto entender a importância da cultura africana e dos povos originários na formação da sociedade brasileira.

A autora foi muito feliz em dois pontos: primeiro por conseguir articular na categoria de *Amefricanidade*, a interpretação sociológica da formação de um país massivamente povoado por corpos e culturas africanas e indígenas. Seguindo essa linha, Gonzalez evidenciou que o padrão estético, cultural e político dominante era a reprodução das desigualdades e hierarquias que só beneficiaram o colonizador europeu. A autora buscou inverter essa lógica nos mostrando de forma positiva que o sacrifício e a luta histórica dos africanos abriram caminhos para a preservação do povo negro. Essa herança positiva já era observada na época escravista, como visto na elaboração de resistência e no desenvolvimento de formas de organização social livre, como os Quilombos, *Cimarones* e *Cumbes*. Essas organizações se manifestaram por todo o continente e reconhecê-las como constituintes de nossa história, nos transforma no que somos hoje: *Amefricanos* (GONZALEZ, 2020).

Ao mesmo tempo em que consegue traçar esse resgate histórico e positivo do continente africano, Lélia Gonzalez ainda nos apresenta uma visão inovadora da formação econômica das desigualdades, a autora pautada em indicadores sociais estatísticos, nos mostra o desenho que embasa a sociedade capitalista do Brasil. A partir desses dados ela nos apresenta que a realidade social brasileira foi construída na exploração do trabalho de corpos negros, sobretudo, de mulheres negras. A partir desse panorama, Gonzalez nos encaminha estrategicamente a criar um espaço de cidadania para *amefricanos* e *amefricanas*, e na luta por esse objetivo as mulheres no Rio de Janeiro das décadas de 1970 e 1980 se organizaram em grupos como Coletivos de mulheres negras, Nzinga;

Coletivo Maria Firmina; Centro de Mulheres de Favela e Periferia, entre outros. Os seus trabalhos se tornaram uma ferramenta de busca por cidadania, portanto, direitos fundamentais, não só de mulheres, mas de toda a sociedade, trazendo o país para uma verdadeira democracia, para um verdadeiro processo de modernização social.

5.4. Beatriz Nascimento - Uma história feita por mãos negras

Na mesma linha do resgate histórico do papel do negro e a contribuição para uma epistemologia com influências transatlânticas, temos a intelectual Beatriz Nascimento. No livro, *Uma história feita por mãos negras*, temos a sorte de acessar o acervo bibliográfico dessa intelectual tão importante para o pensamento social brasileiro. Logo na introdução do livro, Ratts (2021, p.8) destaca uma fala da autora: “Quando cheguei na universidade a coisa que mais me chocava era o eterno estudo sobre o escravo. Como se nós tivéssemos existido dentro da nação como mão-de-obra para fazenda e para mineração”. Essa provocação de Beatriz Nascimento, destacada por Ratts, revela uma crítica ao modo como a intelectualidade reproduzia em seus trabalhos a ótica do negro como objeto de estudo escravizado, sem humanidade, deixando de lado toda a contribuição cultural deixada pelos negros na formação da identidade nacional brasileira. Por muito tempo, perdeu-se a possibilidade de encontrar na diversidade e pluralidade das ideias que compõem a realidade brasileira uma interpretação social que, de fato, entenda as origens e as soluções para o racismo e as desigualdades que são marcas do Brasil.

Beatriz Nascimento, de acordo com Lélia Gonzalez, em trecho de livro já destacado nessa tese, além de outros intelectuais orgânicos que pude conversar, é a principal responsável pelo ressurgimento do movimento negro, e, sobretudo, pela contestação de uma história, então, definida pelo olhar enviesado do *establishment* intelectual no que se refere à visão sobre o negro na formação social brasileira. Foi em parceria com José Maria Nunes Pereira, que Nascimento conseguiu aglutinar um bom número de pessoas para estudar a história da África e das relações raciais no Brasil no CEAA⁸⁸.

A contribuição intelectual de Beatriz Nascimento foi fundamental para fomentar as ideias que deram base ao movimento negro que surgiu na década de 1970. A autora desde seus primeiros trabalhos em meados da década de 1970, enfatiza de forma pioneira a necessidade de a história ser produzida por mãos negras, pois ela afirmava que a história

⁸⁸ O Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, visto em capítulos anteriores desta tese.

do Brasil foi escrita por mãos brancas. Dessa forma, a autora marcava posição contrária ao colonialismo cultural, ou seja, contrária a ideia contada do ponto de vista do colonizador. Em relação ao colonialismo cultural, tanto em Alberto Guerreiro Ramos (1957), como em Lélia Gonzalez (2020), nós já vimos os diagnósticos de *patologia social do branco e neurose cultural*, que estão presentes em nossa sociedade. Esse diagnóstico mostra como a adoção de um padrão eurocêntrico e branco, deixou de lado o fato de sermos majoritariamente compostos por corpos e culturas africanos e indígenas.

Beatriz Nascimento, assim como os outros autores já estudados aqui, denunciava tanto a necessidade de uma verdadeira democracia racial, como denunciou as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho em um período em que ninguém tinha abordado ainda essa questão. No entanto, ela se diferenciava dos demais, pois, trazia uma perspectiva única ao interpretar a nação e o mundo a partir da formação social dos quilombos (RATTS, 2021). Nascimento teve em sua carreira acadêmica experiência com os acervos da Fundação Getúlio Vargas e do Arquivo Nacional, ambos no Rio de Janeiro. As suas pesquisas foram financiadas pela Casa Léopold Senghor e pela Fundação Ford. A sua pesquisa também consistia em “observar os quilombos como sistemas alternativos à estrutura escravista, com potencial continuidade em favelas, particularmente no caso do Rio de Janeiro” (RATTS, 2021, p.10).

Beatriz Nascimento foi uma das líderes do Grupo de Trabalho André Rebouças (Gtar) da UFF e organizadora das famosas Semanas de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira. Os eventos que compuseram as *Semanas* contaram com apoio e presença de intelectuais brasileiros e estrangeiros do campo de estudo das relações raciais. Em uma dessas atividades, a autora foi investigada pelo regime autoritário vigente devido a sua entrevista à revista *Manchete – O negro visto por ele mesmo*. A Divisão de Segurança e Informação, órgão que atuou na vigilância dos opositores, registrou a entrevista por questionar a ideia de *democracia racial* (Ibidem).

No Gtar, Beatriz Nascimento junto de outros estudantes resolveu propor mudanças curriculares nos cursos de humanidades da UFF. A estratégia foi introduzir o tema e ampliar a bibliografia aos cursos universitários. Assim como o Gtar, todas as entidades do movimento negro – IPCN, Ipeafro, Sinba, entre outros – fizeram coro a essa demanda. A ideia era fortalecer as epistemologias construídas por intelectuais que já produziam no

final dos anos 1950, como Abdias Nascimento, Clóvis Moura e Alberto Guerreiro Ramos.

Beatriz Nascimento, portanto, era uma intelectual orgânica do movimento negro, a autora ajudou a fomentar teorias que interpretavam a formação social brasileira em perspectiva holística que abrange a toda a formação política e cultural, além de desnudar o lugar *natural* dos intelectuais orgânicos do engenho. A autora faz parte do rol de intelectuais pioneiros de uma escola de pensamento negro anticolonial, assim como Frantz Fanon; Aimé Césaire; Agostinho Neto; Amílcar Cabral; Lélia Gonzalez; Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento.

A preocupação de Beatriz Nascimento era de quebrar o ciclo de perpetuação de estereótipos do povo negro. A denúncia a naturalização do *lusitropicalismo* era marcante em sua obra, trechos da obra como “O Rio de Janeiro era, no início do século, uma sociedade impossível de se viver, só tinha pretos”, ou, “No Brasil não existe racismo, porque a miscigenação sempre existiu e continuará existindo, não vamos ter conflitos porque o negro tende a desaparecer”, eram ressaltados para mostrar o caráter colonizador do paradigma teórico da *morenidade*.

Os trabalhos da autora buscavam traçar um diagnóstico histórico da construção da realidade social brasileira. Dessa forma, ao escrever: *A mulher negra no mercado de trabalho*, Beatriz Nascimento, remonta ao período colonial. A autora aponta que a estrutura da sociedade colonial era extremamente hierarquizada, em um dos pólos encontrava-se o dono de terra, grupo que concentrava o poder econômico e político, enquanto do outro, estavam os escravos, a força de trabalho da sociedade. Entre esses dois pólos estava situado um pequeno grupo de homens e mulheres livres, sem condição de mobilidade social. A base da sociedade estava fundamentada em uma estrutura patriarcal, que se refletia de maneira extrema sobre a mulher (NASCIMENTO, 2021).

O caráter paternalista e patriarcal da sociedade atribuiu à mulher branca a função de esposa do homem e mãe de seus filhos, com dedicação a eles. Portanto, a sua função era caracterizada pelo “ócio, sendo amada, respeitada e idealizada naquilo que esse ócio representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho de uma grande camada da população” (NASCIMENTO, 2021, p.56). Por outro lado, a mulher negra era considerada uma pessoa essencialmente produtora, com função semelhante à de seu homem, ou seja, antes de qualquer coisa, ela era entendida como

trabalhadora não só nos afazeres da casa-grande, mas também nas atividades subsidiárias do corte e do engenho. E como reprodutora, à mulher negra ainda cabia o papel de reprodutora de nova mercadoria para a mão de obra interna, tendo em vista que seus filhos também seriam escravizados.

Em contraponto, a autora vai dizer que na sociedade brasileira moderna, inaugurada a partir do processo de industrialização de 1930, apesar do maior dinamismo e flexibilidade da mobilidade social. O sistema econômico ainda estabeleceu hierarquias de classe e o critério racial serviu como mecanismo de seleção no preenchimento de espaços sociais. Aos negros, a partir de estratégias de discriminação, foram relegados os lugares mais baixos da hierarquia social. Como consequência do efeito contínuo da discriminação pelo grupo branco, fez com que muitos negros internalizassem os lugares inferiores como naturais, processo que fez perpetuar o processo de domínio social e privilégio racial.

Beatriz Nascimento afirma ainda que com a mulher negra esse processo não foi diferente. O papel de trabalhadora, não mudou muito, mesmo com o processo de industrialização a mulher negra continuou assumindo empregos domésticos nas cidades e trabalhos na lavoura em áreas rurais. Dessa forma, ainda se reproduzia as mesmas ocupações de trabalho colonial na sociedade moderna.

A autora entende que em uma sociedade como a brasileira, que convive com elementos arcaicos em meio ao processo de modernização, a educação é um instrumento de mobilidade social. E nesse recorte, mais uma vez, os dados referentes à educação apresentadas nos “censos de 1940, 1950 e 1970 registram que a mulher branca conseguiu maior acesso ao curso superior, diminuindo proporcionalmente a desigualdade entre ela e o homem branco” (NASCIMENTO, 2021, pp. 58-59), no entanto, o censo aponta que a recíproca não foi a mesma para a população negra, menos ainda em relação à mulher negra.

Para Beatriz Nascimento, os mecanismos ideológicos que reafirmaram tanto o espaço social que a mulher negra deveria ocupar no trabalho, foi o mesmo a perpetuar a legitimação da exploração sexual da mulher negra. Os estereótipos, as ações do aparelho estatal sempre se voltaram para manter os privilégios do grupo dominante. As estratégias do aparelho estatal buscaram adotar mecanismos ideológicos que “ao se debruçar sobre as condições objetivas da sociedade, têm efeitos discriminatórios” (NASCIMENTO, 2021, p.58).

Essa ferramenta ideológica que fez parte do discurso de Estado, fez com que a negação do preconceito racial, antes mesmo de se constituir uma reflexão consciente da situação do negro na sociedade de classes brasileira, traduzisse uma certa urgência de aliviar os possíveis conflitos decorrentes do confronto de poder entre as etnias que formam a sociedade. Tal receio fez com que os aparelhos ideológicos do Estado criassem uma autoimagem do sistema de relações raciais brasileiro, a democracia racial.

Como mencionei anteriormente, Beatriz Nascimento, parte do pressuposto que um modelo de sociedade, de democracia plena, advém da experiência dos quilombos. Para Nascimento, o quilombo possibilita que se trace uma linha de continuidade histórica das formas de resistência organizada dos negros. A proposta difundida pela autora para a libertação do povo negro é que o quilombo deveria ser visto como estratégia simbólica, devido ao seu caráter libertário, seria um importante impulsionador ideológico para a construção positiva da afirmação racial e cultural do grupo.

O negro ao se instrumentalizar de sua história poderá se desvencilhar das barreiras propostas pelos aparelhos ideológicos estatais. Os lapsos sobre a importância da história do negro para a história do Brasil provocaram uma ruptura do grupo com o passado. Beatriz Nascimento, nos anos 1970 e 1980, estava pautando a ressignificação ideológica do quilombo, este seria a representação da luta contra as formas de opressão, porque resgata não só a ideia de resistência ao sistema escravocrata, mas por representar um espaço que durante três séculos foi referência de uma instituição livre e paralela ao sistema dominante, tornando-se assim instrumento utópico do movimento negro que se reorganizava naquele momento.

Portanto, a ressignificação ideológica do conceito de *quilombo* para o movimento negro se tornou um código reagente às marcas modernas do colonialismo. Foi a partir da retomada conceitual do quilombo que o movimento negro passou a denunciar a ausência de cidadania plena e começou a acessar canais reivindicatórios eficazes em pleno período da ditadura militar. A partir de então, o quilombo passou a representar um “instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional” (NASCIMENTO, 2021, p.167).

5.5. O impacto do feminismo negro

O impacto das epistemologias apresentadas pelas autoras inaugurou um novo paradigma dos estudos sobre desigualdade, sobre relações raciais e sobre políticas públicas. Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento apresentaram ferramentas formidáveis não só para interpretarmos a formação da realidade brasileira, mas, também na proposição de políticas públicas que visem diminuir, ou mesmo, acabar com a desigualdade que estrutura o Brasil. Tais marcas cada vez mais preenchem os desafios de produzir políticas públicas que impactem grupos que sempre estiveram nas piores condições sociais.

A seguir, na conclusão da presente tese, eu procuro demonstrar como as ferramentas produzidas pelas epistemologias da geração de 1970 e 1980 vem impactando exponencialmente a leitura da esfera pública. Principalmente, como a epistemologia advinda do feminismo negro foi um instrumento inovador e sofisticado para o combate às desigualdades. As obras dessas autoras me ajudaram a compreender a historicidade por trás das conquistas atuais foi o meu desafio ao longo da produção desta tese.

Esses elementos seriam centrais para a sociedade brasileira alcançar o ideal de justiça. Durante os anos 1990, as conquistas na nova ordem jurídica abriram uma agenda ampla, cujas demandas se voltaram para as ações focalizadas na população negra, o que se deu majoritariamente na sociedade civil, especialmente na primeira metade da década de 1990 (HERINGER, 2001). A baixa porosidade da gestão governamental para os movimentos sociais após a reforma da Constituição e a adoção do neoliberalismo como projeto econômico, resultou em conduções políticas menos afeitas à participação dos movimentos sociais na esfera federal (RIOS, 2018). Essas características foram determinantes para a reconfiguração do ativismo e da interação socioestatal, essas estratégias passariam a ser mais intensa nas esferas estaduais e locais, como veremos no próximo capítulo.

6. A década de 1990 o embrião das ações afirmativas

O hoje é real
É a realidade que você pode interferir
As oportunidades de mudança
"Tá no presente
Não espere o futuro mudar sua vida
Porque o futuro será a consequência do presente
Parasita hoje
Um coitado amanhã
Corrida hoje
Vitória amanhã
Nunca esqueça disso, irmão
Acreditar e sonhar
 A vida é desafio - Racionais MC's

Nos dois últimos capítulos observamos as inovações teóricas e metodológicas produzidas pela geração de 1970 e 1980. Neste capítulo vou abordar as consequências políticas provenientes do trabalho da geração supracitada. Ao longo da tese produzimos uma análise sociológica a partir da historicidade do movimento negro e dos intelectuais no Rio de Janeiro. Notamos até aqui que o Brasil, desde o período colonial, adotou em suas leis e constituições formas de naturalizar as desigualdades sociais. Como observamos no capítulo três, a CF de 88 conseguiu progredir no acesso a novos direitos, que significou juridicamente políticas de reconhecimento. Finalmente houve a percepção de que em um Estado democrático de direito o “tratamento desigual entre grupos sociais está admitido sempre que se consiga comprovar a necessidade de sua utilização como mecanismo de garantia das condições materiais e simbólicas para o exercício da dignidade” (PIRES, 2013).

Em 1989, depois de quase três décadas de suspensão do direito ao voto à presidência da república, houve o retorno das eleições diretas. A eleição de Fernando Collor de Mello frustrou as expectativas dos ativistas de implementação imediata dos novos direitos constitucionais. O encerramento do diálogo entre movimentos sociais e Estado nos espaços de negociação política reorientou as estratégias de ação dos agentes extragovernamentais. De acordo com Flávia Rios (2018), a posição das lideranças negras foi a de se colocar em oposição ao governo, o que pode ser verificado nos editoriais de seus jornais e nas declarações públicas das lideranças e da intelectualidade negra. Exemplos disso foram os editoriais: *O negro e o Governo Collor: participar da oposição popular*, do Jornal da Unegro, em fevereiro de 1990; e, *Plano Collor: miséria e abandono*, no Jornal do MNU, na edição do primeiro trimestre de 1991.

Durante o início dos anos 1990, o método de ação dos militantes adotou o critério de *múltiplas filiações* (MISCHE, 2008), isto é, alguns atores-chave pertenciam ao mesmo tempo a múltiplas redes de mobilização política como partidos, igrejas e movimentos sociais. Portanto, a estratégia era fortalecer seus vínculos com suas bases na sociedade civil, ao mesmo tempo em que participavam das esferas municipais e estaduais, em administrações e governos abertos às demandas dos movimentos sociais. Esse foi o caso do Rio de Janeiro, a partir da criação de duas Secretarias que abordaram a agenda racial. A Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras, a Sedepron⁸⁹, foi criada no segundo mandato do governador Leonel Brizola (PDT), no Rio de Janeiro em 1991.

A Sedepron, posteriormente chamada de Seafro, esteve dedicada à formulação e à implementação de políticas públicas em favor das populações discriminadas, tendo como seu titular Abdias Nascimento. A pasta foi alvo de intenso debate, se por um lado o discurso da inexistência do racismo no país ainda ecoava entre os setores dominantes, por outro, o próprio movimento negro tinha receio de que se um Secretaria de Estado fosse criada direcionada à população negra, resultaria na omissão das outras pastas. Portanto, havia medo por parte de algumas lideranças que a Seafro funcionasse como um *gueto*, deixando toda a responsabilidade do Estado de abordar a questão racial, em cima da Secretaria (SILVA, VALÉRIO e SILVA, 2010). Ainda tinham os que concordavam com a iniciativa, na medida em que era uma nova experiência junto ao aparelho de Estado.

⁸⁹ Mais tarde a pasta veio a se chamar Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-brasileiras, SEAFRO, que inicialmente teve Abdias Nascimento como titular.

Independente das posições pró e contra a iniciativa do Rio de Janeiro, o fato é que ela serviu de base para que outros estados adotassem medidas semelhantes⁹⁰.

Durante os anos 1990, a materialização da estratégia política do movimento negro esteve embasada pela crescente consciência acerca dos déficits históricos da desigualdade estrutural do país (PAIVA, 2021). O movimento negro percebeu a necessidade de radicalizar a ideia de democracia, portanto, passou a recusar os preceitos constitucionais apenas no nível formal, e passou a reivindicar direitos substantivos que visassem combater os padrões históricos de desigualdade.

O *frame* que passou a ser adotado pelo movimento negro é que a soma do número de pretos e pardos tornavam esse grupo social o de maior representatividade nacional. Portanto, as ações políticas propostas pelo grupo visavam diminuir a disparidade proporcional entre a representação censitária e a representação do grupo em cargos políticos e de liderança. A falta de espaço no governo federal obrigou o movimento negro a retomar as suas políticas públicas para a esfera não governamental.

6.1. As Organizações não governamentais

Nos primeiros anos da década de 1990 a democracia deixou de ser uma ideia a ser perseguida para se tornar uma prática a ser aprimorada. Naquele momento, além da diversificação dos atores e dos canais de participação, a sociedade civil reformulou também suas modalidades de ação política para enfrentar os desafios colocados por novos temas tão variados que irromperam a cena pública, como, dentre outros, feminismo, raça, meio ambiente e AIDS (LIMA NETO, 2019). As relações da sociedade civil com as organizações de mercado também começaram a florescer nessa década, assim como as relações com os organismos internacionais governamentais e não governamentais.

Ao longo da década de 1990, as Organizações Não-Governamentais passaram por um processo de profissionalização, que envolveu a especialização de sua mão-de-obra, a formalização de seu estatuto jurídico e a diversificação das suas fontes de financiamento (Ibidem). Nesse período, foram intensificados os vínculos de cooperação internacional das ONGs e aumentou também o número de organizações ligadas ao mercado que atuavam em projetos sociais.

⁹⁰ A partir dessa experiência alguns estados do nordeste optaram por criar Conselhos, Coordenadorias e Secretarias dentro da máquina estatal para tratar especificamente da questão racial.

Com a chegada de Fernando Collor ao poder e a adesão de políticas neoliberais prevista no Consenso de Washington, a conjuntura política obrigou as entidades negras a se organizarem em projetos sociais, que ficaram conhecidos como Organizações Não Governamentais (ONGs). As ONGs tinham como compromisso desenvolver trabalhos culturais, educacionais e prestar assistência a comunidades marginalizadas e periféricas (SILVA, 2022). Algumas das organizações mais importantes criadas nesse período foram: a Casa Dandara (Belo Horizonte, 1987), o Geledés - Instituto da Mulher Negra (São Paulo, 1988), o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), (Rio de Janeiro, 1989), o Centro de Estudos de Relações Trabalho e Desigualdade (CEERT), (São Paulo, 1990), a Criola (Rio de Janeiro, 1992), entre outros.

Em 2001, Rosana Heringer realizou o mapeamento das iniciativas voltadas para o combate ao racismo durante os anos de 1990. Entre as iniciativas estavam projetos nas áreas da cultura, da educação, dos direitos humanos, do trabalho, da legislação, entre outras. Desse levantamento, três áreas tiveram centralidade: direitos humanos e advocacy; trabalho e geração de renda, além da educação.

Nessa esfera dos direitos humanos podemos destacar o trabalho da Geledés com ações voltadas à *advocacy*, um exemplo foi o programa *SOS Racismo*, serviço de assistência jurídica e acompanhamento de vítimas de discriminação racial, sustentado na lei Federal 7.716/1989, a ONG criou a jurisprudência necessária para enfrentar os casos de discriminação racial. No campo do trabalho, o CEERT ajudou a organizar programas de qualificação profissional e de sensibilização de sindicatos e empresas, o programa empreendia ações para alocação de trabalhadores pretos e pardos. Por fim, um conjunto de ações voltadas à educação popular ganharam enorme proporção. Essas ações colocaram na ordem do dia a agenda do racismo como elemento constitutivo da sociedade brasileira. No Rio de Janeiro, a iniciativa foi o embrião das políticas de ação afirmativa no país, e os projetos de pré vestibular popular, como o Pré Vestibular Para Negros e Carentes (PVNC) e a Educafro são exemplos ilustres.

6.2. Os Pré-vestibulares Populares

O tema da educação sempre foi central para o movimento negro, essa preocupação está presente desde o pós-abolição, quando foram criados projetos de alfabetização nos clubes e grêmios. Na década de 1990, surgiram iniciativas do movimento negro para a construção de cursinhos pré-vestibular, voltados para estudantes autodeclarados negros.

Os cursinhos de pré-vestibular tiveram como objetivo proporcionar condições para o ingresso de pessoas negras nas universidades, visto que o ensino regular das escolas públicas, sobretudo em regiões periféricas, tinha qualidade muito inferior às escolas particulares, das quais saíam a esmagadora maioria de jovens brancos universitários (SILVA, 2022).

Para enfrentar esse problema, algumas entidades negras deram os primeiros passos nessa proposição. Em 1992, surgiu o Instituto Steve Biko, criado na Bahia, depois dessa iniciativa pioneira se destacam o PVNC e a Educafro no Rio de Janeiro, como também o curso Zumbi dos Palmares no Rio Grande do Sul. Esses projetos funcionaram como *linguagem contenciosa* da agenda de igualdade racial no país.

No Rio de Janeiro, foco desta tese, o PVNC e posteriormente a Educafro são as expressões mais consideráveis desse processo, devido ao número de núcleos que criou e por seu caráter seminal. De acordo com Renato Emerson (2004), o PVNC constituiu uma rede que chegou a articular mais de 70 cursos pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

No início dos anos 1990, esses movimentos populares foram criados e estruturados através de laços de pertencimento e da participação popular. Em ampla medida, os núcleos são motivados pela solidariedade e pelo voluntariado, criando espaços de canalização das potências dos sujeitos (BELLIDO, 2021). O espaço criado permitiu ao grupo alvo criar novas formas de confrontar a construção desigual e hierárquica do tecido social.

O primeiro núcleo foi criado na cidade de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, e os principais mentores do PVNC foram Alexandre Nascimento e Frei David. Em entrevista concedida a mim (2021), frei David contou a história do movimento social:

“A primeira experiência, na verdade, foi a do Pré-Vestibular para Negros—ainda não tinha o ‘C’ da sigla de carentes. Contudo, na cidade de Salvador já havia uma outra experiência, o Pré-vestibular Steve Biko, no entanto, o alto custo de sua mensalidade, de um salário mínimo, não alcançava a maior parte da população negra do país. O Pré-Vestibular para Negros (PVN) foi a primeira experiência ampla, pois tinha uma mensalidade com valor mais acessível (2% do salário mínimo) e esse montante era usado na compra de materiais de trabalho e de higiene básica para serem usados em sala de aula e nos banheiros do curso”.

De acordo com o frade franciscano, quando a iniciativa chegou a mais ou menos 20 núcleos, começaram as reuniões mensais. Nessa reunião algumas pessoas tentaram mudar o nome do projeto tirando o termo “*negro*” e colocando um viés social, apenas. Frei David disse que foi categoricamente contrário à situação, porque era fundamental provocar esse desconforto na sociedade brasileira, a fim de mostrar que a base racista do país foi pilar das desigualdades. Por fim, depois de muitos debates, o nome vencedor foi Pré-Vestibular para Negros e Carentes, o PVNC. .

A partir dos núcleos de pré-vestibular, o movimento negro não só se institucionalizou, mas inaugurou uma forma embrionária de agir que comporta envolvimento múltiplos, tendo como legado a materialização do debate antirracista nos territórios periféricos (BELLIDO, 2021). Este objetivo foi alcançado, sobretudo, através da disciplina de *Cultura e Cidadania*. Ofertada em caráter seminal, a disciplina envolvia diversos professores com especialidades temáticas diferentes.

O intuito desses núcleos de base dos pré-vestibulares de forma alguma se limitava a preparar os alunos para o vestibular. Na verdade, fomentava uma vida de luta pela emancipação e pela promoção social e política de negros e carentes. Os cursos populares procuram fornecer, em primeira instância, processos de socialização, onde o estudante pode desenvolver e exercer, em seu território, seus direitos civis, políticos e sociais, ao invés de somente priorizar o resultado no vestibular, que é geralmente o foco dos cursos comerciais. Seu método de avaliação de alunos é qualitativo, foca na formação cidadã e não busca classificar hierarquicamente os alunos como vencedores e perdedores. Há o fortalecimento de uma consciência crítica que valoriza uma cultura de participação em que mesmo aqueles que negam a política ou o debate racial passam a travar um diálogo com estas dimensões.

Portanto, o efeito que o PVNC trouxe, logo de cara, foi a adesão de uma quantidade razoável de indivíduos que sempre experimentaram a assimetria das relações raciais e que, pela primeira vez, foram conduzidos a discuti-la no seu cotidiano, um ideal que até pouco tempo era limitado a círculos acadêmicos e de militância dos movimentos negros.

Em 1997, frei David rompeu laços com os antigos fundadores do PVNC e criou a Educação e Cidadania para Afrodescendentes e Carentes (Educafro). A ruptura ocorreu por dois motivos: o primeiro foi o conflito em torno do pedido de bolsas em universidades particulares. Enquanto os demais fundadores defendiam que os estudantes

do PVNC somente pudessem concorrer às universidades públicas, o frade franciscano defendia que fossem solicitadas bolsas em universidades particulares, sobretudo, na PUC-Rio por acreditar que a alta qualidade desta universidade não deveria ser limitada aos brancos e ricos, mas, deveria ser compartilhada com o povo negro e pobre. O segundo e principal motivo de embate, ainda segundo o frei David, se deu em torno dos mandados de segurança pela isenção do pagamento da taxa de inscrição nos vestibulares. Para o frade franciscano, as universidades deveriam isentar negros e pobres de pagar a taxa de inscrição nos vestibulares, enquanto os outros organizadores pensaram que o pedido soaria como uma crítica às universidades públicas.

6.3. PUC-Rio a primeira universidade a adotar as ações afirmativas

Em 1994 houve o primeiro convênio entre a PUC-Rio e o PVNC. A relação estabelecida entre as entidades visava garantir o acesso das camadas populares na graduação. O aluno do PVNC, quando aprovado recebia uma bolsa de estudo chamada Ação Social (CLAPP, 2011). No início a bolsa era apenas para a isenção de mensalidade, com o tempo a política de ação afirmativa foi evoluindo e a universidade passou a dar bolsas que objetivavam garantir a permanência dos estudantes.

A bolsa Ação Social tinha como público alvo os estudantes em situação de vulnerabilidade social e que fizessem parte de alguma ação comunitária. Portanto, estava voltada para alunos carentes e com compromisso social (Ibidem). De acordo com Augusto Sampaio, Vice-reitor Comunitário: o programa Ação Social institucionalizou o acesso dos estudantes negros e pobres.

Os atores principais desse processo foram Frei David; padre Edênio Valle, responsável pela mediação e o padre Jesus Hortal, então reitor da universidade. A política de ação afirmativa adotada pela universidade foi resultado da mobilização dos movimentos sociais. Portanto, o PVNC foi a primeira experiência efetiva de ação afirmativa (CONTINS E SANT'ANA, 1996). Em pouco tempo, os cursos já se espalharam por outras unidades da federação e a medida já atingia de imediato um número considerável de negros. E a primeira parceria institucional foi com a PUC-Rio em 1994, tendo sido a primeira universidade a adotar políticas de ação afirmativa.

6.4. A isenção da taxa nos vestibulares

Ainda no âmbito do ensino superior, um desdobramento importante provado pela Educafro foi a isenção na taxa dos vestibulares. Segundo frei David, em parceria com alguns advogados, a entidade passou a expedir mandados de segurança contra as universidades públicas para que elas garantissem que o povo pobre e negro pudesse garantir a isenção de taxa do vestibular. Depois de consecutivas vitórias, a isenção passou a ser política pública e desde 2013 é regulamentada pela lei 12.799. Se o PVNC foi o embrião das políticas de ação afirmativa, outras mobilizações do movimento negro faziam questão de colocar na ordem dia as políticas públicas que ampliassem a esfera pública. Uma das mais importantes foi a Marcha Zumbi dos Palmares.

6.5. A Marcha Zumbi dos Palmares

No aniversário de 300 anos da morte de Zumbi, em 20 de novembro de 1995, foi realizada uma das maiores marchas até então organizadas pela população negra, a *Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida*, em Brasília. A marcha foi responsável por reunir mais de 30 mil pessoas, que exigiam reforma agrária, direitos trabalhistas e acesso à educação (SOARES, 2016).

O esforço no sentido de pensar propostas de políticas públicas para a população negra pode ser observado no Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial (MOEHLECKE, 2002). Entre as propostas observadas, destaco no âmbito do trabalho a incorporação do quesito de cor/raça em diversos sistemas de informação; estabelecer incentivos fiscais às empresas que adotarem programas de promoção da igualdade racial; instalar, no âmbito do Ministério do Trabalho, a Câmara Permanente de Promoção da Igualdade, regulamentar o artigo da Constituição Federal que prevê a proteção do mercado de trabalho da mulher. No campo da educação desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes e à universidade.

Na época, Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República, recebeu o documento e em resposta instituiu o *Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra* (GTI). O GTI tinha o objetivo de desenvolver políticas de valorização e promoção da população negra. No que tange ao tema das ações afirmativas, o grupo realizou dois seminários sobre o tema, em Salvador e Vitória, a partir dos quais elaborou 46 propostas, abrangendo áreas como educação, trabalho, comunicação e saúde (Ibidem).

O GTI foi uma vitória simbólica, muito por conta do papel do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. FHC, enquanto acadêmico foi um intelectual da questão racial e como representante do Estado, ao reconhecer o problema ele deve ser enfrentado. Essa captura simbólica da responsabilidade do Estado brasileiro em solucionar o problema do racismo foi fundamental. O GTI estabeleceu diálogo em todos os ministérios, com o intuito de provocar o combate à discriminação racial entendendo-a como uma bandeira federal, estabelecendo mecanismos de reversão do quadro de desigualdades (VIEIRA, 2003).

No entanto, o reconhecimento oficial de racismo não gerou uma nova e radical reorientação do Estado. Como apresentado por Andrea Lopes da Costa (2003), em sua tese de doutorado, uma série de fatores levaram à inevitabilidade do reconhecimento do racismo e dos consequentes problemas sociais que envolvem o marcador de raça no Brasil, dentre os quais dispositivos internacionais, como tratados e acordos direcionaram o Brasil no caminho do combate às desigualdades raciais. Além disso, internamente supõe-se que já se havia alcançado um certo nível de desconforto quanto à defesa da democracia racial. Como vamos verificar nas próximas seções, as configurações supracitadas abriam os caminhos para a realização de mecanismos de ação afirmativa como ferramentas de redução do quadro de desigualdades no Brasil.

6.6. O PNDH, os Seminários sobre ações afirmativas e o debate público

No dia 13 de maio de 1996, foi lançado o Programa Nacional dos Direitos Humanos PNDH, pela Secretaria de Direitos Humanos. Entre outras coisas, o PNDH tinha como objetivo desenvolver ações afirmativas e formular políticas compensatórias de promoção social da comunidade negra (MOEHLECKE, 2002; VIEIRA, 2003; PAIVA, 2021).

Em 1996 ainda foram realizados dois seminários para tratar do tema das ações afirmativas. O primeiro, um pouco menos conhecido, foi realizado em Junho, no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e se chamou *Ações Afirmativas: estratégias antidiscriminatórias?* Em julho do mesmo ano foi organizado o seminário internacional *Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos*, promovido pelo Ministério da Justiça em Brasília.

Notamos até aqui que até meados dos anos 1990 o tema das ações afirmativas foi alvo de grande debate público. O tema foi destaque na opinião pública, promovendo cisões em

campos disciplinares, enfrentamentos públicos entre intelectuais, políticos e jornalistas, e impulsionando a produção acadêmica sobre o assunto (RIOS, 2018).

6.7. A Conferência de Durban

A mobilização para a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, foi precedida por reuniões preparatórias. Em 1997, a ONU convocou a Conferência Mundial de Combate ao Racismo e, em 2000, solicitou que os países participantes elaborassem propostas concretas para o evento. No Brasil, muitas instituições e lideranças do movimento negro participaram do debate visando à concepção de políticas de promoção da igualdade racial.

Em julho de 2001, no Rio de Janeiro, foi redigido o documento final das reuniões preparatórias, o *Plano nacional de combate ao racismo e à intolerância*, ou, como ficou mais conhecida, a *Carta do Rio*. O IPEA também procurou contribuir assessorando os trabalhos da comissão que participaria da Conferência, e, em 2001 publicou um *Texto para Discussão*, apresentando, pela primeira vez no órgão, uma análise das desigualdades raciais no Brasil (HENRIQUES, 2001).

O presidente do IPEA entre 1999 e 2003, Roberto Martins, disse que:

“Implantei, com o apoio pessoal do presidente Fernando Henrique, uma forte linha de pesquisa sobre desigualdades raciais. O Ipea nunca tinha mexido com isso, o IBGE pouca atenção dava, por isso começamos a produzir e divulgar estatísticas sobre desigualdades raciais: desigualdades educacionais, de renda, de emprego, de condições de vida. Isso começou em 2001, quando a ONU convocou a Conferência de Durban, na África do Sul, a conferência mundial contra o racismo. O Ipea foi convidado a entrar no comitê organizador da delegação brasileira e participou intensamente da preparação das posições do Brasil; fomos uma espécie de braço técnico da delegação.” (D’ARAÚJO, FARIAS e HIPOLITO, 2005, p.383).

O então presidente do IPEA continuou dizendo que após a Conferência de Durban o órgão continuou produzindo e divulgando os dados sobre desigualdade racial. Os dados mostraram que as desigualdades raciais não vinham diminuindo, pelo contrário, persistiram. Esses dados fomentaram o arcabouço teórico dos movimentos sociais e obrigaram a imprensa e os órgãos competentes a debater a agenda racial.

Um dado importante e ao mesmo tempo inusitado foi a proposta sobre ações afirmativas no documento levado à Conferência de Durban. O tema ainda não era unanimidade entre os militantes do movimento negro e o uso estratégico das cotas foi desenhado no último minuto. A proposta de cotas para negros nas universidades foi inserida no documento na última hora, resumindo-se a uma linha apenas⁹¹, entre diversas outras proposições (ALBERTI e PEREIRA, 2006).

Apesar de ter chegado com apenas uma frase, este foi o item mais destacado pela mídia naquela ocasião, trazendo, assim, a questão ao debate nacional. O tema das cotas acabou adquirindo um significado central no debate sobre a questão racial, pois provocou aquilo que as lideranças do movimento procuravam suscitar há décadas: uma discussão ampla sobre a questão racial no Brasil, envolvendo diferentes setores da sociedade (Ibidem).

Essas resoluções negociadas no plano internacional, associadas às reivindicações no plano doméstico, confluíram decisivamente para os desdobramentos políticos que envolveram o ativismo político, os agentes públicos e governantes na formulação de projetos de reserva de vagas nas universidades brasileiras (RIOS, 2018). Uma importante consequência do processo preparatório e dos desdobramentos da Conferência de Durban, foi a aprovação, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), da Lei 3.708, que instituiu cotas de até 40% para pretos e pardos no acesso às universidades públicas estaduais, sancionada pelo governador Anthony Garotinho em novembro de 2001. A medida, tomada sem consulta às próprias universidades - a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) -, foi a experiência pioneira entre as universidades estaduais e deslançou de vez o debate.(Ibidem).

A adesão do Estado às políticas afirmativas foi uma importante conquista, principalmente, quando mensuramos a escala de impacto dessas políticas, é no Estado onde as iniciativas vão alcançar um maior número de pessoas. Desde os protestos contra a discriminação racial e as atuais políticas de promoção da igualdade racial, os movimentos negros passaram por diversas transformações, entre elas a participação de lideranças em órgãos do poder público. Ao longo desses capítulos apresentei importantes interlocuções entre o movimento negro e órgãos governamentais na tomada de decisões em prol da agenda racial, como a Marcha pela Farsa da Abolição em pleno andamento da

⁹¹ A frase era: *Estabelecimento de cotas para negros nas universidades.*

constituente, que acabou por gerar a Fundação Palmares, o tombamento da Serra da Barriga, a instituição do racismo como crime inafiançável e o reconhecimento de terras quilombolas. Um pouco depois houve a Marcha de Zumbi, tendo como efetiva resposta a criação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre as populações negras. Assim como a maior experiência de política pública de ação afirmativa não estatal, os cursos de pré-vestibulares para negros e pessoas em vulnerabilidade social, que ajudou a direcionar as políticas públicas estatais para o acesso ao ensino superior. Todas essas conquistas revolucionárias não poderiam ter sido construídas sem uma mudança de paradigma, e o arcabouço teórico-metodológico desses importantes avanços, nós vamos encontrar nos livros analisados no próximo capítulo.

6.8. As Ações Afirmativas nos anos 2000

Alguns efeitos mais imediatos desse contexto foram as iniciativas de institucionalização da agenda de igualdade racial no plano federal do governo Lula, em particular na formação de uma secretaria com status de ministério voltada para esse fim. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir) foi criada em um contexto em que agentes políticos conseguiram influenciar no processo pós-eleitoral de 2002, esse processo criou condições para políticas públicas com esse recorte no primeiro mandato do PT no governo federal.

Em 2003, tivemos a implementação da Lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em sala de aula. A inclusão de História afro nas escolas, promoveu a elaboração de materiais didáticos que rompem com estereótipos que por muito tempo negligenciaram a participação das sociedades africanas na História, inferiorizando esses grupos e negando-lhes o reconhecimento de sua importância (SILVA, 2022). Seguindo essa lógica, a lei contribui com um grande serviço ela proporciona a compreensão da complexidade dessas populações e suas significativas contribuições para a história do Brasil.

No ano de 2005, foram organizadas duas marchas, denominadas *Zumbi + 10*. As marchas aconteceram nos dias 16 e 22 de novembro e tiveram como motivação o aniversário de 10 anos da Marcha Zumbi. Nesse período a demanda por Ação Afirmativa já havia se consolidado no movimento negro e a ideia era expandir essas iniciativas. Como vimos anteriormente o IPEA já havia apontado a necessidade de políticas de combate às desigualdades raciais por parte do Estado. No âmbito federal além da Seppir e da 10.639

a primeira década dos anos 2000 também foi marcada pela criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), em 2004 e no intuito de implementar a 10.639, em 2009 o Ministério da Educação junto com a Seppir lançou o Plano Nacional de Implementação das referidas diretrizes curriculares (GOMES, 2011). No âmbito estadual, essa primeira década foi marcada pela instituição de um novo sistema de cotas, em que foi adotado, inicialmente, o prazo de 10 anos para a revisão.

A segunda década do século XXI trouxe os resultados mais expressivos das políticas de ação afirmativa. Em 2012 após o julgamento sobre a constitucionalidade das cotas raciais no Supremo Tribunal Federal⁹², o governo federal promulgou a lei 12.711, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. A lei estabeleceu que fossem reservadas 50% das vagas para estudantes do ensino público, como subdivisão a essas vagas foram adotados critérios de renda, raça/cor, entre outros. Nesse mesmo âmbito, em 2016 saiu uma Portaria Normativa que estimulava a adoção da reserva de vagas nos programas de pós-graduação e em 2021 outra Portaria que regulava a criação de comissões de heteroidentificação como procedimento complementar à autodeclaração. No que tange a esfera estadual, em 2014 foi instituída a reserva de vagas nas pós-graduações de universidades estaduais, em 2018 houve a prorrogação por no mínimo 10 anos da lei que colocou em vigência o Programa de Ação Afirmativa, aplicável ao ingresso e permanência de estudantes nas universidades estaduais do Rio de Janeiro. Essa última foi um marco regulatório inovador, pois garantiu o direito a Bolsa Permanência, aquisição de material didático e Passe Livre Universitário para estudantes da capital (BELLIDO, 2022). Por fim, em 2022, dando continuidade ao pioneirismo no estado, o movimento negro obteve mais uma conquista, foi sancionada a lei 9.852, que ampliou por mais 60 anos a concessão de reserva de vagas para candidatos negros e indígenas em concursos públicos no estado do Rio de Janeiro.

Até aqui presenciamos as principais conquistas do movimento negro em âmbito nacional e observamos que na maioria das vezes o movimento negro do Rio de Janeiro esteve na vanguarda dessas ações. Ao longo da tese notamos que ao emergir no cenário nacional, o movimento negro buscou no processo histórico, ou, na história, a chave para compreender a realidade do povo negro. Por isso, é tão fundamental entender as lacunas deixadas pela história dita *oficial*. Nesse sentido, a presente tese procura trazer à tona alguns dos principais teóricos sobre a questão racial no Brasil, com o intuito de mostrar a

⁹² O STF aprovou a Constitucionalidade das cotas raciais no julgamento da ADPF 186, por unanimidade.

história do Brasil em sentido amplo, preenchendo as lacunas que foram *naturalmente* silenciadas e que deixaram um vácuo na interpretação da formação social brasileira.

Com o objetivo de preencher a lacuna que explica as desigualdades estruturantes do Brasil e buscar soluções para o problema, a geração dos anos 1970 e 1980 foi precursora ao notar a relação dependente entre raça, discriminação racial e desigualdades. Foi neste período que surgiu o embrião das políticas públicas que discutimos neste capítulo. Já vimos no primeiro capítulo da tese que a ideia de impor um currículo que aborde a questão africana e afro-brasileira foi abordada pelo movimento negro desde o início dos anos 1970. Nesse período, liderado por Beatriz Nascimento, o Grupo de Trabalho André Rebouças já havia feito essa proposta em nível estadual, propondo a adesão do currículo na Universidade Federal Fluminense. Enquanto a nível internacional, Abdias Nascimento levou a proposta ao *Festac 77*. Dito isso, na próxima seção apresento o campo intelectual das relações raciais no Rio de Janeiro, responsável por criar uma comunidade epistêmica que ao criar um novo paradigma teórico inaugurou uma agenda de pesquisa e de políticas públicas que reverberam até os dias de hoje.

6.9. Os intelectuais e a questão racial

Nesta seção preparo o leitor para a conclusão da tese no próximo capítulo. Para tanto, descrevo a formação intelectual do campo das ciências sociais no eixo Rio-São Paulo e em seguida vou tratar dos motivos que fizeram da geração de 1970 e 1980 uma das grandes responsáveis por mover o debate das relações raciais, das desigualdades e das políticas públicas na condução uma agenda bem estruturada na esfera pública. Finalizo o capítulo, portanto, com os principais indicadores de fomento a essa comunidade epistêmica⁹³.

Antes de entrar a fundo no cerne desta seção, me permito uma breve digressão para contar a história da formação dos cientistas sociais no eixo Rio-São Paulo. De acordo com Sérgio Miceli (1987), na cidade de São Paulo, os primeiros profissionais formados na área eram mulheres e/ou de descendentes de família de origem imigrante, muitas delas abastadas do ponto de vista material, mas sem qualquer enraizamento anterior junto aos setores cultos dos grupos dirigentes. Do total de 150 diplomados em ciências sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, nas 20 turmas

⁹³ No Anexo 2 desta tese, eu me dediquei a mostrar a biografia dos intelectuais que fizeram parte da geração de 1970 e 1980.

formadas entre 1936 e 1955, 57% eram mulheres e 30% eram moças e rapazes com nomes imigrantes, a maioria dos quais de origem italiana.

Na Escola Livre de Sociologia e Política também funcionando em São Paulo desde 1933, sucede tendência semelhante em termos de composição social, se bem que em proporção inversa no tocante à repartição por gênero. Um padrão distinto do vigente nas escolas tradicionais do ensino superior (direito, medicina e engenharia). Uma turma típica da Faculdade de Direito de São Paulo na década de 30 incluía apenas 2 ou 3 mulheres, ou seja, a presença feminina não representou sequer 1,5% do contingente total de bacharéis entre 1934 e 1939 (MICELI, 1984).

Ainda segundo Miceli, os responsáveis pelos cursos de ciências sociais conseguiram consolidar sua continuidade institucional mostrando-se empenhados em contribuir na formação de docentes para o ensino secundário que, àquela altura, constituía um espaço profissional seguro. A proporção relativamente elevada de alianças matrimoniais envolvendo essa geração pioneira de cientistas sociais também contribuiu para reforçar os laços de coesão afetiva e profissional entre os integrantes dessa nova categoria de produtores intelectuais. A tendência de ambas as escolas paulistas de ciências sociais operarem crescentemente como centros autônomos de estudos e pesquisas, voltadas sobretudo para a formação de seus futuros quadros reprodutores e ao mesmo tempo permitindo a titulação de professores para o ensino médio onde a quantidade de lugares disponíveis continuava abundante. A partir do cenário de São Paulo, notamos que apesar do corpo de profissionais formados ter perfil diferente e mais inclusivo do que os cursos tradicionais, o campo apresentou isonomia de gênero, mas em termos raciais ainda havia grande desigualdade.

No Rio de Janeiro, os fundadores da disciplina universitária encontraram um cenário muito menos favorável. A missão de docentes e pesquisadores estrangeiros contratados se defrontou com uma conjuntura bastante distinta quer no interior da então embrionária e frágil organização universitária. As disputas de poder dentro do núcleo universitário não proporcionaram as condições mínimas favoráveis a um processo de institucionalização das ciências sociais fundado na profissionalização das três dezenas de licenciados entre 1939-1948 que, com as exceções ilustres, como Costa Pinto e Guerreiro Ramos, não se tornaram docentes, ou, pesquisadores em tempo integral.

Na então capital federal, o vigor institucional e intelectual das ciências sociais esteve ancorado em iniciativas assumidas ou encampadas por setores políticos e governamentais influentes. Nesse sentido, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) é exemplar. A experiência isebiana foi uma aliança entre jovens intelectuais de famílias abastadas e licenciados pés-de-boi de famílias remediadas, os primeiros desejosos de alavancar sua irresistível ascensão política através de uma presença conjugada no setor privado, no governo e nas instituições culturais, os demais discernindo nessas últimas possibilidades de associar suas veleidades intelectuais à militância política (MICELI, 1987). Os isebianos eram membros das elites que dispunham de um patrimônio pessoal e familiar, socialmente destinados ao desempenho de mandatos políticos, ao trato dos negócios públicos; os isebianos de uniforme pertenciam a setores sociais emergentes justamente através da qualificação escolar e das provas de mérito no trato das coisas da inteligência, a política e a cultura. Portanto, para o isebianos, seus encargos acadêmicos eram compreendidos como um bico prestigioso entre inúmeras outras atividades, cargos, atribuições e negócios pessoais

Em comparação com São Paulo, o Rio de Janeiro estaria para a política assim como São Paulo está para a ciência: de um lado os intelectuais residentes na antiga capital estavam em sintonia fina com a atividade política e, de outro, os intelectuais de São Paulo estavam marcados pela distância tangível entre os principais integrantes da escola sociológica paulista e os foros privilegiados da militância política no estado. Portanto, essas diferenças estão no âmago de definições contrastantes do que seja a ciência social, prevalecendo no Rio de Janeiro uma concepção intervencionista, militante e aplicada, enquanto em São Paulo parece que se impôs uma preocupação marcante com o treinamento metodológico, as leituras dos clássicos, o trabalho de campo e toda uma socialização acadêmico-disciplinar então sob hegemonia do paradigma sociológico funcionalista.

No Rio de Janeiro, as gerações subsequentes, de 1950 e 1960 estiveram amparadas pelos estudos desenvolvimentistas do ISEB. Tendo como seus principais porta-vozes Hélio Jaguaribe, Celso Furtado e Guerreiro Ramos. Foi nesse mesmo período entre 1940 e 1960 que o Teatro Experimental do Negro, lançou o seu projeto de desenvolvimento nacional envolvendo as pluralidades da sociedade, como o tema das questões raciais. Sobre a agenda de desenvolvimentismo e a questão racial, a geração de 1940 e 1950 ficou marcada pelo tensionamento entre os intelectuais do campo de estudo das relações

raciais, o embate se deu entre os representantes do TEN, Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos, e os intelectuais que usufruíram do fomento do Projeto Unesco, sendo o mais notório deles, Luiz Aguiar da Costa Pinto, professor da atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ).

Como vimos no primeiro capítulo desta tese, a geração que antecedeu os estudos sobre as relações raciais estiveram marcadas pelo tensionamento entre o Teatro Experimental do Negro e o Projeto Unesco⁹⁴. Essa geração ,marcou o debate racial nos anos 1940 e 1950, e inaugurou um paradigma teórico que visava discutir a ideia de modernidade associada à criação de uma identidade nacional.

Dois fatores confluíram para este cenário: por um lado, um processo de etno-identificação crescente que acompanhou a segunda leva de colonização européia do Brasil no período pós-abolição e, por outro lado, o processo de politização das diferenças raciais por que passou o mundo ocidental no entreguerras (GUIMARÃES, 1999). No Rio de Janeiro, os principais expoentes dessa geração foram Abdias Nascimento, Alberto Guerreiro Ramos, representando o TEN, e Luiz Aguiar da Costa Pinto como representante do projeto Unesco.

O Projeto Unesco possibilitou a formação de redes com pesquisadores internacionais, tendo como resultado o aprimoramento de conteúdos teórico-metodológicos que transformaram as disciplinas de Antropologia e Sociologia. Portanto, o ciclo de investigações chancelado pela Unesco ofereceu uma oportunidade singular para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil dos anos 50 (MAIO, 1999). Enquanto o TEN, de acordo com Guerreiro Ramos, procurou ser um centro de pesquisa com viés pragmático. A ideia seria a partir da formação de uma *intelligentsia negra* para discutir as questões relacionadas à raça, mas, sobretudo, que tivessem como objetivo a resolução de problemas sociais urgentes.

O TEN agiu a partir de duas frentes: uma visava que os militantes do movimento negro, assim como a massa de pessoas negras encontrassem com a sua identidade racial de forma positiva. Nas palavras de Guerreiro Ramos (1982), o trabalho do TEN se pautava na interface entre a sociologia e a psicologia social, tinha como objetivo, a valorização da subjetividade dos negros. A segunda era a proposição de políticas públicas que visassem

⁹⁴ No primeiro capítulo abordei a disputa entre os intelectuais do TEN e da UFRJ pelo financiamento da agência Unesco.

o fim do racismo, ou, a participação de uma *intelligentsia* que estaria capacitada a definir os modelos de intervenção social apropriados (MAIO, 2015, p.79).

Na década de 1950, Guerreiro Ramos fundou uma nova ontologia política para o negro no Brasil, ao dizer que o povo brasileiro não é apenas mestiço, mas negro, não no sentido de uma raça, mas de um lugar, como aponta Joel Rufino (1995, p. 28). Esse importante deslocamento de sentido é tributário de uma longa tradição do pensamento social brasileiro negro, que tem como principais características: denunciar o isolamento moral e social dos negros, induzido pela estética e pela ciência europeias; entender o país como produto do trabalho negro; ver a classe trabalhadora brasileira como originária dos escravos africanos, dos artesãos e artistas negros e mestiços; entender a cultura e os costumes dos africanos como base de nossa cultura popular (GUIMARÃES, 2004).

Vista em perspectiva histórica, a agenda política dos negros brasileiros nasce da luta contra as barreiras legais à promoção e à mobilidade social de pessoas de cor, desmanchadas ainda no período colonial, para chegar, nos anos de 1980, à reivindicação de igualdade de direitos sociais, ou seja, de acesso do povo brasileiro, negro, aos direitos da cidadania (GUIMARÃES, 2004).

Foi a guinada à esquerda que possibilitou o movimento negro dos anos 1980 a reivindicar por uma autêntica democracia racial, em consonância com a luta contra a exploração capitalista. Tal maneira de compreender a opressão negra pôde, então, ser incorporada tanto a ideologias políticas anticapitalistas, quanto a ideologias liberais e democráticas, que privilegiam a luta pelos direitos civis (Ibidem).

Uma das principais conquistas da geração de intelectuais dos anos 1970 e 1980, é de que eles se movimentaram dentro da universidade para garantir uma mudança de paradigma do *status quo* acadêmico. Um aspecto importante para chegarmos a esta conclusão é o fato que nessa época os negros se deslocam do lugar de informantes dos pesquisadores estabelecidos para a posição de ensaístas e intelectuais⁹⁵ (RIOS, 2009; RATTTS, 2011; PEREIRA, 2020).

É importante notar que, em geral, o entrelaçamento entre a academia e os novos movimentos sociais urbanos brasileiros foi uma atividade comum nos anos 1970 e 1980.

⁹⁵ Os estudos que engrossam a produção sobre o movimento negro a partir dos anos 70 são feitos, em grande medida, por intelectuais negros, nacionais e estrangeiros, engajados na luta antirracista (RIOS, 2009).

Nesse período, as articulações entre intelectuais e movimentos populares de São Paulo e Rio de Janeiro contaram com uma parcela significativa de cientistas sociais vinculados à esquerda (PERRUSO, 2011).

A maioria desses intelectuais que compunham os *novos movimentos sociais urbanos* (GOHN, 2008) faziam parte da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). De acordo com esses mesmos intelectuais quando entrevistados, era *natural* que participassem tanto da academia quanto da militância, pois “poderiam ser complementares e mesmo mutuamente estimulantes, já que eles adentravam o ambiente das ciências sociais acadêmicas com a legitimidade de intérpretes de lutas relevantes dos setores populares” (PERRUSO, 2011).

No entanto, o *movimento negro de base acadêmica* (RATTS, 2011) que surge na década de 1970⁹⁶ passou por dois momentos singulares em relação aos demais movimentos do período⁹⁷. O primeiro é que estes intelectuais, ao saírem da posição de objeto para sujeito pesquisador foram estereotipados como *militantes* pela academia branca (PEREIRA, 2020). Esse processo de tentativa de desvalorização do legado intelectual de pesquisadores negros impôs dificuldades no processo de descentramento e descolonização dos corpos negros na academia. Processo que vem sendo revertido nos últimos anos, principalmente após a entrada de sujeitos negros e indígenas na universidade no período posterior às políticas de ação afirmativa no ensino superior.

Nesta tese não pretendo denunciar o processo de *epistemicídio*⁹⁸. Prefiro atuar numa tarefa que é mais atraente no meu ponto de vista: a ideia de explorar riquezas

⁹⁶ Segundo Alex Ratts (2011), “Este é o período em que alguns/umas mestres e doutores/as que hoje são referência dos estudos de relações raciais e das culturas negras, se inseriram nas universidades, sobretudo públicas, a exemplo de Kabengele Munanga, Muniz Sodré e Joel Rufino dos Santos, posteriormente de Leda Maria Martins, Maria de Lourdes Siqueira, Helena Theodoro Lopes, Henrique Cunha Jr., Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.”.

⁹⁷ De acordo com Rios (2009), “os estudos que engrossam a produção sobre movimento negro a partir dos anos 70 são feitos, em grande medida, por intelectuais negros, nacionais e estrangeiros, engajados na luta anti-racista. Isso não foge, pois, a uma tendência da geração desse período: muitos militantes e simpatizantes de diversos movimentos sociais tornam-se pesquisadores dessa forma de ação coletiva em toda a América Latina, como foi muito bem notado por Cardoso (1989) e Gohn (2004).

⁹⁸ Renato Nogueira, professor de filosofia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), define o epistemicídio como a colonização, o assassinato e a recusa da produção de conhecimento de determinados povos, no caso brasileiro, o negro e indígena. A principal referência no tema no Brasil é a filósofa Sueli Carneiro, quem descreve, em sua tese de doutorado, publicada em 2005 pela Universidade de São Paulo (USP), que o epistemicídio se configura “pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente

epistemológicas que nos permitem interpretar a realidade social brasileira e desobstruir as barreiras criadas para que essas epistemologias alcancem o arcabouço teórico de novos pesquisadores. O segundo ponto singular do movimento negro que emerge neste período é que apesar da importância da UFRJ, duas outras Universidades tomaram frente da construção do novo paradigma teórico, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e, sobretudo, a Universidade Candido Mendes (UCAM).

Observamos nesta tese que o paradigma teórico dos anos 1970/1980 iniciou um aspecto singular ao, então, novo modelo teórico. Por ter proporcionado um diálogo intenso entre organizações do movimento negro e o espaço acadêmico envolvendo, sobretudo, o campo das ciências sociais nas universidades do Rio de Janeiro. Questão que o difere de outros momentos históricos, essa foi a primeira vez que a teoria racial é construída diretamente a partir do diálogo entre Universidade e o movimento social, assim como é uma experiência *sui generis* o surgimento do novo movimento negro nesse mesmo espaço universitário. Com o intuito de analisar tal prática, procuro desenvolver a análise deste conteúdo à luz da relação entre movimento e instituições acadêmicas no Rio de Janeiro.

Um fato importante dos anos 1970, é de que este período foi marcado como o “estágio final do processo de consolidação dos estudos africanos no Brasil. Teriam contribuído para este fenômeno a reaproximação do Brasil à África a partir de 1972 e o ressurgimento dos movimentos negros” (NUNES PEREIRA, 1991), essa nova atmosfera da esfera pública criou uma nova *clientela* para os estudos africanos.

Dessa forma, o Afro-asiático inaugurou no Rio de Janeiro um espaço universitário privilegiado, no qual se estabeleceu a ligação entre as relações Brasil-África e a questão racial brasileira. Nesse ambiente os militantes e intelectuais do movimento negro se reuniam para aprofundarem e darem corpo ao arcabouço teórico e metodológico referente aos estudos sobre África e as relações raciais. O que fez com que o Centro de estudos fosse fundamental para reestruturar o movimento negro no Rio de Janeiro.

A vantagem da UCAM naquele momento em relação a outras universidades, foi o fato de que em plena ditadura militar a universidade não sofreu a mesma repressão que pesava

Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar

sobre outras universidades⁹⁹ (SEGURA-RAMIREZ, 2000). Foi a partir dessa janela que o CEEA oferecia cursos sobre os movimentos de libertação na África, falava das guerrilhas e utilizava livros proibidos pela censura como, *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon (MONTEIRO, 1991, p.58).

A abertura desse espaço para militantes e intelectuais serviu para dois aspectos ditos elementares por Eduardo de Oliveira e Oliveira¹⁰⁰: a autodescolonização e a produção de saberes. Portanto o *Afro* permitiu com que os intelectuais negros aplicassem um pouco dos conhecimentos do branco, porém, procurando usar o conteúdo da experiência do próprio negro em cada área de atuação.

Com o recrudescimento desse grupo de intelectuais negros dentro de espaços majoritariamente brancos, como os centros de pesquisa e as universidades, tornou-se possível uma revolução epistemológica, capaz de fazer frente e criar um novo paradigma teórico da questão racial. E isso foi feito através das trocas de saberes e integração entre militantes e acadêmicos; da organização de seminários e congressos que debatessem o tema da raça; e, sobretudo, da ascensão de sujeitos negros na academia, o que trouxe maior robustez científica para a produção de conhecimento nesses espaços.

Resumindo, a relação entre intelectualidade e reorganização do movimento negro no Rio de Janeiro no início dos anos 1970, foi produzida, sobretudo, a partir dos estudos sobre África no Centro de estudos afro-asiáticos da Universidade Cândido Mendes. O espaço era relativamente seguro e possibilitou o fomento teórico, metodológico e organizacional de jovens intelectuais negros em uma conjuntura repressora de ditadura militar. Portanto, o CEEA através dos esforços de Cândido Mendes e, principalmente, de José Maria Nunes Pereira semearam a reorganização do movimento negro de base acadêmica que veio a surgir no Rio de Janeiro, que serviu tanto para a constituição de um novo paradigma teórico que veio a ser corroborado pela segunda fase do Centro com a chegada de novos investimentos em pesquisa e na contratação de pesquisadores.

⁹⁹ De acordo com Segura-Ramírez (2000), o fato de Cândido Mendes ser muito ligado à igreja católica e ao Vaticano teria tornado aquele espaço universitário um ambiente mais seguro do autoritarismo militar no período ditatorial.

¹⁰⁰ Eduardo de Oliveira mais conhecido como Eduardo de Oliveira e Oliveira (Rio de Janeiro, 5 de julho de 1923 – Itapira, 20 de dezembro de 1980) foi um sociólogo, dramaturgo e ativista pelos direitos dos negros no Brasil. Frequentou o ensino superior por toda sua trajetória intelectual, passando pela Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro e perpassando pela graduação e pós-graduação em Ciências Sociais e Sociologia da Universidade de São Paulo. Professor influente nos estudos raciais e figura importante para a constituição do movimento negro no Brasil.

O período situado entre 1973 e 1978 ficou conhecido como a primeira fase do CEAA. Nesse ínterim, o *afro-asiático* focou nos estudos sobre África, colonialismo, descolonização e processos de independência nas colônias portuguesas, também foi essa primeira etapa a que ficou marcada pela escassez de recursos financeiros e humanos. Enquanto a segunda fase do CEAA tem o seu início com a chegada do financiamento e do convênio com a Fundação Ford para o desenvolvimento do programa *Relações do Brasil com a África, seu impacto na sociedade brasileira em geral, e na comunidade negra, em particular*.

A Fundação Ford (doravante, FF)¹⁰¹ foi uma das principais forças impulsionadoras das trocas de saberes transnacionais entre militantes e intelectuais do movimento negro, e também foi uma das principais financiadoras estrangeiras do campo de estudo das ciências sociais no Brasil¹⁰². A partir dos anos 1980 a FF financiou tanto entidades do movimento negro como o IPEAFRO de Abdias Nascimento e Elisa Larkin, e desde de fins dos anos 1960 já financiava as instituições acadêmicas, como o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (doravante, IUPERJ) centro intelectual da UCAM, foi um dos beneficiados desses investimentos¹⁰³.

A parceria entre a FF e o Iuperj fundou o programa de mestrado em Ciência Política na instituição e tinha como foco o incentivo à pesquisa e ao ensino (REIS, 1993). Tratava-se, portanto, de estabelecer um *ethos* de pesquisa que rompia com a tradição ensaística das ciências sociais brasileiras. O que propõe, de certa forma, aos estudos do campo no Rio de Janeiro um novo paradigma em que se valoriza a pesquisa metódica e sistemática, tendo como principal resultado a valorização do empirismo¹⁰⁴.

¹⁰¹ A Fundação Ford, em 1958, enviou Charles Wagley e Marvin Harris ao Brasil para uma missão exploratória para estudar como deveriam ser os investimentos da fundação no país e em 1962 o escritório foi instalado. Desde então, a FF contribuiu para a expansão e a consolidação das Ciências Sociais brasileiras (MICELI; DASSIN, 1993).

¹⁰² A política implementada pela FF desde meados dos anos 1960 até, pelo menos, 1993 foi um dos principais instrumentos de alavancagem institucional e material dos cientistas sociais brasileiros. O volume de recursos aplicados no Brasil constituiu o maior e o mais importante fluxo financeiro externo em favor das ciências sociais, tendo moldado o processo de expansão e consolidação desse campo de conhecimento. No total, os investimentos da fundação entre 1962 e 1992 foi de US\$ 77.422.662, sendo 55% ou US\$ 42.809.895 destinados diretamente a instituições de ensino cuja área temática era a das Ciências Sociais (MICELI, 1993).

¹⁰³ Segundo os dados da Fundação Ford, analisados por Sergio Miceli (1993), entre 1962 e 1992 o Iuperj foi o nono maior investimento da FF no Brasil, tendo recebido o montante de US\$ 1.487.434; e o Centro de Estudos Afro-asiáticos recebeu US\$ 1.327.500, tendo ocupado a décima segunda posição.

¹⁰⁴ De acordo com Elisa Reis (1993), o testemunho desta iniciativa é o nome oferecido à revista do Instituto - Revista Dados, lançada em 1966 - que tinha como missão a divulgação da produção de pesquisa do

Em 1973, o IUPERJ expandiu a sua proposta de ensino e fundou o mestrado em sociologia. E a parceria também chegou ao CEAA, tendo como ideia central a integração entre o conhecimento das sociedades africanas da costa Atlântica na história do Brasil. Para tanto, foi realizada uma revisão historiográfica brasileira visando reavaliar a participação dos africanos e seus descendentes no processo de formação da sociedade brasileira, esse movimento ficou conhecido como *Transatlanticidade*, *Transmigração* (NASCIMENTO, 1989), ou *Atlântico negro* (GILROY, 2012) e foi uma das bases fundadoras do movimento negro contemporâneo.

Do outro lado da Baía de Guanabara, em Niterói, outra universidade que teve grande destaque na atuação do movimento negro e das práticas intelectuais nos anos 1970, foi a Universidade Federal Fluminense. Um grupo de alunos negros dos cursos de História, Geografia, Ciências Sociais, Química e Física da UFF criou o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), inaugurado em 1975 sob a orientação da historiadora Beatriz Nascimento¹⁰⁵ e apoio do sociólogo Eduardo Oliveira e Oliveira¹⁰⁶.

O Gtar ainda contou com o apoio de intelectuais como Marlene de Oliveira Cunha, Andreino Campos, Maria Maia de Oliveira Berriel, Carlos Hasenbelg, Leni Silverstein, personagens que construíram, apoiaram e incentivaram jovens negras e negros de diferentes cursos da universidade a constituir aquele espaço. Em seus documentos o grupo de trabalho mostrava que tinha como objetivo:

“introduzir gradualmente na Universidade créditos específicos sobre as Relações Raciais no Brasil, principalmente nos cursos que abrangem a área das Ciências Humanas; tentar uma reformulação do programa de Antropologia do Negro brasileiro no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (já foi reformulado); atualizar a bibliografia no que diz respeito ao assunto adotado pelo corpo docente e discente da Universidade e estabelecer contato entre professores que desenvolvem

Instituto, mas também esteve aberta à colaboração da comunidade de cientistas sociais brasileiros e estrangeiros.

¹⁰⁵ Maria Beatriz Nascimento (1942-1995) formou-se em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, (UFRJ) especializou-se na Universidade Federal Fluminense (UFF) e fez parte do corpo discente do curso de mestrado em Comunicação Social da UFRJ. Tornou-se influente nos estudos das relações raciais no Brasil após sua notoriedade em organizações acadêmicas do movimento negro. Suas obras mais notórias são o documentário *Ori* (1989) e artigos sobre o conceito de quilombo na História, raça, racismo e sexismo. Também foi premiada *Mulher do Ano 1986* pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

¹⁰⁶ Nascimento e Oliveira foram dois dos principais intelectuais do movimento negro mais reconhecidos/as pelo movimento negro emergente nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo (CUNHA JR.,2002: p. 22).

teses sobre Relações raciais fora da UFF com o corpo docente do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia” (Gtar, 1978: p. 01).

Os temas de estudo abordados pelo grupo eram bem parecidos com os discutidos no CEAA, em 1973: *história do negro nas Américas e no Brasil, relações raciais, desigualdades raciais, cultura negra e religiões afro-brasileiras* (RATTS, 2011, p.33). Um dos maiores legados do Gtar para o movimento negro fluminense e para o campo de estudos da teoria racial foi a organização da *Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*.

A primeira *Semana* foi realizada em 1976, tinha periodicidade anual, e a partir de 1977 o evento ocorreu sempre no mês de novembro¹⁰⁷. Em sua primeira versão, o seminário contou com a presença de pesquisadores do Rio e de São Paulo, como Beatriz Nascimento, Carlos Hasenbalg, Eduardo de Oliveira e Oliveira e Manuel Nunes Pereira. Este evento tinha como alguns de seus objetivos os seguintes pontos:

1 – Introduzir gradualmente na Universidade [Federal Fluminense] créditos específicos sobre as Relações Raciais no Brasil, principalmente nos cursos que abrangem a área de Ciências Humanas. 2 – Tentar uma reformulação no programa de Antropologia do Negro Brasileiro, no ICHF, que foi organizado há dez anos e que permanece sem nenhuma alteração. (Gtar, 1976, p. 1).

Resumindo a década de 1970, podemos perceber que tanto a experiência do CEAA, quanto o GTAR, são cruciais para entendermos o surgimento do novo movimento negro no Rio de Janeiro. A organização surgiu de dentro da academia, a partir de encontros e eventos acadêmicos, sem deixar de lado o forte aspecto político que as organizações negras sempre tiveram.

Esses centros intelectuais contribuíram substancialmente para a formação de um novo paradigma teórico das relações raciais. Ao longo da tese apresentei o contexto histórico em que esse novo paradigma teórico emergiu, assim como apresentei as obras seminais que deram a base epistemológica. Por fim, demonstrei as consequências do novo

¹⁰⁷ Esse era um diálogo e uma pauta do movimento negro contemporâneo. O grupo Palmares também foi fundado na década de 1970, no Rio Grande do Sul, e na época fazia campanha para que o dia da consciência negra deixasse de ser em maio para ser comemorado junto à morte de Zumbi dos Palmares em novembro. E levando a data em consideração a *Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira* do Gtar era realizado em novembro.

paradigma na arena política, sobretudo, as medidas tomadas após o acesso de atores-chave a cargos públicos. A geração de 1970 instituiu as ferramentas propícias para criar novas tecnologias cívicas. Essas novas tecnologias vieram a partir de um novo olhar teórico e prático, que tinha como objetivo o alargamento da esfera pública. Na conclusão a seguir, trabalho com as contribuições inovadoras da geração e analiso o seu legado político e social.

7. Considerações finais

Ao longo dos capítulos desta tese apresentei aos leitores que a historicidade dos processos de identidade coletiva é crucial para se compreender tanto o desenvolvimento dos movimentos e coletivos, assim como percebemos que a participação social do movimento negro foi fundamental no fomento de uma *pedagogia cívica* (PAIVA, 2013) de ampliação da esfera pública. O cerne desta análise foram os livros e os documentos do período (1970-1980), a partir deles notamos que os documentos estavam marcados pela contestação da ideia de uma democracia racial, ou seja, pediam por uma democracia que alcançasse a todos de forma equânime. Essa estratégia evidencia a pretensão desses trabalhos em transcender o paradigma teórico anterior e trazer novas perspectivas de interpretação da realidade social brasileira. Acredito que o mais interessante a ser analisado a partir deste trabalho é a possibilidade de fomento às novas agendas de pesquisa que nasceram com base na bibliografia analisada nos últimos capítulos. Esse arcabouço epistemológico nos ajuda a entender a formação social do país de forma holística, ou seja, nos ajuda a ampliar o nosso olhar sobre a esfera pública com estratégias de combate às desigualdades que visam garantir tratamento digno a todos os membros da sociedade.

Para escrever esta tese, eu tive como linha de base o diagnóstico apresentado em minha dissertação, como contei na introdução deste trabalho. O diagnóstico apresentado foi de que entre as dissertações e teses que versavam sobre ações afirmativas no ensino superior, poucas procuraram abordar em suas bibliografias as epistemologias apresentadas no capítulo cinco e seis da tese. Do mesmo jeito, durante a minha trajetória acadêmica, não encontrei os trabalhos aqui analisados na estrutura curricular de disciplinas obrigatórias, nem mesmo nas disciplinas eletivas que tratavam do tema das

políticas públicas, da formação do Estado brasileiro, ou mesmo do pensamento social brasileiro.

Constatei que essa lacuna epistemológica impedia uma visão ampliada da resolução dos problemas sociais. O meu objetivo, então, foi trazer ao leitor ferramentas teóricas e metodológicas que nos ajudem a pensar os desafios atuais na produção de políticas públicas. Exemplo disso é o desafio das políticas públicas interseccionais, tema cada vez mais presente no debate público e nas arenas políticas.

O exemplo dado anteriormente é apenas uma das consequências dos processos que foram impactados, sobretudo, pelo resgate epistemológico proposto aqui. Nesse sentido, tanto o debate que desmistifica a *democracia racial* a partir de robustos indicadores sociais e demográficos, como a ideia de *interseccionalidade*, são resultados que impactaram profundamente o debate sobre desigualdades e a promoção de políticas de equidade e inclusão.

A ferramenta de denúncia ao mito da democracia racial foram os indicadores de estratificação social e mobilidade social encontrados nos dados oficiais do Estado, como o Censo Demográfico realizado pelo IBGE. Essa estratégia foi utilizada em todas as obras analisadas aqui, mesmo que os estudos embasados em metodologias estatísticas tenham sido vinculados ao trabalho produzido por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva. O livro de Abdias Nascimento traz evidências e especialistas no campo demográfico, sobretudo nos capítulos cinco e sete, em que o autor trata do processo de branqueamento como uma estratégia de genocídio e da discriminação como realidade social brasileira.

A confluência entre os dados apresentados pelos estudos demográficos e a reorganização do movimento negro na década de 1970 abriu as portas para o amadurecimento institucional das entidades negras. No contexto internacional, o pós-1968, foi um marco dos novos movimentos sociais. Os movimentos de raça e gênero passaram a ter cada vez maior destaque na esfera pública.

Figuras importantes como Abdias Nascimento, Carlos Hasenbalg, Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez foram responsáveis por um processo de *intercâmbio epistemológico*¹⁰⁸. O movimento deles permitiu que o movimento negro se reorganizasse e colocasse na

¹⁰⁸ Esses intelectuais tiveram a oportunidade de visitar países da América do norte, central e da África, essas viagens possibilitaram trocas de conhecimento e práticas políticas.

agenda do dia o tema da raça, das ações afirmativas, do quilombismo, sobretudo, pautaram a imagem positiva da identidade negra e a percepção de que a branquidade deveria ser lida como identidade privilegiada na estrutura societária.

No Rio de Janeiro, a fundação de centros como o *Afro-asiático*, o Gtar, o IPCN, além dos bailes *soul*, foram importantes espaços aglutinadores. Nesses territórios se discutiam os temas em vigor, como o movimento dos direitos civis, o processo de independência dos países africanos, além dos desafios de ser negro no Brasil, assuntos que mobilizaram as associações negras do estado. Portanto, a agenda racial do período estudado passou a tratar de temas como *pan-africanismo*, *black power*, *Negritude*, cidadania, entre outros. Esses centros intelectuais foram fundamentais para construir uma comunidade epistêmica capaz de tirar o véu do branqueamento e da democracia racial brasileira.

Antes do surgimento desses *Think Tanks*, o tema das relações raciais serviu como pilar estruturante da sociedade brasileira. Por muito tempo o racismo científico criou formas artificiais de justificar as hierarquias sociais com base em critérios raciais biológicos. Os estudos eugênicos foram contrapostos pela compreensão da raça como conceito histórico, social e político. Um dos primeiros intelectuais a promover essa ideia foi W.E.B Du Bois, diferente de outros autores contemporâneos a ele, Du Bois não entendia que a questão das linhas de cor fosse um problema apenas dos EUA. Ele entendia que esse é um problema da modernidade, essa constatação aconteceu a partir dos estudos conduzidos por ele na *Escola de Atlanta*, em sua aproximação com Franz Boas e pela experiência obtida em sua viagem para a Alemanha, momento em que pode trocar informações com importantes sociólogos, como Max Weber.

No Brasil, os estudos pós-Segunda Guerra Mundial, mesmo que com viés progressista e contrários à ideia do racismo científico, entenderam que a solução do problema seria tirar o foco da questão racial. Por outro lado, em seus trabalhos, W.E.B Du Bois, defendia que o tema racial funcionasse como projeto de emancipação do negro em escala global. A radicalidade desse projeto encontrou dificuldade para ser aceito no Brasil. Uma hipótese é que quando esteve nos EUA e na Alemanha, Du Bois já havia entrado em contato com um nível maior de institucionalização das ciências sociais, o que permitiu que o intelectual norte-americano pudesse trabalhar com a ideia de raça do ponto de vista interpretativo, enquanto no Brasil esse movimento só veio acontecer a partir da escola livre de São Paulo e depois com o projeto Unesco.

No Rio de Janeiro, podemos falar que a institucionalização dos estudos sobre o tema racial começou com o Teatro Experimental do Negro, na década de 1940. Apesar de estar vinculado à prática artística¹⁰⁹, a entidade liderada por Alberto Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento partia de um viés sociológico e psicanalítico das relações raciais. O TEN através de seus braços institucionais, como o Museu de Arte Negra, o jornal Quilombo, entre outros, tinha como objetivo dar suporte psicológico aos negros, e trazer uma ideia positiva da *negritude* aos seus membros. As iniciativas do TEN vinham desde escolas de alfabetização à concursos de beleza negra.

O TEN expandiu suas atividades, entre elas o teatro popular, oficinas e eventos acadêmicos para educar negros e brancos sobre raça e racismo no Brasil. Membros do TEN também ofereceram cursos de alfabetização de adultos e ministraram aulas sobre a história da África e africanos nas Américas que, juntos, atraíram até 600 estudantes e ajudou a coordenar o ativismo negro em nível nacional. O TEN e seu jornal Quilombo editado entre 1948 a 1950 e alcançou uma circulação estimada de dois a três mil exemplares por edição. O instituto dominou a cena intelectual negra na cidade, na década de 1950 (ALBERTO, 2011).

Sobre o trabalho do TEN, as suas ações me recordam em parte a ideia de *black studies* (ROJAS, 2007; ALKALIMAT, WEST; BARAKA, 1990). Principalmente por configurar uma entidade que emerge de forma orgânica, como movimento social, mas faz um trabalho de institucionalizar o debate racial. No entanto, as semelhanças param por aí, primeiro no sentido institucional, o TEN não foi acoplado a nenhuma universidade brasileira, apesar de ter presença costumeira de acadêmicos, inclusive em seus congressos, os líderes do TEN fizeram por muito tempo contraponto teórico à visão acadêmica, acusando-os de usá-los apenas como objeto de estudo. Do ponto de vista da realidade nacional, diferente dos EUA, o Brasil tem em números proporcionais e absolutos muito mais negros na composição societária, sendo responsável por mais da metade de população. A principal proposição da entidade foi entender que o negro não é o problema, mas que a discriminação e o racismo advindos do pensamento colonial criaram um problema que afeta a maior parte da população brasileira.

¹⁰⁹ O objetivo imediato era escalar atores negros, profissionais e amadores, em papéis dignos ao invés de limita-los aos papéis de criados, criminosos ou prostitutas que eram até então exclusivo aos negros no teatro brasileiro. A primeira montagem do grupo, uma performance de *O Imperador Jones*, de Eugene O'Neill, estreou no Theatro Municipal do Rio em 8 de maio de 1945

Em período posterior ao TEN, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, inicialmente, refletia os interesses de Cândido Mendes e do seu vice-diretor, José Maria Nunes Pereira. O segundo, enquanto membro da Casa dos Estudantes do Império¹¹⁰, fez amizade com intelectuais importantes do continente africano, sobretudo, os de língua portuguesa. A partir da conjuntura de política externa independente do Brasil no início dos anos 1960, Mendes e Pereira se empenharam a repercutir o espírito da conferência de Bandung de 1955 e passaram a propiciar no *Afro* um ambiente rico para o debate sobre a descolonização: Solidariedade do Terceiro Mundo, autodeterminação nacional, libertação e antirracismo (ALBERTO, 2011). Eles estavam interessados principalmente em movimentos nacionalistas emergentes na África lusófona e estiveram envolvidos no ativismo antiapartheid.

Pelo CEAA passou uma geração de jovens universitários que pouco ou nada conheciam a história do movimento negro. De acordo com Amauri Mendes e Carlos Alberto Medeiros, eles não conheciam a Frente Negra Brasileira, ou personagens como José Correia Leite, e mesmo Abdias Nascimento. A maioria dessa nova geração havia atingido a maioridade em meio ao contexto mais repressivo da ditadura militar brasileira. Momento em que o Estado havia proibido qualquer discussão sobre discriminação racial. Mesmo na ausência de informações sobre a história da política racial no Brasil, suas próprias experiências como universitários estudantes e jovens profissionais os teriam tornado altamente conscientes das barreiras raciais que os impediam, apesar de suas qualificações, de desfrutar plenamente os benefícios do *milagre econômico* do Brasil.

Os encontros semanais no *Afro* aguçaram a consciência desses alunos sobre desigualdade racial em mais de uma maneira. Pelo foco internacionalista do CEAA, os alunos que se encontravam lá a cada semana desenvolveram uma compreensão da política racial no Brasil como parte de uma luta mais ampla por liberdade, dignidade, antirracismo e autodeterminação entre africanos e afrodescendentes em todo o mundo. Eles passaram a conhecer a história da Frente Negra, do Teatro Experimental do Negro, e discutiam sobre os movimentos de libertação africana, pan-africanismo, colonialismo, *negritude* e socialismo negro. Os trabalhos de intelectuais africanos e diaspóricos como Kwame Nkrumah, Aimé Césaire, Amílcar Cabral, Léopold Senghor, Agostinho Neto, Julius Nyerere e, sobretudo, Frantz Fanon, fizeram o núcleo de seu currículo.

¹¹⁰ Uma organização que abrigou ilustres estudantes das colônias portuguesas em Lisboa, como já vimos no capítulo dois desta tese.

Fruto desse arcabouço teórico surgiram as principais entidades negras do Rio de Janeiro. A SINBA, o IPCN, o Gtar, entre outros, passaram a adotar como estratégico o *lobby* para pleitear que o Censo Demográfico de 1980 produzido pelo IBGE voltasse a adotar o critério de cor em seus dados. Para esses grupos era particularmente interessante porque confirmaria que os negros compõem a maioria da população brasileira. Dessa forma, poderiam denunciar que há muito tempo são vítimas de intensas campanhas de silenciamento da sua verdadeira situação social. Para eles, os dados do Censo revelariam a realidade por trás da *democracia racial*, ou seja, o Brasil majoritariamente é composto pela população negra, em contraponto este segmento populacional foi a que sofreu as consequências lesivas da desigualdade e da marginalização.

No Censo de 1980 o IBGE voltou a adotar a pergunta de cor. Foram formuladas as seguintes opções de autodeclaração, branco, preto, pardo e amarelo. O resultado do Censo apontou que 54,2% dos brasileiros se declararam brancos, enquanto o total desses identificando-se como pretos e pardos representava 44,7% da população. O resultado apesar de não ter confirmado a maioria do grupo de negros, como os militantes previam, trouxe novas possibilidades na formulação de políticas. De acordo com alguns membros do movimento negro, o número não era o esperado porque ainda faltava consciência racial ao povo para se autodeclarar negro.

Apesar disso, o resultado político das associações negras foi positivo. A geração dos anos 1970 estava consolidando uma comunidade epistêmica e conseqüentemente uma agenda pública importante. O movimento tratou de fomentar o debate com epistemologias que ajudem a criar uma consciência racial, além de adotar estratégias políticas como unir as categorias preto e pardo em torno da raça negra. Mecanismo que foi importante na criação de políticas públicas. As inovações intelectuais desse grupo, foram fundamentais para ajudar a reconstituir a imprensa negra carioca e o movimento negro, contribuiu a uma dramática revisão da política negra no Brasil. Sua nova política de raça respondeu à aplicação do mito da democracia racial em plena ditadura militar, a partir de uma perspectiva que adotava a descolonização modelada nas lutas revolucionárias africanas.

Essa visão transformada pelo movimento negro foi captada por Abdias Nascimento. O intelectual brasileiro tratou de transmitir essa atmosfera política para o ambiente internacional. Em Lagos, no Festac de 1977, a sua tese dialogava diretamente com essa produção intelectual. Foi dessa experiência que nasceu o primeiro livro analisado no

capítulo cinco desta tese, *O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*.

De acordo com Laura Moutinho (1996), essa primeira geração que passou pelo *Afro* nos anos 1970 tinha como objetivo rever a historiografia oficial sobre os negros, para poder contar a sua história de forma autônoma. A partir dos anos 1980 o centro passou por algumas transformações como a chegada de Jacques D'adesky para ocupar o cargo de vice-diretor administrativo e um volume maior de financiamento da Fundação Ford. A mudança acontece, principalmente, após a troca de gestão da FF no Brasil, quando Michael Turner dá lugar a Peter Fry, em 1985.

A renovação do convênio entre a FF e o CEAA passou por algumas condicionantes. O novo gestor afirmou que o *Afro* deveria ser mais dinâmico em termos de pesquisa, tanto Peter Fry, como Yvonne Maggie e Nelson do Valle e Silva entendiam que o papel do *Afro* deveria ser de formar uma nova geração de pesquisadores. A premissa desses pesquisadores é que o Brasil tinha uma lacuna epistemológica no que tange ao tema racial. Até então não existiam dados bem organizados, tanto em termos quantitativos como qualitativos.

A ideia era transformar o CEAA em uma referência dos estudos sobre relações raciais. Para alcançar tal objetivo, Peter Fry convidou Carlos Hasenbalg para dirigir o departamento de estudos afro-brasileiros do *Afro*. O nome de Hasenbalg tinha uma ótima aceitação interna, pois, já era pesquisador do Iuperj, além disso, era figura recorrente nas manifestações e ajudou muitas vezes no papel de consultor do movimento negro (SEGURA-RAMIREZ, 2000). Portanto, o pesquisador argentino gozava de prestígio tanto na área acadêmica, como entre os militantes, como na própria FF.

Esse prestígio se deve em grande parte a sua contribuição epistemológica ao tema. Como observamos no capítulo cinco, os livros *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* e *Lugar de negro* foram instrumentos poderosos para o movimento negro. Esses trabalhos evidenciaram a partir de dados estatísticos a persistente desigualdade de oportunidades a partir do marcador de raça. Com base nesses dados, Hasenbalg quebrou a hegemonia das interpretações estabelecidas por estudos *culturalistas* e pelos estudos do Projeto Unesco, tendo demonstrado que o racismo e a discriminação racial eram as ferramentas que impediam a mobilidade social dos negros.

Como vimos ao longo da tese, Abdias Nascimento e Carlos Hasenbalg foram muito corajosos e perspicazes. As suas obras foram escritas e publicadas em plena ditadura militar, em um momento em que a ideia de *democracia racial* era política de Estado, e ainda era um dogma intocável, banido do debate público e científico.

Em 1986, Hasenbalg assumiu a vice-direção do CEAA e convidou Nelson do Valle para ser seu consultor. Os dois trabalharam juntos até 1996, fruto dessa parceria foram produzidos uma série de artigos e dois livros sobre as desigualdades raciais no Brasil. A transição de direção fez com que assuntos relacionados ao tema internacionalista, assim como referentes à África e Ásia tivessem diminuído drasticamente, o foco passou a ser sobre os estudos sobre a situação dos afro-brasileiros.

A principal ideia da nova direção era tornar o *Afro* um centro de formação de pesquisadores negros. O foco foram os estudantes provenientes do IFCS/UFRJ porque os novos quadros da direção tinham boa relação com a professora Yvonne Maggie e os pesquisadores já vinham com uma boa formação, pois o Instituto *Rockefeller* havia fundado um laboratório de pesquisa social, portanto, seria uma mão de obra qualificada. Além disso, nos anos de 1986 e 1987 a FF induziu reuniões no CEAA e na Unicamp para elaborar um projeto de implementação de pesquisa e docência na área de estudos afro-brasileiros no Brasil.

Nesse sentido, a comunidade epistêmica que se formou no Brasil dos anos 1980 é muito semelhante à fundação do campo de *black studies* nos Estados Unidos. De acordo com Fabio Rojas (2007), a formação de um novo programa acadêmico requer um altíssimo investimento estrutural e de recursos humanos. Nos EUA, no período entre 1970 e 1978, a FF investiu 10 milhões de dólares para que as universidades e outras organizações investissem no fomento do campo. Esse esforço desencadeou no meio dos anos 1980 uma nova onda de investimentos da FF no campo, o que acredito que seja o caso do *Afro-asiático* no Brasil.

De acordo com Rojas, o campo de *Black Studies* era uma demanda orgânica dos estudantes universitários, em sua maioria composta por militantes dos Panteras Negras, ou, do movimento dos direitos civis e começou no final dos anos 1960, como podemos observar:

“Groups such as the Black Panthers- and chapters of the Student Nonviolent Coordinating Committee (SNCC) became prominent features on campuses and were at the front of the black studies movement. Students formed black student unions that carried out strikes, protests, and riots at dozens, possibly hundreds, of campuses. The strikes had many goals, and the creation of a Black Studies Department was often a key demand” (ROJAS, 2007, p.4).

O autor faz um contraponto com a ideia de reprodução das desigualdades em ambientes estudantis propagada por Passeron e Bourdieu. De acordo com ele, o surgimento do campo de estudos foi um ato contra-hegemônico que questionava o *status quo*. O financiamento filantrópico da FF serviu para fomentar a institucionalização política de uma cultura não-branca. O campo teórico teria contribuído para um olhar mais amplo da sociedade norte-americana.

Essa relação entre a Fundação Ford e o fomento de pesquisas no Brasil angariou muitas críticas internas. Primeiro havia uma visão preconceituosa de que as soluções para os problemas brasileiros deveriam ser construídas aqui, uma outra crítica se dava em razão de que esses estudos estavam importando um problema que era exclusivo dos Estados Unidos. Por fim, algumas teorias conspiracionistas de que a agência de inteligência dos EUA estaria interferindo na política interna brasileira a partir desses aportes financeiros. Eu discordo parcialmente, na verdade, entendo que os estudos realizados no Brasil apresentavam soluções específicas para os problemas sociais brasileiros. Mais do que isso, entendo que as soluções epistemológicas são extremamente inovadoras, sobretudo, a apresentada pelos estudos do feminismo negro, pela interconexão das categorias de raça, gênero e classe.

Tal perspectiva epistemológica abriu uma gama imensa de possibilidades tanto de agenda de estudo, como de proposição de políticas públicas. Digo mais, a agenda proposta por essas mulheres negras é que foi copiada em outros países, em formato *copycat*. No mundo dos negócios, o termo *Copycat* é usado quando um modelo de negócio é copiado após ser testado e aprovado em outro país, trazendo-o e adaptando para um país que ainda não o conhece. Faço essa brincadeira com o termo *Copycat* porque autoras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro já tratavam do tema das desigualdades a partir do entrelaçamento dos marcadores de raça, classe e gênero, sem denominar o conceito como *interseccionalidade*. Na verdade, o conceito foi cunhado e utilizado por

importantes pesquisadoras norte-americanas, como Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins nos anos 1990¹¹¹.

Collins com frequência resgata a importância epistemológica e histórica de Lélia Gonzalez em seus trabalhos. Em artigo publicado junto com Sirma Bilge, as autoras escrevem sobre o movimento das mulheres negras no Brasil. Logo na terceira página elas mencionam que o trabalho de Sueli Carneiro, Gonzalez e outras feministas negras tem que ser exaltado por ser realizado em meio ao contexto da ditadura militar, como por ter precedido o conceito de *interseccionalidade*.

Mais uma breve comparação com o mundo dos negócios e o *copycat* é o exemplo dos sítios de compra coletiva. Febre nos EUA em 2010, esses sítios vendiam cupons de desconto para usar em diversos estabelecimentos, a plataforma *Peixe Urbano* foi um caso de enorme sucesso. O sucesso foi tamanho, que a empresa chegou a ganhar vários concorrentes. Houve até um *copycat* do *copycat*, quando o *Groupon*, uma das empresas que atuavam nos EUA, de onde os empreendedores *copiaram* a ideia, decidiu também entrar no mercado brasileiro. Em relação aos estudos sobre o feminismo negro houve um fenômeno parecido com esse do *copycat* do *copycat*.

Como vimos nesta tese, a geração de mulheres negras dos anos 1970 e 1980 inaugurou um novo paradigma para interpretar a sociedade brasileira. Ao denunciar o machismo presente no movimento negro e o escamoteamento das noções de raça e classe nos movimentos feministas, elas inauguraram um novo olhar sobre esses movimentos e passaram a obrigar que o debate sobre desigualdades incorporasse esses três marcadores sociais. Apesar de terem esse papel tão fundamental, elas tiveram pouca visibilidade e o processo de silenciamento afastou os seus trabalhos de serem abordados pelas novas gerações que ascenderam aos estudos acadêmicos nos anos seguintes.

Curiosamente, o olhar dos estudantes de ciências sociais voltou a dar atenção a elas por pelo menos dois motivos. O primeiro foi a emergência dos estudos sobre o feminismo negro nos Estados Unidos. Nesse sentido, as visitas de Angela Davis e Patricia Hill Collins ao Brasil serviram para aguçar a curiosidade dos jovens pesquisadores brasileiros, elas enalteciram as autoras brasileiras que aqui foram pouco estudadas, ou, totalmente

¹¹¹ É importante lembrar que antes delas Angela Davis já havia escrito *Mulheres, raça e classe* no fim dos anos 1980, mas ainda não usava o termo *interseccionalidade*.

apagadas dos currículos. O segundo motivo tem a ver com uma consequência histórica dos estudos abordados nesta tese, as políticas de ação afirmativa.

Assim como em 1970, mas em escala muito maior, nos anos 2000 os estudantes que acessaram o ensino superior por meio de políticas afirmativas formaram a clientela desses estudos e epistemologias. Esse movimento ficou mais forte a partir de 2012, com a nacionalização da reserva de vagas nos Institutos de Ensino Superior federais. Com a chegada desse grupo, autores e temas de estudo foram reanimados. Esses grupos passaram a se organizar em coletivos estudantis e entre as suas demandas estavam políticas de ação afirmativa, como a aplicação da lei 10.639 no currículo universitário.

A atual geração de universitários vem recuperando cada vez mais o debate teórico e metodológico iniciado nos anos 1970. Sem sombra de dúvidas, os intelectuais orgânicos e tradicionais de 1970 e 1980 não só abriram portas para os mais novos, mas, a partir do seu legado epistemológico continuam impactando positivamente na construção de uma agenda racial. Prova disso são os temas de raça, gênero, equidade e diversidade cada vez mais presentes na esfera pública nacional e internacional. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)¹¹² são um exemplo ilustre desse processo. Entre as metas propostas pela agenda da ONU estão a meta número cinco que trata da *Igualdade de Gênero* e o objetivo 10, que disserta sobre a *Redução das Desigualdades*. Soma-se a esse cenário a Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024)¹¹³, também organizada pela ONU.

Os desafios impostos ao desenvolvimento econômico e o combate à desigualdade, cada vez mais tem buscado o desenho de políticas públicas interseccionais. Tais políticas estão de acordo com os temas da *Justiça*, do *Reconhecimento* e do *Desenvolvimento*. No plano nacional, o papel dos intelectuais da geração de 1970 foi de proporcionar o que Axel Honneth chamou de primeira dimensão do reconhecimento, ou seja, o nível das relações afetivas. A conjuntura externa dos direitos civis e da descolonização dos países africanos levou um clima e um significado positivo de ser negro para essa geração. O clima vitorioso se somou à valorização estética, seja pelo meio intelectual e literário dos intelectuais da *negritude*, seja pela valorização da cultura negra norte-americana com o *Black is beautiful*, o *Black Power* e o ritmo musical *Soul*. Esses valores trouxeram de

¹¹² Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>

¹¹³ Disponível em: <<http://decada-afro-onu.org/documents.shtml>>

volta a autoconfiança desse grupo, que passou a se organizar para propagar a ideia positiva da identidade negra. Esses princípios fomentaram a capacidade do movimento negro em questionar o Estado brasileiro em questões referentes ao processo histórico de discriminação e desigualdade raciais, o mote político do movimento negro era por uma verdadeira democracia, em que a luta por cidadania fosse responsável por fortalecer e guiar a institucionalidade e a demanda por políticas públicas nos anos 1980.

A reorganização política das entidades negras no Rio de Janeiro viabilizou a institucionalização do movimento na esfera pública. O movimento negro passou a questionar a ordem jurídica. A luta contra as injustiças garantiu que nos anos 1980, essa geração, como vimos ao longo da tese garantiu o autorrespeito, ou seja, passou a ocupar a arena política institucional como forma de garantir a fruição de direitos para grupos socialmente excluídos. O MNU tinha dimensões nacionais e passou a dialogar com movimentos tradicionais de esquerda, e com os novos movimentos sociais, como o movimento de bairros e o movimento feminista. A luta desses grupos pelo alargamento da esfera pública passou a denunciar as formas de injustiça e desrespeito, como reprodutoras históricas das desigualdades (HONNETH, 2009; RAWLS, 2016; SANDEL, 2020, 2011). Para eles era fundamental combater as raízes da reprodução das desigualdades. Nesse sentido, a estratégia escolhida pela geração de 1980 foi a institucionalidade, tanto dos movimentos sociais, como dos partidos políticos e cargos na máquina estatal.

A terceira e última esfera do reconhecimento de Honneth tem a ver com as relações comunitárias, quando o indivíduo alcança autoestima por meio da solidariedade dos membros de sua comunidade. No Brasil, o embrião do reconhecimento da esfera comunitária foram as experiências nas organizações da sociedade civil, sejam as voltadas à estratégia de *advocacy* e direitos humanos, mas, principalmente no campo da educação, os pré-vestibulares para negros e carentes foram a primeira experiência de política de ação afirmativa no país. No entanto, só nos anos 2000, após a Conferência de Durban, principalmente após a constitucionalidade da reserva de vagas com critério racial que a esfera da solidariedade se consolidou. Foi nesse momento que o debate público teve ganhos substanciais a partir de medidas antidiscriminatórias, exemplo disso foram as primeiras universidades terem adotado medidas de acesso ao ensino superior, também foi

nesse período que foi aprovada a alteração da Lei de Diretrizes e Bases, tornando obrigatório no currículo a história e cultura africana e afro-brasileira.

Hoje o tema está cada vez mais consolidado tanto na arena jurídica, como política. Os marcos regulatórios são cada vez mais evidentes e vem em constante evolução. O ambiente universitário tem cada vez mais se adequando à nova realidade plural do seu corpo discente. As linhas de ônibus gratuitas oferecidas pelas universidades têm expandido as suas linhas para áreas fora do eixo zona sul-centro, os bandejões têm sido cada vez mais fundamentais, assim como outras políticas de permanência. No âmbito escolar os livros didáticos de Sociologia têm adotado dentro da perspectiva de Antropologia do Brasil e Sociologia do Brasil o tema das relações raciais, como podemos verificar na figura 14 abaixo, nos capítulos quatro e nove.

Figura 14 - Livro Didático de Sociologia



Fonte: Foto retirada do livro didático Sociologia Hoje

Elaboração própria

Essas conquistas, sem sombra de dúvidas são consequência dos laços de solidariedade criados ao longo de toda a luta do movimento negro.

Seguramente os desafios em torno da agenda racial ainda são enormes. Se levarmos em consideração as agendas da ONU, a Década Afrodescendente ainda tem objetivos a serem alcançados até 2024. De acordo com o Alto Comissário para os Direitos Humanos da ONU, Zeid Ra'ad Al Hussein, o compromisso da agenda é reforçar as leis que proíbem a discriminação racial e garantir que elas sejam implementadas. Outro desafio fundamental a ser promovido é o maior conhecimento sobre a herança cultural da população afrodescendente e das suas muitas contribuições fundamentais para a melhoria da humanidade. Nessa afirmação presente no documento da Década Internacional Afrodescendente, está implícito o mesmo princípio que surgiu com os intelectuais que trataram do tema da colonização, como Frantz Fanon, Senghor, Aimé Césaire entre outros, em denunciar as mazelas, sobretudo, a falta de humanidade que ergueu as potências ocidentais modernas. Essa é uma nova chance de se construir um projeto modernizante que busque uma real dignidade a todos.

Nesse sentido, o Brasil é um exemplo de país preparado para propor políticas de equidade e inclusão, muito por conta do arcabouço teórico e metodológico iniciado na geração de intelectuais dos anos 1970. Destaco dois elementos basilares, as articulações do movimento negro do período em torno das demandas pelo acesso aos indicadores sociais contemplados no Censo Demográfico; e o diagnóstico de silenciamento epistemológico que provocou a solicitação da aplicação do currículo de história e cultura afro-brasileira, como estratégias fundamentais. Foram tão importantes que a Declaração e o Programa de Ação de Durban¹¹⁴ tem essas medidas como metas e objetivos na aplicação de medidas pró equidade racial em todo o mundo.

No âmbito da inovação e do pioneirismo, o Rio de Janeiro foi palco das experiências pioneiras de ação afirmativa no ensino superior. Como vimos no capítulo quatro desta tese, a PUC-Rio e as universidades estaduais do Rio de Janeiro – UERJ e UENF– foram as primeiras a adotar as reservas de vagas para pessoas negras e/ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Hoje mais do que uma limitada visão de cotas, as

¹¹⁴ Documento resultante da Conferência de Revisão de Durban, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e a declaração política da reunião de alto nível da Assembleia Geral para comemorar o décimo aniversário da adoção da Declaração e Programa de Ação de Durban

políticas públicas têm se voltado cada vez mais para a implementação de programas de ação afirmativa, que promovam acesso, permanência e até a empregabilidade de pessoas negras. Sem dúvida, o pioneirismo do Rio de Janeiro não é por acaso, ele é fruto de todo o processo histórico apresentado ao longo da tese. A ideia aqui foi investigar os insumos e os procedimentos que a luta do movimento negro fomentou para a consolidação da política pública, sobretudo, a tese teve como objetivo investigar os *frames* produzidos pela geração de 1970 e 1980. Se hoje o tema da interseccionalidade, do feminismo negro, da branquitude, do privilégio estão cada vez mais presentes nas agendas de pesquisa das ciências sociais, assim como na esfera pública, esse é o resultado de um longo processo histórico.

7.1. Conclusão

Demonstrei ao longo desta tese que estudar a historicidade de um movimento social é uma importante ferramenta de compreensão das mudanças e da construção dos *frames* de ação coletiva, pois traduz as mudanças políticas, econômicas e culturais dos grupos que se formaram. Tais mudanças são realizadas enquanto os atores sociais estão produzindo suas pautas, repertórios e estratégias de ação coletiva. Esse foi o caso do movimento negro de base acadêmica analisado aqui.

Na década de 1970 o movimento negro passou a produzir demandas sociais que antes não eram colocadas. No caso do movimento negro brasileiro, optou-se por uma ruptura com a ideia de assimilação. O movimento passou a adotar o que Alberto Melucci chamou de teoria da produção social, que em resumo seria uma teoria de identidade que manifesta o conflito de forma organizada numa demanda que requer novo padrão cultural. Para tal mudança acontecer, o movimento negro precisou munciar-se de um novo paradigma teórico. Esse novo paradigma teórico foi resultado de uma confluência entre o movimento negro e a produção intelectual.

O casamento de dados estatísticos, movimento social e instituições de pesquisa fundamentou os novos arranjos sociais e políticos. O *conflito* provocado pela comunidade epistêmica levou o movimento negro a contestar o processo de branqueamento e a ideia de democracia racial, dogmas estabelecido pelos aparelhos estatais autoritários em consonância com o *establishment* intelectual de períodos anteriores. O processo de *reflexividade* produzidos por atores-chave do movimento negro tratou de potencializar os sujeitos afetados pela exclusão social. A ideia de preencher as lacunas deixadas pela

história¹¹⁵ possibilitou que os sujeitos negros observassem pela primeira vez a identidade negra de forma positiva. Se hoje vivemos um momento virtuoso da radicalização da democracia, grande parte desse processo se deve a participação direta do movimento negro.

Nesta tese procurei reunir os elementos científicos que nos permitem resgatar a relevância histórica de epistemologias negras. São fontes teóricas e metodológicas que podem enriquecer disciplinas importantes do campo das ciências sociais, tais como as relações raciais, em particular. Mas também nos trazem olhares importantes nos estudos sobre desigualdade, política externa, formação do Estado-nação e o pensamento social brasileiro. Assim como a atuação do movimento negro fomentou a ampliação da esfera pública, as epistemologias aqui presentes servem para alargar o campo teórico das Ciências Sociais, me arrisco a dizer que o resgate dessas epistemologias e a aplicação dos intelectuais negros é um caminho sem volta e imprescindível.

¹¹⁵ Um exemplo era a ideia de que a Abolição foi um ato de benevolência branca, deixando de lado todo o trabalho de mobilização do movimento abolicionista. O trabalho de importantes intelectuais como José do Patrocínio, Luiz Gama, dos irmãos Rebouças, dentre outros teve que ser recuperado na historiografia. A tática implementada pelo movimento negro foi substituir o dia a ser comemorado como a consciência negra pra novembro, em referência a Zumbi dos Palmares.

Referências bibliográficas

ABREU, Rodrigo Bueno de. **A Marcha Contra a Farsa da Abolição na Transição Democrática (1988)**. Anais do XVI Encontro Regional de História Anpuh.-Rio. Saberes e práticas científicas. ISBN: 978-85-65957-03-8.

ALBERTO, Paulina L. **Terms of inclusion : Black intellectuals in twentieth-century Brazil** / ISBN 978-0-8078-3437-4. 2011.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC / org. Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira. — Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. Histórias do movimento negro no Brasil . Pallas Editora. Edição do Kindle.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar. **A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n37, janeiro-junho de 2006. p. 143-166.

ALKALIMAT, Abdul. **Paradigms in black studies: Intellectual history, Cultural meaning and Political ideology**. Twenty-first Century books an publicactions 1990.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ANDREWS, George. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. São Paulo: EDUSC, 1998.

BARRETO, Paula et al. Entre o isolamento e a dispersão: a temática racial nos estudos sociológicos no Brasil. Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 05, No. 11 | Set/Dez/2017.

BELLIDO, Felipe. **Por uma Educação Antirracista nas Favelas: O PVNC e a Educafro**. Podcast Rio on Watch, 2021. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=53731>>.

_____. **As ações afirmativas e a experiência pioneira do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. 23 de nov. de 2022. Instagram:@anpocs. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CIT2DQSJBA-/>.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília (orgs.). **Um enigma chamado Brasil - 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BURAWOY, Michael. *O Marxismo encontra Bourdieu*. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp, 2010.

CAMPOS, Luiz Augusto e GOMES, Ingrid, “**Relações raciais no Brasil contemporâneo: uma análise preliminar da produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994- 2013)**”, *Sinais Sociais*. Rio de Janeiro. V11 n.32/p.85-116. 2016

CARDOSO, Ruth. **Movimentos sociais na América latina**. In *Revista brasileira de ciências sociais*. N.3 1087.

CARVALHO José Murilo **Os Bestializados**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.

CÁSSIA, Taynar de. **Movimento negro de base religiosa: a Irmandade do Rosário dos Pretos**. Salvador, *CADERNO CRH*, n. 34, jan./jun. 2001, p. 165-179

CLAPP, A.. **Ação afirmativa na PUC-Rio: A inserção de alunos pobres e negros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2011. 200p .

COSTA, Andrea Lopes da. **AÇÕES AFIRMATIVAS E TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO INTELECTUAL: UMA REFLEXÃO**. *Educação & Sociedade* [online]. 2022, v. 43 [Acessado 01 Dezembro 2022], e254899. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.254899>>. Epub 25 Nov 2022. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/ES.254899>.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: teoria social, antirracismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CESÁIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. Ilustração de Marcelo D’Salet. *Cronologia de Rogério de Campos*. São Paulo: Veneta, 2020.

DAGNINO, Evelina. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. In: Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. Editoria brasiliense. 1994

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980**/Jerry Dávila; tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DOS SANTOS, Theotonio. **Do terror à esperança - auge e declínio do neoliberalismo**, Ed. Ideias e Letras, 2004.

DU BOIS, W.E.B. **As almas do povo negro**. Tradução de Alexandre Boide. Ilustração de Luciano Feijão. Prefácio de Silvio Luiz de Almeida. - São Paulo: Veneta, 2021.

DURHAM, Eunice. **Movimentos sociais – a construção da cidadania**. *Novos estudos* n. 10. Outubro de 1984.

FANON, Frantz. **Peles negras máscaras brancas**. Edufba, 2008.

_____. **Os condenados da terra**. Coleção perspectiva do homem. Volume 42 Série Política. Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDE, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** (São Paulo:Dominus, 1965, vol 1.

FERREIRA, Marieta. **História, tempo presente e história oral**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp.314-332.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1997].

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999 [1970] (5ª. Ed.).

HOOKS, bell & WEST, Cornel. **Breaking Bread: Insurgent Black Intellectual Life**. Toronto: Between the Lines, 1991.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era “pós-socialista”**. In: SOUZA, J. (org.) Democracia Hoje – novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001.

FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or Recognition? A political philosophical exchange**. London: Verso, 2003.

GIDDENS, Anthony. 2013. **A constituição da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 31; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo, Perspectiva.1974

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola São Paulo: 1997

GOMES, Nilma. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. Revista de Sociologia Política - Política & Sociedade. V.10 n18. abril 2011 pp (133-154).

_____. **O movimento negro educador**. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. & RODRIGUES, Tatiane. **Resistência democrática: A questão racial e a constituição federal de 1988**. Educ. Soc., Campinas, v. 39, nº. 145, p.928-945, out.-dez., 2018.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo-afro-latino-ameicano: Ensaio, intervenções e diálogos. Lima, Marcia, Rios, Flavia (orgs.). Editora Zahar, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Literatura e Vida Nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **“Breves notas sobre a política de Maquiavel”**. In: _____. Cadernos do Cárcere. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **“Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais”**. In: _____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cadernos do Cárcere. Vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b. SAID, Edward. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A Unesco e as relações de raça**. In: NASCIMENTO, A. *O negro revoltado*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982

_____. **Patologia social do ‘branco’ brasileiro**. In: GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

_____. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. Editora 34. São Paulo, 1999.

_____. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. *Revista de Antropologia* [online]. 2004, v. 47, n. 1 [Acessado 1 Fevereiro 2022] , pp. 9-43. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-77012004000100001>>. Epub 30 Nov 2004. ISSN 0034-7701. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012004000100001>.

_____. **Intelectuais negros e formas de integração nacional**. *Estud. av.*, São Paulo , v. 18, n. 50, p. 271-284, Apr. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100023>.

_____. **Resistência e revolta nos anos 1960: Abdias do Nascimento**. *Revista USP*, São Paulo, n.68, p. 156-167, dezembro/fevereiro 2005-2006.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e relações raciais no Brasil**. Editora Graal. 1979

HERINGER, Rosana. **Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil**. *Estudos Afro-Asiáticos*, 2001, ano 23, n. 2, pp. 1-43.

_____. **Desigualdades Raciais, Políticas Anti-Discriminatórias e Ação Afirmativa no Brasil**. Caxambu, XXIII Anpocs. 1999

HIPOLITO, Jessica; VIEIRA, Jairo; VIEIRA, Andréa Lopes Costa. **Ação afirmativa, memória e reconhecimento: Relações raciais e experiências negras nas narrativas do Rap**. *Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro v.30 n.1 Jan-Jun 2020.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003.

LIMA NETO, F.. **Betinho e as ONGs: sociogênese de uma nova militância**. *Sociologias (UFRGS)*, v. 21, p. 306-331, 2019.

MAIO, Marcos Chor. **Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais**. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 40, nº 1, p. 127-162, 1997.

_____. **Guerreiro Ramos interpela a UNESCO: ciências sociais, militância e antirracismo.** Caderno C.R.H, Salvador, v. 28, n. 73, p. 77-89, Jan./Abr. 2015.

MACHADO, Bárbara Araujo. **A função de intelectual:Um diálogo entre Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu e Edward Said.** Revista de Teoria da História Ano 7, Número 13, Abril/2015 Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia.** 4a.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATOS, Dandara. **Os movimentos de independência em África: Caso de estudo do movimento anticolonialista (MAC).** Revista Eletrônica Discente História.com, Cachoeira, v. 6, n. 11, p. 76-86, 2019. Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

MEAD, Hebert. *The philosophy of the present.* The Open Court Company. 1932

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Movimento negro no Brasil: Desmentindo uma historiografia enviesada.** In: Afro-Brasil II debates & pensamentos. org. Jacques d'Adesky e Marcos Teixeira de Souza. 2021.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente.** Petrópolis Vozes, 2001.

MENDES, Candido. **O afro-asiático da longa marcha.** In: Centro de estudos afro-asiático: 25 anos. Rio de Janeiro, CEEA, 1998.

MOEHLECK, Sabrina. **Ação afirmativa: História e debate no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 197-217, novembro/ 2002.

Movimento Negro Unificado. **1978-1988, 10 anos de luta contra o racismo.** Salvador, Confraria do Livro, 1988

MICELI, Sérgio. **A aposta numa comunidade científica emergente.** A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In: MICELI, Sérgio (coord.). A Fundação Ford no Brasil.

MICELI, Sérgio (coord.). **A Fundação Ford no Brasil.** São Paulo: Editora Sumaré e FAPESP, 1993.

_____. (org). **História das ciências sociais no Brasil.** São Paulo, Sumaré/Fapesp, vol 2.

_____. **Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964).** Rev. bras. Ci. Soc. v.2 n.5 São Paulo out. 1987

MONSMA, Karl; SALLA, Fernando; TEIXEIRA, Alessandra. **A Sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais.** v. 6 n. 12 (2018): jan.-abr. | A Sociologia Brasileira e suas interfaces contemporâneas (Parte 2).

MONTEIRO, Helene. **O ressurgimento do movimento negro no Rio de Janeiro na década de 1970,** Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, IFCS/UFRJ, 1991.

MOTTA, Roberto. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. **Estud. afro-asiát.**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 113-133, Dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2000000200006>.

MOUTINHO, Laura. **Negociando Discursos: Análise das Relações entre a Fundação Ford, Movimento Negro e a Academia**. Dissertação de mestrado, IFCS/UFRJ, Ano de Obtenção: 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional vs Identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica. 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. 3a. ed. Com textos de Wole Soyinka, Florestan Fernandes, Elisa Larkin Nascimento. São Paulo: Editora Perspectiva / IPEAFRO. 2016. ISBN 978-85-273-1080-2

_____. *O Quilombismo. Petrópolis: Vozes, 1980.*

_____. *Sitiado em Lagos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.*

_____. **O negro revoltado**. Organização e apresentação Abdias Nascimento – 2ed – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NASCIMENTO, Beatriz (1942-1995). **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**. Beatriz Nascimento; organização Alex Ratts. 1ªed - Rio de Janeiro: Zahar, 2021,

NUNES PEREIRA, José Maria. **OS ESTUDOS AFRICANOS NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO DE CASO. O CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS (CEAA. CLACSO. 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20100823034400/16nune.pdf>>** Acessado em: 26/04/2021.

PAIVA, Angela Randolpho. (org.). **Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França**, Editora Pallas, 2013a.

_____. **Movimentos sociais e teoria crítica – notas sobre a redemocratização brasileira**. In Redemocratização e mudança social no Brasil. (Org). CELINA, Maria

_____. **Pedagogia Alternativa nos Movimentos Sociais**. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio edição dupla, nº 12, jan/dez, 2013b, pp. 29-42

_____. **Políticas públicas, mudanças e desafios no acesso ao ensino superior**. In: Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França/organização Angela Randolpho Paiva. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

Pensamento social no Brasil, por Giralda Seyferth: notas de aula. / Organização: Joana Bahia, Renata Menasche e Maria Catarina Chitolina Zanini. – Porto Alegre: Letra&Vida, 2015

PEREIRA, Amilcar Araujo. **O “Atlântico negro” e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Perseu n. 1, dez. 2007.

_____. **O mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

PEREIRA, Amilcar; MAIA, Jorge; LIMA, Thayara. **Os “rôles” do movimento negro brasileiro na atualidade, nas “pegadas” da educação**. Revista do instituto de estudos brasileiros, Brasil, n.75, p.162-183, abr. 2020.

PEREIRA, Luena Nascimento. **Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras**. Rev. antropol. (São Paulo, online)/v.63 n.2:e170727/USP, 2020.

PINHO, Osmundo. **“Sociologia crítica do racismo à brasileira: um retrato intelectual e político de Carlos Hasenbalg”**, in Bérose - Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie, Paris, 2021 Disponível em: <article2356.html> Acessado em: 05/07/2021.

PIRES, Thula. **A discussão judicial das ações afirmativas étnico-raciais no Brasil**. . In: Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França/organização Angela Randolpho Paiva. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

_____. **Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro**. Revista Direito e Práxis [online]. 2018, v. 09, n. 02 [Acessado 23 Março 2022] , pp. 1054-1079. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/33900>>. Epub Apr-Jun 2018. ISSN 2179-8966. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/33900>.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. ; tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

RATTS, Alex. **Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica**. NGUZU: revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos, Londrina, v. 1, p. 28-39, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/18352>>. Acesso em: 30/03/2021

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Lisboa : Presença, 1993.

REIS, Raissa Brescia dos. **Entre cultura, solidariedade internacional e mundo negro: a negociação dos sentidos na *Preséance Africaine* (1955-56)**. Afro-Ásia, n. 62 (2020), pp. 223-269

RIOS, Flavia. **Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000)**. Soc. e Cult., Goiânia, v. 12, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/9100>>. Acesso em: 30/03/2021.

_____. **O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010)**. Lua Nova, São Paulo, 85: 41-79, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ln/n85/a03n85.pdf>>. Acesso em: 30/03/2021

_____. **A questão racial na formação dos partidos brasileiros: os casos do PT e PDT no contexto da redemocratização**. Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política - Volume 3 Número 2 Julho a Dezembro/2014.

_____. **Antirracismo, movimentos sociais e Estado (1985-2016)**. In: Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Adrian Gurza Lavalle A. G. [et al.], (org.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

ROJAS, Fabio. *From Black Power to Black studies: how a radical social movement became an academic discipline* / The Johns Hopkins University Press. 2007.

ROSENTHAL, Gabriele. **Histórias de vida vivenciada e história de vida narrada – A interrelação entre experiência, recordar e narrar**. Dossiê narrativas. Civitas, Porto Alegre, v.14, m.2, p. 227-249, maio-ago. 2014.

RUFINO, Joel. **“O negro como lugar”**. Em GUERREIRO RAMOS, Alberto. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1995, pp. 19-30.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o intelectual e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANDEL, Michael. **Justiça: o que é fazer a coisa certa**. [tradução de Heloisa Matias e Maria Alice Máximo]. 6ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira: 2011.

_____. **A tirania do mérito: O que aconteceu com o bem comum?** Tradução: Bhuvli Libanio. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2020.

SANTANA, Ivo de. **Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990**. Revista Brasileira de Política Internacional [online]. 2003, v. 46, n. 2 [Acessado 16 Maio 2022] , pp. 113-137. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73292003000200005>>. Epub 11 Ago 2008. ISSN 1983-3121. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292003000200005>.

SANTOS, Milton. **O intelectual negro no Brasil**. Ethnos Nº 1 (1), 2002^a

SALLES, Teresa. **Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira**. In: RBCS, No 25, junho de 1994

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1987. Cap. 4

SCHWARCZ, Lilia. **O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Pensamento Racial no Brasil: 1870-1930**. Companhia das Letras, 1993. ISBN 8571643296

SEGURA-RAMIREZ, Hector. **Revista Estudos Afro-Asiáticos (1978-1997) e Relações Raciais no Brasil**, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UNICAMP, 2000.

SENGHOR, Léopold Sédar. **Uma narrativa sobre o movimento da négritude** / Gustavo de Andrade Durão. - 1. ed. – Curitiba : Appris, 2020.

SILVA, Guilherme Oliveira da. **História do movimento negro no Brasil**. Vol 2. Editora Instituto Conhecimento liberta. 2022.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**/ Thomas E. Skidmore; tradução Donaldson M. Gardschangen; prefácio Lilia Mortiz Schwarcz, - 1ed - São Paulo: Companhia das letras, 2012

SOBBOTKA, Emil. **Reconhecimento Novas Abordagens da teoria crítica**. São Paulo: Annablume, 2015.

SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Cap. 1

TARROW, Sidney. *Power in movement*. Cambridge University Press, 2008.

TAYLOR, Charles. **A política do reconhecimento**. In: Argumentos Filosóficos. São Paulo: Loyola, 2000.

TELLES, Maria Sarah. **A invasão e o barraco como acesso à cidade: estudo de caso em favela carioca**. XXXIII Encontro Anual da ANPOCS Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais Grupo de Trabalho 01 – A Cidade nas Ciências Sociais: teoria, pesquisa e contexto . 2009.

THOMPSON, Edward. *Tradición, revuelta y consciência de classe* (Barcelona, Editorial Crítica, 1979).

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Boston Adison-Wesley, 1978.

TOURAINÉ, Alain. **Movimentos sociais**. 1977

VIEIRA, Andréa Lopes. **A ação afirmativa e o combate às desigualdades raciais no Brasil: em busca do caminho das pedras**. Tese de doutorado. Iuperj/Ucam - Rio de Janeiro. 2005.

VIEIRA, Ana Carolina Quintana de Serpa; PERRUSO, Marco Antonio. **Gramsci e Mannheim: conceitos clássicos sobre intelectuais**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 14 n. 2 Dezembro. 2019 ISSN 2318-101x (on-line) ISSN 1809-5968

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *World-systems analysis: An introduction*. [S.l.]: Duke University Press: 2004.

9. Anexos

Anexo 1:



O quadro *A Redenção de Cam* é uma pintura de Modesto Brocos, de 1895. O quadro nos ajuda a entender o processo de branqueamento da população brasileira. É importante ressaltar que além do impacto imigração europeia, o processo também contou em seu âmago com a exploração sexual de mulheres negras. No caso da imagem, ela ilustra que o efetivo branqueamento também passou pela escolha de parceiros mais claros na hora do casamento, com objetivo de maximizar as chances de mobilidade ascendente de sua prole.

Anexo 2: Biografia da geração de 1970 e 1980

Abdias Nascimento

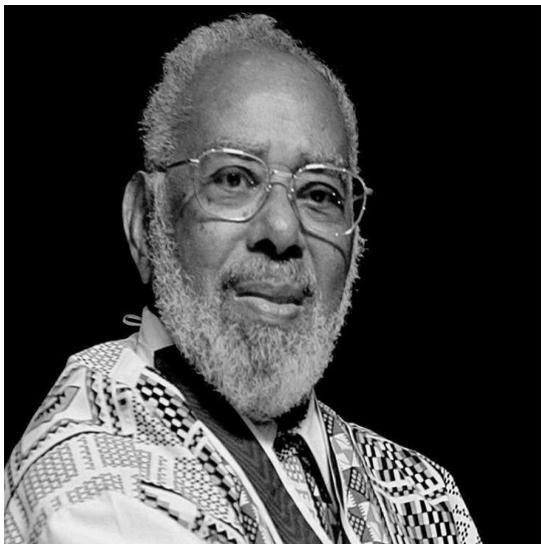


Imagem da internet

Disponível em: <<https://africaemquestao.wordpress.com/2012/08/02/mini-biografia-de-abdias-do-nascimento/>>

Abdias Nascimento (1914-2011), fundador do Teatro Experimental do Negro, é personagem central na formulação intelectual do movimento negro brasileiro. Foi teatrólogo, ator, artista plástico, curador, professor universitário, pesquisador, escritor e político. Nasceu em Franca, SP, filho de José Ferreira do Nascimento, sapateiro e músico, e de Georgina Ferreira do Nascimento, doceira.

Em 1929 completa a formação em contabilidade e alista-se no serviço militar, transferindo-se para São Paulo, capital. Ao longo da década de 30 integra a Frente Negra Brasileira (FNB). Colocava-se publicamente contra o recém instaurado Estado Novo e resistia energicamente no cotidiano à discriminação racial, o que acabaria resultando em sua expulsão do Exército. Para escapar da perseguição policial, transfere-se em 1936 para o Rio de Janeiro, então distrito federal. Trabalha como repórter freelancer na imprensa carioca e para o jornal do movimento integralista, ao qual chega a aderir brevemente. Cursa ciências econômicas na Universidade do Rio de Janeiro (atual UERJ). Nesta fase trava contatos que ele posteriormente consideraria fundamentais na sua trajetória: com o samba do morro da Mangueira, onde vive inicialmente, e com diversos artistas e com a religiosidade de matriz africana em Duque de Caxias, onde passa a morar. Consegue reingressar no Exército, onde faz curso para oficiais da reserva.

Por conta das agitações de protesto contra o Estado Novo, é sentenciado pelo Tribunal de Segurança Nacional e mandado para o presídio Frei Caneca; e, por consequência, novamente expulso do Exército. Consegue se formar graças ao apoio de colegas, no início de 1938. Ao sair da prisão segue para Campinas, convidado a participar da organização do Congresso Afro-Campineiro, que discutiu as relações raciais em Campinas, SP, cidade que ainda mantinha segregação racial no espaço público. De volta ao Rio, junta-se a um grupo de seis artistas, entre argentinos e brasileiros, apelidado de

Santa Hermandad Orquídea. Com recursos próprios, partem em viagem de residência artística itinerante pela América do Sul.

Em Lima, assistem a uma montagem de *O Imperador Jones*, de Eugene O'Neill, que impactaria Abdias profundamente; o choque em ver atores brancos representando os personagens negros com black face marcaria em definitivo sua produção. Em Buenos Aires frequenta os ensaios do Teatro del Pueblo, companhia de teatro experimental responsável pela encenação vista em Lima, envolvendo-se intensamente com o objetivo de aprender na prática.

Parte do grupo da Hermandad volta ao Brasil pelo sul, e ao chegar a São Paulo, em 1941, Abdias é imediatamente detido. Havia sido condenado à revelia pelo envolvimento em quebra-quebra de um bar, ainda na sua temporada de morador fixo da cidade. A irregularidade da forma de acusação se mantém na pena: o alegado crime contra o patrimônio é suficiente para seu encarceramento por dois anos na Penitenciária do Carandiru. Ainda instigado pelo desejo de formar artistas negros, cria em 1943, com apoio do diretor do presídio, o coletivo de internos Teatro do Sentenciado.

Em 1944, no Rio de Janeiro, cria e assume como diretor o Teatro Experimental do Negro (TEN), grupo empenhado em conectar a luta pelos direitos de negras e negros à valorização da ancestralidade africana. Além da prática dramaturgica e oficinas artísticas, o TEN oferecia diversos cursos de cultura geral e de conhecimentos básicos, incluindo alfabetização. Em maio de 1945 o TEN estreia com *O imperador Jones*. O Teatro Experimental do Negro seria decisivo para a história do teatro, mas também para a da representatividade de negros, no Brasil; arte e política eram vertentes indissociáveis na militância.

Já no momento de sua formação o TEN cria o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, inicialmente focado em reivindicar a libertação dos presos pelo regime do Estado Novo. O CDAF entendia que a restituição dos direitos fundamentais no país era condição primária da luta contra o racismo. Aberto a qualquer participação, passa a contar inclusive com jovens brancos ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE), cuja sede era emprestada para atividades do TEN. Pressionado pela promulgação de eleições livres e de uma nova assembleia constituinte, o governo do presidente Getúlio Vargas acaba aprovando a anistia, ainda em 1945.

A vitória liberava Abdias e seus aliados para se dedicarem à razão de ser do Comitê, mas não sem oposição de seus próprios pares: a facção que se tornara majoritária discorda dos fundadores por defenderem pautas específicas do movimento negro, consideradas divisórias da causa operária, e a ala minoritária se vê obrigada a sair (o “CDAB sem negros” acabaria se dissolvendo pouco tempo depois). Como estratégia de fortalecimento, os membros do núcleo fundador se filiam ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), provocando a criação do Diretório Negro do PTB. Já nos seus primeiros cinco anos, o TEN organiza a Convenção Nacional do Negro (Rio e São Paulo, 45-46, em colaboração com a Frente Negra), que propôs à Constituinte de 1946 a tipificação da discriminação racial como crime de lesa-pátria; a Conferência Nacional do Negro (Rio, 1949), e o 1º Congresso do Negro Brasileiro (Rio de Janeiro, 1950)¹. Promoveu ainda concursos de beleza, exposições e, até 1968, desenvolveu o projeto do Museu de Arte Negra.

Os anais do 1º Congresso do Negro Brasileiro estão parcialmente publicados em “O Negro Revoltado”, de 1968 (2ª edição em 1982), com organização de Abdias Nascimento. Disponível em formato Issuu no acervo digital do Ipeafro.

Abdias passa a ser convidado para diversos congressos sobre cultura negra na África e nas Américas, estabelecendo intercâmbios com movimentos dos direitos civis nos Estados Unidos e de libertação africanos. Passa a filiar suas reflexões teóricas ao movimento intelectual do pan-africanismo. Em 1954 se lança candidato a vereador. Conclui o curso de sociologia no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1956. Em 1962 concorre a vaga de deputado estadual.

Esteve à frente do TEN até 1968, quando o acirramento da ditadura militar torna impossível seu retorno de uma viagem aos EUA. Passaria 13 anos no exílio.

Entre 1969 e 1982, foi conferencista da School of Drama na Universidade de Yale; professor-visitante da Wesleyan Center of the Humanities; professor da Universidade do Estado de Nova York, em Buffalo, e diretor do Centro de Pesquisas e Estudos Porto-Riquenhos da instituição (1970-82); e professor-visitante da Universidade de Ifé, na Nigéria (1976-77). Sem nunca deixar de atuar no Brasil, participou da fundação do Movimento Negro Unificado contra o Racismo e Discriminação Racial (posteriormente Movimento Negro Unificado – MNU), em 1978; em 1980, do estabelecimento do Conselho Deliberativo do Memorial Zumbi e da fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), criando o Movimento Negro PDT. Em 1981 é escolhido vice-presidente do partido. No mesmo ano cria o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), na PUC-SP. É neste período também que desenvolve uma carreira paralela de artista plástico e curador de arte, para a qual a temporada em solo norte-americano foi fundamental.

Em 1982 retorna definitivamente ao Brasil. Concorre à Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro e obtém suplência da legenda, assumindo em seguida a vaga deixada por um deputado que é empossado secretário da administração Leonel Brizola, recém-eleito governador. A atuação legislativa de Abdias do Nascimento foi centrada na defesa sistemática dos direitos humanos e civis dos negros brasileiros, com foco na universalização do combate ao racismo. Propôs um feriado nacional no dia 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, e apresentou projeto de lei que previa a criação de uma cota de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção ao serviço público. Iniciativas como estas tiveram repercussão nacional. A nova Constituição, promulgada em outubro de 1988, determinou a prática de racismo como crime inafiançável e, pela primeira vez, a demarcação das terras quilombolas. Abdias foi um dos responsáveis pelo estabelecimento da Comissão do Centenário da Abolição, que se desdobraria na Fundação Cultural Palmares.

Em 1991 ocupa a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras-SEDEPRON (mais tarde denominada das Populações Afro-Brasileiras – SEAFRO) da gestão Brizola, reeleito governador. Mas já em agosto precisa deixar o cargo: como suplente de Darcy Ribeiro no Senado, assume a vaga de forma interina quando Darcy é convocado para ser secretário estadual especial em Brasília. Abdias Nascimento torna-se assim o primeiro senador afrodescendente brasileiro. A cerimônia de posse contou com a presença dos embaixadores de Nigéria, Angola, Senegal, Gana e Líbia, evidenciando a importância simbólica do momento.

Com a morte de Darcy em 97, assume o cargo em caráter definitivo, passando a integrar as comissões de Educação e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Exerce o mandato até janeiro de 1999. Em fevereiro, assume como secretário de Direitos Humanos e da Cidadania no governo de Anthony Garotinho (1999-2002). Com a extinção da pasta no ano seguinte, preside provisoriamente o Conselho de Direitos Humanos e depois passa a se dedicar às atividades de escritor e pintor.

Abdias Nascimento é Doutor Honoris Causa da UERJ, das universidades Estadual e Federal da Bahia, da UNB e da Universidade Obafemi Awolowo em Ilé-Ifé, Nigéria. Recebeu do Centro Schomburg de Nova York o Prêmio da Herança Africana Mundial (junto de Katherine Dunham, Dorothy Height, Amadou-Mahtar M'Bow, Billy Taylor e Gordon Parks. 2001), da Unesco, o prêmio da categoria "Direitos Humanos e Cultura" (2003); o Prêmio Comemorativo da ONU por Serviços Relevantes em Direitos Humanos; em 2004, Ano Internacional de Celebração da Luta contraa Escravidão e de sua Abolição, em ocasião do Bicentenário da Revolução do Haiti, dividiu com Aimé Cesaire o prêmio da Unesco para intelectuais ativistas dedicados à luta contra o racismo. Completava então 90 anos de idade. Como homenagem, o Ipeafro produziu uma exposição retrospectiva de itinerância nacional e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lhe concedeu a Ordem do Rio Branco, a mais alta honraria outorgada pelo governo do Brasil.

É tema de uma biografia, Abdias do Nascimento (2009), escrita pela jornalista Sônia Almada.

Fontes

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

Verbetes Abdias Nascimento no banco de dados do CPDOC-FGV, por Daniela Cândido e Luís Otávio de Sousa.

Nascimento, Elisa Larkin. Grandes Vultos que Honraram o Senado - Abdias Nascimento. Editora do Senado Federal. Brasília, 2013-2014.

Catálogo da Ocupação Abdias Nascimento, Itaú Cultural, São Paulo, 2016. Curadoria de Elisa Larkin Nascimento. Disponível para download em https://issuu.com/itaucultural/docs/publicacao_ocupacaoabdias

Amauri Mendes Pereira



Imagem da internet

Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/vidas-e-lutas-na-diaspora-africana-nas-americas/>>

Nascimento: 22/09/1951; Rio de Janeiro; RJ; Brasil;

Formação: Formou-se em Educação Física pela UFRJ; pós-Graduação lato-sensu em História da África pela Ucam; mestrado em educação pela Uerj. Atualmente é professor do Departamento de Educação na UFRRJ.

Atividade: Militante do Movimento Negro desde o início da década de 1970. Foi fundador da SINBA (Sociedade de Intercâmbio Brasil- África) e fundador do MNU (Movimento Negro Unificado), ambos na década de 1970; foi presidente do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN); é professor de Educação Física da rede pública do Rio de Janeiro desde 1982; pesquisador do Centro de Estudos Afro-Brasileiros e professor da Disciplina História e Cultura Afro-Brasileira no curso de Pós-graduação em História da África da Universidade Cândido Mendes (UCAM).

Beatriz Nascimento



Imagem da internet

Disponível em: <http://www.lettas.ufmg.br/literafrro/ensaistas/1422-beatriz-nascimento>

Maria Beatriz do Nascimento (1941-1995), historiadora e professora formada pela UFF, participou da fundação do CEAA e lecionou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros e Internacionais da UERJ. (LOPES, 2004)

Para o professor Vantuil Pereira, diretor do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida (NEPP-DH), Beatriz Nascimento tem dupla entrada no campo acadêmico. “Ela começou a estudar num dos momentos mais difíceis da democracia no Brasil, em 1968. Mulher negra, que vem de Sergipe para o Rio, onde tem contato com alguns acadêmicos negros. Ela é uma das primeiras jovens intelectuais de uma nova geração que passa a pesquisar e discutir a questão racial dentro da universidade, numa época que era crime de lesa-pátria falar de racismo no Brasil”, discorre.

Vantuil falou da valorização da obra de Beatriz. “Estudar a Beatriz, por um lado, é recuperar o sentido histórico da própria luta racial no Brasil, que durante a ditadura foi muito reprimida. No ponto de vista presente, ela cumpre o papel de indicar o diminuto lugar dos professores negros na universidade. Ela foi professora da rede estadual de ensino, mas não foi acadêmica. Foi estudiosa, publicou, mas não ocupou espaço na universidade”, explica. “É uma luz para a universidade neste momento, para pensar o lugar dos professores negros, a importância de recontar a memória negra acadêmica”, conclui o professor.

Especializou-se na Universidade Federal Fluminense (UFF) e fez parte do corpo discente do curso de mestrado em Comunicação Social da UFRJ. Tornou-se influente nos estudos

das relações raciais no Brasil após sua notoriedade em organizações acadêmicas do movimento negro. Suas obras mais notórias são o documentário *Ori* (1989) e artigos sobre o conceito de quilombo na História, raça, racismo e sexismo.

Carlos Alberto Medeiros

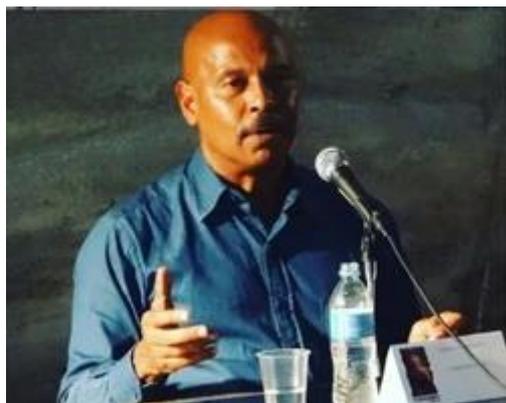


Imagem da internet

Disponível em: <https://www.carlosalbertomedeiros.com/>

Carlos Alberto Medeiros participou da fundação da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) e do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), ambos na cidade do Rio de Janeiro, em 1974 e 1975. Teve participação importante na articulação entre o movimento negro e as instâncias do poder público, na qualidade de chefe de gabinete da Secretaria de Estado Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras (Seafro), no segundo governo Leonel Brizola no Rio de Janeiro, durante a gestão de Abdias do Nascimento, de quem também foi assessor no Senado Federal (1997 -1999). Foi também membro do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI) entre 1995 e 1996. Subsecretário adjunto de Integração Racial na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania do governo Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro, foi um dos primeiros defensores das políticas de ação afirmativa no Brasil.

Carlos Hasenbalg



Imagem da internet

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-legado-de-carlos-hasenbalg/>

Nascido em Buenos Aires em 1942, Carlos Hasenbalg reconheceu ter sido a sua trajetória marcada por privilégios, nomeadamente as excepcionais oportunidades intelectuais e acadêmicas que desfrutou ao longo da vida. Em 1961 ingressou no Departamento de Sociologia da Universidade de Buenos Aires e, segundo ele próprio, esses foram os anos de ouro do departamento criado pelo sociólogo Gino Germani (1911-1979) e pelo historiador José Luis Romero (1909-1977). Em 1966, o golpe militar argentino atacou a universidade, cerceando as possibilidades de carreira acadêmica em Buenos Aires.

Nesse mesmo momento, o brasileiro Gláucio Ary Dillon Soares (1934-), que dirigia a Facultad Latinoamericana de Ciências Sociales (FLACSO), recrutou-o como estudante de pós-graduação em Santiago do Chile, onde permaneceu por dois anos. Do Chile deslocou-se para o Rio de Janeiro, em 1967, estabelecendo-se no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), onde trabalhou até aposentar-se em 2005 (Guimarães 2016, Lima 2014, Hasenbalg 2014).

Nesse momento inicial, ao que parece, não se interessava pela temática racial que marcaria sua trajetória posterior. O próprio Hasenbalg atribui a sua estada em Berkeley, entre 1970 e 1972, e ao contato com seu orientador norte-americano, o sociólogo Robert Blauner (1929-2016), o despertar do interesse pelo tema. Como aponta Antonio Sérgio Guimarães (2016: 2), o período da transição de Hasenbalg para o Rio coincide com a refundação das ciências sociais brasileiras, dando lugar a transformações de natureza teórica e metodológica, que preparam a virada representada pela introdução do que ficou conhecido como o “paradigma Hasenbalg” (Segura-Ramírez 2000).

Em 1978, Hasenbalg defendeu a tese *Race Relations in Post-Abolition Brazil: The Smooth Preservation of Racial Inequalities*, posteriormente publicada como *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* (1979) com uma apresentação elogiosa de Fernando Henrique Cardoso, seu professor em Santiago do Chile, e que já era um sociólogo aclamado antes de tornar-se político e presidente do Brasil (1995 -2003). Nessa apresentação, Cardoso salienta a contribuição da obra em dois níveis: 1) ao conferir um

escopo internacional ao debate brasileiro sobre relações raciais; 2) ao chamar a atenção para a necessidade de estudos sobre os movimentos sociais negros.

Carlos Hasenbalg. Argentino de nascimento, adotou o Brasil não apenas como seu país de residência por trinta e oito anos (1967-2005), mas também como foco de sua preocupação intelectual, investigando por décadas o tema das desigualdades raciais no país.

Dom Filó - Asfilófilo de Oliveira Filho

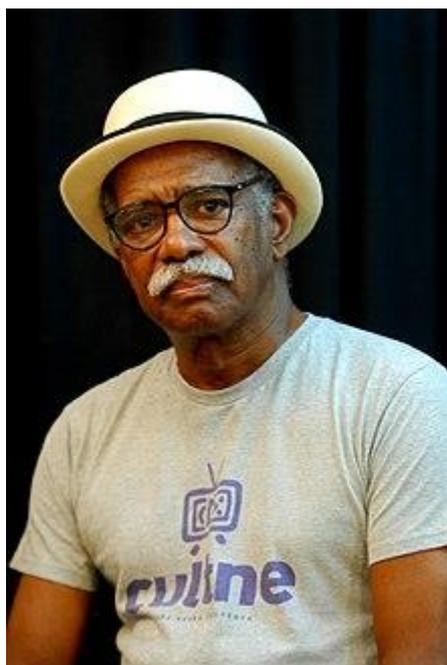


Imagem da internet

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Dom_Fil%C3%B3

Asfilófilo de Oliveira Filho (Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1949), mais conhecido como Dom Filó, é um DJ, engenheiro civil, jornalista, produtor cultural, cine-documentarista, ativista do Movimento Negro, é pós-graduado em marketing pela ESPM e MBA em gestão esportiva pela FGV. É cofundador do acervo Cultne, atualmente, maior acervo audiovisual de cultura negra da América Latina.

Guerreiro Ramos



Imagem da internet

Disponível em: <https://irradiandoluz.com.br/2008/06/alberto-guerreiro-ramos.html>

Nascido em Santo Amaro da Purificação (BA), Guerreiro Ramos (1915-1982) passou a infância em cidades pobres às margens do rio São Francisco, como Januário, Pirapora, Petrolina e Juazeiro, oriundo de uma modesta família de mulatos. Com a morte do pai, capitão do Exército, migrou para Salvador nos anos 1920.

A mãe tornou-se lavadeira, permitindo que Guerreiro se aproximasse de famílias da elite local (Calmon, Alves e Valadares) e estimulasse seu ingresso no Ginásio da Bahia, prestigiosa instituição do ensino público estadual. 3

Ainda na juventude, foi da Ação Integralista Brasileira e escreveu crítica literária no *Imparcial*, órgão que pertencia a simpatizantes da AIB. Militou também no Centro Católico de Cultura, sob a influência de Jacques Maritain, Emmanuel Mounier e das revistas *L'Ordre Nouveau* e *Esprit* (NASCIMENTO, 1950a, p. 2). A participação em movimentos de cunho político e religioso ampliou o raio de ação de Guerreiro Ramos entre setores da classe média baiana (AZEVEDO, 2006).

No final dos anos 1930, Guerreiro Ramos foi indicado pelo ex-integralista Rômulo de Almeida para o setor cultural do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), órgão criado pelo Estado Novo cuja direção coube a Isaías Alves, ex-integrante da AIB e Secretário de Educação do Estado da Bahia, criador da Faculdade de Filosofia da Bahia e irmão do Interventor no Estado, Landolfo Alves (OLIVEIRA, 1995, p. 27).

Inserido em círculos integralistas, católicos e estadonovistas, Guerreiro Ramos chegou ao final da década de 1930 na condição de um mulato no mundo dos brancos da classe média baiana. Não sem custos, como se pode verificar a partir de sua amizade com

Afrânio Coutinho, intelectual e bibliotecário da Faculdade de Medicina da Bahia. Eles criaram a revista *O Norte*, vinculado ao Centro Católico de Cultura. Os dois mantinham afinidades intelectuais e religiosas, mas romperam as relações de amizade (idem, OLIVEIRA, 1995, p. 28). Mais tarde, Afrânio Coutinho apresentou sua versão do afastamento: “o mulato é um ser (...) carregado de complexos, é um ser complicado, e vive uma vida entre dois mundos, o mundo do preto e o mundo do branco (...). Ele luta contra o branco (...) para subir a escala social, para encontrar o branco (...). De modo que ele luta contra os dois pólos, é um ser dividido entre dois pólos”.⁴ Em princípio, Coutinho faz lembrar a análise de Stonesquist (1937) sobre o homem marginal, que vive entre dois mundos, com efeitos psicológicos em suas ações em virtude de uma série de ambivalências. Na verdade, Coutinho deixa transparecer em seu relato visões estereotipadas sobre o mulato como ser pernóstico, complexado, ambíguo. Atribui à cor da pele de Guerreiro a razão do conflito entre eles.

Guerreiro Ramos migrou para o Rio de Janeiro no final de 1939 com uma bolsa de estudos do Governo do Estado da Bahia. Nos primórdios de sua estada na cidade, manteve laços intelectuais e políticos com grupos católicos e de ex-integralistas. Ele colaborou com artigos sobre cultura na revista *Cadernos da Hora Presente* (GUERREIRO RAMOS, 1939), publicação que reuniu antigos integralistas, e *Cultura Política* (Guerreiro Ramos, 1941), revista patrocinada pelo Estado Novo. Nos dois primeiros anos do curso de Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), continuou interessado em literatura, poesia, filosofia e religião, guardando certa distância das ciências sociais.⁵ Em 1942, no terceiro e último ano da graduação, Guerreiro Ramos voltou-se para a produção nas áreas da sociologia e da antropologia, incluindo os estudos afro-brasileiros de Arthur Ramos (*O Negro Brasileiro*, 1934; *Folklore Negro no Brasil*, 1937) e o livro de Karl Mannheim, centrado no tema da planificação (*Libertad y Planificacion*, 1942). Ademais, teve contato com a Escola Sociológica de Chicago (*An Outline of the Principles of Sociology*, Robert Park e Samuel Smith, 1939).

Contribuiu para a aproximação de Guerreiro Ramos da sociologia americana o ciclo de conferências ministrado pelo sociólogo Donald Pierson, da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), a convite do DASP, no segundo semestre de 1942 sobre métodos e técnicas de pesquisa (PIERSON, 1945). Pierson propugnava uma “sociologia científica” que rompesse com o “ensaísmo” da tradição do pensamento social no Brasil (OLIVEIRA, 1995; MAIO e LOPES, 2012, p. 301-306).

Após a tentativa frustrada de se tornar assistente da disciplina Ciência Política, ministrada pelo francês André Gros, em função de seu passado integralista (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 140)⁶, Guerreiro foi indicado pelo diretor da FNFfi, San Tiago Dantas, ex-militante da AIB, para professor da cadeira de Problemas Econômicos e Sociais do Brasil, do Departamento Nacional da Criança (DNC) (GUERREIRO RAMOS, 1944, p. 3). Em sua atuação no DNC, é evidente a influência da sociologia de Chicago, principalmente os estudos sobre desajustamentos sociais (delinquência juvenil), problemas urbanos e propostas de ações terapêuticas para o comportamento de “menores

infratores” em clínicas sociológicas. Tais temas traduzem seu interesse pelo caráter aplicado das ciências sociais (LOPES, 2012)

No final de 1943, o sociólogo entrou para o quadro técnico do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), onde permaneceu por seis anos dedicando-se à reflexão sociológica sobre a puericultura, mortalidade infantil, medicina popular e administração (MAIO e LOPES, 2012). Em sua dupla militância de burocrata e intelectual, Guerreiro desenvolveu seu lado acadêmico, conquistando espaços ao funcionário (OLIVEIRA, 1995). Além das atividades no setor de métodos de trabalho, planejamento e treinamento de pessoal do DASP, ele integrou a equipe editorial da Revista do Serviço Público, espaço em que deu vazão, em grande parte, à sua produção acadêmica até o final dos anos 1940. Constam da publicação artigos sobre Weber, Mannheim, W. I. Thomas, além de resultados de pesquisa e reflexões mais gerais acerca das ciências sociais (SOARES, 1995, p. 35). Em 1949, a pedido do Conselho de Colonização e Imigração, Guerreiro elaborou em coautoria com Ewaldo Garcia o livro Notícias sobre as pesquisas e os estudos sociológicos no Brasil que versa sobre a imigração com base na literatura sociológica e antropológica existente no Brasil entre 1940 e 1949 (GUERREIRO RAMOS e GARCIA, 1949). Este seria o início de uma série de investigações, ampliada nos anos 1950, sobre a intelectualidade brasileira, seu papel social e político, e sua produção.

Com a “marca” da cor, Guerreiro ingressou no Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1949. Esta iniciativa não estava destituída de tensões. Na pesquisa sobre as elites de cor em Salvador, patrocinada pela Unesco, o antropólogo Thales de Azevedo fez a seguinte descrição do depoimento prestado por Zilda Guerreiro Ramos, irmã de Guerreiro Ramos, sobre a questão do preconceito de cor na Bahia:

“Profa. Zilda Guerreiro Ramos, mulata clara, cerca de 38 anos, funcionária do D.S.P. É irmã de um dos líderes do movimento pró-negros do Rio (Teatro Experimental do Negro). Disse que a sua família desaprova a atividade do irmão e que este não faz parte propriamente do grupo do T.E.N.: é apenas professor, dá cursos, estuda o problema. (...) Mostra-se perturbada com o assunto e muda de conversa.” (AZEVEDO, Ascensão Social das Pessoas de Cor, 1951, p. 63).

Na entrevista, o tema da cor é fonte de tensão e de ameaça ao status social de Guerreiro, aos olhos de Zilda Ramos. Ela recusa identificar o intelectual com o ativista político, principalmente em se tratando de uma dimensão incômoda como o do racismo.⁸

A sociologia engajada de Guerreiro presente em seus estudos no DNC e no DASP vai adquirir maior visibilidade com sua atuação no Teatro Experimental do Negro, quando se verifica uma crescente crítica de Guerreiro às ciências sociais acadêmicas e, mais especificamente, à abordagem antropológica do negro brasileiro, pensado exclusivamente como objeto de estudo, e não a partir do imperativo da transformação de suas condições de vida. Guerreiro Ramos passa a destacar a necessidade de criação de uma elite negra,

de uma intelligentsia que tivesse por missão, ao lado de intelectuais brancos, a formulação de uma política de enfrentamento do racismo.

Notas:

Parte das informações biográficas foram extraídas de Guerreiro Ramos (1995); Nascimento (1950); Diário Oficial, 16/01/1897, p. 16; 03/08/1910, p. 6062; A Notícia, 31/10/1914, p. 5; carta de Clélia Guerreiro Ramos ao autor, 23/08/1996.

Entrevista concedida por Sergio Góes de Paula, cunhado de Guerreiro Ramos, ao autor em 01/08/2012.

Em entrevista à Alzira Alves de Abreu e Lucia Lippi Oliveira, realizada no dia 09.06.1981, Guerreiro Ramos declara que “eu me meti no negócio do teatro [TEN] e me prejudiquei, inclusive politicamente, porque eu era um sujeito bem colocado, e as pessoas passaram a dizer que eu me misturei com negro” (OLIVEIRA, 1995, p. 175).

Helena Theodoro



Imagem da internet

Disponível em: <http://www.letas.ufmg.br/literafro/ensaistas/1423-helena-theodoro>

Helena Theodoro Lopes nasceu no dia 12 de junho de 1943, sua formação acadêmica inclui, além do doutorado em Filosofia na Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro (1985), mestrado em Educação na UFRJ (1978); pós-graduação em Tecnologia Educacional na Alemanha (Fundação Konrad Adenauer, 1973); e cursos de graduação em Pedagogia (UFRJ, 1970), e em Ciências Jurídicas e Sociais (UFRJ, 1967). Concluiu Pós-doutorado no IFCS/UFRJ/PPGHC (Programa de Pós Graduação em História Comparada).

Atualmente é professora do Programa de Pós-graduação em História Comparada, leciona em uma turma de Graduação de História, e integra a Coordenadoria de Experiências Religiosas Tradicionais Africanas, Afro-brasileiras, Racismo e Intolerâncias Religiosas (ERARIR), do Laboratório de Histórias das Experiências Religiosas da UFRJ. É Conselheira do FUNDO ELAS, o único fundo brasileiro de investimento social voltado exclusivamente para a promoção do protagonismo das mulheres.

Jacques d'Adesky



Imagem da internet

Disponível em: <https://www.sindsefaz.org.br/entrevistas/jacques-dadesky-a-intolerancia-pode-se-tornar-nos-proximos-anos-um-inimigo-comum/>

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Louvain na Bélgica (1974) e doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1997). Atualmente é professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem sido pesquisador e vice-diretor administrativo do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, professor e coordenador geral do curso de Relações Internacionais da Universidade Estácio de Sá e pesquisador visitante da Universidade Laval, Québec no Canadá. Trabalhou como funcionário internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na República Centro-Africana, bem como coordenador do Programa Sul-Sul do Conselho Latino-Americano das Ciências Sociais (CLACSO), em Buenos Aires, Argentina. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em teoria política, atuando principalmente nos seguintes temas: cooperação América latina África, movimentos sociais, ação afirmativa, ações humanitárias internacionais e justiça social.

Januário Garcia



Imagem da internet

Disponível em: <https://www.januariogarcia.com.br/>

Com extenso trabalho nas áreas de publicidade, música e documentação de afrodescendentes em âmbitos social, político, cultural e econômico, Januário participava de importantes espaços de memória, arte e cultura do povo negro além do âmbito profissional. Foi autor das fotos de capas de álbuns icônicos de artistas como: Gilberto Gil, Tim Maia, Belchior, Chico Buarque e Leci Brandão. Januário teve seu trabalho exposto em países como Canadá, México, Bélgica, Senegal, Togo (República Togolesa), Nigéria, Estados Unidos, Áustria, Japão e Brasil.

Formado em Comunicação Visual pela International Camaramen School, com estágio no Studio Gamma sob orientação do fotógrafo George Racz, com cursos de extensões de arte visual, história da arte e Videomaker. Atuou como presidente do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras e foi membro do Conselho Memorial Zumbi. Foi autor de mais de 100 mil fotos ao longo da carreira.

Fonte: <https://ims.com.br/convida/januario-garcia/>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Janu%C3%A1rio_Garcia

Joel Rufino Dos Santos

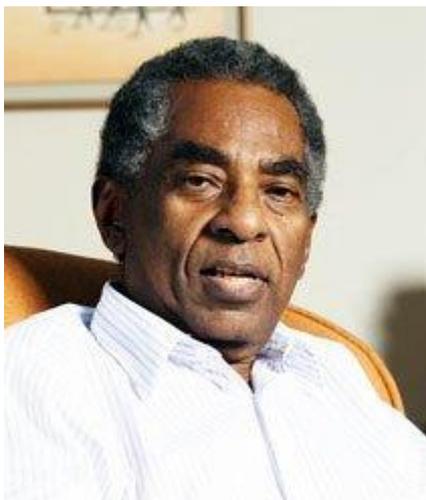


Imagem da internet

Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/937/joel-rufino-dos-santos-nao-existe-uma-lista-de-livros-imprescindiveis>

Texto de Samantha Christensen

Nascido no Rio de Janeiro em 1941, Joel Rufino dos Santos possui uma carreira emocionante e movimentada. Quando jovem, ele foi inspirado pela Bíblia, histórias em quadrinhos e sua avó, que era uma popular contadora de histórias. A leitura era uma atividade imensamente importante em sua casa e, devido ao fato de ele ter nascido durante a Segunda Guerra Mundial, filho de um pai socialista declarado, a literatura política era um assunto de muita discussão. As inclinações políticas de seu pai, juntamente com a ligação de sua família com a literatura, impactaram seu interesse posterior por história e sociologia e, durante a convulsão política no Brasil no início dos anos 60, ele fez cursos de História na Faculdade Nacional de Filosofia. Durante seu tempo como estudante, Rufino foi co-autor de um volume de historiografia brasileira e foi exilado na Bolívia e no Chile até 1965 por suas opiniões políticas. Ao regressar, doutorou-se em Comunicação e Cultura.

gráfico embutido. Professor e pesquisador de história, Rufino frequentemente mergulha seus leitores em ricas narrativas históricas, incorporando o folclore brasileiro e as narrativas culturais, especialmente aquelas originárias da África. Ele adapta essas histórias para atender o leitor infantil com graça e atenção aos detalhes, e usa o humor para evocar significado. Rufino é apaixonado por informar seus leitores infantis sobre os contextos políticos, sociais e históricos da cultura brasileira, e o faz de uma maneira acessível e emocionante. Ele não tem como alvo uma faixa etária específica – Rufino escreve com maestria textos para cada fase da juventude e consegue fazer conexões com jovens de diferentes origens culturais e históricas. Ele aborda questões delicadas como racismo, casamento arranjado, conflitos políticos e exploração do trabalho com sensibilidade e expertise.

Tanto como ensaísta quanto como escritor infantil, Rufino conquistou diversos prêmios e distinções. Mais recentemente, ganhou o Prêmio Jabuti de Melhor Livro do Ano por O barbeiro e o judeu da prestação contra o sargento da motocicleta. Ele também ganhou o Prêmio Orígenes Lessa de Melhor Livro para Jovens em 2000, e estava na lista de honra do IBBY em 1981. Escreve romances, contos e artigos de revistas para crianças, que foram traduzidos para vários idiomas, incluindo inglês, francês, japonês e árabe.

Joel Rufino dos Santos (Rio de Janeiro, 1941 – Rio de Janeiro, 4 de setembro de 2015) foi um historiador, professor e escritor brasileiro, tendo sido um dos nomes de referência sobre o estudo da cultura africana no país. Sua família é de origem pernambucana. No futebol era torcedor do Botafogo e no samba da escola de samba Estação Primeira de Mangueira.

Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde lecionou Literatura, como escritor tem extensa obra publicada: livros infantis, didáticos, paradidáticos e outros. Trabalhou como colaborador nas minisséries Abolição, de Walter Avancini, transmitida pela TV Globo (22 a 25 de novembro de 1988) e República (de 14 a 17 de novembro de 1989).

Escritor premiado, já ganhou por duas vezes o Prêmio Jabuti de Literatura, o mais importante no país, e foi duas vezes finalista do Prêmio Hans Christian Andersen, o “Nobel” da literatura infantojuvenil.

Faleceu no dia 04 de setembro de 2015, em razão de complicações de uma cirurgia cardíaca realizada três dias antes. Nessa época, ocupava o cargo de Diretor de Comunicação (DGCOM) do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Foi sub-titular da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras do Estado do Rio de Janeiro e subsecretário estadual de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, entre outros cargos. Presidiu a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura, coordenou o projeto A Rota dos Escravos, da Unesco. Em 1997, recebeu a Medalha de Honra Rio Branco, do Itamaraty.

Jose Maria Nunes Pereira

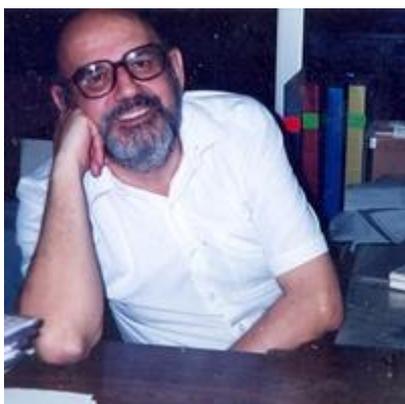


Imagem da internet

Disponível em: <https://independent.academia.edu/Jos%C3%A9MariaNunesPereira>

José Maria Nunes Pereira Conceição foi um dos fundadores, em 1973, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Faculdade Candido Mendes, no Rio de Janeiro, uma instituição de referência para assuntos ligados à África e suas relações com o Brasil. Nascido em São Luis do Maranhão (1937), estudou em Portugal (1947-1962) e participou dos movimentos de libertação das colônias portuguesas na África.

Graduou-se em ciências sociais na UFF (1972), foi professor de história da África e editor da revista Estudos Afro-Asiáticos, do CEAA (1978-1986). Sua dissertação de mestrado em sociologia, defendida na USP em 1991, teve como tema o centro de estudos que fundou: "Os estudos africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso: o CEAA (1973-1986)". A tese de doutorado, também defendida na USP, em 1999, intitula-se "Angola: uma política externa em contexto de crise (1975- 1994)".

Lélia Gonzalez



Imagem da internet

Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/campus/maceio/noticias/vida-da-feminista-lesia-gonzales-permanece-em-cartaz-no-campus-maceio>

Por Raquel Barreto

Lélia Almeida (1935 - 1994) foi antropóloga, intelectual e ativista do movimento negro brasileiro. Nasceu em Belo Horizonte, em uma família grande com poucos recursos econômicos, composta por 13 filhos/filhas, sendo ela a penúltima. Seu pai, um homem negro, foi ferroviário. Sua mãe, de ascendência indígena, dedicou-se ao cuidado da família. Em 1942, seu irmão Jaime de Almeida, jogador de futebol, ingressou no Flamengo e trouxe a família para o Rio de Janeiro.

Lélia teve a oportunidade de estudar muito mais do que seus irmãos, o que não a isentou de precisar trabalhar, ainda muito nova, como babá. Graduiu-se em História e Geografia em 1958, e em Filosofia em 1962, na antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O sobrenome Gonzalez veio do casamento com Luiz Carlos Gonzalez, sobrenome que manteve após a viuvez. Foi professora universitária de instituições de ensino como a Pontifícia Universidade Católica do Rio.

Foi uma liderança do movimento negro, fundou e atuou no Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), no Movimento Negro Unificado (MNU), no Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga. Integrou a primeira composição do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, CNDM, entre 1985 e 1989. Foi do Partido dos Trabalhadores/PT, pelo qual foi candidata a deputada federal, em 1982. Depois filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista/PDT e por essa legenda candidatou-se a deputada estadual, em 1986. Autora de artigos, ensaios e livros, que abordaram temas como cultura popular, filosofia, psicanálise, história e arte. É teórica essencial e pioneira para a elaboração do pensamento feminista negro brasileiro.

Nelson do Valle Silva



Imagem da internet

Disponível em: <https://iesp.uerj.br/pesquisador/nelson-do-valle-silva/>

Nelson do Valle Silva nasceu no Rio de Janeiro em 1946. Graduiu-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1968. Fez mestrado em Informática – concluído em 1972 – na mesma instituição. Em 1978 doutorou-se em Sociologia na Universidade de Michigan nos Estados Unidos.

Simultaneamente a sua formação acadêmica, Nelson do Valle Silva teve uma inserção profissional direcionada à análise de dados sociais, o que, segundo ele próprio[1], o aproximou dos estudos populacionais e da sociologia. Durante a década de 1970 ele passou a integrar o quadro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, onde permaneceu de 1973 a 1980. Ainda, entre 1971 e 1974 lecionou no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), para onde retornou e ficou entre 1980 a 2010. Entre 2010 e 2018 seu vínculo institucional foi com o IESP-UERJ. Depois de se desligar do IBGE, Valle Silva se integrou ao Laboratório Nacional de Computação Científica, onde permaneceu como pesquisador titular até 2002.

Texto redigido por: Flavio Carvalhaes

Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/nelson-do-valle-silva/>

A tese de doutorado de Nelson do Valle Silva é sobre desigualdades raciais. Nela, mensurou a discriminação no Brasil. O autor mostrou que a discriminação existe, que não é redutível à classe, à determinação de classe, que existe uma dimensão independente, especificamente racial, na questão da estratificação, e que isso também você não vê. Você tem que rodar os números para poder demonstrar.

Yedo Ferreira



Imagem da internet

Disponível em: <https://www.iabnacional.org.br/noticias/a-escravidao-no-brasil-esta-no-rol-dos-crimes-contra-a-humanidade-afirma-yedo-ferreira>

Nascimento: 27/8/1933; Santo Amaro; BA; Brasil;

Formação: Formado em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Atividade: Militante do Movimento Negro desde o início da década de 1970. Foi fundador da Sinba (Sociedade de Intercâmbio Brasil-África) e fundador do MNU (Movimento Negro Unificado), ambos na década de 1970, além de ter atuado em diversas entidades do Movimento Negro durante toda sua trajetória de militante.

Sueli Carneiro



Imagem da internet

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sueli_Carneiro

Aparecida Sueli Carneiro (São Paulo, 24 de junho de 1950) é uma filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro.^{[1][2]} Sueli Carneiro é fundadora e atual diretora do Geledés — Instituto da Mulher Negra e considerada uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil.^{[3][4]} Possui doutorado em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP).^[2]

Em 1983, o governo de São Paulo criou o Conselho Estadual da Condição Feminina, porém sem nenhuma mulher negra dentre as trinta e duas conselheiras. Sueli Carneiro foi uma das lideranças do movimento de mulheres negras que se engajou na campanha da radialista Marta Arruda pela abertura de uma vaga no conselho a uma mulher negra; campanha que logrou êxito.

Em 1988, fundou o Geledés — Instituto da Mulher Negra, primeira organização negra e feminista independente de São Paulo.

Thereza Santos



Imagem da internet

Disponível em: <http://projetoafroretizacao.blogspot.com/2015/11/personalidade-historica-thereza-santos.html>

Mulher negra, nascida no Rio de Janeiro em 7 de julho de 1930, antiga militante do Partido Comunista, teatróloga, atriz, professora, filósofa, carnavalesca e militante pelas causas dos povos africanos da diáspora e do continente e, principalmente, dos afro-brasileiros com autora da peça "E agora falamos nós" em conjunto o sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira, autoras de diversos artigos sobre cultura e a mulher, Assessora de Cultura Afro-Brasileira da Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo 1986-2002.

Em 1984, o governo de São Paulo criou o Conselho Estadual da Condição Feminina. Alertado pelo programa da radialista negra Marta Arruda de que não havia negras entre as 32 conselheiras convocadas, o conselho convidou Tereza Santos, que militava no movimento negro ao lado de Sueli Carneiro, teórica da questão da mulher negra. Na gestão seguinte, foi a vez de Sueli fazer parte do conselho.

Estudiosa dos temas raciais e de gênero, ela viveu por cinco anos no Continente Africano, contribuindo para a reconstrução cultural de Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau.

Estudiosa dos temas raciais e de gênero, ela viveu por cinco anos no Continente Africano, contribuindo para a reconstrução cultural de Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau. Perseguida pela ditadura, ao invés de se exilar na Europa ou no Chile, foi para a África e participou, como guerrilheira, do movimento de libertação de Guiné-Bissau e Angola. Retornou ao Brasil e se filiou ao PCdoB, partido em que militou até seus últimos dias. Mulher negra, revolucionária, de história ímpar e seu livro é testemunho de um capítulo

que a direita negra quer borrar: a relação histórica entre setores do movimento negro e a esquerda revolucionária.

Para os aficcionados em novela, Teresa Santos contracenou com Adoniran Barbosa, na primeira versão da novela *Mulheres de Areia*. Adoniran era um pescador e Teresa sua esposa. Ela participou da primeira peça do TEN, de Abdias, encenada no Teatro Municipal do Rio; foi amiga de Nelson Cavaquinho, no Rio mangueirense e em SP é da Vai Vai. Além de tudo isso, fazia uma excelente macarronada e fumava sem parar.

O livro *Malunga Thereza Santos* -- a história de vida de uma guerreira, de autoria de Thereza Santos, apresenta aspectos da história de sua vida: infância; construção da consciência negra; participação nos movimentos estudantil e político brasileiros; exílio em países africanos; participação em lutas pela libertação de países africanos; militância em prol da comunidade negra no Brasil, Guiné Bissau e Angola; vida política; discriminações sofridas; e teatro e carnaval como instrumentos de luta. Vivências que a transformaram em uma guerreira negra.

Fontes:

<https://www.youtube.com/watch?v=WDgGLJ3TPQU>

<https://www.geledes.org.br/thereza-santos-teatrologa-professora-filosofa-e-militante-negra/>